

Miguel Cipriano Esteves Costa



Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas.

Um estudo de arqueogeografia

Miguel Cipriano Esteves Costa

Redes viárias de Alenquer e suas dinâmicas.

Um estudo de arqueogeografia.

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, especialidade em Arqueogeografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Gérard Chouquer.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2010

Índice geral

Índice geral	1
Agradecimentos	3
1. Introdução	4
2. Ambiente e recursos	14
2.1. Geografia e Geologia	14
2.2. Os recursos	15
3. As fontes históricas e arqueológicas	18
3.1. Breve descrição histórica	18
3.2. As fontes históricas	25
3.3. As fontes arqueológicas	26
3.4. Conclusões sobre as fontes disponíveis	28
4. As novas fontes: uma abordagem diferente da documentação	29
4.1. As cartas	30
4.2. As fotografias aéreas	31
4.3. As cartas cadastrais	32
5. A foto-interpretação	33
5.1. Detecção automática	33
5.2. Metodologias de foto-interpretação	34
5.3. A foto-interpretação no território de Alenquer	36
5.4. Conclusões	37
6. Abordagem epistemológica	39
6.1. O modelo “sistémico”. Um programa utópico!	39
6.2. As razões de escolha dos métodos da arqueogeografia	41
7. A arqueogeografia	43
7.1. Os fundamentos do “cosmopolitismo metodológico”	43
7.2. Dinâmicas do espaço	43
7.2.1. Modalidades de transmissão no espaço-tempo	44
7.3. A ocupação do espaço	46
7.4. Compilação de dados	48
7.4.1. Os Sistemas de Informação Geográfica	49
7.5. Morfologia	50
7.6. O difícil cruzamento de dados entre arqueologia e morfologia	51
8. O estudo das vias: métodos e técnicas	54
8.1. As metodologias de Eric Vion, Magali Watteaux, e Sandrine Robert	54
8.2. A triagem numérica	55
8.2.1. Limites da triagem numérica	57
8.3. Fluxos, itinerários, traçados, e modelados	57
9. As dinâmicas das redes viárias de Alenquer	60
9.1. Os centros	60
9.1.1. Os centros de escala supra-regional	60
9.1.2. Os Centros de escala regional	61
9.1.3. Os centros de escala local	62
9.1.4. As formações radio-concêntricas	63
9.2. Os itinerários e os estabelecimentos arqueológicos vizinhos	69
9.3. As Ligações	70
9.3.1. Ligações entre locais pré-romanos	71
9.3.2. Ligações supra-regionais	72
9.4. Itinerários de grande percurso	76
9.4.1. Abordagem geral	76

9.4.2. Itinerário 1	80
9.4.3. Itinerário 2	82
9.4.3.1. Itinerário 2a	82
9.4.3.2. Itinerário 2b	84
9.4.4. Itinerário 3	87
9.4.4.1. Itinerário 3 a	88
9.4.4.2. Itinerário 3b	91
9.4.4.3. Itinerário 3c	92
9.4.5. Itinerário 4	95
9.5. Conclusão sobre as redes viárias	96
10. Estudo do espaço geográfico	98
10.1. Villa Vedra um povoado romano	98
10.2. Vila Verde dos Francos uma fundação de raiz?	98
10.3. Planimetria de Berbelita	99
11. Conclusão	101
Bibliografia	103
Arqueogeografia	103
Desenvolvimento sustentável	104
Economia	104
Epistemologia	104
Estudos cartográficos e viários	104
Estudos de paisagens	105
Foto-interpretação, detecção automática, e metodologias	105
Geografia e Geologia	105
História e arqueologia geral	106
História e arqueologia locais	108
Anexos	112
Suporte Informático	113
Suporte Cartográfico	114
Índice das figuras	115
Índice dos quadros	116
Índice dos mapas	117
Figuras	120
Quadros	128
Mapas	167

Agradecimentos:

Agradeço de forma sincera a todos aqueles que conscientemente ou de maneira involuntária ajudaram à elaboração deste trabalho:

À dona Alice, e à dona Gina, funcionárias do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pela disponibilidade, e pela ajuda no trabalho de Biblioteca.

Ao Sr. Carriço, morador nas Eiras, pelo seu contributo para a localização da Serra de Ripas.

À Dr.^a Eunice Araújo pela paciência que manifestou nos últimos anos.

Ao Dr. Filipe Rogeiro pelo diálogo franco e aberto, e pelas facilidades que disponibilizou no Museu Municipal de Alenquer.

Ao Doutor Gérard Chouquer pela confiança demonstrada, e pela forma contagiante com tem divulgado a arqueogeografia.

A António Rodrigues Guapo pela forma pronta e sincera como abordou a questão complexa dos achados da Berbelita.

A João António Gomes Teixeira e João Carlos Bispo dos Reis pela amizade sincera.

Ao Dr. Jorge Nunes, pela recepção calorosa, e pela afabilidade com que disponibilizou os seus conhecimentos sobre a Freguesia de Cabanas de Torres.

À Doutora Magali Watteaux pela sua disponibilidade nas questões complexas dos Sistemas de Informação Geográfica.

Ao amigo Manuel (policia) pelas informações sobre um achado nos Casais da Marmeleira.

À minha mãe pela paciência.

Ao Sr. Paulo Machado sempre disponível para ajudar.

Ao Sr. Perdigão pelas informações sobre o Vale Junco.

Ao Sr. Pedro João Tordo pela colaboração nos dados dos Pardieiros.

À Prof. Doutora Raquel Vilaça pela sua disponibilidade.

À tia Idalina pelas facilidades nas deslocações rodoviárias.

A Maria Fátima Esteves pela sua intervenção na obtenção das fotografias junto da C. M. Alenquer.

E a todos aqueles que me esqueci e nomear.

Bem hajam!

1. Introdução.

No âmbito do Mestrado em arqueologia e território da Universidade de Coimbra, apresentamos esta dissertação na especialidade de arqueogeografia. O principal objectivo desta tese é perceber a evolução da rede viária do território de Alenquer, sendo que para tal iremos utilizar as metodologias enunciadas pela arqueogeografia. Nomeadamente, os métodos e as práticas que o Doutor Gérard Chouquer e todos os investigadores que participam na construção da arqueogeografia como ciência têm desenvolvido e aperfeiçoado.

Este trabalho irá incidir, principalmente, sobre uma área administrativa do território português situada na província da Estremadura: o actual concelho de Alenquer (ver **mapa 1**). Mas, tendo em conta que as vias de circulação não têm somente uma utilização local, como é bastante óbvio, e que foram no passado, como no presente, utilizadas para a circulação de pessoas e bens num espaço geográfico mais vasto, expandimos a área do estudo para um território mais amplo, não confinado ao Concelho de Alenquer. O espaço geográfico utilizado foi o que considerámos útil e suficiente para compreensão da problemática viária da região que estamos a estudar.

Uma das questões habituais que surge no início desta investigação é de natureza cronológica. Quando é que determinada via foi construída¹? E, não sabemos se conseguiremos ter respostas satisfatórias a este tipo de perguntas, que poderemos formular. A questão das cronologias parece ser mais problemática para as vias mais antigas, do que para as vias mais recentes. Porque, em relação à rede viária contemporânea os documentos escritos podem ser suficientemente esclarecedores, mas nem sempre é assim. Podemos ter um documento escrito que nos diga que, numa data específica, foi construída uma determinada estrada; mas, nada nos diz que, essa estrada não foi já edificada sobre uma antiga estrutura, semelhante ou diferente desta. Porque mesmo as vias de construção recente foram, muitas vezes, edificadas sobre traçados mais antigos, formando vários estratos sobrepostos, em que os mais recentes cobrem os mais antigos, formando um palimpsesto composto por várias camadas cronologicamente distintas. Como se vê, mesmo para os traçados recentes, não se afigura fácil estabelecer cronologias. E não pretendemos inferir as datas das vias quando isso não for possível. Este é um desafio complexo a que nos submetemos e, só no final do trabalho teremos as respostas, satisfatórias ou não, aos objectivos a que nos propomos nesta introdução.

Também temos em conta que as respostas às questões surgidas serão essencialmente

1 A interrogação sobre a data é para o “historicismo metodológico” uma das questões habituais e primordiais. A questão das origens e das identidades dos povos leva normalmente os investigadores a privilegiarem as questões do tempo sobre as questões do espaço. Esta questão torna-se muitas vezes obsessiva, e é uma verdadeira dificuldade; porque as planimetrias e os objectos geográficos são complexos, e de difícil datação (CHOUQUER; 2007: 59).

multidisciplinares. Não procuramos as respostas dentro de uma disciplina científica específica, como por exemplo: a História, a Arqueologia, a Geografia, ou outra; mas sim, na interacção de dados entre diversas disciplinas científicas, na medida em que essas disciplinas nos possam facultar documentação útil para as problemáticas surgidas. As dúvidas terão também de ter em conta as relações dinâmicas que se estabelecem nas sociedades, e entre os homens e a natureza onde estes se instalam. Porque não achamos que uma investigação científica deva distinguir o que é social daquilo que é natural; pensamos que estes dois conceitos, que os cientistas têm por hábito separar, são acima de tudo complementares porque o Homem, na sua vivência diária, não vive isolado do meio ambiente que o rodeia.

O nosso território de estudo, o actual Concelho de Alenquer, está situado na província da Estremadura, no centro litoral de Portugal. Esta região tem como fronteiras naturais: a oeste o Oceano Atlântico, e a este o Rio Tejo. A geologia da região comporta duas zonas morfológicas bem distintas: uma zona calcária - típica do maciço estremenho, e uma zona de aluviões junto ao grande rio Tejo (ZBYSZEWSKI; 1965). Desde há bastante tempo (pelo menos desde meados do século XIX) que têm sido desenvolvidas várias investigações de âmbito histórico e arqueológico sobre este território, e algumas apresentam resultados interessantes. Esta área teve uma ocupação humana bastante densa desde tempos bastante antigos. Foi encontrada uma enorme quantidade de artefactos de cronologia pré-histórica desde, pelo menos, o Paleolítico Superior.

O debutar da pesquisa arqueológica deu-se em pleno século XIX com os trabalhos do geólogo Carlos Ribeiro; este erudito investigou a enorme dispersão de sílex com vestígios de trabalho humano que na altura (como na actualidade) se observava na região (RIBEIRO; 1866). As suas conclusões foram reveladas à comunidade científica em alguns congressos em que participou, havendo nesse tempo grande discussão sobre a possibilidade da existência do “Homem Terciário” [ARNAUD *in* (VVAA; 1999: 31-36)]; controvérsia que animava os eruditos da época, e este território era propício às investigações que então se faziam.

Foi também em pleno século XIX que surgiram os primeiros ensaios de história local da autoria de Guilherme João Carlos Henriques (HENRIQUES; 1873 e HENRIQUES; 1902); este cidadão inglês (que adoptou nome e cidadania portugueses) publicou alguns trabalhos interessantes e pioneiros sobre a sua terra de adopção. Houve posteriormente uma continuidade nas investigações da história e dos patrimónios locais. Luciano Ribeiro publicou na primeira metade do Século XX um ensaio intitulado *Alenquer Subsídios para a sua história* (RIBEIRO; 1936); esta obra é uma monografia local que pretende tratar da história de Alenquer desde tempos pré-históricos. Uma leitura atenta destes dois trabalhos revela as insuficiências metodológicas dos seus autores e, embora os seus resultados sejam importantes pela ausência de trabalhos anteriores são evidentes as

suas lacunas numa perspectiva científica actual. Como se pode constatar, ao cotejar as metodologias utilizadas com os métodos propostos por Jorge de Alarcão para este tipo de trabalhos (ALARCÃO; 1982).

Já em pleno século XX, um alenquerense e arqueólogo amador (cuja formação era em enologia) de nome Hipólito Cabaço impulsionou a pesquisa arqueológica no concelho. Iniciou uma série de trabalhos arqueológicos que prolongou até ao final da sua vida (que ocorreu no ano de 1970). O seu trabalho foi de enorme valia no campo da prospecção arqueológica, tendo revelado - aos seus pares - uma quantidade imensa de sítios arqueológicos (PEREIRA; 1970b), todavia foi sem dúvida insuficiente nos campos da divulgação e da publicação dos dados. As inúmeras escavações arqueológicas em que participou (e que normalmente dirigiu) foram efectuadas com métodos completamente amadores; e só fez uma publicação, sobre a necrópole da Quinta do Bravo, em parceria com o padre Eugénio Jalhay (CABAÇO *et al.*; 1934). Mas há que dizer (sem reservas) que os métodos de investigação normalmente utilizados na arqueologia da época, e tidos na altura como boas práticas científicas, não favoreceram o entendimento que actualmente podemos ter sobre os verdadeiros contextos em que se inseriam as jazidas arqueológicas então exploradas; hoje sabemos que esses métodos não eram os melhores; mas eram os conhecidos e os que se praticavam naquele período. Assim, os trabalhos arqueológicos feitos desde então, como também o trabalho que agora estamos a fazer, terão de ter em conta as insuficiências metodológicas das investigações efectuadas nesse tempo, assim como a actual dificuldade em conhecer os verdadeiros contextos em que se inseriam as jazidas arqueológicas exploradas nesse tempo.

Os métodos e práticas utilizados nas investigações efectuadas a partir da segunda metade do século XX são diferentes, para melhor! Houve a adopção por parte da comunidade científica de paradigmas científicos actuais, usuais, e funcionais (na perspectiva ordinária que temos actualmente de ciência!).

No âmbito da arqueologia da região surgiram recentemente trabalhos de pesquisa bastante importantes, como por exemplo, a tese de mestrado sobre o Calcolítico nas regiões de Torres Vedras e Alenquer da autoria de Maria M. Lucas (LUCAS; 1994), e também um trabalho sobre o Castro da Pedra de Ouro, efectuado por Maria Gertrudes Branco (BRANCO; 2007).

A história local beneficiou, da mesma maneira, dos progressos científicos e da adopção de metodologias historiográficas; surgiram alguns trabalhos de enorme valia, como por exemplo: o trabalho de João Pedro Ferro (FERRO; 1996) que foi um enorme passo em frente na divulgação da história medieval do concelho. Também são de assinalar outros trabalhos que se revelam bastante importantes, como os realizados por Filipe Rogeiro; este historiador executou alguns trabalhos de síntese de dados históricos, como por exemplo a obra *Alenquer, Presépio de Portugal* (ROGEIRO;

2005), e também utilizou pela primeira vez² a fotografia como fonte para o conhecimento histórico no seu trabalho intitulado *Alenquer desaparecida* (ROGEIRO; 2002). Nos anos 80 surgiu uma obra, em quatro volumes, intitulada *O Concelho de Alenquer* (MELO *et al.*; 1987): este é um trabalho de conjunto de grande importância pela diversidade de temas que aborda, e pela competência científica com que os seus autores aprofundaram os temas tratados, que são essencialmente a arte e a etnografia, não descurando a divulgação arqueológica. No ano de 2008 tivemos o prazer de assistir à publicação da transcrição das Memórias Paroquiais de 1758, da autoria do Padre José Eduardo Martins, com o título *Alenquer 1758 - O Actual Concelho nas memórias paroquiais* (MARTINS; 2008). Este trabalho é uma transcrição dos textos originais que revela a percepção que os coetâneos letrados (os clérigos) tinham sobre o território do concelho em meados do século XVIII, que abre uma nova janela sobre o período iluminista - possibilita um novo entendimento sobre a realidade geográfica deste território nesta época; é, assim, uma fonte essencial para qualquer investigação futura que se queira fazer sobre o concelho, como é o caso da nossa própria investigação.

Depois deste interlúdio sobre investigações passadas, vamos debruçar-nos sobre o que pretendemos fazer no presente. A dissertação que nos propomos fazer assenta sobre paradigmas científicos diferentes daqueles que foram utilizados nos trabalhos descritos anteriormente porque constatamos que as fontes utilizadas são redutoras em relação à realidade observada.

Desde logo as fontes escritas dão-nos algumas informações relevantes para este trabalho: itinerários percorridos, locais de habitat, e alguns traçados utilizados em tempos passados (de difícil localização). Quando consultamos alguns dos textos existentes ficamos cientes que estas informações se reportam essencialmente aos movimentos das elites. Podemos conhecer alguns itinerários percorridos por reis, rainhas, e outra gente nobre - como os homens de armas a caminho de alguma batalha tornada ilustre pelos homens das letras. Os textos também referem alguns traçados, e estes estão da mesma forma associados à deslocação de pessoas ilustres; mas neste caso, dificilmente conseguiremos precisar a localização dos caminhos. Assim sendo, as informações que podemos obter são sempre parciais. Nos textos também surgem referências a localidades de maior e de menor importância; são normalmente fontes primárias - registos paroquiais, documentos das edilidades, etc. Estes documentos não são provenientes das elites sociais, mas, pelo contrário, oriundos de simples acontecimentos quotidianos, como compras e vendas de propriedades, nascimentos, óbitos, etc. Estas são informações mais concretas porque provêm de acontecimentos triviais e quotidianos, que dizem respeito a toda a população, e não só a algumas personalidades mais ilustres.

Mas, de uma forma geral, os textos escritos são limitados para o trabalho que nos propomos

2 No âmbito de um trabalho historiográfico sobre o Concelho de Alenquer.

fazer. Alguns textos teóricos sobre estas problemáticas (nomeadamente geográficas) têm normalmente um discurso económico, ideológico e intelectual sobre a paisagem que muitas vezes necessita de uma efectiva validação científica. Foram produzidas afirmações como: “a estrutura agrária colectivista” de origem pré-romana (RIBEIRO *et al.*; 1991: 631), “a estrutura agrária submetida aos princípios da propriedade privada” em período romano (*Id.*: 634), e “profunda transformação das paisagens e modos de viver” durante a romanização (*Ibid.*: 652); e também alguns discursos sobre a situação económica como: “O pequeno proprietário (em período romano) viu-se então obrigado a desfazer-se das suas terras, (...), produzindo-se um lento desaparecimento da pequena propriedade” (VAZQUEZ DE PRADA; 1986: 53). Estes textos inferem sobre situações de posse da terra e da divisão das propriedades, e podendo condicionar a forma como actualmente se investigam as paisagens: estas devem as suas formas à maneira como os homens exploram e trabalham a terra. Em princípio estes discursos provêm da inferência sobre uma realidade material, que é a paisagem, e não têm muitas vezes em conta essa mesma realidade material, que pode ser observada e estudada. Assim sendo, teremos as necessárias reservas em considerar estes trabalhos de índole económica e geográfica como representativos da organização e da exploração dos campos.

Os documentos arqueológicos também são limitados para o estudo que nos propomos fazer. Desde logo, as limitações das investigações arqueológicas surgem, nalguns casos, associadas aos métodos de trabalho utilizados, que frequentemente não utilizam as metodologias científicas adequadas. As leituras dos arqueólogos sobre os assentamentos e as suas funções são feitas geralmente num tempo e num espaço determinado, e este tipo de leitura produz uma visão parcial porque está condicionada ao estado de conservação dos dados e às possibilidades da própria escavação em si. É sempre uma visão incompleta e pontual do passado porque interpreta o assentamento arqueológico e não a sua relação com o espaço envolvente.

No nosso trabalho também utilizamos as mesmas fontes que os trabalhos descritos anteriormente, mas fizemos a sua crítica de forma a podermos retirar somente a informação que considerámos válida. E ainda, completámos esses dados com todo o tipo de dados científicos que nos foi possível encontrar - na medida da sua existência.

Não utilizamos somente as fontes escritas e arqueológicas, mas igualmente outro tipo de documentos: adicionamos às fontes utilizadas tradicionalmente nas pesquisas históricas e arqueológicas todo o tipo de dados que nos possam elucidar sobre o espaço observado. Neste sentido, todo o tipo de investigação científica produzida sobre determinado espaço, no nosso caso específico o território de Alenquer, será de toda a utilidade para a nossa investigação. Não hesitaremos na sua utilização; mas sobretudo, procuraremos investigar todo o tipo de informação

disponível, de maneira a que a possamos utilizar.

Desde logo, utilizamos toda a cartografia existente (disponível em várias escalas) como documentos para o estudo que nos propomos fazer, relacionamos esta documentação, comparando-a em várias dimensões, cotejamos os dados neles presentes, e teremos informações preciosas sobre o espaço que estamos a estudar.

Também a fotografia aérea nos possibilita outro entendimento sobre o espaço de estudo (PICARRETA *et al.*; 2000); desde logo, as fotografias de altitude revelam formas existentes na paisagem que de outra maneira não conseguiríamos perceber, porque muitas vezes, só uma visualização de altitude nos pode consciencializar da existência de determinadas estruturas no solo. As fotografias aéreas também nos revelam, por vezes, estruturas arqueológicas fósseis; isto é, aquelas que estão soterradas no solo e que só são visíveis a partir de um suporte fotográfico. Os mecanismos de manifestação pelas fotografias de estruturas soterradas são complexos, e serão abordados mais adiante, como mais nos convêm! Mas, não deixamos de referir que a fotografia aérea opera uma revelação da visão, porque tem potencialidades muito superiores à comum observação a olho nu.

A utilização dos documentos gráficos referidos anteriormente (mapas em várias escalas e fotografias aéreas), assim como todo o tipo de estudos científicos existentes sobre determinado território, possibilita que estudemos a paisagem como um objecto científico. Não partilhamos do dogma que a paisagem é algo que somos incapazes de estudar - pela sua complexidade; antes pelo contrário, nós achamos que a paisagem é um objecto científico perfeitamente definido, que é possível estudar, se utilizarmos as metodologias adequadas (CHOUQUER; 2000). Também defendemos que o conceito de paisagem palimpsesto, que é proposto por alguns investigadores, em que esta é composta de várias camadas que se sobrepõem - em que a mais recente e topograficamente superior, cobre uma mais antiga e topograficamente inferior - não se aplica ao estudo das paisagens - apesar de ser um critério perfeitamente válido em geologia (READ; 1976), e em arqueologia (HARRIS; 1991).

Consideramos que as formas observadas na paisagem são factos históricos da própria paisagem (CHOUQUER *et al.*; 2002), porque revelam acções sobre esta. Apesar da dificuldade dos investigadores as considerarem, normalmente, como tal. As formas que encontramos são essencialmente híbridas, não são estritamente provenientes das acções sociais, nem pelo contrário, de acções da natureza sobre o meio; provêm na maior parte das vezes de acções simultaneamente sociais e naturais. Assim, cada forma da paisagem é um facto e tem a sua própria história, que é independente das demais. Porque as paisagens são um complexo de interacções dinâmicas, e cada forma que nela existe tem o seu próprio tempo morfológico interno (CHOUQUER; 2007: 271).

Estes conceitos serão dissecados na altura própria.

Com os documentos que pretendemos trabalhar, não iremos ter uma visão parcial confinada a determinado assentamento específico; mas pelo contrário, iremos ter uma visão contínua do espaço. As formas são reveladas sobre um grande espaço geográfico circundante. E como as podemos inserir nesse espaço global, teremos um bom entendimento sobre as formas globais de organização do espaço (CHOUQUER; 1993). Estes documentos também nos permitem uma boa apreensão do meio ambiente, e assim, perceber as maneiras híbridas de relacionamento entre Homem e natureza. Possibilitam uma boa visibilidade dos traços fósseis, e dessa forma, a revelação de estruturas arqueológicas até agora desconhecidas.

A visão contínua do espaço possibilita-nos ver que os assentamentos arqueológicos não eram inseridos no terreno alheios às contingências geográficas e da implantação dos outros estabelecimentos coetâneos. A implantação humana sobre o solo terá sempre em conta a interação entre pessoas e estabelecimentos coevos; duvidamos de uma autarcia completa dos locais de habitação e exploração. A uma noção particular de cultura, preferimos outra - uma noção interacionista de cultura - em que esta é dinâmica e estuda o espaço como conteúdo de relações sociais, na medida do que defende o antropólogo Marc Augé (AUGÉ; 1994).

Pensamos que entre estabelecimentos arqueológicos contemporâneos haveria caminhos por onde se estabeleciam as comunicações; os fluxos (ou a circulação de pessoas, bens, e ideias) efectuar-se-iam por esses caminhos (e/ou simples carreiros) já desde tempos imemoriais.

Ao investigamos a rede viária, temos de ter em conta que o que importa em primeiro lugar é a rede, e que colocaremos em evidência os segmentos pertencentes às redes. Também sabemos que a complexidade do estudo da rede viária exige que se utilizem metodologias próprias e adequadas para este tipo de estudos. Pensamos que estudar as redes viárias na longa duração não se coaduna com a segmentação temporal imposta pelas ciências; por exemplo, estudar o traçado das vias romanas a partir dos vestígios encontrados deste período, epígrafes, calçadas, textos antigos e vestígios diversos é insuficiente pela visão parcial que temos a partir dos vestígios e pelos longos períodos de utilização das estruturas viárias. Por isso procuramos metodologias diferentes, mas já utilizadas desde há algum tempo pelos especialistas da área. Desde logo, utilizamos a foto-interpretção, como propôs Pierre Sillières (SILLIÈRES; 1987), como método privilegiado para uma abordagem genérica do espaço. Mas utilizaremos principalmente as metodologias propostas por Eric Vion, no seu texto: *L'analyse archéologique des réseaux routiers: une rupture méthodologique, des réponses nouvelles* (VION; 1989); um trabalho que consideramos fundador de uma nova era no estudo das redes viárias. Como nos previne Eric Vion: para estudarmos as redes viárias, o que interessa é o todo (as redes) que prevalece sobre as partes (as vias). A rede já não é o

ponto de chegada, mas sim o ponto de partida do estudo (VION; 1989: 69). As metodologias propostas por este autor foram posteriormente desenvolvidas com os trabalhos produzidos por Claire Marchand (MARCHAND; 2000), Sandrine Robert e N. Verdier (ROBERT *et al.*; 2009), e Magali Watteaux. Os trabalhos destes autores utilizam os métodos propostos por E. Vion, mas, todos eles são evoluções metodológicas (que estes investigadores desenvolveram); estes têm uma adequação própria aos vastos espaços geográficos em estudo. São simultaneamente a evolução e a continuidade do trabalho iniciado por E. Vion; cada um imputando nas suas metodologias os ensinamentos dos trabalhos anteriores.

No nosso trabalho iremos fazer adaptações metodológicas, nomeadamente em relação aos documentos utilizados para a triagem numérica³. Consideramos que os métodos utilizados por Magali Watteaux, na sua tese de doutoramento intitulada *La dynamique de la planimétrie parcellaire et des réseaux routiers en Vendée méridionale - Études historiographiques et recherches archéogéographiques* (WATTEAUX; 2009), estão bem adaptados ao nosso estudo; iremos utilizá-los e fazer as adaptações que considerarmos necessárias. O uso que esta investigadora faz de *software* informático altamente especializado, nomeadamente os sistemas de informação geográfica (SIG), é sem dúvida bastante funcional e adaptado a este tipo de trabalho. Este *software* permite inserir e comparar diverso tipo de dados, sejam eles espaciais ou de outro tipo, numa mesma base dados geo-referenciada; e possibilita o relacionamento desses dados a várias escalas de observação. A capacidade de “geo-processamento⁴” de dados deste *software* afigura-se a mais adequada para o estudo que pretendemos fazer.

Teremos de ter também em conta nesta investigação, à semelhança do que acontece nos trabalhos referidos anteriormente, algumas noções teóricas que, por vezes, são confundidas. As noções de fluxo, itinerário, traçado, e modelado, são absolutamente distintas e frequentemente confundidas; se as não soubermos distinguir o nosso raciocínio teórico não está preparado para podermos estudar a problemática das redes viárias. Esta questão é primordial no nosso trabalho e será desenvolvida numa vertente teórica - quando explicarmos as metodologias utilizadas na investigação. Só fazendo uma clara distinção destes conceitos, poderemos perceber a problemática da rede viária; que é mais complexa do que poderíamos pensar inicialmente. Esta distinção terá a sua aplicação prática ao território que estamos a estudar - devido à sua pertinência funcional.

Devido à sua importância, os aspectos teóricos serão desenvolvidos a seu tempo, não havendo nesta introdução, como é ordinário, lugar a um desenvolvimento minucioso.

Não quero deixar de referir como intróito a esta tese, que o estudo das vias passa pela

3 Ver a alínea 8.2.

4 Utilizamos este termo no sentido de: processamento assistido de dados geográficos.

percepção da dinâmica de circulação de pessoas, bens, e até de ideias, entre lugares, durante longos períodos de tempo. E que é precisamente essa dinâmica de circulação de pessoas e bens que proporciona a origem, manutenção, alteração, e ocaso dos traçados viários.

Como afirmámos, é a partir de todos os dados científicos que possamos angariar que pretendemos prosseguir o trabalho. A compilação de diverso tipo de dados ajuda-nos a completar a informação histórica e arqueológica existente, que é sempre parcial. A compilação de dados permite-nos criar um novo documento, que contenha toda a informação disponível, a esse documento foi dado o nome original de carta compilada (ROBERT; 2003a: 259-348). Mas, mesmo com este documento, não teremos nunca, como será espectável, toda a informação sobre determinada realidade passada; com as metodologias que vamos utilizar, poderemos completar o mais possível (na medida das potencialidades da documentação existente⁵) o quadro teórico existente, que se apresenta sempre incompleto.

A rede viária, até aqui pouco conhecida, e que contém uma grande profusão de traçados; pôde ser investigada com as metodologias que enunciámos, e os resultados são interessantes; o trabalho permitiu um avanço no conhecimento histórico do território de Alenquer.

Foi possível observar uma rede viária antiga que faz a ligação entre as principais cidades da Idade do Ferro e de Época Romana na região. Esta rede viária que designámos como itinerários de grande percurso, revela uma amplitude que ultrapassa a organização do habitat na região, enquadrando-se num desenvolvimento viário a partir das grandes cidades estremenhas.

O estudo da rede viária, em várias escalas, permitiu acrescentar alguns dados ao conhecimento anterior. Foi possível determinar a existência de uma rede viária supra-regional, cuja génese está na ocupação dos sítios de altura, e na longa diacronia deste processo milenar. Este trabalho também possibilitou a observação de uma rede de traçados que faz a ligação entre os sítios anteriores à chegada dos romanos; em determinados locais (de ocupação esparsa) - nomeadamente a Serra do Montejunto - esses traçados continuam a ser praticamente os únicos a existir, levando-nos a inferir a antiguidade destas ligações.

Também pudemos constatar algumas interpretações erradas dos dados históricos, que levaram alguns investigadores a proferir afirmações incorrectas. Neste âmbito, provámos a impossibilidade da estrada real ser uma construção original do reinado de D. Maria I, porque as pontes existentes no traçado desta via já existiam anteriormente, e negam, assim, a possibilidade desta via ser uma construção de raiz do último quartel do século XVIII.

O trabalho morfológico também nos permitiu alvitrar a possibilidade da grande via de

5 Temos a referir que a investigação produzida sobre este território é diminuta, e é essencialmente de âmbito histórico e arqueológico. Não havendo, desta forma, muitas informações de outros âmbitos científicos, que nos possam auxiliar no nosso trabalho.

período romano entre Braga e Lisboa ter uma ligação directa entre Santarém e esta última cidade, com passagem por Vila Nova da Rainha, sendo - se esta hipótese se confirmar - esta a via principal que faria a ligação entre estas duas grandes cidades de período romano. Nesse caso, a via que parte de Castanheira do Ribatejo, com passagem pelo Carregado, Paredes - Alenquer, e que segue para Pontével com passagem pelas pontes de São Bartolomeu, seria uma via secundária, e não a via principal, como se pensava até agora.

O trabalho de foto-interpretação permitiu identificar algumas formas arqueológicas soterradas no subsolo, que de outro modo dificilmente seriam identificadas.

Os vestígios arqueológicos da Berbelita - que corresponde a uma provável necrópole da Idade do Ferro (MELO *et al.*; vol. 1, 1987: 119.) - revelaram, a partir da foto-interpretação, a existência de um recinto que delimita a zona, assim como de um traçado antigo que atravessa o referido recinto.

No Casal do Reguengo pudemos interpretar a partir da fotografia aérea, uma estrutura arqueológica que deve corresponder a um circo de período romano, e que atesta a importância deste local nos inícios da era cristã.

Em jeito de epílogo a esta introdução diríamos que conceito de fluxo subentende movimento de pessoas bens e ideias entre locais, implica a deslocação no espaço geográfico, e o movimento efectua-se de maneira horizontal entre esses locais. Nos estudos feitos nos séculos XIX e XX os investigadores incidiam sobre horizontes locais, os sítios arqueológicos ou geológicos, e numa perspectiva vertical, uma sucessão de estratos geológicos ou antrópicos que definem o tempo. Pensamos não ser essa a forma adequada de investigação. Como veremos no capítulo 7, as relações entre as perspectivas arqueológica e geológica (o tempo que se desenrola numa sucessão de estratos) por um lado, e a perspectiva geográfica (o espaço que se estende pelo horizonte) por outro lado, são complexas; e levam-nos a pensar o espaço e o tempo de maneira conjunta; não perspectivando um estudo do “sítio”, mas sim um estudo do espaço. Este é um paradigma diferente a partir do qual iremos investigar este território.

2. Ambiente e recursos.

2.1. Geografia e Geologia.

O território do actual Concelho de Alenquer situa-se na província da Estremadura e no distrito de Lisboa, e tem uma superfície aproximada de 302 km². O rio Tejo fixa a sua fronteira administrativa a este. A Serra do Montejunto - também conhecida (em alguns textos) por Serra da Neve - situa-se a norte, e é o seu acidente orográfico mais importante (ver **mapa 19**). A orografia também é marcada a oeste pela Serra Galega e a Serra Alta; a Serra do Amaral, a sul, é o ponto mais destacado da paisagem.

Essencialmente o território é repleto de acidentes orográficos a oeste, uns de maior, e outros de menor imponência, e a este, as planícies predominam abrangendo cerca de dez por cento do total da área do território. É um espaço de charneira entre o maciço calcário estremenho e as planícies aluviais do Tejo.

A Serra do Montejunto tem uma altitude máxima de 666 metros, que representa a maior elevação da região. A região é de uma forma geral acidentada, com a excepção da zona aluvial a este do território. A área dos aluviões está compreendida entre cotas de 2 metros - junto ao rio Tejo, até cotas aproximadas de 40 metros - próximo da vila de Alenquer. Os acidentes orográficos mais importantes oscilam entre os 360 metros de altitude da Serra Galega - o ponto mais alto (excluindo a Serra do Montejunto), até aos 212 metros do Monte Redondo. Existem outros locais elevados que podemos referenciar: a Serra Galega, com 354 metros, o Cabeço de Santa Quitéria, com 279 metros, e a Coteina, com 218 metros. Mas as altitudes médias dos pontos mais destacados da paisagem oscilam entre os 200 e os 100 metros de altitude. Estas serras (que têm altitudes reduzidas) são recortadas pelos vales dos pequenos rios e inúmeros ribeiros existentes na região, estes representam alterações constantes da orografia. Esta é uma região de altitudes não muito elevadas mas com uma orografia acidentada.

A geologia do concelho é dividida em três zonas morfológicas importantes: a este a planície aluvial do Tejo, que é uma zona que começa a sul de Vila Nova da Rainha e que se estende até Vila Franca de Xira. Na zona central do concelho predomina a zona terciária, que abrange essencialmente as zonas entre Ota, Alenquer, Carregado, e Vila Nova da Rainha. Na zona Ocidental do concelho predomina um extenso maciço do Jurássico superior⁶. As rochas mais representadas na região são os calcários, os calcários com núcleos de sílex, e os quartzos. É de referir a existência de chaminés vulcânicas como o cabeço de Santa Quitéria de Meca, e a Coteina; estes afloramentos de

6 *Carta Geológica de Portugal*, escala 1/50 000, folha 30D, Direcção geral de minas e serviços geológicos.

rochas eruptivas são constituídos por andesitos (anfíbólicos e labradóricos), traquitos, doleritos, teschenitos, basaltos, etc.

Os solos são constituídos essencialmente por areias, areias argilosas, argilas, argilas com manchas ferruginosas, margas, saibro, grés, e grés feldspáticos (ZBYSZEWSKI; 1965).

2.2. Os recursos.

A agricultura e a pastorícia foram (até há poucos anos) as actividades económicas mais importantes desta região. Mas, estas actividades têm sido paulatinamente substituídas por indústrias extractivas (essencialmente pedra e areia), indústrias transformadoras, e serviços. Estas indústrias, de implantação recente, espalham-se de forma desordenada pelo território, sem nenhum tipo de critério de ordenamento, proporcionando dessa forma, e como consequência, um enorme crescimento urbano que é desordenado e socialmente desequilibrado. O crescimento urbano e industrial, marcados pela ausência de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, têm descaracterizado as belas paisagens naturais e antrópicas deste território, sem que os actuais políticos locais tenham consciência da insustentabilidade futura das situações social e ambiental da região.

Sobre os solos há pouco a dizer porque a documentação é exígua, mas a actual exploração rural intensiva faz-nos inferir sobre o seu potencial fértil; a maior parte dos solos do concelho estão plantados de vinha e de culturas arvenses de sequeiro, apesar da existência de uma enorme área de solos incultos.

A vinha prolifera de forma agradável, um pouco por todo o concelho; só a filoxera que atacou os vinhedos em finais do Século XIX (MARTINS; 1991), paralisou o despontar multicolor das plantas de Baco. Na planície aluvial do Tejo predominam as culturas arvenses de regadio, a fertilidade destes solos de aluvião é elevada. Ainda se aguarda a publicação da carta de uso e capacidade dos solos, que melhor nos poderia elucidar sobre as questões agrárias. Não obstante, são várias as zonas que se apresentam actualmente incultas: Serra da Atougúia, Serra de Ota, Monte Redondo, Serra do Amaral, Serra do Montejunto, Cabeço de Santa Quitéria de Meca, Coteina, o morro sobranceiro à Pedra do Ouro, toda a zona de serra entre a Carapinha e a Serra de Ota, etc. Algumas destas zonas estavam cobertas de um denso manto florestal, que os cíclicos e nefastos incêndios têm destruído nos últimos anos.

O Concelho de Alenquer é farto desse recurso imprescindível que é a água. O Rio Tejo é a linha de água mais importante da região e do país, mas, também predominam linhas de água menos imponentes, mas sem dúvida com muita importância a nível regional: o Rio de Ota, o Rio de

Alenquer, a Ribeira de Santana da Carnota e o Rio Grande da Pipa - são todos afluentes do Rio Tejo.

Estes rios têm caudais com alguma importância na época das chuvas, e por vezes, nos anos em que a pluviosidade é mais intensa, há cheias que provocam enormes prejuízos materiais às populações, principalmente nos locais com altitudes mais baixas - junto ao rio Tejo e seus afluentes; mas nos Verões, os caudais dos rios são normalmente muito fracos.

A relativa abundância de água, que é sazonal, associada aos fenómenos de erosão e de deposição de sedimentos, foi responsável pela criação dos aluviões existentes em toda a zona mais perto do rio Tejo, assim como dos vales do Rio de Ota, Rio de Alenquer, e Rio Grande da Pipa⁷. Os aluviões são também responsáveis pela grande fertilidade que apresentam alguns dos solos da região, ao arrastarem enormes quantidades de sedimentos, aparecem na região ciclicamente e são responsáveis pela lenta transformação da zona mais a este do concelho; este fenómeno de sedimentação, ou acumulação aluvial, é a continuação do enchimento que em poucos milénios colmatou o profundo estuário do Rio Tejo, resultante da “transgressão flandriana” (DAVEAU; 1980: 31).

Desde o III milénio a.C. que o nível do mar seria mais ou menos idêntico ao actual. Este período de tempo - até à actualidade, seria marcado apenas por pequenas variações do seu nível, é essencialmente caracterizado por um isolamento dos estuários através do crescimento de restringas arenosas e respectiva transformação em espaços lagunares, bem como um intenso assoreamento de lagunas, estuários, e baías costeiras (FREITAS *et al.*; 1998). No início do período Sub-Boreal⁸, em que este fenómeno de acumulação aluvial ainda não era muito desenvolvido, o leito do Rio Tejo iria muito mais além do seu leito actual, ocupando a maior parte das zonas da actual planície aluvial, que se encontra a cotas mais baixas.

A região também é bastante rica em águas subterrâneas, são vários os lençóis freáticos existentes e a captação de água através de poços e de furos é praticada um pouco por todo o lado. Os terrenos a este da Vila de Alenquer são de uma forma geral de permeabilidade variável e reduzida, e os terrenos a oeste são essencialmente de permeabilidade variável a reduzida, mas por vezes elevada⁹.

Os recursos minerais são diversificados; as argilas, e as margas, são utilizadas no fabrico de cerâmicas; as areias, e os saibros, são explorados para a construção civil; o grés, utilizado para o fabrico de mós; também existem calcários (em grande abundância); rochas eruptivas e o ferro.

G. Zbyszewski refere a existência de cobre na região, mas não especifica qual é a zona em

7 *Carta Litológica de Portugal*, escala 1/1 000 000, Direcção geral de serviços agrícolas.

8 Período que marca, aproximadamente, o início do Calcolítico.

9 *Carta Hidrogeológica de Portugal*, escala 1/1 000 000, Direcção geral de minas e serviços geológicos.

que tal ocorre (ZBYSZEWSKI; 1965: 92). Sobre o cobre Guilherme Henriques refere que “Os autores antigos todos falam nas minas de azeviche (minério de cobre?) que havia em Monte Junto, mas não nos consta que as haja actualmente” (HENRIQUES; 1873: 11). A carta mineira não refere a existência deste metal no território, e é uma questão que fica por esclarecer!

Os trabalhos arqueológicos que foram efectuados na região não nos permitem conhecer as coberturas vegetais antigas, não foram utilizados os métodos das ciências paleo-ambientais, e como consequência, não temos esse tipo de conhecimentos. Seria de todo o interesse que trabalhos futuros de arqueologia recorressem a métodos científicos que possibilitassem um melhor conhecimento das realidades vegetais antigas, mas, no estado actual dos conhecimentos, não podemos inferir sobre a sua realidade em tempos remotos. Também não existem (ou não temos conhecimento) de estudos sedimentológicos feitos a partir de sondagens geoarqueológicas. A consequência é um desconhecimento quase absoluto sobre as coberturas vegetais antigas, apesar de haver algumas tentativas de reconstituição (BRANCO; 2001), que consideramos insuficientes para uma caracterização fiável. Estes dados seriam importantes, sem dúvida. O conhecimento da cobertura vegetal permitiria uma melhor compreensão do território em tempos antigos, mas, o estado actual das investigações não nos permite uma boa caracterização; por isso, teremos que avançar considerando a exiguidade dos dados disponíveis.

3. As fontes históricas e arqueológicas.

3.1. Breve descrição histórica.

Neste breve capítulo não se pretende uma descrição minuciosa dos acontecimentos históricos desta região, mas, e antes pelo contrário, só intentamos fazer uma breve exposição da longa cronologia de ocupação humana deste território. Para que os menos conhecedores da actual produção historiográfica local possam ficar minimamente inteirados da problemática histórica em causa.

A ocupação humana da região surge desde a Pré-História, como se presume. Há a ressaltar, no entanto, que a identificação dos locais pré-históricos foi feita essencialmente por Hipólito Cabaço - em prospecção; e esses locais não foram (normalmente) alvo de intervenções arqueológicas; e alguns dos materiais arqueológicos não foram convenientemente estudados¹⁰. Tendo em conta estes factos, temos a dizer que as cronologias atribuídas aos materiais, e consequentemente aos assentamentos arqueológicos, podem não ser as correctas; isto é, não podemos confiar inteiramente nas cronologias propostas. Não obstante, e na ausência de melhores índices cronológicos que nos possamos basear, consideramo-las como relativamente válidas, e serão tidas em conta na elaboração deste trabalho.

Os vestígios pré-históricos são abundantes nesta região, mas são poucos os que se possam atribuir indubitavelmente ao Paleolítico Inferior ou ao Paleolítico Médio. H. Cabaço encontrou alguns bifaces na Quinta da Bemposta e no Carregado, que poderão corresponder a estes períodos cronológicos. Mas a partir do Paleolítico Superior os vestígios são vastos. Devido aos condicionalismos da maior parte das investigações já efectuadas - como já foi referido; decidimos juntar num mesmo mapa (ver **mapa 2**) os locais arqueológicos com vestígios desde o Paleolítico Superior até ao Neolítico, e referimos as suas diferentes cronologias somente no **quadro 1**. No mapa está patente a sua distribuição espacial, e esta é diversificada. Só na região mais a este do território se verifica ocupação da pré-histórica; e talvez este facto se justifique pela ausência de prospecções sistemáticas na zona mais a oeste do concelho. Também podemos observar que a ocupação humana se concentra junto aos três rios principais: Rio Grande da Pipa, Rio de Alenquer, Rio de Ota. Este tipo de implantação espacial é usual em sociedades de caçadores-recolectores, estes habitavam preferencialmente junto aos cursos de água. Não é normal a ausência de vestígios junto ao Rio Tejo, que se pode justificar pelos cíclicos aluviões que poderão ter coberto os vestígios

10 O estudo de uma grande parte do espólio presente no Museu Municipal de Arqueologia “Hipólito Cabaço” ainda se encontra por fazer.

existentes. Mais a norte do concelho, já em plena Serra do Montejunto, também existe outro núcleo composto de vários locais com vestígios pré-históricos; também aqui as cronologias são dúbias, havendo somente um local de cronologia relativa mais precisa: a importante necrópole Neolítica no Algar do Bom Santo (DUARTE; 1998: 107-118).

No **quadro 2** sintetizamos os locais com ocupação da Pré-História Recente, nomeadamente o Calcolítico, e o Bronze Inicial, e podemos observar a sua distribuição espacial no **mapa 3**. Verificamos uma ocupação mais ou menos uniforme sobre todo o território concelhio. Também neste caso as cronologias poderão ser dúbias, mas actualmente não temos forma de contornar este problema. Acresce outra questão problemática, que está bem patente no **quadro 2**: determinados achados têm somente uma localização toponímica, que nos coloca um problema de precisão geográfica. Também podemos diferenciar alguns assentamentos pela sua função: existem locais de evidente função habitacional, como os conhecidos castros da Pedra de Ouro, de Ota, e de Pragança assim como importantes necrópoles, como é o caso da gruta de Refugidos. Mas, a separação de funções não será uma questão essencial nesta discussão, alguns autores defendem mesmo um carácter “multifuncional” dos recintos deste período (JORGE, 1999: 105), assunto que não nos parece problemático. Uma abordagem da distribuição espacial destes assentamentos permite-nos diferenciar vários núcleos de ocupação. Mais a norte, observamos vários estabelecimentos arqueológicos implantados na serra do Montejunto e nas suas cercanias: o Castro de Pragança, Achada, Vila Verde dos Francos, Cabanas de Torres, Cabanas do Chão, Abrigada, e Vale Trabum, correspondem a este núcleo. Nas proximidades do Rio de Ota podemos diferenciar outro núcleo, os locais de implantação são o Castro de Ota, Serra de Ota, Bairro, Ota, Vale das Lajes, Quinta do Espírito Santo, Canados, Quinta da Moita, e a Caverna da Moura; este último é o único local de indubitável função funerária. O terceiro núcleo está localizado nas proximidades do Ribeiro das Ceroulas, e é composto pelos achados de Paiol, Arneiro, Merceana, Aldeia Galega da Merceana, e Aldeia Gavinha. Todas as informações sobre este núcleo são avulsas, provém de alguns materiais arqueológicos de proveniência desconhecida, conhecemos somente as suas localizações toponímicas. Junto ao Rio de Alenquer, e à povoação de mesmo nome, há outro núcleo de implantação calcolítica composto por vários locais próximos, que formam uma mancha densa de assentamentos arqueológicos: Quinta do Chacão, Quinta do Bravo, Paredes, Cruz de Bufo, Águas, Castelo de Alenquer, Porta da Conceição, Camarnal, Alto do Pedregal, Quinta da Boavista, e Vale de Junco. A Cruz de Bufo e o Alto do Pedregal seriam, certamente, locais com função funerária. O Vale de Junco, que é paradoxalmente um sítio de altura, teria provavelmente uma função

habitacional¹¹. O derradeiro núcleo que podemos nomear localiza-se nas proximidades do Rio Grande da Pipa, e do Ribeiro de Santana da Carnota: os locais identificados são o Carregado, Quinta da Granja, Alto da Peça, Antas, Santana da Carnota, Castro da Pedra de Ouro, Castro das Curvaceiras/Amaral, e Gruta de Refugidos. Como já tivemos ocasião de referir num trabalho anterior, consideramos que o Castro das Curvaceiras e o Castro do Amaral são um mesmo local arqueológico, situado num imenso planalto (COSTA; 2006: 15-16), e não, dois locais perfeitamente diferenciados, opinião comum a Ernâni Barbosa (BARBOSA; 1955: 115). A Gruta de Refugidos foi um local de inumação, de onde foram exumados diversos restos osteológicos (ATHAYDE; 1933), assim como abundante cerâmica de estilo campaniforme. É de notar a localização deste importante local funerário, que se situa no centro, e mais ou menos equidistante, aos três castros conhecidos da zona: Castro das Curvaceiras/Amaral, Castro da Pedra de Ouro, e Alto da Peça. Quando comparamos os sítios de presença humana na Pré-História, com os da Pré-História Recente, podemos sintetizar que, neste último período se processou uma transferência da ocupação para locais mais interiores (mais longe do Rio Tejo, e mais para o interior do concelho), privilegiando, sobretudo, os locais de altura com um bom domínio visual da paisagem. Tornando-se estes locais, por vezes, “marcos incontornáveis de referência visual” (JORGE, 2003a: 15) mesmo que, as suas muralhas possam ser nalguns casos, como por exemplo no castro da Pedra do Ouro, quase ornamentais [Victor S. Gonçalves *in* (MEDINA; 2004: 384)].

Decidimos apresentar os locais com vestígios de ocupação da Proto-História no seu conjunto, não diferenciando os sítios da Idade do Bronze dos sítios da Idade do Ferro, como se observa no **mapa 4**. Mas esta diferenciação foi efectuada, quando possível, no **quadro 3**. Constatamos que a ocupação deste período apresenta realidades diversas; por um lado locais de habitat e de enterramento que já foram ocupados durante o Calcolítico, e que também têm ocupação durante a proto-história; estes locais apresentam materiais que podem ser atribuídos aos dois períodos cronológicos, como por exemplo a cerâmica de estilo campaniforme, sendo por isso, referenciados como tendo uma ocupação dos dois períodos. Comparando o **mapa 3** com o **mapa 4** é fácil entender quais os locais onde se verifica esta realidade. É de notar que no Castro de Ota, onde a presença de vestígios do Calcolítico é bastante abundante, também se verifica uma forte presença de artefactos do Bronze Final (PEREIRA; 1969), que se manifesta pelos seus machados em liga de bronze; e também pela presença de um pequeno ponderal, que pode ter uma cronologia do Bronze Final/Ferro Inicial (VILAÇA; 2003). Mas também constatamos a existência de artefactos da Idade do Bronze em locais onde não conhecemos testemunhos de uma presença humana anterior,

11 Este sítio foi detectado em prospecção e deveria ser convenientemente estudado. Visto nós termos efectuado, por escassez de tempo disponível, só uma análise de cariz superficial.

como são os casos do Castelo do Salvador e do Cabeço da Raposa, ambos os sítios localizados fora do território concelhio. Também temos alguns casos de achados “aparentemente” descontextualizados, e que são normalmente chamados “depósitos de bronze” (VILAÇA; 2007), como por exemplo nos Casais das Pedreiras, localidade situada na aba sul da Serra do Montejunto, onde foram encontrados dois machados do Bronze Final (MACWHITE; 1951), um de alvado, e outro de talão; na Quinta da Escota (SILVA; 1880), um machado de alvado; e no Moinho do Raposo (JALHAY; 1943-44), um punhal tipo “Porto de Mós”. Pensamos ter localizado de forma conveniente estes dois últimos sítios num trabalho anterior¹² (COSTA; 2006). Em relação à Idade do Ferro a quantidade de sítios identificados é bastante reduzida: o Castro de Ota e o seu pequeno ponderal (já referido); o Castro da Pedra de Ouro, onde foram identificadas algumas cerâmicas que são provavelmente deste período (CARDOSO; 1999: 63), e que são provenientes de uma possível reutilização deste local como necrópole; o Castro das Curvaceiras/Amaral, onde se encontrou uma moeda Hispano-Cartaginesa (FARIA; 1987); a Berbelita¹³, local onde foram encontrados durante uma surriba alguns materiais que possivelmente pertenciam a uma necrópole de incineração (MELO *et al.*; vol. 1, 1987: 119), e onde ainda é possível observar um recinto atravessado por uma via, como se pode ver no **mapa 30** e **31**; e a Serra de Ripas, local de onde foi exumada uma xorca, que actualmente se encontra no Museu de Alenquer (GOMES *et al.*; 1983). Recentemente conseguimos localizar¹⁴ este achado próximo da localidade das Eiras, porque na publicação original não foi disponibilizada a sua localização. Na localidade de Casais da Marmeleira foi encontrada há alguns anos uma pequena estatueta, por informações a que tivemos acesso, esta poderá ser da II Idade do Ferro, mas infelizmente não pudemos confirmar esta informação inédita¹⁵.

A presença romana no concelho de Alenquer foi bastante efectiva, como testemunham os inúmeros achados nesta região. No **quadro 4** apresentamos uma listagem exaustiva desses testemunhos, e no **mapa 5** podemos observar a sua distribuição espacial. Mas, neste texto, somente iremos realçar alguns dados que nos parecem mais importantes. Seria necessário fazer uma abordagem cronológica da presença romana na área do concelho para melhor percebermos a sua evolução, mas os dados disponíveis não o permitem fazer. Mesmo sendo assim, ainda é possível destacar alguns dados provenientes da presença republicana no território. No extremo sul do concelho, já no território de Vila Franca de Xira, existe o povoado do Monte dos Castelinhos, que

12 Até ao ano de 2006 a sua localização era desconhecida.

13 Agradecemos a colaboração do professor António Rodrigues Guapo, que muito gentilmente disponibilizou todas as informações que dispunha sobre o sítio da Berbelita.

14 Agradecemos a gentileza do Sr. Carriço, morador na localidade das Eiras, que se prontificou a nos mostrar o local onde foi encontrada a xorca.

15 Apesar das diligências que efectuámos, o seu actual proprietário recusou-se a nos mostrar a estatueta em causa, que pertenceria a seu falecido pai, negando a sua existência. Mas, por informações a que tivemos acesso, poderá tratar-se de uma pequena estatueta de origem fenícia.

tem uma cronologia provável dos séculos I a.C./I d. C. (PIMENTA *et al.*; 2008: 26-37). Também foram encontrados dois tesouros de cronologia republicana, um no Pinhal do Alvarinho (SAA; 1960), e o outro nos Casais dos Cabeços (VIEGAS *et al.*; 1984), ambos dos séculos II/I a.C., e possivelmente relacionados com as guerras dos finais da república romana. Os vestígios de período imperial são mais vastos, e de uma forma geral, foram encontrados um pouco por todo o território concelhio, mas também em concelhos limítrofes. Há que destacar o aglomerado populacional que se encontrava na actual Paredes-Alenquer, este local já apresentava algumas estruturas de cariz urbano, que atestam a civilidade das populações que aí então viviam¹⁶.

A partir do fim do império romano os materiais arqueológicos são raros, num documento inédito de H. Cabaço¹⁷ existe uma informação sobre a existência de uma “póvoa visigótica” na Quinta do Falcão (ver **quadro 5**); esta informação é importante, mas carece de uma investigação aprofundada que a possa confirmar. Também o “Santuário Mariano” nos informa de um culto cristão praticado por uns eremitas nos inícios do século VIII, no santuário da Nossa Senhora da Ameixoeira. Segundo o autor deste documento este culto efectuava-se num local onde estava “a impressão da planta do seu sagrado pé (de Nossa Senhora) estampada em uma pedra” (MELO *et al.*; 1987, vol 2: 165-166). Com esta informação, ficamos a saber que o culto cristão no Santuário da Nossa Senhora da Ameixoeira já se praticava pelo menos desde o ano 700 d. C., mas não menos importante, é a referência a uma gravura rupestre neste local, que inferimos a partir da lenda da impressão do pé de nossa senhora. Este tipo de lendas surge normalmente associada a gravuras rupestres - decorrentes de cultos pré-cristãos (ver **quadro 6**). Por isso, este local de culto deveria ser muito anterior à chegada do cristianismo. No **mapa 6** podemos observar a implantação espacial destes locais, assim como dos que descrevemos de seguida.

Sobre a invasão islâmica e a conseqüente presença árabe e berbere, os dados que dispomos actualmente são bastante reduzidos, e não reflectem os mais de quatrocentos anos de predomínio dos seguidores de Maomé neste território. Mas, mesmo assim, existem ainda alguns dados que podemos reportar a este período. O topónimo Mossorovia que parece indicar um sítio anteriormente habitado por Moçárabes. Uma cerâmica proveniente do Castelo de Alenquer, nomeadamente uma taça exposta no Museu Municipal de Alenquer¹⁸, decorada a verde e manganês, mas esta, apesar de apresentar um método decorativo semelhante ao utilizado em período islâmico, deverá ser posterior. Também a informação, dada por Guilherme Henriques que, a Igreja de Santo Estêvão teria sido “erigida por D. Afonso Henriques sobre uma mesquita de mouros” (HENRIQUES; 1902: 87). Esta igreja foi destruída em finais do século XIX para dar lugar a uma escola de instrução primária (onde

16 Assunto que será convenientemente desenvolvido no capítulo 10.

17 Um mapa, com a localização de vários sítios arqueológicos, que se encontra no Museu Municipal de Alenquer.

18 Tem, neste museu, o número de inventário: 1713.

se situa actualmente o Museu Municipal de Alenquer “Hipólito Cabaço”), mas, o recinto que delimita o actual museu, e que poderá corresponder às paredes exteriores da igreja, apresenta uma forma trapezoidal, com a parede do lado sul maior que a parede do lado norte¹⁹, podendo, desta forma, corresponder à parede sul de uma mesquita (que está virada para Meca) onde os muçulmanos instalavam normalmente o *mirab*. Assim, não nos parece especulativa a informação dada por G. Henriques, porque a morfologia do recinto do museu comprova a possibilidade de a igreja de Santo Estêvão ter sido construída sobre uma mesquita. Sobre este período há também a referir o aparecimento de umas moedas árabes no castro de Ota, mas não conhecemos o seu contexto. Também o topónimo Meca nos leva a inferir a existência de um local de culto islâmico, mas nenhum vestígio material comprova esta especulação. Estes são os poucos dados que actualmente podemos disponibilizar sobre a presença da brilhante civilização islâmica no território alenquerense, e que podem reflectir o verdadeiro espírito das cruzadas - a intolerância religiosa (MAALOUF; 2006), e a tentativa de aniquilação do passado islâmico, através da destruição dos seus vestígios materiais.

Os períodos que seguem são melhor conhecidos e seguem - de forma geral, a evolução da história da nação fundada por D. Afonso Henriques no século XII.

Alenquer foi conquistada aos mouros no ano de 1148 por D. Afonso Henriques e as tropas em cruzada que o acompanhavam (RIBEIRO, 1936). Neste período há que realçar a existência de três concelhos na região: o de Alenquer, o de Vila Verde dos Francos, e o de Aldeia Galega da Merceana, que deviam corresponder a três territórios administrativos distintos. Alguns anos após a reconquista, o território de Alenquer foi doado pelo Rei D. Sancho I a sua filha Dona Sancha. Foi esta infanta que deu a primeira carta de foral a Alenquer em 1212. A carta de foral é um documento que essencialmente regula os conflitos de interesse entre a donatária do território e o poder concelhio anteriormente estabelecido, normalizando, também, a regular cobrança de impostos para o sustento do poder senhorial. A partilha de poderes entre poder concelhio já instalado, e o novo poder de cariz senhorial, não terá sido pacífica e certamente terá provocado atritos. Estas comunidades, onde existia partilha de poderes, apresentam características particulares; são o que José Mattoso chama de “comunidades híbridas” que são “resultantes de uma tentativa de conciliação do regime senhorial com a autonomia municipal, mesmo sob a chefia de senhorios privados” (MATTOSO; 2001: 84). Neste período havia a tendência geral a manter privilégios anteriormente adquiridos, os poderes locais eram encarados como “comunidades naturais”, e dificilmente lhe eram retiradas as suas prerrogativas. “Por mais estranha que fosse a divisão administrativa herdada da história, ela permaneceria quase inviolável na maior parte dos casos”

19 A parede sul tem 17,30 metros de comprimento, e a norte 16 metros.

[Nuno Gonçalo Monteiro *in* (OLIVEIRA; 1996: 27)]. Mas a questão da partilha do poder que se verificou em Alenquer não se deve ter passado no concelho de Aldeia Galega da Merceana: este concelho recebeu a sua primeira carta de foral no ano de 1305, doado pelo Rei D. Dinis; pode ter mantido independente o seu poder concelhio (não temos dados que nos indiquem o contrário). Mas a situação em Vila Verde dos Francos teve desenvolvimentos diferentes, este concelho teve um primeiro foral dado pelo seu primeiro donatário D. Alardo, um cruzado franco, a quem este território foi doado, pelos seus préstimos nas armas, ao lutar na reconquista ao lado de D. Afonso Henriques. Este cruzado fundou um pequeno castelo senhorial a sul da actual povoação (ver **quadro 7**, e também o **mapa 7**). A atribuição por D. Alardo deste foral a Vila Verde dos Francos pode significar a regularização de uma situação já existente, quero dizer, a regulamentação de uma situação anterior. Este local poderia já ser habitado antes da chegada dos francos, não sendo, por isso, uma fundação de raiz²⁰. Esta situação poderia ser melhor esclarecida se conhecêssemos o texto do primeiro foral, mas este não é conhecido. Este primeiro documento foi posteriormente confirmado pelo Rei D. Afonso II que doou uma nova carta de foral no ano de 1217.

A história de Alenquer a partir deste período é melhor conhecida. Pelos textos temos a percepção que o território começa a ser ocupado de forma mais intensa - estes referem diversas localidades - como podemos constatar ao consultar os quadros que estão em anexo. Não sabemos certamente as datas de fundação destas localidades, que nos aparecem pela primeira vez nos textos, sabemos somente que essas localidades terão uma fundação anterior à data em que pela primeira vez são referidas num documento, os textos dão-nos assim uma datação *ante quem* para as localidades. Ao consultarmos os **quadros 8, 9, 10, e 11**, que não são um levantamento exaustivo do povoamento do concelho, mas só o levantamento que nos foi possível efectuar, temos uma noção da intensa ocupação do território a partir da reconquista, e até finais da Época Moderna. Mas temos de ter a noção que este incremento de povoamento medieval e moderno pode ser enganoso, porque não conhecemos a realidade anterior de ocupação do território visto que para as datas anteriores à reconquista os dados são bastante reduzidos e não nos ajudam a perceber esta problemática, mas sem dúvida, que as condições anteriores à reconquista certamente influenciaram bastante o que se lhe seguiu (SILBERT; 1978: 91).

Para a ocupação o território nos séculos XV/XVI utilizamos fundamentalmente a obra de João Pedro Ferro (FERRO; 1996: 30-35) e os topónimos nela referidos, como se pode ver no **quadro 18** e no **mapa 11**.

Existem mais dois quadros que têm os dados mais recentes sobre a ocupação do território. O

20 Na alínea 10.2 iremos proceder a uma análise morfológica deste território, de forma a tentarmos esclarecer convenientemente esta questão.

quadro 12 apresenta a síntese da ocupação territorial no século XVIII, e a sua materialização espacial está expressa no **mapa 13**. Os locais que foram ocupados somente no século XIX e XX estão representados no **quadro 13** e no **mapa 14**.

A história deste território também pode ser contada por alguns factos importantes. Durante a crise dinástica de 1383-85, o alcaide de Alenquer tomou partido contra o mestre de Aviz - futuro rei de Portugal - com consequências graves para a Vila de Alenquer; o mestre transportou a sua artilharia desde Torres Vedras, durante o Inverno, e após um longo cerco ocupou o castelo de Alenquer e como retaliação pela deslealdade do alcaide destruiu parte das muralhas deste burgo. Mas a destruição das muralhas não se confinou ao século XIV, pois já em pleno século XIX uma parte do pano das muralhas foi deitado abaixo para que melhor se pudesse construir a estrada entre a porta da Conceição e a praça do município (HENRIQUES; 1902: 37). Como se verifica, a destruição das muralhas não foi um exclusivo de uma mente medieval pragmática, mas também, um produto dos esforços progressistas emanados dos ilustres espíritos liberais!

A história de Alenquer também se poderia fazer por alguns dos seus naturais ilustres, mas vou somente referir a ilustre personalidade de Damião de Goes, protegido do rei, humanista, amigo de Erasmo de Roterdão, conhecido de Martinho Lutero, e vítima da inquisição!

3.2. As fontes históricas.

Para a elaboração da descrição histórica utilizámos várias fontes; mas essencialmente empregámos obras de história local, optando, conscientemente, por não consultar as fontes primárias.

As fontes primárias colocar-nos-iam diversos problemas, nomeadamente a nossa ignorância na ciência Paleográfica - que não nos permitiria transcrever correctamente os textos antigos - assim recorreremos aos trabalhos já publicados sobre este território. Os trabalhos existentes não são muitos, existem alguns de carácter geral que acabam por se referir também ao território de Alenquer, e outros de história local, que como é óbvio só se debruçam sobre este território.

Os textos não têm só ideias, factos políticos, etc. Estes também contêm informações importantes de índole geográfica, como por exemplo nomes de lugares, casais, quintas, ermidas, pontes, estradas, produções agrícolas, recursos naturais, e outro tipo de informações que nos permitem compilar um quadro geográfico possível do território. Neste âmbito a obra *Alenquer 1758 - O Actual Concelho nas Memórias Paroquiais* (MARTINS; 2008) revela-se um documento imprescindível para o conhecimento da geografia do século XVIII do Concelho de Alenquer.

Mas, os textos não são suficientes para se ter um conhecimento profundo do território em

estudo. Para o objectivo que nos propomos, temos de ter um conhecimento profundo sobre as paisagens actuais, de forma a podermos perceber as paisagens antigas; temos de ter em conta que, muitas vezes, o discurso sobre o espaço geográfico é feito a partir de determinados pressupostos, sejam eles de índole económica, ideológica, ou intelectual, que não se coadunam com a realidade observada no terreno, e sendo assim, temos de manter as devidas reservas, e efectuar a crítica necessária ao ler os discursos sobre as paisagens antigas.

3.3. As fontes arqueológicas.

As fontes arqueológicas são bastante abundantes para determinados períodos históricos, mas para outros são reduzidas e sem dúvida insuficientes.

Quando estudamos a realidade arqueológica de uma qualquer região, ou até de um sítio arqueológico, temos de ter a consciência que os dados que conhecemos são sempre redutores em relação à realidade do tempo que estudamos, e que nunca conseguiremos conhecer totalmente o passado - só parcialmente. Dito de outra forma, o trabalho dos investigadores do passado (independentemente da sua área de formação) só revela uma parte da realidade existente num determinado tempo histórico, e essa revelação está condicionada pela quantidade, e pela qualidade, dos dados conhecidos. O Arqueólogo tem de ter consciência que a escavação de um local arqueológico também lhe dá sempre uma visão parcial desse mesmo local arqueológico. Inevitavelmente o que o arqueólogo escava é um sítio abandonado, e o momento que o arqueólogo “capta” na escavação é um momento de abandono do local arqueológico, raramente um momento de plena actividade humana nesse local. Neste âmbito, qualquer reconstituição do passado é sempre parcial, e crer que podemos ter uma visão intacta do passado é ilusório. É a essa ilusão que por vezes alguns arqueólogos têm que Laurent Olivier chama “síndrome de Pompeia” [Laurent Olivier *in* (WATTEAUX; 2009: 550)]. Este síndrome pressupõe que os locais arqueológicos não foram ordinariamente abandonados paulatinamente, mas sim, que no momento da escavação, estão tal e qual como estavam no seu período de funcionamento pleno - somente cobertos por uma (ou várias) camada de sedimentos. Ora, como nós arqueólogos bem sabemos, o estado intacto em que hoje se pode encontrar e escavar as ruínas de Pompeia, ou de Herculano, cidades soterradas pelas cinzas e pela lava do Vesúvio, são excepções, e não a regra das escavações arqueológicas!

Uma observação sobre uma longa ocupação de um espaço foi efectuada por Jean-François BERGER e Cécile JUNG [BERGER, JUNG; *in* (CHOUQUER; 2007: 62)] em Pierrelatte, “les Malones” (Drôme) (ver **figura 6**). Este desenho tem informações pertinentes para a questão da validade das fontes arqueológicas; podemos observar uma longa série de unidades estratigráficas

(HARRIS; 1991) que se desenvolvem umas sobre as outras, e que correspondem a cerca de 2000 anos de história deste espaço, um fosso inicial foi várias vezes colmatado, e reaberto, mesmo nas ocasiões em que estava completamente soterrado por uma camada que o cobria totalmente, e o deixava oculto. Este corte estratigráfico mostra-nos um exemplo de transmissão (com a mesma função) e transformação (com uma função diferente) isotópica²¹ de um antigo fosso, este foi colmatado várias vezes, mas transmitiu a sua herança ao parcelário actual. É uma situação de transmissão da informação antiga (representada pelas incisões mais profundas) à superfície do solo pela transformação incessante desta porção de espaço ao longo de 2000 anos. Esta transmissão explica que a localização e a orientação dos fossos antigos são actualmente os dos limites agrários arborizados (CHOUQUER; 2007: 62). Gérard Chouquer ao referir-se ao pensamento naturalista estratificado, chamou a esta sequência um “funcionamento policíclico” fundado sobre um ciclo de criação-selagem-reactivação, várias vezes repetido” (CHOUQUER; 2000: 166). Mas este autor prefere analisar esta sequência no espaço. Este exemplo é importante para que se perceba a existência de um duplo movimento de transmissão e de transformação das formas, que não obedece ao modelo tradicional de analisar as paisagens - como um palimpsesto; mas pelo contrário, como um processo dinâmico e complexo!

Há outra questão pertinente que se reporta às investigações arqueológicas, estas estudam normalmente os locais, mas sem fazer uma conveniente ligação entre eles. Os locais arqueológicos aparecem isolados uns dos outros, e sem ligação entre si. Basta observar os nossos primeiros mapas presentes neste trabalho²², em que se colocou os assentamentos arqueológicos em grupos, correspondendo esses grupos a períodos cronológicos distintos, para que desta forma se tenha uma leitura dos assentamentos num tempo e num lugar determinados. Os sítios aparecem como pontos isolados na paisagem, sem ligação com os outros locais contemporâneos. Percebe-se facilmente que estes mapas não poderão corresponder a uma efectiva realidade espacial antiga - e não me estou a referir à ausência, nesses mapas, dos elementos naturais desse tempo antigo; que seriam sem dúvida muito importantes e necessários. Mas que os locais coevos poderiam ter um funcionamento em rede, e não deveriam permanecer como pontos isolados dos demais. Este tipo de cartas arqueológicas, apesar de representarem um determinismo, e um fixismo, e serem provenientes da forma linear de os arqueólogos encararem o tempo (CHOUQUER; 2007: 279), são ainda assim uma boa forma de iniciar um trabalho de investigação, porque permitem georeferenciar as ocorrências arqueológicas no espaço geográfico. Representam a preponderância dada ao sítio em detrimento do espaço (ROBERT; 2003b: 54). Não são, desta forma, o ponto de chegada de uma investigação, mas

21 No mesmo alinhamento vertical.

22 Estou a referir os mapas desde o número 2, até ao número 14.

sim o ponto de partida.

3.4. Conclusões sobre as fontes disponíveis.

Como as fontes que se utilizam normalmente na reconstituição do passado são redutoras em relação à realidade do tempo, pretendemos trabalhar com outras fontes que nos possam auxiliar na reconstituição desse passado. Mas, tendo a plena consciência que mesmo trabalhando com novos documentos, que nos ajudem a completar a informação sobre esse passado, o seu conhecimento será sempre parcial.

4. As novas fontes: uma abordagem diferente da documentação.

No campo da investigação científica devemos considerar toda a documentação existente como fontes para essa própria investigação. G. Chouquer propõe mesmo que se substitua o conceito de fonte, pelo conceito de documento (CHOUQUER; 2007: 217).

E esta é uma questão primordial para este autor, porque quando consideramos determinada fonte para o estudo de determinada realidade, estamos frequentemente a reduzir consideravelmente a sua amplitude informativa, ou até a amplia-la para lá do seu valor informativo. Sobre esta questão temos a opinião de Magali Watteaux: um documento não é com efeito uma fonte em si mas pode ser uma fonte para um dado problema em função da sua natureza, da sua escala, dos seus objectivos da sua data, etc. (WATTEAUX; 2009: 149). Nenhuma sociedade produziu documentação com o intuito que esta se tornasse fonte para o conhecimento, mas somente criaram documentação, para suprir as suas necessidades de vária ordem.

O que dizer por exemplo de um documento (actual ou antigo) como uma carta cadastral: este documento é uma fonte para o conhecimento histórico. Mas temos de ter também em conta, que as formas actualmente visíveis na paisagem, e que correspondam efectivamente às divisões parcelárias representadas nesse mesmo cadastro não são também estas formas, uma fonte para o conhecimento histórico. E qual destas duas representa melhor a realidade do terreno, a representação cadastral, ou a efectiva divisão parcelária que pode ser observada por uma fotografia aérea? E estas podem não ser coincidentes, um documento cadastral pode não estar de acordo com a realidade do terreno. Como interpretar duas representações da mesma realidade geográfica, que em certos pormenores são divergentes? Certamente o cruzamento de dados é a melhor forma de dar resposta à questão!

Esta última observação leva-nos a uma outra. Devemos considerar as realidades observadas nas formas das paisagens, como fontes, ou documentos para o conhecimento. E este é um problema mais vasto que tem a ver com a compartimentação disciplinar que se assiste nos nossos dias. Tradicionalmente compete à história estudar os textos, à arqueologia os dados presentes no subsolo e os artefactos humanos, e à geografia as formas presentes na paisagem. Mas será essa compartimentação dos documentos pelas disciplinas especificamente competentes uma forma correcta de interpretar os dados existentes? Não será preferível estudar todos os documentos de forma conjunta, cruzando os diversos dados neles presentes, de forma a podermos ter uma perspectiva mais completa possível da realidade existente?

Como metodologia para o nosso trabalho, utilizamos todos os documentos planimétricos (mapas, cadastros, fotografias aéreas) que conhecemos, e cruzamos os dados neles presentes com

todo o tipo de documentação que conseguimos encontrar.

4.1. As cartas.

Para a elaboração deste trabalho efectuámos uma pesquisa exaustiva da cartografia antiga. Foi na Biblioteca Nacional de Portugal, mais especificamente no seu sítio da internet (Biblioteca Nacional Digital), que encontramos uma extensa série de mapas antigos - que consultámos.

A cartografia antiga tem grandes lacunas técnicas, e a maior parte dos mapas analisados não tiveram utilidade prática para o estudo da rede viária. Desde logo, porque muitos dos mapas não têm a precisão geográfica necessária para serem utilizados num trabalho deste tipo. Os principais problemas dos mapas antigos são as distâncias e as orientações - que não são as correctas, estão deformados em relação à realidade geográfica, e assim não servem para os objectivos propostos. Mas não abdicámos de os consultar, e vimos uma enorme quantidade de mapas, contanto que: eles nos permitiriam conhecer os topónimos mais importantes, ou aqueles situados nas estradas mais importantes, no momento da sua elaboração.

Tendo em conta que os topónimos referidos nos mapas são anteriores à elaboração dos mesmos, e que os mapas contêm, não só os topónimos mais importantes, mas também aqueles que se situavam ao longo dos itinerários mais importantes, porque a elaboração dos próprios mapas se deveria efectuar “essencialmente de observações efectuadas ao longo de itinerários” (DIAS; 2006: 5); optámos assim, pela análise toponímica destes mas esta revelou-se difícil, essencialmente pela grafia utilizada nas obras, que dificilmente conseguimos decifrar. Como solução utilizámos uma leitura toponímica já efectuada (ver **figura 1**), a partir do mapa que é considerado o mais antigo de Portugal - do ano de 1561 (FERREIRA, *et al.*; 1956: 54-61), e aplicámos definitivamente esta análise toponímica como a primeira válida para o trabalho.

Para a análise toponímica também foi utilizado um mapa de 1758, o “Mappa de Portugal” de João Baptista de Castro (CASTRO; 1758). Mas este não é um tradicional mapa gráfico, mas sim um mapa descritivo efectuado com tabelas, uma forma diferente e original de fazer uma descrição cartográfica, mas que não trouxe informações relevantes.

Mas pudemos utilizar outros mapas posteriores, que já nos deram informações válidas sobre a rede viária. Estou a referir-me aos mapas identificados no **suporte cartográfico** com os números 1 e 2, e a partir dos quais elaborámos os nossos **mapas 20 e 69**. Estes dois mapas são os primeiros (na perspectiva cronológica) que nos dão informações verdadeiramente válidas sobre a rede viária. O primeiro foi elaborado em 1762, e o segundo em 1808, ambos têm já cartografadas as vias mais importantes. Mas também estes se revelaram disformes em relação à realidade geográfica, apesar

de, aparentemente, terem sido elaborados com os métodos científicos adequados; quando os tentámos colocar numa base georeferenciada, o programa *ArcGis*, estes ficaram deformados, o que atesta a sua mal formação de base, e a impossibilidade de os colocar numa base georeferenciada, daí termos optado por os colocar ao lado da documentação georeferenciada (**mapas 20**, e **69**), para efectuarmos uma mera comparação visual.

Alguns dos trabalhos de Maria Helena Dias foram de grande utilidade para o nosso estudo, apresenta-nos uma série de mapas antigos, e imediatamente anteriores às invasões francesas (DIAS; 2005 e DIAS; 2007), que representam a rede viária moderna e possibilitam outro entendimento sobre a rede viária antiga.

Mas também nos recorreremos de cartografia mais recente, nomeadamente as cartas militares na escala 1/25 000, que permitem uma leitura pormenorizada do terreno. E também a uma série de cartografia temática, que pode ser consultada no suporte cartográfico.

4.2. As fotografias aéreas.

Utilizámos as fotografias aéreas como documentos de revelação do espaço geográfico.

A Câmara Municipal de Alenquer cedeu-nos a cobertura aérea fotográfica de todo o concelho, em formato TIFF: esta cobertura fotográfica é originária de um voo recente, já do século XXI, mas, mesmo assim, foi uma importante ferramenta de trabalho.

Também utilizámos as fotografias provenientes de alguns sítios da internet, que as disponibilizam, como: o *Google Earth*, o *Live Maps*, etc. O acesso a este tipo de fotografias está actualmente bastante facilitado pelos portais digitais. Permite-nos um acesso livre e rápido a imagens de todo o planeta, e estas, de uma forma geral, apresentam uma qualidade bastante satisfatória. Os portais permitem a visualização de dados geográficos de índole diversa (com a utilização da função “camadas”), e a função *zoom* possibilita uma visão detalhada do terreno. Estes portais também permitem a visualização de fotografias mais antigas, para que se possa efectuar a comparação cronológica das fotografias. Estes sites também permitem gravar imagens, para que as possamos utilizar como suporte digital em diversos programas informáticos. As dificuldades que surgem muitas vezes para obter fotografias aéreas de boa qualidade, ou até de simples fotografias que muitas vezes têm uma qualidade limitada são superadas com a acessibilidade que nos proporcionam os portais digitais. Este é um caminho de futuro na investigação científica. O acesso fácil a imagens de boa qualidade de todo o planeta, possibilitará num futuro bem próximo, como já possibilita na actualidade, a evolução do conhecimento, tantos para os que se dedicam à investigação de maneira profissional, como aos que o fazem de maneira estritamente amadora.

Também solicitámos, junto do Instituto Geográfico do Exército, fotografias aéreas referentes ao voo da Força Aérea dos Estados Unidos da América (USAF, voo n.º 3), efectuado no ano de 1958, e que permitiam fazer uma análise regressiva mais completa da paisagem em estudo. Esta documentação não nos chegou em tempo útil e assim não foi utilizada. Não obstante, a acessibilidade dos portais digitais e o conjunto de fotografias disponibilizadas pela Câmara Municipal de Alenquer, possibilitaram a execução do trabalho.

4.3. As cartas cadastrais.

As cartas cadastrais também são uma importante ferramenta de trabalho, porque contêm a divisão actual da propriedade rural e urbana e permitem perceber a divisão das propriedades mais facilmente, do que a partir das fotografias aéreas. Mas neste trabalho não utilizámos estes documentos, os únicos que nos foram fornecidos careciam de uma grelha de georeferenciada, tornando assim difícil o seu manuseamento, porque não é fácil encontrar nestes documentos pontos comuns para os georeferenciar em SIG.

5. A foto-interpretação.

5.1 Detecção automática.

A foto-interpretação consiste na interpretação das formas visíveis nas fotografias aéreas. Este método de trabalho é um método de detecção remota, mas não o único. A detecção remota utiliza várias ferramentas: a prospecção geofísica por radar, a interpretação de fotografias aéreas, a prospecção por satélite, etc. Estes métodos são, já há algum tempo, utilizados por geógrafos, arqueólogos, e profissionais de outras áreas científicas, na procura de metodologias diferentes das habituais em arqueologia, de forma que os resultados das investigações também possam ser diferentes.

A prospecção geofísica é um dos métodos de prospecção, e utiliza um geo-radar. Uma das práticas utilizadas é a prospecção geomagnética, método que consiste na medição da amplitude de determinado campo magnético, e na interpretação da carta geomagnética - documento derivado do processo e que apresenta as medições efectuadas, deve-se isolar as anomalias presentes neste documento, e compreender as paleoformas observadas, sejam elas de carácter antrópico ou não (SILVA *et al.*; 2007). Este método apresenta custos menos elevados que a escavação arqueológica, mas à semelhança deste outro método, os seus resultados não são completamente eficazes, havendo, por vezes, locais com ocupação antrópica que não são detectados como comprovou Sandrine Robert (ROBERT; 2003a: 291-320).

A prospecção por satélite utiliza métodos semelhantes à foto-interpretação, mas não utiliza as simples fotografias aéreas a que normalmente temos acesso, mas sim, imagens por satélite. Estas imagens têm a capacidade de revelar espectros de luz muito superiores às fotografias, revelando assim, formas que as fotografias não nos possibilitam ver. Mas actualmente, o acesso a este tipo de imagens ainda é algo restrito, o que dificulta a execução de um trabalho já baseado nestes suportes de imagem.

Têm-se desenvolvido recentemente outros métodos da detecção automática. Helena Rua propôs um método de *Detecção Automática de Villae em Meio Rural no Portugal Romano* (RUA; 2007), recorrendo aos sistemas de informação geográfica (SIG). Este método, que processa uma série de variáveis ambientais julgadas ideais para a implementação de *villae*, assim como a proximidade de vias romanas conhecidas, pretende determinar o potencial arqueológico de uma região para a implantação de explorações rurais romanas, determinando os locais óptimos para o estabelecimento das *villae*. Pensamos que este método tem as suas potencialidades. Mas temos uma ressalva a fazer, tendo em conta, que as variáveis ambientais processadas são as conhecidas na

actualidade, e que algumas vias romanas podem se encontrar sob as vias actuais (VION; 1989: 69); será possível que este método revele somente um potencial arqueológico romano, não revelará também o potencial arqueológico desde o período romano até aos nossos dias? Porque efectivamente, os bons locais para a exploração rural não serão muito diferentes desde o período romano até à actualidade!

5.2. Metodologias de foto-interpretação.

A foto-interpretação é um dos métodos de detecção remota que podemos utilizar. Este método, já bastante antigo, consiste na captura, observação, e interpretação de fotografias aéreas, com o objectivo de identificar vestígios arqueológicos; debutou nos inícios do Séc. XX, e é o resultado do desenvolvimento da aviação, e consequentemente da fotografia aérea. Após a II Guerra Mundial, e resultado dos progressos tecnológicos então desenvolvidos, este método teve um grande impulso - nomeadamente em Inglaterra; tendo havido também um grande incremento neste tipo de estudos em França, e em Itália. Em Inglaterra a *Royal Commission of Historical Monuments of England* foi a instituição impulsionadora dos trabalhos. Foram pioneiros desta disciplina homens com Dr. Wilson, D. N. Riley, Roger Agache, e principalmente J. K. St-Joshep. Este último captou mais de 400 000 fotografias durante a sua vida, e efectuou um trabalho meritório na interpretação destas imagens.

Também em Portugal estes métodos já foram utilizados, algumas vezes, por alguns investigadores; o Doutor Manuel Calado da Universidade de Lisboa, o Doutor José Manuel Mascarenhas (MASCARENHAS; 1994) da Universidade de Évora, e o Doutor Vasco Mantas (MANTAS; 1996a. e 1996b) da Universidade de Coimbra. Estes investigadores foram pioneiros da teledetecção em Portugal. Mas também há casos empíricos, como o do Dr. José Roquette: este banqueiro encontrou fortuitamente a partir da observação em altitude um assentamento Pré-histórico na sua Herdade dos Perdígões perto de Reguengos de Monsaraz.

Os métodos de foto-interpretação permitem ler, localizar e cartografar as formas visíveis nas fotografias aéreas que tivermos acesso. A foto-interpretação recorre-se de fotografias de altitude verticais e/ou oblíquas, e identifica “formas fósseis”²³ ou paleo-formas existentes no solo (CHOUQUER *et al.*; 1991: 209). Estas formas são visíveis na paisagem como traços, e a arqueologia verifica posteriormente, através de sondagens arqueológicas, se esses traços correspondem ou não a formas arqueológicas (ROBERT; 2003b: 56). Independentemente de quais

23 “Forma fóssil” será a maneira mais correcta de nomear os traços visíveis por fotografia, devido ao seu carácter antigo.

as estruturas que estejam soterradas, sejam habitações, recintos de vária ordem, fossas, fossos, parcelários, vias, etc., estas estruturas podem ser observadas por fotografia aérea, podem ser interpretadas e podem ser classificadas por sondagens de avaliação.

As estruturas soterradas revelam-se à superfície - a partir da foto-interpretação, de várias formas, como veremos de seguida.

Na **figura 4** está representada a “linguagem” dos traços em foto-interpretação. O aparecimento dos traços à superfície do solo, a partir da fotografia aérea, é antes de tudo o resultado de reacções físico-químicas [DELÉTANG; 1998: 94 *in* (ROBERT; 2003: 297)]. Como se vê no esquema, as estruturas soterradas provocam diferentes reacções à superfície do solo influenciando na forma como a **vegetação** se desenvolve. Outro tipo de testemunhos à superfície do solo também são o resultado das estruturas soterradas. A **humidade** que se desenvolve junto às estruturas, e que marca o solo com tonalidades diferentes: a acumulação de humidade potencia uma tonalidade mais escura que o solo circundante. Mas para efectuar estes exercícios de foto-interpretação, tem de ser tido em conta a inclinação do terreno: esta relação topográfica é importante, porque as estruturas ao constituírem uma barreira ao sentido descendente da humidade, acumulam-na do lado de onde esta surge. Este factor é significativo em foto-interpretação porque permite a visualização das estruturas que se vêem como traços no terreno, ao invés dos paleo-canaís que apresentam formas difusas. Os **traços das alterações à composição do terreno** são provocados por estruturas que estão em desfragmentação, por causas naturais, ou por acção antrópica, por exemplo um arado; estas provocam uma tonalidade diferente no solo, porque a estrutura em desfragmentação é de cor diferente do solo que a cobre e rodeia. Os **traços de micro relevo** que depois de serem cobertos pela sedimentação podem ser revelados a partir da fotografia, porque a superfície do solo reflecte as suas formas, não obstante destas aparecerem de uma forma atenuada e algo difusa. Os **traços de anomalias** referem-se a relevos topográficos que também potenciam uma diferente coloração do solo. E os **traços de sobrevivência** referem-se a formas existentes à superfície, e que reflectem situações herdadas na paisagem, testemunhos da sua antiguidade (PICARRETA *et al.*; 2000).

Na foto-interpretação também devemos utilizar programas informáticos específicos para o tratamento das fotografias, e algumas das ferramentas disponíveis nestes programas de forma a realçar determinadas ocorrências das fotografias, que por vezes se encontram esbatidas, e por isso de difícil percepção. Anteriormente, os foto-intérpretes tinham de utilizar várias combinações de filmes fotográficos e tempos de exposição desses filmes, para obterem várias possibilidades de revelação da luz, através de cores e contrastes diferentes (BARISANO *et al.*; *in* BARISANO; 1988: 25-43). Actualmente, e recorrendo aos meios informáticos disponíveis (VVAA; 1998a), é possível obter várias combinações de revelação das fotos sobre o mesmo suporte fotográfico; algumas

funções²⁴ permitem ver espectros de luz que não são captados pelo olho humano, mas que se tornam visíveis ao aplicarmos funções que os transformam. A luz captada pelas fotografias revela formas que normalmente não poderíamos perceber. Os documentos são observados a várias escalas, recorrendo à opção *zoom* dos programas informáticos. As aerofotografias²⁵ são ampliadas para escalas maiores, com o objectivo de melhor lermos as formas nelas existentes, e conseqüentemente, termos uma maior possibilidade de leitura dos detalhes do terreno. Mesmo as formas de dimensão mais reduzida podem ser cartografadas ao utilizarmos estas metodologias para a sua observação.

Mas as fotografias não nos revelam todas as formas fósseis existentes, há vários factores que influem na capacidade das fotografias revelarem as formas fósseis, nomeadamente as condições de luz, as condições de humidade dos solos, a inclinação do avião em relação ao solo, etc. Assim sendo, formas que são perfeitamente visíveis em determinadas fotografias, podem ser completamente invisíveis noutras, e vice-versa. Há que ter em conta todos estes factores quando se interpretam fotografias aéreas. Por isso, para se proceder a um trabalho de foto-interpretação o mais completo possível, recorre-se a várias fotografias, tiradas em diferentes ocasiões e no mesmo local.

5.3. A foto-interpretação no território de Alenquer.

No território de Alenquer efectuámos a detecção de algumas estruturas por foto-interpretação; para este trabalho utilizámos as fotografias disponíveis nos portais digitais e também as fotografias gentilmente cedidas pela Câmara Municipal. Este trabalho não foi feito de maneira exaustiva, pelo contrário, este decorreu normalmente e ao acaso, no decorrer do processo de investigação da rede viária; de qualquer forma não deixaremos de apresentar estas estruturas, mas com a consciência que o trabalho de foto-interpretação neste território ainda está por fazer. No **quadro 17** apresentamos uma síntese destas estruturas, e de seguida iremos referir algumas sobre as quais temos mais dados.

A Berbelita é um local onde foram encontrados vestígios arqueológicos (uma necrópole de incineração), provavelmente da Idade do Ferro, e foi referenciado há alguns anos (MELO *et al.*; vol. 1, 1987: 119), mas com poucos pormenores.

No Casal do Reguengo, Quinta dos Quartos, e Quinta do Lagar Novo existem estruturas soterradas que serão referidas na alínea 10.1.

24 Por exemplo no programa *Photoshop* existem algumas funções como: *brightness/contrast, levels, curves, exposure, vibrance, hue/saturation, color balance, black & white, photo philter*, etc. Que possibilitam o tratamento digital das fotografias.

25 Ou fotografias aéreas.

Pardieiros 2 é uma estrutura rectangular, que se situa muito próximo a um local onde foram encontradas moedas de período romano, designado por Pardieiros 1, estes dois locais podem estar relacionados um com o outro devido à sua proximidade (ver **mapa 36**).

O casal das cancelas é um sítio interessante para estudar porque associa a um recinto semi-circular um parcelário radial (ver **mapa 40**).

Em relação aos sítios da Vassala, Ajoujo, e Quinta da Vala Nova, temos poucos dados que nos possam elucidar, a não ser a sua proximidade ao itinerário de grande percurso designado por 3b²⁶, como se pode verificar no **mapa 42**. De qualquer forma os dados que dispomos não nos permitem relacionar estas estruturas com o itinerário referido.

Sintetizando, estas são as formas reveladas pela foto-interpretação, algumas voltarão a ser referidas no decorrer desta trabalho, por estarem directamente relacionadas com a problemática das redes viárias.

5.4. Conclusões.

Este método opera uma revolução na visão, porque nos revela formas arqueológicas que de outra maneira dificilmente percepcionávamos. Em Portugal, a foto-interpretação não está prevista na actual legislação como método de prospecção, mas pensamos que seria uma mais-valia para a arqueologia preventiva, como já se faz noutros países. Desde o início dos anos 90, que em França se utiliza a foto-interpretação no estudo de paisagens antigas (ROBERT; 2003b: 53). Por cá, os arqueólogos utilizam as fotografias aéreas em determinados trabalhos, nomeadamente na localização de sítios, e por vezes em tentativas incipientes de prospecção. Actualmente, e apesar de haver alguma sensibilidade para as potencialidades destes métodos, falta um conhecimento especializado por parte dos arqueólogos; as tentativas de foto-interpretação que se fazem são normalmente²⁷ pouco produtivas, por causa da falta de conhecimentos técnicos de quem o pretende fazer. Não podendo generalizar, por haver honrosas excepções, os trabalhos que se têm efectuado acabam por ter resultados insuficientes, por falta de conhecimento dos métodos e das práticas que se devem utilizar para uma boa interpretação das fotografias aéreas.

Sobre esta problemática gostaríamos de deixar a opinião do Doutor Vítor O. Jorge, ilustre catedrático em Pré-História, e professor na Universidade do Porto: “ Para o arqueólogo, por exemplo, o avião foi tão revolucionário (Primeira Guerra Mundial) que lhe permitiu, pela primeira vez, conceber uma “arqueologia da paisagem”, onde a unidade de referência deixou de ser o

26 Ver a alínea: 8.3.4.2.

27 Na sua maior parte.

objecto/estrutura, ou o sítio, mas o espaço todo, palco da “aventura” humana, que esta transformou num autêntico palimpsesto (é óbvio que em Portugal ainda é difícil, passado um século, e por falta de meios e também de coragem para os exigir - o que resulta sempre de uma tomada de consciência crítica, que se situa ao nível epistemológico, e portanto muito difícil de mudar - trabalhar nesta óptica)” (JORGE; 2003b: 102).

Sobre esta frase podemos fazer algumas observações. Será que o avião foi tão revolucionário que permitiu ao arqueólogo conceber uma “arqueologia da paisagem”? Pensamos que não! Os habituais estudos de fotografia aérea, um pouco por todo o lado, e também em Portugal, utilizaram normalmente fotografias oblíquas de baixa altitude, que permitem normalmente fazer uma prospecção de formas arqueológicas, e identificar sítios de ocupação antrópica. E esta não é uma arqueologia da paisagem, porque a paisagem é uma realidade que se estende pelo espaço geográfico, e não um sítio arqueológico estrito; a prospecção a partir de fotografias aéreas oblíquas só permite identificar pequenos sítios. Para se efectuar uma verdadeira “arqueologia da paisagem” é necessário que se estude espaços amplos e para tal é necessário a interpretação de fotografias de grande altitude, captadas em ângulos quase rectos em relação ao solo. A interpretação de fotografias de grande altitude está normalmente ausente dos trabalhos arqueológicos, pela falta de formação dos profissionais. O estudo de espaços geográficos amplos é (normalmente) incumbência dos geógrafos e faltam aos arqueólogos os conhecimentos especializados para que o possam fazer. Assim, o aparecimento do avião não foi uma autêntica revolução no conhecimento das paisagens, mas somente, mais uma maneira de prospectar sítios arqueológicos.

6. Abordagem epistemológica.

6.1. O modelo “sistémico”. Um programa utópico!

O modelo sistémico postula que se devem estudar os objectos de forma interligada, sejam estes de origem antrópica ou não. As investigações científicas são frequentemente baseadas em paradigmas que pretendem espartear os objectos por várias disciplinas, cada uma mais adequada a estudar determinado objecto que outra. Existe um processo de individualização da natureza por exclusão (CHOUQUER; 2008: 89). Esta forma de investigar as sociedades provém do naturalismo das sociedades modernas e das suas ontologias²⁸. Mas essa especialização disciplinar coloca-nos problemas quando pretendemos perceber os vários objectos no seu conjunto e a forma como estes se relacionam entre si. A esta especialização Gérard Chouquer chama “fragmentação das disciplinas”; para este autor esta “efervescência disciplinar traduz a dificuldade de discutir os objectos” (CHOUQUER; 2007: 171). Seguindo este raciocínio há que ter em conta que a distinção entre natureza e homem não é pertinente porque estes fazem parte de um mesmo ecossistema, nenhum ecossistema pode ser definido fora do homem, porque a ciência já não pode ser totalmente exterior ao seu objecto de estudo (CHOUQUER; 2008: 94).

A abordagem sistémica reflectiu sobre o valor do conhecimento científico. “A adopção do modelo sistémico tem a consequência epistemológica de redefinir o objecto do conhecimento. Nestas condições, querer aprender o conjunto de inter-relações existentes entre o homem e o ambiente biofísico próximo torna necessário a adopção de uma atitude de tipo “sistémico”. Esta possui, por essência, uma dimensão interdisciplinar e holística, o sistema se definindo como sendo outra coisa que a soma dos seus elementos constituintes” (MAIGROT; 2008: 2). Assim, uma abordagem tradicional que divida os objectos de estudo por disciplinas distintas - baseada nos princípios cartesianos - terá sempre dificuldade em compreender o conjunto objectos e a forma como estes se relacionam, porque estes não funcionam de maneira isolada, será sempre uma visão científica truncada, sobre a qual podemos equacionar a sua validade.

Existem numerosas definições de sistema, mas que, na maior parte das vezes, acentuam sobre o carácter de totalidade, globalidade, definindo-o como um conjunto de elementos, ou sobre o carácter relacional, ou ligando estas duas características, propondo considerar o sistema como um conjunto de unidades em interacção (MARCHAND; 2000: 35). Os conceitos fundamentais de sistema que podemos determinar são a interacção, a globalidade, a organização e a complexidade

28 A diversidade de ontologias, ou de visões do mundo, é-nos explicada pelo estruturalista Philippe Descola [Philippe Descola (2005), *Par-delà nature et culture*, ed. Gallimard, Paris].

(*Id.*). “Os objectos dão lugar aos sistemas. Em lugar das essências e das substâncias, a organização; em lugar das unidades simples e elementares, as unidades complexas; em lugar dos agregados formando corpos, os sistemas de sistemas de sistemas” (MORIN; 1997: 119). A dimensão interdisciplinar holística é complexa, como nos adverte Edgar Morin. Para este autor o todo é superior à soma das partes, assim como, o todo é inferior à soma das partes (MORIN; 1997). Interessa reter necessariamente a complexidade da questão e que a abordagem sistémica suplanta uma abordagem fragmentária dos objectos que ignora o seu carácter relacional.

A organização dos conhecimentos que articula as diferentes aproximações sistémicas está representada de forma esquemática na **figura 7**. O autor combina o “morfo-sistema”, ou “esfera dos sistemas de reificação/espacialização”, que contém as formas de representação do espaço, as formas de reificação, as formas de relação no espaço, e as formas de delimitação do espaço. Com o “ecossistema”, ou “ecocomplexo”, ou “esfera das relações naturais”, que contém o potencial abiótico, a acção biológica, e a utilização antrópica. E ainda, o “sociosistema”, ou “esfera das relações sociais de produção”, que inclui as relações sociais de produção, o modo de exploração do espaço agrário e quadros materiais do trabalho camponês, e práticas sociais de trabalho (individuais, colectivas, tribais, estatais).

A arqueogeografia foi inspirada pela teoria sistémica nos anos 90, um período embrionário de formação da disciplina. Neste período, G. Chouquer pensou que esta teoria poderia responder às suas perguntas. Baseando-se nos pensamentos de E. Morin e na teoria do sistema geral, este autor pretendeu organizar os diversos sistemas. Mas, G. Chouquer compreendeu mais tarde a **dimensão utópica do sistemismo**, e agora prefere uma forma mais pragmática de pensar a que chama: “uma espécie de sistemismo muito moderado” ou “sistemismo limitado”. Assim, a arqueogeografia não é sistémica. Porque sistémico significa uma utopia: pensar que se pode escrever um programa que integre todas as dimensões, todas as ligações, tanto as naturais como as sociais, é irreal. O pensamento sistémico é útil e o horizonte teórico de E. Morin dá-nos ideias muito férteis. Mas, é impossível fazer uma investigação baseada neste horizonte teórico; faltam as metodologias de conversão, de redução, e de simplificação necessárias²⁹.

Sobre esta questão, refiro novamente a opinião de Gérard Chouquer: este investigador, para trabalhar, tem a necessidade de dispor num mesmo plano de todos os documentos que conhece, e de todas as questões das quais o seu espírito está consciente no momento em que trabalha (CHOUQUER; 2000: 111). G. Chouquer prefere uma organização dos conhecimentos em que coloca o espaço no centro do debate, ultrapassando assim o quadro disciplinar. Desta maneira, a arqueogeografia não se situa no âmbito do sistemismo, mas sim, num âmbito interdisciplinar

29 Agradeço ao Doutor Gérard Chouquer por me ter esclarecido esta questão complexa.

pragmático.

6.2. As razões de escolha dos métodos da arqueogeografia.

As razões da escolha da arqueogeografia como método de pesquisa são diversas: Esta preferência não foi deferência com o professor que dirigiu este trabalho, e também não surgiu sobre um efeito de moda de uma proposta teórica inovadora sobre o estudo das “paisagens”. Optámos conscientemente por escolher os métodos desenvolvidos pela arqueogeografia pela necessidade de dispor dos fundamentos e das ferramentas que correspondam aos nossos objectos de estudo.

Os investigadores que participam no grupo de arqueogeografia³⁰ propuseram uma crítica argumentada da continuação do uso de concepções antigas nas investigações actuais (estas concepções são: o nacionalismo metodológico, historicismo metodológico, e naturalismo metodológico); e também evidenciaram os limites das teorias e das metodologias mais recentes, como o estruturalismo e o sistemismo, assim como da geografia espacial, da arqueologia espacial, da arqueologia da paisagem, etc. Estes investigadores propuseram a crítica de umas disciplinas, e evidenciaram os limites das outras. Não com o objectivo de reconstruir uma teoria geral - que não lhes parece acessível nem desejável, nem para recusar essas teorias na totalidade, mas para dizer que estas teorias não convêm para estudar as dinâmicas de longa duração.

O estudo das redes viárias de Alenquer na longa duração não tem possibilidade de se efectuar de forma satisfatória, com os limites actuais das disciplinas já referidas; porque, todas estas disciplinas e todas estas correntes teórico-metodológicas têm a ver com a periodização, e com uma relação determinista entre o social-histórico e as formas (CHOUQUER; 2007: 59).

Como não podemos reconstruir uma história da rede viária que seja uma sucessão de descrições periodizadas (a rede viária na Proto-História, em período romano, na Idade Média, etc.), porque utilizaria as concepções habituais: sincronia, diacronia, e o determinismo natural e social, e porque as redes viárias provêm de um processo dinâmico de longa duração, temos necessidade de descrever, à semelhança da escola de arqueogeografia, quais são as bases teórico-metodológicas deste trabalho.

É muito importante compreender que esta disposição intelectual não quer dizer que todas as outras ontologias, teorias, e metodologias estão erradas. Seria uma crítica errada e uma maneira dogmática de pensar. Quer apenas dizer que, para os nossos objectos, devemos investigar outros fundamentos. Por essa razão utilizamos noções como resiliência, histerécronia, ucronia, etc³¹.

Mas as concepções da arqueogeografia não implicam uma adesão exclusiva. Quem não

30 Não entramos em detalhes sobre as suas dissertações, mas estas estão expostas na bibliografia.

31 Modalidades de transmissão no espaço e no tempo que desenvolveremos na alínea 7.2.1.

estudar os objectos na longa duração pode continuar a investigar com outros conceitos. Por exemplo, o historiador pode continuar a falar das centuriae romanas, sem entrar na investigação arqueogeográfica, utilizando somente os textos, os resultados de escavações arqueológicas, etc. Mas este deve ter em conta os resultados da arqueogeografia, por exemplo, quando os arqueogeógrafos dizem que a forma actualmente visível das centuriae da Itália do Norte não têm a ver directamente com a forma romana, mas com a planificação medieval e moderna, ou quando os mesmos dizem que não é actualmente possível dizer alguma coisa de positivo sobre a centuriação de *Pax Iulia* (LAVIGNE; 2006: 45). Se historiadores ou arqueólogos continuarem a falar deste modo, ele se situarão no “erro” de não integrar os resultados da investigação dita arqueogeográfica.

Assim, este capítulo não tem o objectivo de fazer uma descrição dogmática de uma dita “nova” disciplina; tem só o objectivo de descrever as nossas necessidades de utilizar alguns conceitos pouco evidentes, até hoje, para falar das nossas realidades.

7. A arqueogeografia.

7.1. Os fundamentos do “cosmopolitismo metodológico”.

O cosmopolitismo metodológico é uma metodologia de simplificação necessária para trabalhar porque o seu fundamento é o pragmatismo.

Esta concepção metodológica adoptada por G. Chouquer tem como fundamentos a associação e a ligação de elementos que podem ser relacionados no momento da investigação, e que permitem um recomeço quando surge algum elemento novo. Significa instalar um processo de tipo parlamentar na discussão da elaboração dos objectos da pesquisa, na sequência das metodologias propostas por Bruno Latour (LATOURE; 1999). Para o fazer é necessário uma curiosidade transdisciplinar. Significa pôr em causa os protocolos e as certezas dos investigadores, substituindo-os pelas incertezas dos objectos compostos (CHOUQUER; 2007: 238). O cosmopolitismo metodológico é interdisciplinar porque a metodologia integra os resultados das disciplinas vizinhas, quando eles aparecem, ou aparecerem.

7.2. Dinâmicas do espaço.

“A forma é a totalidade da unidade complexa organizada que se manifesta fenomenicamente enquanto todo no tempo e no espaço” (MORIN; 1997: 119). As formas manifestam-se de maneiras diversas, e não seguem habitualmente o tempo cíclico que nos é ensinado em história. Daqui se deduz que uma forma antiga pode actualmente revelar-se-nos de diversas maneiras, porque cada qual tem o seu próprio **tempo morfológico interno** (CHOUQUER; 2007: 271), diferente das demais; mantendo ou alterando as funções para as quais foi criada, não respondendo à cronologia histórica e social geral da época considerada (CHOUQUER; 2000: 190). A diversidade e dinâmica das formas leva-nos a entender a paisagem como algo de dinâmico - não estático, em sequência recusamo-nos a aplicar o paradigma da paisagem palimpsesto (*Id.*: 26), modelo segundo o qual a paisagem é concebida em camadas, em que a camada superior (contemporânea) cobre a camada inferior (de um período anterior, não sabemos qual?). Entendemos que o modelo estratigráfico estudado e adoptado pela geologia (READ; 1976), e depois adaptado pela arqueologia (HARRIS; 1991), não se aplica ao estudo das paisagens, nomeadamente devido à dinâmica interna das formas, que compõem e se observam na paisagem actual. As ciências têm por hábito disciplinar separar as escalas de tempo e de espaço. Mas nós propomos fazer a sua associação: equilibrar uma abordagem estratigráfica (tempo) e uma abordagem planimétrica (espaço) os vestígios e as dinâmicas

(CHOUQUER; 2007 265). Porque o tempo cíclico e linear habitualmente estudado em história não nos satisfaz quando estamos a estudar as dinâmicas das formas das paisagens, porque constatamos que estas reagem a temporalidades diferentes e próprias.

A relação das formas no tempo e no espaço faz-se de forma dinâmica como verificámos na **figura 6** [BERGER *et al.*; in (CHOUQUER; 2000: 166)], e obedecem uma escala própria de tempo. Esta figura representa um corte de fossos e a transmissão da sua orientação à superfície actual. Este processo de transmissão de uma orientação num mesmo local (isotopia) passou por vários processos que transformaram as suas funções: fossos, recobrimento total, ocultação à superfície em determinados períodos. Mesmo a ocultação da estrutura proporcionou o seu reaparecimento em períodos posteriores. É um funcionamento em vários ciclos que pode ser explicado de uma outra maneira - como uma transmissão transversal. “Desde a criação do fosso antigo, existe um efeito de estrutura que conduziu à reactivação do fosso três outras vezes durante quinze a dezoito séculos, e mesmo a inscreve-lo no espaço contemporâneo sob a forma de sebe”, no mesmo “alinhamento dos fossos antigos hoje invisíveis” (*Id.*: 177). Como nos adverte G. Chouquer não se trata do tempo estratificado, polifaseado, mas o espaço, e as suas modalidades de transmissão e de transformação. As formas adquirem as suas próprias modalidades de transmissão e transformação no espaço e no tempo. Mas não existe contradição entre estratigrafia e transmissão, porque uma leitura arqueogeográfica deste corte diz-nos que a ligação entre a primeira incisão antiga e a forma geográfica actual expressa pelo plano ou carta, assinala a transmissão; e a sucessão de incisões e preenchimentos mostra os acasos de uma história complexa, de várias vicissitudes, e a estratigrafia torna-se o instrumento privilegiado desta história. “Entre crónica histórica dos acontecimentos e transmissão da memória, a interpretação deste lugar é por isso obrigatoriamente paradoxal, pois é graças à sucessão de transformações históricas registadas pela estratigrafia, que há uma transmissão bimilenar da forma. O paradoxo é a situação de “transformissão³²” (CHOUQUER; 2007: 264). Esta realidade ajuda-nos a compreender que é fundamental perceber a maneira como os vestígios são enterrados³³, para entendermos a complexidade estratigráfica das formas arqueológicas.

7.2.1. Modalidades de transmissão no espaço-tempo.

O tempo é estudado de três maneiras distintas, como se exemplifica na **figura 8**. A forma cíclica, que é reversível e determinada, verso a “morte” dos sistemas e o seu “renascimento”; e que

32 Palavra adaptada do francês: “*transformission*”. Gérard Chouquer pretende com este termo descrever a dupla evolução das formas: a transmissão, e a transformação.

33 A “tafonomia” estuda as condições de enterramento dos vestígios; e sublinha a instabilidade dos meios, que pensávamos estáveis, sobre o efeito da acção natural ou humana (CHOUQUER; 2007: 270).

é a maneira das sociedades Totemistas, Animistas, e Analogistas, entenderem o tempo; esta tem como referência os ciclos solares, e lunares. A forma linear, que é irreversível e determinada, e que ruma para o progresso; que são as maneiras naturalista e historicista de pensar o tempo nas sociedades modernas. E em espiral, que é irreversível e indeterminada, existe um fenómeno de transmissão de um potencial de renovação das formas, e é ao compreendermos este fenómeno de transmissão do potencial de renovação das formas no tempo - e também no espaço - que poderemos perceber a sua complexidade de transmissão e de transformação.

As formas existentes na paisagem têm o seu próprio **tempo morfológico interno** reagindo aos factores internos e externos de forma diferenciada.

As formas apresentam um potencial acumulado que chamamos **resiliência**, e que consiste na aptidão de um sistema formal [ex. uma rede de linhas (vias), ou uma rede de pontos (habitats)] em prosseguir a sua existência e a manter a sua estrutura, mesmo que as estruturas sociais mudem (CHOUQUER; 2000: 190). A resiliência associa perenidade e mudança, e supõe discordância no tempo ou **histerese**; isto é: as formas não se repetem do mesmo modo, têm um tempo de resposta entre uma determinada causa e um efeito produzido, e esse tempo de resposta corresponde a outra modalidade de transmissão no espaço e no tempo: a “**histerécronia**” (CHOUQUER; 2007: 268).

A **ucronia** é uma modalidade de transmissão no espaço e no tempo que se constata desde que uma estrutura - ou um seu elemento formal - imprime no solo um potencial que um facto social faz retornar num momento imprevisto da história do sítio (CHOUQUER; 2000: 190); é portanto uma modalidade de potencial de retorno de uma forma arqueológica.

A **procronia** é a capacidade de certos acontecimentos longínquos no espaço ou no tempo entrarem em comunicação. Os fenómenos arqueológicos policíclicos favorecem a sua colocação em ressonância que lembram as sequências do passado, mas que são outra coisa (CHOUQUER; 2007: 269).

A “**tafocronia**” é um termo oriundo das ciências paleo-naturalista, e que provêm do estudo das condições de enterramento dos vestígios. Que podemos compreender da seguinte forma: o conhecimento das condições de enterramento ou de erosão das ocupações permite também um conhecimento e uma avaliação do papel dinâmico das discontinuidades. A “tafonomia” não é somente um conhecimento técnico útil para a reconstituição histórica das fases, mas essencialmente, uma das maneiras de introdução a uma reflexão sobre as discontinuidades de ocupação do solo (CHOUQUER; 2007: 270).

A “**assincronia**” das situações é local, e põe em causa a prática de estabelecer cronologias relativas a grande escala (*Id.*), isto é, há o problema do modo de amplificação das situações locais. Poderemos generalizar o que é muito variável a nível local? A resposta é negativa; o tempo

morfológico interno de cada forma põe em causa essa maneira de estabelecer cronologias.

A dinâmica interna das formas arqueológicas, leva-nos a inferir a continuidade não linear do espaço-tempo. Assim, restabeleceremos a continuidade de espaço-tempo tendo em conta a complexidade do presente, porque agora sabemos quanto esta ideia é importante porque podemos descrever as modalidades de herança e as teorizar (*Ibid.*: 279).

A complexidade de transmissão das formas no espaço e no tempo condiciona a maneira desta ocuparem o espaço.

7.3. A ocupação do espaço.

A ocupação do espaço pode ser facilmente apreendida a partir das tramas que nesta se observam³⁴.

Os caracteres estruturais da forma são baseados na distinção proposta por Paul Klee [KLEE *in* (CHOUQUER; 1993: 19-31)], e esta distinção é particularmente inventiva na descoberta das formas. Os seus caracteres distintos são a individualidade e a dividualidade. O nível **dividual** designa um elemento de uma estrutura do qual a característica é a **repetição** idêntica ou quase idêntica de um elemento, é um nível de organização da forma fundado sobre a massa de acontecimentos apreendidos globalmente. O **nível individual** é uma acentuação de certos caracteres dividuals, ou uma **ruptura** em relação a estes, que individualize a forma em relação à trama, é um nível de organização da forma que provoca a hierarquização das micro-estruturas. A individualização processa-se de duas formas principais: pela acentuação periódica de elementos dividuals de uma trama, em concordância com essa trama, ou pela individualização de linhas ou superfícies em discordância com essa trama (CHOUQUER; 2000: 130).

Os quatro níveis **fundamentais de organização das planimetrias** foram sintetizados por G. Chouquer, e este autor distinguiu os quatro níveis a partir dos quais se podem repartir as formas. O primeiro nível corresponde às **formas globais de organização** e estas são as formas como se articula a paisagem humanizada - tentam por em coerência a paisagem natural e a paisagem social. **As formas intermediárias** são um conjunto de unidades que vão desde as subdivisões gerais dos territórios até às subdivisões de organização do parcelário, desenham uma hierarquia de escala, porque organizam um nível global e um nível parcelário. As **formas parcelárias** desenham as tramas da paisagem pela aglomeração de unidades locais, correspondem frequentemente às parcelas individuais de exploração rural. E, **as formas pontuais**, que são um pouco particulares, e não se enquadram exactamente na hierarquia precedente; ao serem apresentadas em cartas representam um

34 As tramas são o conjunto de elementos observados na paisagem e que têm uma organização espacial comum.

nível mais do acontecimento³⁵ da paisagem, com uma distribuição e uma probabilidade que emprestam a sua lógica aos três níveis precedentes - produzem-se a partir destas. Mas pelo seu papel essencial (por exemplo de polarização), que supõe uma forte individualidade, não serão recolocados num nível de individualidade comparável às formas parcelárias (*Id.*: 132-133).

Esta abordagem de G. Chouquer apoia-se no conceito de estrutura - que é um todo composto por partes que se inter-relacionam. É um raciocínio proveniente do estruturalismo; esta é uma corrente de pensamento que defende a existência de um conjunto de relações de equivalência ou de oposição, entre os vários elementos que formam a estrutura. A perspectiva deste autor é que os quatro níveis apresentados são gerais, estão presentes nas várias planimetrias, independentemente dos seus contextos históricos. A incorporação do pensamento estruturalista na abordagem arqueogeográfica demonstra que esta não é dogmática, e que está receptiva a outras metodologias.

As **morfogéneses** são elementos da paisagem que têm um papel estruturante nas formas da paisagem circundante. Temos as de forma linear, como as vias e os caminhos, ou os limites de parcelários de mais importância; e as espaciais que concernem à sua maneira de arranjo no espaço, e que têm influência nos arranjos posteriores do solo (CHOUQUER; 1993: 47-61).

A transmissão e a transformação das formas da paisagem ocorrem em observância com o quadro prático atrás exposto³⁶. E ocorrem de maneira **isotópica** - no mesmo alinhamento vertical; **isoaxial** - no mesmo alinhamento horizontal, ou **isóclina** - expandindo-se lateralmente. Desenvolvem-se em consequência do potencial acumulado, que ressurge, e revela novas formas há muito existentes. O surgimento desse potencial acumulado é consequência das formas pré-existentes, e opera-se diversificadamente - das maneiras atrás enunciadas³⁷.

A ocupação do espaço parte de locais isolados entre si (ilhas), para uma ocupação contínua do espaço (continente)³⁸. Para G. Chouquer processa-se uma **continentalização** do espaço, as formas deixam de estar isoladas na paisagem, sem relações estáveis entre si, para funcionarem em rede (em relação recíproca entre elas), o espaço composto de locais isolados³⁹ transforma-se numa planimetria em rede - que liga habitats, parcelários, e vias - formando um tecido contínuo. As vias ao permitirem os fluxos entre os diversos habitats têm um papel estruturante nesta rede contínua, oscilando entre o seu carácter precível - que acumula potencial, e estável.

As **redes de fundação** correspondem a uma espaço-temporalidade de projecto ou planificação, saídos normalmente de uma vontade política, e em termos morfológicos detectam-se,

35 Esta expressão de G. Chouquer está da seguinte maneira no original: “*le niveau le plus événementiel du paysage*”.

36 Como se observa em escavações arqueológicas, e se demonstrou em corte estratigráfico representado na figura 6.

37 Na alínea 7.2.1.

38 G. Chouquer utiliza os termos: “ilhas” e “continente” num sentido figurado. Pretende que a metáfora nos ajude a perceber melhor as características dos locais isolados, e as posteriores ligações entre estes.

39 Que comunicariam uns com os outros - certamente!

habitualmente, pelo seu carácter discordante na trama, algumas vezes são chamados de anomalias pela divergência com a rede dominante. E as **redes de formação** correspondem a uma espaço-temporalidade de emergência das formas, normalmente à auto-organização que os homens imprimem no espaço. Há a notar que as redes de fundação também são auto-organizadas a partir do seu momento da sua implantação: estas, muitas vezes, não se materializam no terreno no período instituidor, ocorrendo a sua materialização num longo processo auto-organizado de implementação progressiva. Como nos adverte Gérard Chouquer - que exemplificou com o caso do *Kardo maximus* da centurição B de Orange⁴⁰ (CHOUQUER; 2006: 65-82).

As investigações em arqueogeografia sobre a ocupação do espaço, nomeadamente em França e Itália têm revelado algumas conclusões importantes. A **figura 9** representa o fenómeno de emergência em França das planimetrias na Idade do Ferro. Este é um esquema que nos apresenta Gérard Chouquer (CHOUQUER; 2007: 332), e que revela três diferentes realidades arqueológicas, com “fortes flutuações da ocupação” e que tendem para a estabilização. Tomando como exemplo algumas planícies e vales aluviais do território francês, reconhecemos que a partir da II Idade do Ferro, e com mais intensidade a partir do fim deste período, uma nova fase qualificativa e qualificativa é transposta (CHOUQUER; 2005: 35), assistindo-se a um incremento da emergência da formas.

7.4. Compilação de dados.

A compilação de dados é uma metodologia de trabalho que pretende elaborar um documento que contenha todos os dados conhecidos sobre determinada região; o documento que resulta deste processo é um mapa. Este método tem por objectivo colocar numa mesma escala, e com uma figuração do mesmo tipo - num documento gráfico, os traços hidrográficos e planimétricos, que ligamos a partir de documentos diferentes, criando um novo documento, com o fim de beneficiar do efeito da colocação numa mesma escala (CHOUQUER; 2007: 222-223).

Os princípios básicos de funcionamento deste método foram desenvolvidos por S. Robert (ROBERT; 2003a: 259-348) na sua tese de doutoramento, onde estão também enunciadas as suas limitações. Devido à complexidade da questão prescindimos de as expor aqui detalhadamente, mas estas foram tomadas em conta na elaboração deste trabalho.

40 Ao utilizar os dados provenientes de escavação arqueológica [BERGER, JUNG; 1986 in (CHOUQUER; 2006: 73)], Gérard CHOUQUER adverte-nos para o facto paradoxal da situação do *Kardo Maximus* da centurição B de Orange (FRANÇA), o qual só foi materializado como fosso no terreno exactamente no seu alinhamento em determinado período de Época Moderna, apesar da centurição ser de origem romana.

7.4.1. Os Sistemas de Informação Geográfica.

As ferramentas que actualmente a informática põe ao nosso dispor permitem efectuar a carta compilada directamente num sistema de informação geográfica.

O exercício de compilação de dados foi efectuado numa base informática georeferenciada, que permite processar todos os dados referentes à realidade geográfica que estamos a estudar. Para este processo utilizámos o programa *Arcgis*, na sua versão 9.3⁴¹. Este programa apresenta uma enorme complexidade funcional e não é fácil de executar, mas é sem dúvida um programa mais operativo devido às potencialidades de processamento de dados que disponibiliza.

Em todos os documentos que foram georeferenciados utilizámos o **Sistema de coordenadas projectadas métricas**: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE., do **Datum**: D_Datum_Lisboa_Hayford]. Este sistema é o mais usual no território português porque é normalmente utilizado pelo Instituto Geográfico do Exército.

A metodologia de trabalho começou por georeferenciar toda a documentação que foi possível obter. Os primeiros documentos a serem georeferenciados foram as cartas militares na escala 1/25 000, por serem mais fáceis de georeferenciar, e a execução ficar mais perfeita. Esta primeira georeferenciação de base possibilitou continuar o trabalho com a outra documentação, tendo já como base georeferenciada as cartas militares, assim o trabalho fica mais preciso. Os documentos seguintes a serem colocados na base de dados foram as fotografias aéreas, utilizámos vários suportes sobre o mesmo espaço: imagens em formato TIFF, e em formato JPEG extraídas do Google earth. Como já foi referido, os mapas antigos não puderam ser georeferenciados por não respeitarem distâncias nem orientações, e dessa forma não puderam ser colocados na base de dados. Depois deste processo inicial procedeu-se à georeferenciação de todas as ocorrências arqueológicas que conseguimos reunir - desde a pré-história à actualidade⁴². Este processo foi longo e demorado porque exige um conhecimento profundo do terreno e da realidade arqueológica, muitas vezes as ocorrências não estavam referenciadas numa base geográfica, e houve de partir para a investigação, com o fim de determinar os locais precisos dos vestígios; quando a localização precisa não foi determinada assinalámos essa limitação nos anexos.

A capacidade de processamento de dados geográficos deste programa informático permite a colocação num mesmo plano de todos os documentos existentes na base de dados. Assim, este programa permite mostrar ou ocultar os dados que necessitamos em determinado momento do trabalho; e também podemos observar os documentos na escala que mais nos convêm. O

41 Agradecemos à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra a disponibilidade no acesso ao programa informático referido.

42 Estes dados foram inseridos nos **quadros: 1 a 14**, que podemos ver nos anexos.

manuseamento de fotografias também se encontra facilitado, permite a sua colocação sobreposta e possibilita a execução da sua transparência, permite a sua visão simultânea, e a observação da composição resultante. O **mapa 30** fez-se a partir de uma composição de quatro fotografias diferentes, uma imagem TIFF e três JPEG (provenientes do *Google Earth*) de diferentes períodos; composição que só possível efectuar, com precisão geográfica, a partir destes programas informáticos. Consideramos este *software* como a melhor ferramenta para o trabalho de foto-interpretção. Também nos permite efectuar desenhos (que também são camadas georeferenciadas) sobre os documentos. A elaboração de mapas torna-se uma tarefa simples ao permitir a colocação dos documentos que neles desejarmos. Todos os documentos trabalhados e os exportados pelo programa (ex. mapas) têm a precisão geodésica recomendada. Todas estas funcionalidades permitem um raciocínio bastante rápido sobre o espaço geográfico, devido à permanente mudança de escalas e à colocação na janela de visualização dos documentos que necessitarmos em determinado momento.

No âmbito deste trabalho e para o estudo da rede viária utilizámos as metodologias que Magali Watteaux desenvolveu nos seus estudos viários (WATTEAUX; 2009: 206-211), por considerarmos esta a melhor ferramenta para o executar.

7.5. Morfologia.

A morfologia possibilita equacionar o espaço geográfico de modo distinto do da foto-interpretção. Esta disciplina postula que as formas da paisagem devem ser estudadas em diferentes escalas (CHOUQUER; 2000: 143), sendo assim uma interpretação do vasto espaço geográfico, ao contrário de um estudo do sítio arqueológico.

A morfologia é uma disciplina já praticada há bastante tempo por geógrafos e arquitectos, mas esta disciplina - como as outras - evoluiu ao longo dos tempos.

Também os historiadores e arqueólogos têm utilizado a morfologia como forma de investigação mas os seus resultados servem normalmente para “estruturar um discurso de natureza morfo-histórica” (LOPES; 2003: 56). A morfo-história, como meio de investigação, tem utilizado a procura de modelos morfológicos que justifiquem discursos históricos, assim “a reprodução de modelos atribuídos” (*id.*) é uma prática usual deste método. Esta prática morfológica pretende deprender os modelos teóricos de implantação no terreno, sejam no âmbito rural (ex: as centuriações romanas) ou urbano (ex: o modelo ortogonal das cidades romanas). Na abordagem morfo-histórica os objectos são tidos em conta progressivamente como prova histórica sobre as fontes escritas (ROBERT; 2003a: 117). A procura destes modelos teóricos e a frequente inferência

da sua existência no solo, promove - muitas vezes - uma abordagem estática da morfologia, e esta abordagem não possibilita a compreensão das dinâmicas sociais, pela procura de modelos históricos tipos - que se procuram justificar.

Neste âmbito promovemos uma abordagem dinâmica - a morfologia dinâmica - que não tem como objectivo encontrar os modelos que se pensam existentes, antes pelo contrário, tem por objectivo estudar os traços existentes no solo e tentar perceber os contextos sociais que os produziram. Esta disciplina privilegia os processos em vez das formas ao colocar o espaço no centro da reflexão (ROBERT; 2003a). Existe um exemplo recente de um trabalho dinâmico efectuado no território português por Cédric Lavigne, e este trabalho permitiu a percepção de algumas redes viárias e redes agrárias que se desenvolvem em torno da actual cidade de Beja (LAVIGNE; 2006).

7.6. O difícil cruzamento de dados entre arqueologia e morfologia.

Sandrine Robert efectuou uma comparação de dados obtidos por prospecção (geo-radar e foto-interpretação), com os dados provenientes de sondagens sistemáticas (ROBERT; 2003a: 291-320), e os resultados são surpreendentes. A comparação dos dados obtidos permite verificar diversas situações: os traços observados em foto-interpretação corresponderem a sítios arqueológicos (verificado pelas sondagens) e a sinais magnéticos fortes no geo-radar. Os traços da foto-interpretação corresponderem a sítios arqueológicos (verificado pelas sondagens), mas no geo-radar não correspondem a sítios antrópicos. Ou os traços observados correspondem a sítios antrópicos (pelo geo-radar), mas não correspondem a uma materialidade arqueológica detectada pela escavação. A realidade observada é mais diversificada do que o descrito, este trabalho permite validar a hipótese que **nem sempre uma realidade antrópica é observada no momento de uma escavação arqueológica** e vários factores influem na “invisibilidade” arqueológica de determinadas acções humanas⁴³.

Quando se procede à foto-interpretação pretende-se perceber as formas como o homem se implantou no espaço geográfico, e em consequência, como este interagiu com o meio natural. Nem sempre as formas são de origem estritamente humana, ou de origem unicamente natural. Muitas das formas existentes são decorrentes de dinâmicas de interacção entre o homem e a natureza, não são nem formas naturais nem antrópicas, mas sim formas híbridas. Em consequência deste carácter composto das formas, é a dinâmica dos meios (WATTEAUX; 2009) que deve ser estudada, isto é, a relação que se estabelece entre homem e o meio onde este vive.

43 O trabalho de Sandrine Robert comparou uma série de sítios diferentes. Apesar das percentagens de dados antrópicos variarem bastante consoante os métodos utilizados e os locais, verifica-se que os três métodos são falíveis no que respeita a detecção de acções humanas.

A não detecção de algumas acções humanas pelas escavações arqueológicas tem várias causas, e algumas consequências. Desde já, uma das consequências é a negação da possibilidade da existência de formas produzidas pelo homem sem a correspondente validação pela arqueologia, mas sem dúvida que esta é uma perspectiva de cariz positivista. As causas desta pretensa “invisibilidade” arqueológica são várias, e não podem ser reduzidas por um discurso de negação dos factos.

Muitas vezes os traços visíveis por fotografia aérea parecem não corresponder a formas arqueológicas, mas um grande número deles são conservados no terreno, na forma de micro-relevos ou de diferenças de textura sensíveis às variações hídricas. Eles serão destruídos sem registo arqueológico no momento da primeira decapagem mecânica. Mesmo assim, quando há meios de tratar esta informação, não é evidente que estes micro-relevos sejam conservados entre o momento em que foram captados pela fotografia e o momento da escavação. O impacto dos trabalhos agrícolas também é bastante importante na destruição ou conservação dos vestígios. Existem verdadeiras dificuldades de leitura do terreno, é normal ver aparecer e desaparecer (em fotografias diferentes) certos traços fósseis por causa das mudanças de humidade ambiente. A relação entre os traços e as formas é complexa, e é o vestígio material que faz a ligação entre esta complexidade arqueológica, mas a morfologia tem mais em conta o traço arqueológico do que a forma. Alguns exemplos (ROBERT; 2003b: 57) indicam que não há uma relação mecânica entre o traço e a forma, é preciso reter no espírito que a paisagem é um sistema complexo composta por relações particulares no tempo e no espaço. E são estes dois factores - tempo e espaço - que fundam os conceitos com que a morfologia tenta apreender a paisagem nas suas dinâmicas temporal e espacial.

Temos que ter em conta que estes traços visíveis apresentam formas essencialmente geométricas (e que se distinguem dos paleocanais - que se espalham no terreno - e apresentam formas difusas), e são consequência de acções humanas diversas, fazem parte da longa diacronia de ocupação do espaço pelos homens. Estes traços são na maior parte das vezes imperceptíveis no acto da escavação arqueológica, muitas vezes os fossos são preenchidos pela mesma camada de terra onde foram escavados, sendo as componentes da camada estratigráfica que os preenche idênticos à camada estratigráfica de onde foram retirados. Por isso é difícil a sua detecção numa escavação não direccionada para estas problemáticas científicas. Frequentemente, estes traços não correspondem no acto de escavação a formas arqueológicas, porque não são detectados; eles só são visíveis em fotografias de altitude pela humidade que acumulam.

Recorrendo novamente à excelente tese de doutoramento de S. Robert, podemos constatar diversas realidades. A revelação pela escavação dos traços perceptíveis em foto-interpretação e em sondagens geofísicas está dependente de vários factores. Os contextos tafonómicos em que se

encontram os vestígios têm influência na sua revelação, limitando muitas vezes a sua percepção. São frequentemente vestígios da acção humana sobre as terras (vinhas, bosques, canais de drenagem, etc.), que se encontram na camada superficial - que corresponde à camada onde se exercem os trabalhos agrícolas - mais susceptível de destruição. Os canais de drenagem são confundidos, por vezes, com ribeiros de formação natural. Durante as escavações acontece frequentemente que os vestígios escapem na malha das sondagens sistemáticas (que não cobrem toda a área). Determinados vestígios não são considerados pelos arqueólogos como indicadores de um “sítio” arqueológico, por estes os considerarem demasiado ténues.

Não são só as condições de enterramento dos vestígios que dificultam a sua percepção, mas também a escala a que são observados. E este é um dos problemas de base da interpretação.

As sondagens sistemáticas tentam reconstruir o espaço a partir de um conjunto de dados pontuais. A geofísica também procede da mesma maneira (ROBERT; 2003a: 336). A tentativa de inferir a função de determinada forma arqueológica a partir de dados pontuais torna-se parcial. Não se pode perceber a função de determinado vestígio observando-o só na sua escala micro-local. Como exemplo podemos referir um determinado fosso detectado numa sondagem arqueológica, este pode ser difícil de entender numa escala local; mas se o observarmos numa escala regional poderemos constatar que se trata de um limite parcelário (por exemplo). Só a mudança de escala nos permite perceber as suas funções no espaço.

Um dos problemas da arqueologia é que muitas vezes não se consegue transpor para uma macro-escala os vestígios desenterrados, e por isso há uma visão parcial da realidade arqueológica. Frequentemente os vestígios encontrados não se integram nas redes locais (por exemplo uma via de grande percurso), e a explicação das suas funções deve ser outra. Temos de procurar as suas funções nas redes regionais (CHOUQUER; 2000: 138), porque as suas funções integram-se numa escala supra-local.

Para uma eficiente colaboração entre arqueologia e morfologia é necessário que os arqueólogos reconheçam as especificidades da forma e a complexidade das paisagens, só assim “poderão sair da lógica de validação dos dados morfológicos e os aceitar integrar na sua reflexão mesmo que estes não sejam verificados em sondagens” (ROBERT; 2003b: 60). Os arqueólogos devem definir e instalar com uma evidência muito forte, os seus objectos, que não podem corresponder, nem aos objectos do historiador, nem do geógrafo, nem do arqueogeógrafo. A arqueologia, como bem explica Laurent Olivier, tem de identificar os seus próprios objectos (OLIVIER; 2008).

8. O estudo das vias: métodos e técnicas.

8.1. As metodologias de Eric Vion, Magali Watteaux, e Sandrine Robert.

Os métodos de trabalho utilizados são uma síntese de métodos já desenvolvidos por outros investigadores, e são baseados em critérios morfológicos - a observação directa dos traços na paisagem actual. A abordagem morfológica descreve as vias de comunicação e as estradas como um conjunto de objectos cuja materialidade é o elemento mais forte da sua definição (ROBERT *et al.*; 2009).

As observações actuais que fazemos das redes viárias afiguram-se complexas, estas são compostas por vários itinerários, encarnados na paisagem por múltiplos traçados que apresentam formas distintas. Ao seguir os métodos de Eric Vion, o que pretendemos é uma metodologia que possibilite várias hipóteses de trabalho, e que permita uma visão sintética da rede viária (VION; 1989: 75); isto é, que nos possibilite discernir o emaranhado como a rede viária se mostra aos nossos olhos.

A metodologia proposta por E. Vion não pretende reconstituir os traçados a partir de segmentos conhecidos (SILLIÈRES; 1990)⁴⁴, pelo contrário começa por cartografar a rede a partir de um dado momento da sua configuração. Neste trabalho começamos por a cartografar a partir das cartas militares e das fotografias aéreas actuais (esta é assim cartografada a partir da actualidade). O objectivo é tentar reconhecer através de uma análise regressiva os traçados, e os itinerários; a análise regressiva é possível a partir a partir da distinção de escalas decorrente da triagem numérica⁴⁵. As consequências desta reversão são que a interpretação se inscreve num contexto espacial de um lado - o estudo sistémico de cada segmento permite inseri-lo num conjunto coerente, e temporal por outro lado - o estudo sistémico de cada segmento permite revelar uma cronologia, se não absoluta, pelo menos relativa (MARCHAND; 2000: 68). As pesquisas sobre as redes viárias estão tradicionalmente compartimentadas em diferentes disciplinas em função de fontes e períodos cronológicos definidos, mas, nos últimos anos, a abordagem arqueogeográfica pôs um pouco em causa esta repartição, estudando as estradas antigas a partir de fontes planimétricas modernas e contemporâneas (ROBERT *et al.*; 2009), pensando a sua complexidade espacial e temporal e evitando a separação disciplinar.

As redes viárias têm de ser observadas e compreendidas em diferentes escalas, e esta questão obriga a interrogarmo-nos sobre o limite das fontes utilizadas. Em arqueologia deduzimos

44 As metodologias habituais para o estudo das redes viárias tentam reconstruir os traçados a partir de segmentos conhecidos, seguem os indícios de povoamento, os vestígios epigráficos, etc.

45 Ver alínea 8.2.

frequentemente interpretações funcionais e cronológicas sobre um itinerário global a partir de observações bastante localizadas, e assim não temos a percepção sobre o âmbito global do que estamos a observar (somente o âmbito local); por conseguinte só os critérios materiais não podem permitir determinar o estatuto de uma via; e a observação de critérios cronológicos num dado ponto só é válido para o troço em questão, e não para o conjunto do itinerário⁴⁶. O processo é inverso na arqueogeografia, nós determinamos itinerários globais a partir da observação dos traços no terreno; e estes dados podem então ser cruzados com todos os dados disponíveis para ultrapassar a escala da escavação e serem hierarquizados. É necessário distinguir as informações sobre as funções da rede e a sua estrutura material. “O cruzamento da modelização espacial das relações entre os sítios arqueológicos (através de modelos de difusão - por exemplo) e a reconstituição arqueogeográfica abre um novo campo de possibilidades para o estudo das redes antigas” (*Id.*).

Fazer uma história das redes viárias por ruptura não é possível de defender actualmente, mas também não se trata de uma história imóvel, é necessário que a historiografia realce as suas próprias dinâmicas. Num trabalho recentemente desenvolvido por S. Robert e N. Verdier (atrás citado) estes autores demonstraram (baseando-se num trabalho anterior de C. Marchand) o carácter instável de certos componentes da rede, e mostram que existe uma mobilidade incessante que permite criações, reinvestimentos, e transformações, sendo que, em caso de ruptura esta mobilidade, é o garante da estabilidade do conjunto porque permite a sua adaptação. É esta visão fluida das redes que permite associar de maneira dinâmica as diferentes escalas espaciais e temporais de estudo, esta visão actual possibilita uma reaproximação de disciplinas (*Ibid.*).

8.2. Triagem numérica.

A triagem numérica é um trabalho teórico, baseada na realidade morfológica, que pretende fazer aparecer os itinerários desaparecidos. É por isso uma outra forma de análise arqueológica, mais grosseira. É um dos meios de interrogar a forma das redes viárias e de revelar antigos itinerários (VION; 1989: 84).

Este método consiste em diferenciar os núcleos populacionais segundo o número de traçados que irradiam a partir destes locais. Assim, e à semelhança de trabalhos baseados nas metodologias de E. Vion, considerámos como **centros de escala local**, os sítios a partir dos quais se propagam de cinco a sete traçados. Como **centros de escala regional**, os sítios a partir dos quais se difundem oito ou nove traçados. E como **centros de escala supra-regional**, os sítios a partir dos quais se desenvolvem dez ou mais traçados. Esta metodologia parte do princípio que os traçados são

46 Como exemplificou Gérard Chouquer com o caso do *Kardo maximus* da Centurição B de Orange (ver nota 40).

constituídos de diversos segmentos com estatuto variável (*Id.*), e permite-nos analisar as redes viárias nas suas diferentes escalas, desde uma escala local, até uma escala supra-regional.

Quando aplicámos a triagem numérica como metodologia, não utilizámos um documento planimétrico específico a uma escala pré-determinada. Efectuámos uma observação directa dos documentos georeferenciados no *Arcgis*, nomeadamente as fotografias aéreas (que não são uma representação da realidade existente no terreno, mas sim, uma reprodução fidedigna da realidade inscrita no solo), comparámo-las em todas as escalas de observação que considerámos adequadas e necessárias, contando o número de traçados que irradiam a partir dos locais habitados. Optámos conscientemente por este método, tendo em conta que ao escolhermos determinado documento planimétrico (que foi concebido numa determinada escala⁴⁷), poderíamos estar a olvidar algum traçado existente. Os documentos planimétricos (neste caso os mapas) são representações da materialidade inscrita no solo, e sujeitos a um critério de interpretação por parte dos seus executantes. Como considerámos todos os traçados como testemunhos reais da importância de um determinado local (mesmo os traçados mais modestos, assim como os que só se observam como traços) não condicionámos esta investigação por nenhum critério de interpretação cartográfica. Mas temos consciência que ao termos em conta todos os traçados activos e fósseis, podemos estar a sobrevalorizar a importância dos locais no seu contexto, por estarmos a considerar traçados agora inexistentes, que já poderão ter sido substituídos por outros, e assim estarmos a provocar um efeito multiplicador dos traçados. Desta forma, locais que não têm grande importância numa escala supra-regional, poderão aqui (à escala do concelho) ser considerados como centros de escala supra-regional. Mas assim mesmo, e tendo em conta que a morfologia pretende estudar os traços na sua plenitude, achamos preferível considerar todos os testemunhos morfológicos existentes, do que fazer a triagem numérica a partir de uma interpretação cartográfica. Os resultados da aplicação deste método estão representados no **mapa 18**.

Também optámos por aplicar este método a locais que não são habitados na actualidade⁴⁸, mas que revelam vestígios de ocupação humana em tempos passados, porque a partir destes locais ermos também irradiam inúmeros traçados que ainda podemos observar. A estes locais demos a designação de formações rádio-concêntricas, por ser esta a morfologia que apresentam (distinguem-se pela forma raiada dos traçados que exalam). O resultado da triagem numérica das formações rádio-concêntricas está representado no **mapa 22**.

A triagem numérica contemplou, assim, todos os locais de ocupação habitacional actual, da

47 A escala de um objecto planimétrico representa a relação entre o objecto representado e as dimensões do seu desenho.

48 Consideramos como locais não habitados actualmente, aqueles que não têm - na actualidade - uma ocupação habitacional permanente, apesar de já a terem tido em tempos passados. E, independentemente da sua actual condição - que contempla, normalmente, a exploração agrícola ou florestal do local.

mesma forma que contemplou aqueles que havendo dados sobre a sua ocupação ancestral, também agora irradiam traçados (e que puderam ser cartografados numa análise morfológica).

8.2.1. Limites da triagem numérica.

Este método tem as suas limitações, desde logo os documentos de trabalho e a sua pouca antiguidade (WATTEAUX; 2009: 245); esta questão foi contornada quando não utilizámos um determinado documento gráfico para efectuar a triagem numérica, mas sim uma observação da morfologia do sítio a partir da variedade de documentos existentes⁴⁹.

A triagem numérica tem somente em conta as redes rodoviárias excluindo as redes fluviais, e estas deveriam ser deveras importantes neste território - como se pode constatar pela actual importância estratégica e navegabilidade do Rio Tejo⁵⁰. Assim, temos que considerar duas possibilidades: em primeiro lugar que em tempos antigos o leito do Rio Tejo seria mais vasto que na actualidade (DAVEAU; 1980); assim sendo, locais mais junto ao rio poderiam ser na antiguidade entrepostos fluviais; e em segundo lugar, a triagem numérica ao não considerar as vias fluviais pode ocultar a importância estratégica de alguns locais na antiguidade - que poderiam ter ligações pelo rio com outros locais mais ou menos distantes. Neste âmbito estamos a referir-nos a Vila Nova da Rainha e à sua proximidade ao Rio Tejo; a existência neste local de um porto ainda no século XVIII (MARTINS; 2008: 55) pode indicar-nos que a triagem numérica está a subvalorizar a importância estratégica deste sítio, que com este método é visto somente como um centro de escala local.

Temos de ter em conta que este método dá-nos unicamente uma distinção das escalas das redes viárias - a partir das quais podemos indagar a sua evolução mas não uma distinção cronológica!

8.3. Fluxos, itinerários, traçados e modelados.

Antes de procedermos ao desenvolvimento prático das metodologias, e depois da sua abordagem teórica, é importante esclarecer alguns conceitos que são importantes para compreender algumas problemáticas em questão.

O conceito de **fluxo** implica movimento e transferência de pessoas, bens e ideias, entre dois locais distintos; por isso, o seu espaço é local e é representado pelos sítios entre os quais esses movimentos se operam. O fluxo corresponde à forma fluida da rede, e é quantificável pelo número

49 Como descrevemos na alínea 7.4. (a compilação de dados).

50 A navegabilidade das outras linhas de água - de menor importância - não está atestada, mas estas dificilmente seriam navegáveis em períodos mais estivais.

de objectos (bens, pessoas, água, sedimentos, etc.) que circularam entre duas unidades espaciais durante um determinado período de tempo; assim, devemos quantificar o seu tempo como curto (correspondente ao período de transferência dos objectos) e como físico (que pode ser quantificável). Desta maneira, o fluxo é dificilmente perceptível para os períodos antigos, salvo se deixou alguns traços materiais (WATTEAUX; 2009: 203).

O **itinerário** é o componente de base da rede; e é constituído por segmentos diversos (diferentes traçados), com estatutos variáveis, que fazem a ligação entre diferentes locais. O seu espaço pode ser considerado global, e o seu tempo longo. Ao corresponder a um feixe de traçados que fazem a ligação alternada ou simultânea entre diversos locais, o seu tipo de tempo é complexo e não linear, e corresponde às diversas modalidades de transmissão das formas no espaço e no tempo.

A forma em plano é a marca deixada no solo pela circulação dos fluxos. Esta marca corresponde ao **traçado** e representa a forma em duas dimensões que observamos nos documentos planimétricos (mapas e fotografias). A sua forma inscreve-se num tempo longo e não linear, ao contrário do modelado (*Id.*), e num espaço local. O seu tipo de tempo também é complexo. É como se a comunicação se tornasse via de comunicação pela agregação dos fluxos, quaisquer que eles sejam, o traçado representa a sedimentação dos fluxos num caminho (ROBERT *et al.*; 2009).

O **modelado** é a “montagem” de uma forma em plano, o que capta um observador sobre o terreno. O modelado ocupa por isso um volume no espaço que pode ser objecto de um relevo (corte estratigráfico, relevo da construção, cerca, etc.). É uma configuração tridimensional proveniente da acção construtiva humana. A sua temporalidade é curta e linear: desde a sua construção até à sua decomposição, e desaparecimento como estado de traço (WATTEAUX; 2009: 203-204). O seu espaço é assim local e o seu tempo físico.

No **quadro 19** que foi efectuado por Sandrine Robert, podemos ver um resumo das diferentes espaço-temporalidades das redes viárias (ROBERT, 2003a: 461), e estas são bastante diversas, como já descrevemos caso a caso.

Na **figura 2** está uma descrição esquemática dos fluxos, dos traçados, e dos modelados, efectuada por S. Robert (*Id.*: 438). A forma em plano (traçado) e o modelado constituem o que podemos chamar a “rede suporte” ou “infra-estrutura”, quer dizer a rede física sobre a qual se apoia a “rede de trocas” ou a “rede desenhada pelos fluxos”. É a interacção destes três componentes que animam a rede [ROBERT *in* (WATTEAUX; 2009: 204)]. A rede física pode-se apresentar actualmente sobre diversas formas, correspondentes às acções físicas e humanas que a afectaram e à sua implantação topográfica – como foi esquematizado por S. Robert, e que podemos ver na **figura 3** [Fonte: (ROBERT; 2003a: 435)]. A rede física está intimamente ligada aos movimentos, sobre esta interdependência M. Watteaux refere Marcel Gautier. Para este autor, caminhos e veículos são dois

objectos intimamente ligados: o caminho está feito para o veículo, como o veículo se adapta ao caminho [GAUTIER; 1971: 198 *in* (WATTEAUX; 2009: 233)]. A evolução de um condiciona a transformação do outro.

Da mesma forma se torna necessário desenvolver outros conceitos. Sobre o conceito de caminho temos a seguinte definição: sobre os atalhos e as pistas aparecem os **caminhos**, que fazem a ligação entre os centros de habitação permanente (ROBERT *et al.*; 2009). E sobre o conceito de estrada o seguinte: as trocas entre os lugares habitados deixam traços de tal forma evidentes no solo que pouco importa distinguir o caminho na paisagem. A **estrada** diferencia-se pela sua estatura e o seu estatuto. Pela sua estatura entendemos a sua largura, que muito frequentemente permite separar claramente a estrada dos caminhos. Pelo seu estatuto, o que é necessário compreender é a oficialização precoce da estrada pela autoridade política: a estrada é uma via do estado. Mas para precisar convém dizer que o estatuto das estradas não é simples, e que determinadas estradas não são obras do estado. A estrada será então um objecto intermitente, mudando de estatuto quando uma missão lhe é atribuída (*Id.*).

9. As dinâmicas das redes viárias de Alenquer.

9.1. Os centros.

9.1.1. Os centros de escala supra-regional.

Os centros de escala supra-regional representam os locais actualmente habitados - ou ermos, a partir dos quais irradiam dez ou mais traçados. Definimos no território de Alenquer a partir da triagem numérica nove centros de escala supra-regional; estes representam alguns dos maiores centros populacionais na actualidade concelhia. O **mapa 15** revela-nos a sua distribuição espacial, e esta não é uniforme sobre o território, havendo dois núcleos geográficos perfeitamente distintos, um a sul, e outro a noroeste. Os locais referenciados correspondem nalguns casos a sedes de freguesia, como se pode ver no **mapa 74** - que apresenta a divisão destas regiões administrativas.

As sedes de freguesia representadas são: Alenquer, sede concelhia e também de duas freguesias (Triana e Santo Estêvão), Abrigada, Cabanas de Torres, Carregado⁵¹, e Vila Verde dos Francos. A localidade de Labrugeira é a mais populosa da freguesia da Ventosa, mas não é a sede desta, que se situa num local onde existe simplesmente uma igreja e o cemitério da freguesia.

Outro local representado como centro de escala supra-regional é Paredes, este é na actualidade um subúrbio da Vila de Alenquer, mas os vestígios romanos que aqui têm sido encontrados revelam a sua importância na Antiguidade Clássica. Existem ainda outros dois locais que classificámos nesta mesma categoria: o primeiro é o Castro da Pedra de Ouro, a partir do qual irradiam uma série de traçados, mas é um local sem uma efectiva ocupação habitacional na actualidade, tem somente uma exploração agrícola residual; o segundo é o Castro do Amaral/Curvaceiras, uma enorme colina plana no seu topo, onde actualmente se situam dois pequenos casais: a Curvaceira de Baixo, e a Curvaceira de Cima; a partir desta colina aplanada irradiam um número elevado de traçados.

No **quadro 20** sintetizámos por período histórico os testemunhos arqueológicos existentes em cada um destes locais. Este tipo de análise é interessante, como se pode ver no **quadro 21**. Estes dados que estão representados em percentagem no gráfico da **figura 5**, este nos revela que na maior parte destes locais apareceram testemunhos arqueológicos de cronologia bastante antiga. Em 88 % dos sítios foram encontrados vestígios pertencentes à Pré-História Recente. Mesmo tendo em conta alguns factores importantes como a dificuldade de localização geográfica de alguns achados (que só têm uma localização toponímica), a cronologia dúbia de alguns materiais (que foram datados

51 Apesar da sua importância estratégica, este local só é sede de freguesia há poucos anos.

somente pela sua tipologia), há a realçar este dado importante: **a maior parte destes locais apresentam materiais arqueológicos bastante antigos**, nalguns casos, pelo menos desde o Calcolítico.

O número de locais com vestígios da Proto-História é mais reduzido, só se verifica em 33 % das situações, mas há um incremento dos testemunhos arqueológicos de período romano: 44 % dos locais revelam achados deste período, mas os vestígios referentes à Idade Média são bastante reduzidos: 11 % para a Alta Idade Média e 22 % para a Baixa Idade Média. A partir do período moderno há um crescimento dos vestígios antrópicos nestes locais, com uma percentagem de 88 % dos sítios a revelarem testemunhos dessa presença humana; a mesma percentagem que se verifica para a Época contemporânea. Este último período não tem uma percentagem de 100 %, nem todos os locais têm ocupação nesta época; porque consideramos que os castros do Amaral/Curvaceiras e da Pedra de Ouro não têm ocupação contemporânea, apesar de esta existir, mas em moldes muito diferentes de uma ocupação habitacional efectiva: é somente residual e de âmbito económico (uma exploração agrícola muito reduzida); porque em ambos os casos houve uma deslocação dos locais de habitat, no primeiro caso para o Soupo, e no segundo para Pedra do Ouro.

Mesmo tendo em conta a parcialidade dos dados arqueológicos, podemos considerar estas tendências estatísticas como indiciadoras de certos padrões de ocupação. É curioso o facto de uma grande percentagem dos sítios terem vestígios materiais do Calcolítico, assim como a reduzida expressão de materiais arqueológicos da Idade Média.

9.1.2. Os centros de escala regional.

Os centros de escala regional representam os locais actualmente habitados, ou ermos, a partir dos quais irradiam oito ou nove traçados. No território de Alenquer definimos a partir da triagem numérica doze centros de escala regional. A actual realidade habitacional destes locais é heterogénea, estão representados locais de grande importância na actualidade (a uma escala concelhia), como são os casos de Aldeia Galega da Merceana, Atalaia, Merceana, e Olhalvo; outros de nível médio como são os casos de Atouguia das Cabras, Casais Brancos, Paiol, Pereiro de Palhacana, e Pousoa; outros ainda com uma expressão muito reduzida como o Pedrulho, e a Quinta das Pressas; e até um local que actualmente não tem nenhuma actividade habitacional, como é o caso da Venda⁵². A sua distribuição espacial no território pode ser vista no **mapa 16**, afigura-se algo heterogénea, com uma presença mais efectiva na zona mais a sudoeste do concelho. No **quadro 22**

52 Conhecido na actualidade por Cabreira

estão patentes os vestígios arqueológicos⁵³ encontrados nestes sítios. No **quadro 23** está uma síntese por período histórico, da qual apresentamos o respectivo gráfico em percentagem na **figura 5**.

Nos centros de escala regional também foram encontrados vestígios da Pré-História Recente, existem testemunhos deste período em 25% dos casos. A Proto-História não está representada, mas no período Romano verifica-se um acréscimo de vestígios antrópicos em 33 % dos locais representados. Estes também são muito escassos em vestígios da Idade Média, havendo somente vestígios da Baixa Idade Média em Aldeia Galega da Merceana, que representa cerca de 8 % do total dos centros de escala regional. Também, e à semelhança dos centros supra-regionais, se verifica, neste caso, um grande acréscimo de vestígios a partir de período moderno, 83 % dos locais apresentam vestígios deste período, e 91 % têm ocupação de Época Contemporânea (não considerámos a Venda como ocupada durante este período, apesar de ainda lá estar um moinho em ruínas!).

O Calcolítico apresenta-se tendencialmente como o período inicial de ocupação destes locais, os dados da Proto-História são raros, há um incremento da ocupação em período romano, na Idade Média os dados voltam a ser escassos, e finalmente há um grande crescimento da ocupação humana a partir da Época Moderna.

9.1.3. Os centros de escala local.

A aplicação metodológica da triagem numérica determinou 107 centros de escala local no território do concelho, sendo esses os sítios a partir dos quais irradiam entre 5 e 7 traçados. Os centros de escala local também foram determinados a partir de locais não habitados actualmente, mas que apresentam testemunhos arqueológicos. Temos a consciência que este número poderia ser facilmente multiplicado, no caso de também efectuarmos a triagem numérica a locais que sejam simples entroncamentos com mais de 5 traçados. Mas optámos por não os considerar, por não apresentarem outros vestígios de ocupação humana além dos traçados viários.

No **mapa 17** temos a sua distribuição espacial sobre o território, esta apresenta-se mais ou menos uniforme, mas mais concentrada a oeste.

Devido ao elevado número de centros de escala local optámos por não os descrever isoladamente, mas sim fazer uma apreciação do seu conjunto. O **quadro 24** representa os vestígios encontrados em cada um destes locais, e o **quadro 25** o número de sítios com vestígios dos referidos períodos históricos. A **figura 5** apresenta o gráfico das percentagens de testemunhos

53 Por período histórico, como estes são tradicionalmente catalogados.

arqueológicos por período histórico. Como se pode ver no gráfico, a origem de alguns destes locais é antiga, cerca de 15 % apresentam vestígios da Pré-História, 16 % da Pré-História Recente, 6 % da Proto-História, e 10 % de período romano. Como também acontece com os centros supra-regionais e os centros regionais, os centros locais apresentam poucos vestígios da Idade Média, as percentagens são inferiores a 3 %. E também à semelhança dos centros anteriores, a Idade Moderna com 72 %, e a Época Contemporânea com 87 %, revelam-se como os períodos de efectiva ocupação humana de uma grande percentagem do território. É de realçar a percentagem de sítios que não têm ocupação em Época Moderna 28 %, e em Época Contemporânea 13 %; estes dados revelam que a triagem numérica foi efectuada a sítios desabitados em período moderno e na actualidade.

Fazer a triagem numérica a sítios actualmente ermos, mas com vestígios arqueológicos, revelou-se profícuo; a partir destes locais desenvolvem-se troços da rede viária, que atestam a antiguidade dos traçados viários que irradiam a partir destes sítios. Para distinguir os locais habitados actualmente, dos sítios ermos com vestígios arqueológicos, decidimos nomear estes últimos como **formações rádio-concêntricas** por ser este o desenho que apresenta a rede viária derivada destas vetustas formações, como é também o desenho normalmente apresentado nos restantes centros populacionais.

9.1.4. As formações rádio-concêntricas.

A partir das formações rádio-concêntricas irradiam traçados viários, mas estas não têm actualmente nenhum tipo de habitat. Em termos grosseiros, podemos intuir que as redes viárias que emanam a partir destes centros são muito antigas, tão antigas como os vestígios arqueológicos mais antigos aí presentes, mas esta poderá ser uma conclusão que se tire a partir deste estudo?

No **mapa 22** observamos o resultado da triagem numérica que foi efectuada; e estes locais actualmente desabitados também revelaram uma profusão de traçados. Os resultados são semelhantes a sítios que têm ocupação na actualidade, podem comparar-se, e eles todos irradiam troços viários. Alguns dos locais desabitados irradiam mesmo mais troços que as actuais aldeias, revelando-se, dessa forma, centros de maior importância viária que alguns centros urbanos actuais. Também se pode constatar que o abandono destes antigos aglomerados populacionais não fez desaparecer a rede viária - presumivelmente antiga - que ainda hoje se observa irradiar a partir destes. Da mesma maneira a forma radial, ou rádio-concêntricas, é o modo usual da rede viária entroncar nestes sítios desabitados, como também o é normalmente nos sítios de habitat actual.

Antes de mais queremos deixar claro alguns aspectos pertinentes sobre a ocupação humana. Não se afigura razoável inferir uma ocupação continuada de um sítio arqueológico durante milénios

- sem hiatos; um determinado local que tenha ocupação em vários períodos históricos consecutivos, não tem forçosamente de ter uma ocupação contínua durante esse longo período de tempo. Um local arqueológico com ocupação num determinado período histórico não tem que ter uma ocupação durante todo esse longo período cronológico. E dois locais com vestígios de um mesmo tempo histórico podem perfeitamente não ser coetâneos um do outro, podem não ter estado em actividade simultânea, visto que os períodos históricos têm durações bastante longas. Em resumo, locais com ocupação da mesma época podem não ter sido coevos, e locais com vestígios de períodos sucessivos não têm de ter uma ocupação continuada.

A ocupação humana de determinados locais também pode ser temporária e não deixar vestígios materiais duráveis. Estudos antropológicos de determinadas comunidades humanas actuais⁵⁴ têm demonstrado que, por vezes, a ocupação é pouco durável e não deixa elementos estáveis na paisagem, como vias ou parcelários. Os exemplos antropológicos são úteis para levantarmos hipóteses: assim as ocupações humanas temporárias são também hipóteses válidas de ocupação neste território, mas não podemos dizer se determinados vestígios provêm de assentamentos estáveis ou “efêmeros”. Esta perspectiva abre uma questão metodológica importante, como estudar as redes quando as comunidades humanas não deixam vestígios duráveis? Não temos resposta para a questão formulada mas importa referir que a comparação entre os sítios mais antigos e a forma da rede tem um limite metodológico que ainda não foi ultrapassado. Tendo em conta as limitações metodológicas utilizámos preferencialmente no nosso estudo os exemplos dos castros abandonados, que continuam a ter estruturas antrópicas de grande imponência, como acontecia ainda recentemente no Castro da Pedra de Ouro, onde se via um enorme recinto murado (LEISNER *et al.*; 1966).

Tendo em conta as problemáticas atrás enunciadas, poderá haver uma continuidade de algumas formas viárias muito antigas para tempos posteriores, até à actualidade? Estudos morfológicos noutras realidades arqueológicas dizem-nos que sim! Temos a referir que nesta investigação, os vários troços viários que aparecem em locais de ocupação antiga - sem ocupação actual, e em locais ocupados actualmente - mas com vestígios arqueológicos antigos; não poderão ser recentes! Observamos uma determinada continuidade no tempo e no espaço dos itinerários antigos, materializados no terreno por alguns traçados ainda usados que perduram mesmo em locais ocupados em tempos remotos, mas sem continuidade habitacional em tempos mais recentes. O Castro da Pedra de Ouro e o Castro do Amaral/Curvaceiras têm vestígios de ocupação humana (habitacional e/ou funerária) desde o Calcolítico até à Idade do Ferro, e ambos apresentam uma continuidade de itinerários viários - que poderão ou não corresponder aos traçados antigos, mas que

54 Nomeadamente em África.

correspondem efectivamente a uma continuidade morfológica dos itinerários antigos, desenvolvidos pela acção humana (e do meio) nos períodos subsequentes, e materializados nos traçados actuais.

As formações radio-concêntricas são normalmente consideradas como originárias da Baixa Idade Média: os investigadores consideram, de uma forma geral, que após um período de densidade populacional reduzida na Alta Idade Média, o novo poder senhorial da Baixa Idade Média, triunfante na reconquista, procedeu a uma delimitação dos novos territórios para melhor os controlar, e redistribuir parcelas por colonos; teriam assim desenvolvido, nesse período, estas formações, que eram o centro das redes viárias; estas orientavam a organização do espaço, e eram utilizadas estrategicamente pelos diversos poderes regionais (MATTOSO; 1992: 144). Assiste a esta teoria o facto de as fontes históricas levarem-nos a inferir que a formação dos aglomerados populacionais, que deram origem às aldeias actuais, seria - provavelmente - deste período. Assim, a rede viária radio-concêntrica que emana a partir destes centros seria originária dessa época. Mas esta não é uma opinião consensual: na opinião de Hermann Lautensach “é difícil caracterizar a organização espacial das aldeias portuguesas, mas pode notar-se que não é raro existir uma certa orientação a partir de caminhos antigos” (RIBEIRO *et al.*; 1991: 834). Este autor diz-nos ainda que, as aldeias são o centro de uma rede radial de caminhos de carros (*id.*: 852).

No âmbito do povoamento medieval, Jorge de Alarcão propõe que as actuais aldeias seriam derivadas da *villa* da reconquista, e que esta “podia ser uma unidade entre aldeia e o “território””; ainda segundo este autor, o território compreendia várias *villas*, e poderia ser o “equivalente das actuais freguesias, isto é, unidades que integravam várias aldeias e/ou lugarejos e casais dispersos polarizados em torno de uma igreja” (ALARCÃO; 1998: 111). A formação dos territórios, na sua opinião, deveria assim ter surgido a partir da organização eclesiástica e em torno da respectiva igreja. Mas para Orlando Ribeiro o povoamento poderia ter uma origem antiga: “O povoamento resulta assim da combinação de duas formas diferentes: um fundo antigo aglomerado, em grandes manchas espaçadas, salpicado de casais avulsos e lugarejos esparsos ou descerrados” (RIBEIRO *et al.*; 1991: 868). Este autor também nos diz que o povoamento tipo *estremenho* evoluiu nitidamente no sentido da disseminação (*id.*). Quando cotejamos estas opiniões contraditórias, verificamos que neste âmbito as investigações ainda têm muito para evoluir; a origem das aldeias pode ser proveniente das antigas *villas* romanas, à volta das quais as igrejas e os respectivos territórios se organizaram; ou então, as aldeias poderão provir de um fundo antigo aglomerado a partir das quais o povoamento se disseminou.

Estes paradigmas sobre o desenvolvimento do povoamento têm tido nos últimos anos algumas progressões pertinentes. Trabalhos sobre as redes viárias têm permitido renovar o conceito de transmissão das formas em arqueogeografia, o estudo das redes viárias apareceu como um

elemento heurístico para o estudo dos fenómenos de transmissão das formas na longa duração. Estas são um exemplo particularmente esclarecedor da resiliência das formas no tempo, pela sua capacidade de manter a sua identidade estrutural e funcional mesmo depois de integrarem importantes perturbações. Muitos dos itinerários estudados têm uma longevidade notável (ROBERT *et al.*; 2009). Os centros populacionais a partir dos quais emanam os troços viários parecem ser mais antigos que estes - os nós da rede parecem ser mais perenes que os troços que não param de mudar no tempo (*id.*). A relação entre os diferentes componentes da rede é por isso complexa, os nós contribuem assim para a manutenção das linhas, estando estas fortemente influenciadas por aqueles (*ibid.*).

Não defendemos uma continuidade morfológica durante os tempos: as formas evoluem de maneira dinâmica. Não se trata de professar um fixismo das formas e uma perenização sem mudanças, mas sim, de compreender as modalidades de adaptação ao meio ambiente, e estas comportam necessariamente tanto dos elementos de ruptura como dos de transmissão (WATTEAUX; 2009: 51). Assim, as redes são o fruto de uma evolução de longa duração, onde se misturam elementos de todos os períodos (*id.*: 245).

Um trabalho realizado por Gérard Chouquer no *Finage (Jura, França)* “...mete em evidência a profunda estruturação do espaço pela rede durável de vias e caminhos. Esta trama, que não responde a uma realidade histórica datada, oferece o quadro da forma, à vez diacrónica e ucrónica, fonte de efeito de estrutura particularmente perene (diacronia) e de potencialidades (ucronia)...” (CHOUQUER; 2000: 138).

No nosso território de estudo, as formas também evoluíram de forma dinâmica, umas vezes auto-organizadas, e outras planificadas. Pensamos também que as redes terão um desenvolvimento dinâmico a partir de tempos bastante antigos.

Mas neste ponto da investigação surge a questão cronológica, sempre imprescindível em qualquer estudo; sobre este assunto é necessário não ser determinista, e não condicionar a investigação à necessidade absoluta de determinar as cronologias dos fenómenos observados porque nós bem sabemos da frequente impossibilidade de datar certos dados, assim, não abdicamos da investigação - mesmo em circunstâncias adversas - quando não nos seja possível datar determinados elementos provenientes da actividade humana.

Tendo em conta que estes aglomerados populacionais são bastante antigos, como se pode aferir pela existência dos traçados viários nos castros actualmente desabitados. Estes traçados viários fazem parte de redes complexas, derivadas de uma ocupação antiga, e desenvolveram-se de forma dinâmica ao longo dos tempos. Algumas das actuais aldeias, que também apresentam vestígios arqueológicos dos mesmos períodos ancestrais que os castros, podem ter uma origem

antiga, à semelhança dos outros sítios de ocupação de altura. Ao constatar que grande parte destes locais têm materiais arqueológicos da Pré-História Recente, questionamos se será possível que as redes viárias que emanam a partir deles tenham origem no Calcolítico?

Tendo em conta trabalhos morfológicos recentes efectuados noutros países (porque em Portugal este tipo de trabalhos ainda são incipientes) a resposta à pergunta anterior é negativa. As investigações morfológicas, combinadas com uma arqueologia direccionada para estas problemáticas, têm revelado que as planimetrias⁵⁵ rurais antigas têm essencialmente uma origem na Idade do Ferro; apesar de aqui termos uma realidade geográfica diversa, é difícil admitir uma origem calcolítica para as planimetrias.

G. Chouquer chegou a alguns resultados interessantes ao investigar realidades planimétricas antigas noutras realidades geográficas (essencialmente em França, Itália, e Inglaterra). Este autor que sustenta as suas reflexões em estudos morfológicos e em resultados de escavações arqueológicas, propõe que as primeiras planimetrias têm origem num período vasto, que vai desde o fim da Idade do Bronze ou do início da Idade do Ferro, até ao século II d.C.; chegando nalguns casos mais tardios até à Alta Idade Média (CHOUQUER; 2005: 30). Também nos explica que este processo de emergência planimétrica é um processo de “continentalização”, que passa de uma ocupação em “ilhas” (locais isolados) para uma ocupação em “continente”, quer dizer que as formas se estendem no espaço até formar um tecido contínuo (*id.*: 33). Sobre esta questão não temos nada a contrapor, porque ela é bem fundamentada pelas escavações arqueológicas e pelos estudos morfológicos; temos somente a notar que **realidades geográficas diversas podem ter desenvolvimentos arqueológicos diferentes.**

Como neste território a grande maioria dos locais identificados como centros de escala supra-regional têm materiais arqueológicos do Calcolítico, não queremos deixar de propor uma hipótese teórica, que não podemos comprovar cientificamente enquanto a arqueologia⁵⁶ desta região

55 Por planimetrias entendemos redes compostas por habitats, vias e parcelários.

56 Sobre a arqueologia no Concelho de Alenquer tenho que dizer, apesar do “politicamente incorrecto” (como se costuma dizer!) desta constatação que os poderes políticos - e também as oposições - são completamente alheios às questões arqueológicas. Entendendo, geralmente, os vestígios materiais do passado como entraves ao crescimento, e ignorando o seu papel primordial no “desenvolvimento sustentável” da região e dos seus habitantes. E ainda, violando constantemente a Lei 107/2001 que protege o património cultural, com a conivência (por inacção!) do poder judicial, e a impotência (por falta de regulamentação e de meios!) das entidades competentes (na actualidade o IGESPAR)! Esta questão afigura-se primordial mas simples, e provém da defesa de modelos diferentes para o desenvolvimento da sociedade actual. Dois conceitos completamente diferentes coabitam actualmente nos espíritos dos intelectuais: o conceito de “crescimento”, e o conceito de “desenvolvimento sustentável”; e estes são confundidos com frequência. O conceito de “crescimento” é herdado de concepções passadas, dos modelos económicos liberais preconizados por Adam Smith no século XVIII (SMITH; 1989); e pasme-se, três séculos depois do Iluminismo, ainda é defendido por muitas das actuais elites dirigentes existentes um pouco por todo o mundo (excluindo honrosas excepções, que abduco de nomear!), e pelos povos que as elegem, como o único modelo possível para o desenvolvimento social e económico das sociedades presentes e futuras. Atalhando, e nomeando as questões que mais nos preocupam, este modelo tem proporcionado um crescimento de “tábua rasa,” que privilegia uma economia assente no betão, e que ignora as heranças do passado - destruindo-as - sejam elas de cariz natural ou

não se direccionar para estas problemáticas pertinentes.

O Calcolítico é caracterizado pela deslocação dos locais de habitat para sítios de altura, a organização de territórios em torno de “lugares centrais” visíveis na paisagem (JORGE; 1999: 151), uma intensificação das práticas agrícolas e pecuárias (com a chamada “revolução dos produtos secundários”), e o debutar das tecnologias metalúrgicas. Os castros actualmente abandonados no concelho partilham de um determinismo geográfico, usual neste período: a ocupação de sítios de altura com um bom controlo visual da paisagem; também os locais com vestígios deste período histórico, mas que estão habitados na actualidade, ocupam locais com características geográficas semelhantes. Como o povoamento (referimo-nos aos centros de escala supra-regional) ainda está actualmente - na sua maior parte - instalado em locais com estas características geográficas, pensamos que pode haver uma relação directa entre os vestígios antrópicos antigos e os actuais locais de habitat. Não defendemos uma perenização das formas e uma estabilidade do povoamento nos últimos 5 milénios. Mas defendemos a possibilidade de algumas formas planimétricas - nomeadamente as vias - terem uma origem ancestral, e provirem da **ocupação dos sítios de altura**; a longa diacronia de ocupação destes sítios (desde o Calcolítico à Idade do Ferro), como se comprova nos castros abandonados de Ota, Pedra do Ouro e Amaral/Curvaceiras deverá ter potenciado a memória destes antigos itinerários, durante longos períodos de tempo. Mesmo que os traçados sejam outros, e deverão ser, o potencial dos itinerários antigos deverá estar inscrito na memória humana e na memória dos solos, ainda que de maneira parcial. Esta potencialidade ucrónica é o resultado dos desenvolvimentos subsequentes da génese de ocupação dos sítios de altura, que por mecanismos complexos, de transmissão no espaço e no tempo, possa sobreviver - de alguma forma, até aos tempos actuais. É um fenómeno de resiliência das formas antigas, e da sua potencialidade ucrónica de emergência nas paisagens de todos os tempos.

antrópicas. Actualmente, e já desde há alguns anos, surgiu outro modelo de desenvolvimento chamado “desenvolvimento sustentável”; este modelo respeita as heranças do passado, e na medida do possível preconiza a sua potenciação (social, ambiental e económica) para o presente e para o futuro; pretende, desta maneira, deixar como herança para as gerações futuras um planeta igual ou melhor ao que habitamos agora. O “desenvolvimento sustentável” respeita o passado, como também pretende respeitar as gerações futuras. Neste momento, temos conhecimento do peso da cultura (ou das indústrias culturais, como agora lhe preferem chamar!) na economia da União Europeia, e também na economia portuguesa [representa 2,6% do Produto Interno Bruto de toda a UE (VVAA; 2010: 3)], este facto parece estar a despertar as consciências para um desenvolvimento que tenha em conta factores de diferenciação cultural e natural (ainda que de uma forma bastante lenta, na nossa opinião!). A responsabilidade num futuro melhor deve ser partilhada: dirigentes, intelectuais e as populações mundiais devem ser incluídos num vasto movimento de consciencialização ambiental e cultural (esta talvez seja uma ideia utópica, mas o que seria do Homem sem os seus idílios?). E as Universidades - como centros de promoção de raciocínios mais avançados - têm a obrigação de instituir nos seus *curricula* as problemáticas sobre o “desenvolvimento sustentável”, de uma maneira geral em todos os cursos, mas com mais pertinência para aqueles que se dedicam habitualmente a funções dirigentes e de ordenamento do território; nomeadamente arquitectos, urbanistas, engenheiros, etc.; que parecem - muitas vezes - não compreender estas problemáticas.

9.2. Os itinerários e os estabelecimentos arqueológicos vizinhos.

O grande número de locais arqueológicos existentes na proximidade dos itinerários faz-nos inferir acerca da possível relação entre estas diferentes realidades arqueológicas. O itinerário pode ter potenciado a instalação de assentamentos arqueológicos na sua proximidade, e/ou os locais arqueológicos potenciaram, por sua vez, o desenvolvimento deste itinerário, uma relação dinâmica, e complexa, em que existem **inter-relações entre traçados e povoados**. E esta relação é complexa porque existem relações distintas, em diferentes escalas.

A via exerce um domínio de atracção sobre o habitat, ou vice-versa. E esta relação mútua entre vias e habitat tem um papel essencial, porque “a construção e manutenção de um itinerário no tempo são o resultado de uma multiplicidade de interacções entre o habitat e as vias” (ROBERT; 2003a: 441).

Não se pode estudar a dinâmica da rede no tempo sem fazer uma reflexão sobre as diferentes escalas de espaço: ambas podem ter ritmos muito diferentes. A mobilidade ou a perenidade que se pode observar numa escala pode ser muito diferente do que se passa em outra escala. As diferentes escalas não agem independentemente umas das outras, havendo entre elas um jogo de interacções complexas: Agindo umas sobre as outras, e sendo uma a condição de perenização da outra. O traçado de grande percurso atrai e contribui para a fixação do habitat local, e este, simultaneamente, mantém a rede de grande percurso e participa na sua perenização (ROBERT *et al.*; 2009). Numa escala local a via de grande percurso é morfogenética do habitat porque as implantações humanas têm muitas vezes em conta a proximidade destas vias (WATTEAUX; 2009: 314).

Podemos adaptar as metodologias de E. Vion a espaços mais reduzidos afim de aí procurar a estrutura viária local que explica o modo de criação das unidades intermediárias (CHOUQUER; 2000: 138). Em trabalhos já efectuados que nos reportam para uma escala micro-regional, está demonstrado que as interacções entre vias, estabelecimentos, parcelários e ambiente, são observados e mostram-nos o papel morfogenético dos eixos de circulação na construção das redes espaciais e das paisagens (ROBERT *et al.*; 2009).

O Geógrafo M. Gautier estima que a função dos caminhos explica a sua evolução; esta também se compreende pelo estudo da trama agrária, e pelo inverso, a estrutura agrária pode ser melhor compreendida graças à análise dos caminhos [GAUTIER; 1950a: 227 *in* (WATTEAUX; 2009: 232)]. Este geógrafo estabelece uma ligação muito forte entre caminho e paisagem: “Uma outra qualidade das pesquisas de M. Gautier reside na ligação muito forte que ele estabelece entre o caminho e a paisagem próxima: “é um dos elementos, e não dos menores, da estrutura agrária. Evolui ao mesmo tempo que os outros elementos do mobiliário: os campos, as culturas, os lugares

habitados. É parte integrante da paisagem, e vive ou morre em função de toda a economia rural”. Este autor nunca esquece reinserir as suas observações numa análise geográfica da trama, do habitat, mas sobretudo do conjunto do espaço agrário e da sua economia (estrutura do parcelário e utensílios agrícolas) [GAUTIER; 1963: 69 e GAUTIER; 1971: 181-198 *in* (WATTEAUX; 2009: 231)]. Ele diferencia-se da maior parte dos geógrafos, que, segundo ele, negligenciaram o estudo da circulação em proveito do habitat rural e da organização do parcelário e que, quando estes se penitenciam sobre as redes de comunicação, para eles só tem interesse, na maior parte das vezes, as estradas mais importantes [GAUTIER; 1951: 17 e GAUTIER; 1971: 82 *in* (WATTEAUX; 2009: 231)].

Os estudos das redes viárias têm de contemplar toda a diversidade das vias. As redes viárias e o sistema de povoamento surgem extremamente articulados. Esta constatação apoia-se no trabalho que M. Watteaux efectuou no quadro do estudo das redes viárias do sul da Vendée (WATTEAUX; 2009), onde realçou a evidência de uma mesma lógica: **a de uma ligação viária entre os habitats**. S Robert teorizou estas relações de escala e demonstrou que a interacção via-habitat contribui fortemente para a dinâmica e manutenção do sistema viário [Robert; 2003a *in* (WATTEAUX; 2009: 541)].

Os únicos elementos viários que parecem escapar a esta interacção são as serventias dos campos que revelam uma relação com o parcelário agrário (*Id.*). No território de Alenquer existe uma rede de vias que se apresenta divergente com as várias escalas oriundas da triagem numérica; a esta realidade morfológica atribuímos o nome de vias divergentes (ver **mapa 68**). Esta rede serve actualmente de acesso aos vários campos agrícolas, e pode ter, ou não, a sua origem relacionada com o parcelário rural; ou então pode derivar de uma relação de reciprocidade com um habitat entretanto já desaparecido.

Tendo em conta a complexidade das relações entre um itinerário e os estabelecimentos arqueológicos, um raciocínio relacional entre estas realidades tem uma fraqueza eventual. A sua vizinhança não indica uma relação segura entre estes, mas somente uma relação eventual. É uma indicação interessante, mas só provável porque a origem e desenvolvimento de vias, habitats, e parcelários, terá sempre uma origem diversificada.

9.3. As ligações.

As ligações representam itinerários antigos que estão actualmente materializados em traçados. Como os itinerários contêm uma multiplicidade de traçados, que se desenvolvem normalmente de forma isóclina, estes traçados correspondem a uma parte dos itinerários; e foram

utilizados ao longo dos tempos na deslocação entre os diversos locais. Trata-se de um fenómeno de longa duração que é melhor compreendido se observado como: uma **continuidade não linear de espaço-tempo** (CHOUQUER; 2007: 278-280). Os itinerários são assim a base da realidade morfológica actual e como são compostos de vários troços, alguns destes troços corresponderão efectivamente a partes dos antigos traçados incluídos nestes itinerários.

9.3.1. Ligações entre locais pré-romanos.

No **mapa 23** está patente uma actual realidade morfológica que representa as ligações viárias entre os locais com vestígios arqueológicos anteriores à romanização, mais precisamente a Pré-História Recente e a Proto-História. Estes traçados podem representar os itinerários a partir dos quais se faziam os fluxos entre estes locais; mas, apesar da sua materialização no solo, eles representam somente uma abordagem teórica, porque não sabemos se estes locais foram habitados simultaneamente, e se, conseqüentemente, houve fluxos entre eles. Mas temos de ter em conta, e apesar destas reticências, que alguns destes locais não são habitados actualmente, como não foram em períodos recentes; não obstante, no solo estão materializados os traçados que fazem a ligação mais próxima, e mais acessível geograficamente, entre estes locais. Não faz assim sentido que algumas destas ligações sejam implantação recente. À semelhança do que já foi dito anteriormente, estes traçados poderão corresponder perfeitamente à **actual materialização no terreno de alguns traçados que faziam parte dos itinerários entre estes antigos locais de ocupação pré-romana**. Na zona da Serra do Montejunto as vias de comunicação são escassas na actualidade, e exceptuando um traçado que faz ligação à instalação militar⁵⁷ situada no seu topo, a maior parte dos traçados existentes fazem ligações específicas entre os locais de ocupação antiga, utilizando as poucas passagens naturais por onde estes caminhos se poderiam fazer; assim, não custa admitir a possibilidade destes traçados corresponderem efectivamente às ligações entre os sítios de antanho.

Quando se fez a triagem numérica estes locais ficaram divididos nas três categorias propostas (supra-regionais, regionais e locais). Tanto os locais de ocupação actual, como aqueles que actualmente estão abandonados, foram caracterizados de maneira diferente - inserindo-se nas três diferentes escalas de análise. Assim estas ligações não correspondem a nenhum dos três tipos de ligações decorrentes da triagem numérica⁵⁸. Correspondem sim a ligações entre estes locais específicos, daqui se infere que a triagem numérica serve para uma distinção de escala, mas não para uma distinção cronológica.

A maior parte destes locais foram definidos como centros de escala local, e outros como

57 Construída no Séc. XX.

58 Estas são ligações supra-regionais, ligações regionais, e ligações locais.

centros de escala supra-regional; a antiguidade e actual abandono ocupacional destes sítios indicam-nos que as ligações entre centros de escala local não poderão somente corresponder a uma realidade recente; isto é, a um desenvolvimento das ligações entre centros locais que se teria processado com o acréscimo populacional medieval ou pós medieval. A abordagem cronológica da totalidade desta rede local está assim posta de parte, porque alguns destes traçados correspondem a ligações pré-romanas, como outros traçados da rede local corresponderão a ligações medievais, modernas, ou até contemporâneas!

No **mapa 26** podemos observar as ligações entre locais pré-romanos na rede viária actual. E, quando colocamos as várias redes viárias numa escala comum, como se verifica no **mapa 27**, observamos a inserção das ligações entre locais pré-romanos nesta realidade morfológica de escalas múltiplas. Quando cotejamos as ligações pré-romanas com as três redes de diferentes escalas, encontramos itinerários em comum; isto é, uma interpenetração entre os traçados de várias escalas; **as ligações entre estes locais utilizaram itinerários que já deveriam existir anteriormente, da mesma maneira que estes itinerários também foram a génese de traçados que se consolidaram em tempos posteriores.** Assim, um traçado norte-sul com a passagem por Bairro, Canodos e Alenquer, corresponde a uma ligação supra-regional entre o castro de Pragança e o castro do Amaral/Curvaceiras. Também uma ligação entre Cabanas de Torres e o castro de Pragança se insere numa ligação supra-regional. De uma forma geral os outros traçados correspondem à rede de ligações locais. Verifica-se assim a inter-penetração entre as diversas escalas que corresponde ao uso indiferenciado dos traçados, independentemente das distâncias que o Homem pretendesse percorrer.

9.3.2. Ligações supra-regionais.

As ligações supra-regionais representam os itinerários entre os centros de escala supra-regional que visualizamos no **mapa 78**. Temos consciência que a sua formação pode ser diversificada, e foram incluídos num mesmo conjunto de análise por um critério de escala - a escala supra-regional - determinado a partir da triagem numérica.

Pretendemos inferir acerca da sua evolução dos itinerários, a partir dos dados arqueológicos existentes sobre o povoamento, que se podem ver no mapa 75.

Em primeiro lugar constatamos que a ligação supra-regional entre o castro de Pragança e o castro do Amaral/Curvaceiras, que se estende no sentido norte-sul, tem nas suas proximidades uma série de locais com vestígios da Pré-História Recente e da Proto-História; neste itinerário de múltiplos traçados podemos encontrar locais como Achada, Casais das Pedreiras, Cabanas de

Torres, Cabanas de Chão, Abrigada, Quinta da Escota, Serra de Ota, Bairro, Castro de Ota, Ota, Quinta do Espírito Santo, Canados, Quinta da Moita, Moinho do Raposo, Vale de Junco, Alto do Pedregal, Quinta da Boavista, Águas, Cruz de Bufo, Porta da Conceição, Alenquer, Paredes, Castro da Pedra de Ouro, e Castro do Amaral/Curvaceiras. Este longo itinerário faz uma ligação entre dois locais marcantes na paisagem pela sua altitude (Serra do Montejunto e Serra do Amaral), ambos com abundantes vestígios arqueológicos de antes da era cristã. A ligação entre Cabanas de Torres e Abrigada apresenta vestígios romanos em Cabanas de Torres e em Cabanas do Chão. Em Cabanas de Torres há notícia da recente descoberta numa azenha de uma epígrafe de período romano [cabanas de torres.blogspot.com (01/05/2010 16h42m)]. Esta epígrafe deve corresponder a um epitáfio do séc. I d. C., onde estão referidos dois antropónimos tipicamente lusitanos: Tancino e Melão (**quadro 4**). Este documento indica-nos a romanização dos povos indígenas desta localidade já no primeiro século da nossa era, através da utilização dos caracteres latinos. Neste itinerário foi construída a capela da Nossa Senhora das Neves, de cuja existência temos notícias a partir do século XIII. Do século XIV poderá ser a fundação da igreja de Nossa Senhora da Graça. E nos séculos XV/XVI consolida-se o povoamento ao longo deste itinerário, com o aparecimento na historiografia local de referências a povoados como Cabanas de Torres, Abrigada, Boca da Mata, Bairro, Carapinha, Pedra de Ouro, Quinta do Amaral, e Curvaceira. As primeiras referências à Quinta da Abrigada são do século XVII. E no século XVIII proliferam uma série de sítios como a Fábrica da Neve, a Igreja de São João, Cabanas de Chão, Canados, Convento de São Paulo e a Ponte da Couraça que se situa certamente num dos seus traçados (ver **quadro 14**). O trajecto deste itinerário passa normalmente por locais de alguma altitude, evita os terrenos mais a oeste que são mais planos e por isso de mais fácil circulação.

O itinerário entre Cabanas de Torres e Curvel, com passagem por Labrugeira, também se desenvolve tendo nas suas imediações locais arqueológicos que correspondem a períodos anteriores à chegada dos romanos. Berbelita, Arneiro, Merceana, e Paiol estão situados nas imediações deste itinerário. Mas os vestígios romanos surgem somente em Merceana. Os séculos XV/XVI são os da consolidação do povoamento com o desenvolvimento de povoados como Paula, Labrugeira, Quentes, Atalaia, Cortegana, Quinta do *Rocio*, Merceana, Arneiro, Barbas de Porco e Quinta de São João. No século XVII surge a Quinta do Coelho, a Capela de São Luís e o convento de Santo António de Charnais. Temos conhecimento de mais alguns locais que aparecem nos textos do século XVIII, como Penedos, Igreja de Nossa Senhora da Ventosa, Penuzinhos, Freixial de Cima e Paiol.

Também o itinerário entre o Castro da Pedra de Ouro e Carreiras apresenta vestígios antigos nas suas imediações, os locais de Antas e Santana da Carnota. Vestígios de período romano aparecem em Casal da Corujeira e na via do Casal Vale de Reis. A partir do século XV/XVI o

povoamento intensifica-se com os seguintes povoados: Canhestro, Carnota (Santana), Gavinheira e Palaios. No século XVIII desenvolveram-se algumas aldeias nas suas proximidades, como Antas, Pipa e Soeiro Cunhado.

Outro itinerário, entre o castro do Amaral/Curvaceiras e o Carregado, tem nas suas imediações locais como a Gruta de Refugidos, Alto da Peça e Casais da Marmeleira, todos eles de ocupação pré-romana. A ocupação de período romano também foi efectiva, com testemunhos em Quinta da Carnota de Baixo, Casal do Amaral, Trajana, Casal do Tufo, Fonte de Abril, Guizanderia e Carregado [que apresenta uma série de locais deste período nas suas imediações (ver **mapa 32**)]. A sul deste itinerário, e mais ou menos paralelo, existe outro itinerário entre Arruda dos Vinhos e Carregado; também este itinerário tem uma série de vestígios da presença romana. Estes foram encontrados nos actuais topónimos de Letrado, Quinta da Amoreira, Quinta da Granja, Igreja dos Cadafais, Quinta da Ponte, Quinta de Meca, ponte do Casal da Ponte⁵⁹. Estes dois traçados quase paralelos podem, por sua vez, estar incluídos num vasto itinerário; é de notar a grande concentração de vestígios do período romano junto a estes, o que nos leva a sugerir a possibilidade, mesmo que remota, de já existir desde época romana movimento de pessoas, bens e ideias, neste itinerário⁶⁰. A ocupação humana junto aos dois itinerários parece ter um hiato, pois só se voltam a encontrar referências à presença do Homem a partir dos séculos XV/XVI: nos textos aparecem referências ao Convento da Carnota, Casais (da Marmeleira!), Guizanderia, Carregado, Amoreira, Granja⁶¹ e Cadafais. Alguns destes sítios já tinham vestígios desde os primeiros séculos da nossa era. Já no século XVIII surge a ocupação na Quinta do César, Quinta da Ponte e Quinta do Vale de Flores.

Ao fazer uma análise quantitativa dos vestígios humanos presentes ao longo dos tempos nestes dois últimos itinerários, ficamos com a noção da importância que representam os vestígios de Época Romana.

A ligação entre Vila Franca de Xira e Alenquer também é um itinerário antigo, deve incluir um traçado que corresponde a uma via romana que faria a ligação entre Lisboa e Paredes (MANTAS; 1987a). O número de vestígios romanos nas suas imediações é vasto, desde Vila Franca de Xira, Povos, Castanheira do Ribatejo, Quinta da Marquesa, Monte dos Castelinhos, Quinta de Santo António, Quinta da Condessa, Guizanderia, Quinta das Sete Pedras, Quinta de Santa Teresa, Casal de Santo António até Paredes. O povoamento posterior em torno deste itinerário surge - de maneira geral - em locais já ocupados em época romana; mas há algumas excepções, poucos são os locais habitados que não têm referências a ocupações humanas anteriores, como a Quinta das

59 Ponte de provável cronologia romana (ver **quadro 4**), que faz actualmente uma ligação norte-sul sobre o Rio Grande da Pipa.

60 Inferência um pouco retórica, mas que é uma mera possibilidade.

61 Quinta da Granja.

Varandas e Santa Catarina - que surgem já no século XVIII.

No território do concelho existe outra ligação supra-regional entre Labrugeira e Alenquer. Neste itinerário existem locais com vestígios anteriores à chegada dos romanos, como a Berbelita, Cruz de Bufo, e Águas. Um caminho que se desenvolve a partir do recinto de Berbelita (ver **mapa 31**) pode estar incluído neste itinerário, é mais ou menos paralelo a este, e pode fazer uma ligação maior⁶² entre as duas actuais localidades. Temos notícias de vestígios de período romano em Pardieiros e Pousoa. Mas é nos séculos XV/XVI que o povoamento se desenvolve em torno do itinerário, com as primeiras referências a locais como Labrugeira, Olhalvo, Carvalhal, Espiçandeira, Vale de Figueira, Pancas e Porto da Luz. No século XVI surgem o Convento da Nossa Senhora da Encarnação, Quinta de São José da Lage, Quinta de D. Carlos, Quinta de São Bartolomeu, e Quinta de Pancas. E também existem algumas referências para o século XVIII; são os locais da Quinta da Laje, Quinta da Ramalheira, e as pontes da Pousoa, de Pancas e da Barnabé, que estão incluídas neste itinerário.

Há outra ligação supra-regional entre Paredes e Pontével; o tesouro romano do Pinhal do Alvarinho deveria estar situado num traçado deste período incluído neste itinerário. Na opinião do Doutor Vasco Mantas este traçado romano deveria corresponder à via principal entre *Olisipo* e *Bracara Augusta* (MANTAS; 1996a)⁶³, e faria a passagem do Rio de Ota pelas pontes de São Bartolomeu - que teriam a sua origem neste período⁶⁴. Nos séculos XV/XVI existem referências aos povoados de Camarnal, Paul de Ota, e Aveiras de Cima, que se desenvolveram próximo deste itinerário.

A ligação entre Labrugeira e Ereira aparenta ter sido desenvolvida numa época bem posterior às restantes. Nestas duas localidades não conhecemos vestígios antrópicos originários da Antiguidade, e o povoamento neste itinerário começa a desenvolver-se já nos séculos XV/XVI, com surgimento das primeiras referências aos povoados de Atalaia e Quentes; e no século XVIII das localidades de Vila Chã, e Casais Galegos.

O itinerário entre Torres Vedras e Curvel, já fora do território concelhio, com passagem pela Serra de São Julião, tem uma série de locais romanos no seu trajecto, que são a Quinta da Macheia, Quinta da Porticheira, Quinta do Juncal e Ermida da Serra de São Julião. Este itinerário antigo que poderia ser utilizado desde tempos pré-romanos, deveria incluir um traçado activo em período romano que faria a ligação mais ampla entre Torres Vedras e Alenquer. Este itinerário foi classificado no território de Alenquer como ligação regional, entre Merceana e Alenquer, e tem nas

62 A foto-interpretação que fizemos deste caminho só nos permitiu apreender o seu traçado numa distância conforme o apresentado no mapa 31.

63 Assunto que retomaremos na alínea: 9.3.4.3.

64 As duas pontes actuais, e que se apresentam paralelas, já não são de Época Romana.

suas imediações alguns locais com vestígios romanos como a Merceana, Aldeia Gavinha, Quinta do Caracol, Quinta da Boavista, Mossorovia, Quinta da Margem da Arada, Penafirme e Pancas. É possível que a Ponte da *Lamaroza*, próxima da Quinta da Margem da Arada, estivesse incluída neste itinerário. A existência de um traçado romano que faria a ligação entre Paredes e Torres Vedras, com passagem por Aldeia Gavinha, já foi defendida por V. Mantas (MANTAS; 2002).

É de notar que a ocupação humana pré-romana apresenta uma distribuição importante de vestígios junto ao Rio de Ota e ao Rio de Alenquer; sendo assim, as linhas de água apresentam-se como elementos importantes para a implantação destes sítios de habitat. Desta forma não seriam as vias os elementos essenciais para a implantação dos habitats, mas somente um dos elementos importantes.

A distribuição de vestígios do período romano também é algo densa junto a rios importantes, como são o Rio de Alenquer e o Rio Grande da Pipa. Mas a concentração de vestígios deste período também é vasta junto às ligações supra-regionais. As ligações supra-regionais com mais vestígios de período romano nas suas imediações são entre Arruda dos Vinhos e Carregado, Vila Franca de Xira e Alenquer com passagem pelo Carregado, entre Paredes e Carreiras, e entre Alenquer e Labrugeira.

9.4. Itinerários de grande percurso.

9.4.1. Abordagem geral.

Os itinerários são aqueles que não se inserem na lógica viária local (VION; 1989: 74). O seu desenvolvimento surge a partir de uma organização anterior, seja ela auto-organizada ou planificada. A rede viária de Alenquer como grande burgo medieval é posterior a esta lógica viária antiga que observamos actualmente com as metodologias da morfologia.

A nossa atenção está focada nas vias de grande percurso não monumentais, que estão pouco estudadas até este momento e contribuem para esclarecer as redes proto-históricas e medievais (ROBERT *et al.*; 2009). Também os caminhos de grande têm um papel determinante na organização das tramas parcelárias desde a Proto-História (*Id.*).

No **mapa 28** confirma-se a existência de traçados com múltiplas ramificações. Dito de outra forma, a auto-organização dos itinerários (sejam eles a consequência, ou não, de planificações) em diversos traçados, mais ou menos paralelos, por onde se deslocavam pessoas e bens entre determinados centros populacionais. Os traçados com ramificações revelam a longa diacronia de utilização dos itinerários, somente a deslocação continuada entre os centros populacionais permitiu

a sua multiplicação. A proliferação de traçados acontece por uma diversidade de situações: Porque determinado traçado estava intransitável em determinado período, e a deslocação de pessoas e bens teve de se fazer, em alternativa, por outro traçado transitável; por determinado traçado só ser transitável com determinadas condições naturais (por exemplo, em períodos de poucas chuvas), e por isso, ser necessário utilizar um outro traçado alternativo; porque determinado traçado não tinha condições para a deslocação de determinado tipo de veículos (por ser estreito, ou demasiado inclinado por exemplo), sendo preciso estabelecer uma alternativa viária; pela concorrência entre os núcleos populacionais na captação dos fluxos que se estabeleciam sobre os itinerários, estabelecendo novos traçados que os servissem, tornando pouco frequentados os traçados que serviam outros locais de habitação. Como refere E. Vion: “A concorrência das cidades é o motor da história viária, que sem ela será imóvel desde longo tempo” (VION; 1989: 74). Não consideramos que haja expressões verdadeiramente axiomáticas, mas parece-nos, neste caso, que a longa diacronia dos itinerários de grande percurso está bem fundamentada, quando estes têm várias ramificações.

Os itinerários de grande percurso obedecem a duas lógicas perfeitamente distintas, mas absolutamente relacionáveis: uma humana e outra e geográfica. É a forma híbrida como interagem o Homem e o meio ambiente. Eles são o resultado da deslocação de pessoas e bens, entre determinados centros populacionais de grande importância, num espaço geográfico demarcado. É certo que haverá locais onde a geografia é mais favorável à passagem de vias, e pelo contrário, haverá locais onde será mais difícil a implantação de troços viários; o desenvolvimento da rede viária terá sem dúvida em conta essas especificidades, e evitará, na medida do possível, a transposição dos acidentes geográficos com passagens difíceis.

A forma como os homens se organizam no espaço geográfico é sempre condicionada pela natureza e pela maneira como esses homens ocupam esse mesmo espaço natural; é uma afirmação redundante, mas importa referir que homem e natureza fazem parte de um mesmo binómio e são indissociáveis. As deslocações humanas efectuam-se segundo as suas necessidades, e, consoante as possibilidades que o ambiente geográfico e a natureza permitem.

Nesta investigação o espaço é uma espécie de península encafuada entre o Oceano Atlântico e o imenso Rio Tejo. Território imensamente fértil e cheio de acidentes geográficos, com altitudes bastante diversas onde se destaca a Serra do Montejunto, o acidente orográfico de maior altitude, com os seus 666 metros. Certamente que há locais por onde as deslocações se tornam mais fáceis de efectuar, zonas planas, vales, etc., mas também temos de ter em conta a necessidade humana de fazer as ligações pelos trajectos mais directos possível. Os traçados viários obedecerão sempre a uma lógica mista, nem totalmente humana, nem completamente geográfica. Afastando os

determinismos, achamos que será no equilíbrio entre estes dois factores que devemos compreender a implantação das redes viárias.

Nos **mapas 28 e 29** podemos observar quatro itinerários de grande percurso⁶⁵, estes estão orientados na direcção de grandes cidades da região: Lisboa, Santarém e Óbidos. São actualmente grandes cidades, como assim o foram no período romano (chamavam-se respectivamente *Olisipo*, *Scallabis*, e *Eburobrittium*). A sua ocupação na Idade do Ferro está testemunhada pelos abundantes vestígios deste período encontrados nas três cidades. Estas não deveriam ser simples locais de habitat; mas sim provavelmente importantes *oppida*⁶⁶.

Assim sendo estes itinerários têm uma origem antiga, alguns poderão ser romanos e outros pré-romanos; há a possibilidade da sua génese ser posterior, mas é uma hipótese menos provável. Independentemente do seu período de criação, pensamos que o seu desenvolvimento se intensificou com a organização política romana. A intensificação das trocas comerciais que certamente se produziu neste período (MANTAS; 1996c) terá potenciado a sua utilização. Mas, em alguns casos, a sua origem deverá ser mais antiga, deverá provir da circulação que já então se efectuava entre os grandes *oppida* da Idade do Ferro. Porque, na opinião de alguns autores, certas estradas romanas teriam sido construídas sobre os caminhos indígenas que seriam os itinerários proto-históricos (MANTAS; 1987b), hipótese que consideramos como bastante provável.

O primeiro itinerário, assinalado com o número 1, parte de Lisboa para Norte, a sua trama passa por Loures, Cabeço de Montachique, Gosundeira, Feliteira, Dois Portos, Runa, Espera (actualmente Vila Nova da Espera), Vale do Sizandro, Ordasqueira, Sarge, Casais dos Carvalhos, ...até Ribeiro de Palheiros; a partir desta zona há uma separação em dois itinerários diferentes, mas sem estar bem definido o sítio preciso onde essa separação se efectua devido às várias ramificações que tem a trama. Um dos itinerários segue em direcção à costa atlântica, provavelmente para Peniche, pelo menos é essa a direcção que toma; este foi nomeado como itinerário: 1a. O outro vai em direcção a Óbidos, e foi designado 1b.

Alguns centros de escala supra-regional, como por exemplo Torres Vedras e Vimeiro, estão à margem deste itinerário, mas a localidade de Campelos, que também se insere nesta classe, parece ter florescido pela passagem deste itinerário nas suas imediações.

O segundo itinerário, que denominamos 2, tem, da mesma forma que o anterior, a sua origem na cidade de Lisboa, o seu trajecto inicial é igual ao do itinerário 1 até São Julião do Tojal, mas a partir desta localidade, toma uma direcção completamente diferente, igualmente para norte, mas utilizando o Vale do Trancão (entre o Mosqueiro e o Zambujal) para a sua passagem. Este

65 Que numerámos de 1 a 4.

66 Os vestígios da Idade do Ferro nestas cidades, não deixam dúvidas relativamente à sua ocupação neste período.

itinerário passa por Bucelas e Pontes de Monfalim. À semelhança do itinerário 1 também este se separa em dois itinerários diferentes; ocorre no início do actual concelho de Alenquer, na zona dos valverdes (duas localidades muito próximas, com o mesmo nome: Valverde). O primeiro, que chamei 2a, segue em direcção a Óbidos, passando por Pereiro de Palhacana, Aldeia Galega da Merceana, Merceana, Vila Verde dos Francos (contorna a Serra do Montejunto pela sua orla oeste), Martins Joanes, e segue para norte em direcção a Óbidos. O segundo itinerário, que denominei 2b, passa pelo traçado de provável cronologia romana, que ainda hoje é bem visível, que apelidamos **Via do Casal Vale de Reis** (COSTA; 2008b) (**mapa 48**). Este itinerário segue depois pelas localidades de Pipa, Azedia, Montegil, Olhalvo, Abrigada, e contorna a Serra do Montejunto passando pela sua aba este, até ao Castro de São Salvador, depois toma a direcção este cruzando o itinerário 3a, e passa pelas localidades Arrifana, Assentiz e Louriceira: podemos seguir o seu percurso até Santarém.

O itinerário 3, e à semelhança dos dois anteriores, também tem a sua origem na cidade de Lisboa, fazendo também um trajecto norte-sul. As suas ramificações iniciais são visíveis, de uma forma geral, paralelas ao Rio Tejo, como por exemplo em Vila Franca de Xira, onde existe um traçado de via romana, alvo de uma escavação recente da responsabilidade dos arqueólogos João Pimenta e Henrique Mendes (PIMENTA *et al.*; 2007). Este itinerário segue o traçado proposto por Vasco Mantas para a grande via romana de *Olisipo a Bracara Augusta* (MANTAS; 1999). Podemos seguir o seu trajecto que parte de Lisboa e passa por Sacavém, Alverca do Ribatejo, Alhandra, Vila Franca de Xira, e Castanheira do Ribatejo. A partir desta última localidade o itinerário divide-se em três itinerários perfeitamente distintos. O primeiro itinerário, que nomeamos 3a, segue em direcção ao Carregado, Quinta da Queimada, Ponte do Casal do Moinho Novo, Quinta da Bemposta, Casal Alvarinho, Quinta do Casal do Vale, Vale de Carro, Ponte da Quinta de Ota, Quinta da Venda, Quinta da Vala Nova, Quinta do Vale Trabum, Espinheira (cruza-se com o itinerário 2b nas imediações desta localidade), Tagarro, Alto da Serra, e continua para norte em direcção, provavelmente, à cidade romana de *Collipo* (actualmente São Sebastião do Freixo) e Leiria. O segundo itinerário, que designamos 3b, tem um traçado semelhante ao anterior desde o Carregado até ao Casal do Alvarinho; mas a partir deste local toma um percurso diferente, contorna o Chão da Torre (actual Base Aérea n.º 2) por este⁶⁷, continua pela Ponte da Quinta da Torre, Nossa Senhora da Ameixoeira, Alcoentre, e continua para norte em direcção a Rio Maior, onde se aproxima do itinerário 3a. O terceiro itinerário, que intitulámos 3c, distingue-se do itinerário 3 a partir de Castanheira do Ribatejo, o seu trajecto segue pela Ponte da Marinha, Casal do Mouchão, Aposento,

67 Este itinerário deveria passar pelo interior do Chão da Torre, mas, com a construção da Base Aérea n.º 2 e consequente vedação do seu perímetro pelas autoridades militares o traçado foi desviado para este, de forma a contornar a instalação militar. As obras de construção da infra-estrutura militar apagaram os vestígios do itinerário.

Vila Nova da Rainha, e segue para norte, por Azambuja e Ponte da Asseca, em direcção a Santarém.

O itinerário 4 tem uma orientação muito diferente dos anteriores, está orientado de sudeste para noroeste. Identificamos os seus traçados iniciais junto ao Rio Tejo, próximo da Quinta do Alqueidão, e encaminha-se em direcção a Óbidos, passando por Aveiras de Cima, Alcoentre, Cercal, Barrocalva, Salgueiro até Óbidos.

Como é óbvio, não podemos datar com precisão estes itinerários com as metodologias que aplicamos: só teremos essa possibilidade com escavações arqueológicas direccionadas para essas problemáticas, intervindo nos traçados de forma a perceber o seu período de fundação e as subsequentes intervenções de que foram alvo. Este trabalho já foi efectuado num traçado que passa pela cidade de Vila Franca de Xira sob o actual Museu do Neo-realismo, este traçado está incluído no itinerário que designámos com o número 3. O traçado terá uma cronologia provável de construção de meados do século I d.C., e foi objecto de algumas reparações durante o longo período em que se manteve activo; terá sido paulatinamente abandonado, até ao momento em que foi definitivamente substituído por outro traçado próximo; o abandono terá ocorrido, certamente, antes dos inícios do século XV, conforme está referido no relatório da escavação (PIMENTA *et al.*; 2007).

Como não temos a possibilidade de intervirmos com os métodos e as práticas habituais da arqueologia em todos os traçados que estamos a estudar pelo facto de estarmos a estudar áreas muito extensas, e porque pretendemos ensaiar neste território as metodologias que enunciámos - que já tiveram resultados positivos em outros estudos (em outros territórios). - Aplicámos os resultados da arqueologia no nosso trabalho, de maneira a o completar, e comparámos os nossos dados com a realidade arqueológica conhecida, afim de melhor podermos perceber a origem e evolução da rede viária.

9.4.2. Itinerário 1.

O itinerário 1 é sem dúvida antigo, porque faz uma ligação de grande percurso, entre duas grandes cidades bastante antigas, ambas com abundantes vestígios arqueológicos, pelo menos desde a Idade do Ferro. Este itinerário não passa por grandes centros urbanos que lhe são próximos, como por exemplo Torres Vedras, que também já terá uma ocupação humana desde esse período pré-romano.

No seu percurso podemos encontrar alguns achados de período romano mas não é por esse facto que o podemos datar como romano. Os vestígios arqueológicos romanos foram encontrados em Dois Portos, Quinta da Porticheira, Quinta do Juncal: eles estão todos localizados nas imediações deste itinerário, o que nos leva a inferir a possível actividade desta rede viária, já neste

período.

Também é bastante importante que a actual cidade de Torres Vedras não esteja no percurso deste itinerário, mas que esteja muito próxima deste, situa-se (em linha recta) a cerca de 3 000 metros. Este *oppidum*, na opinião de Vasco Mantas, teria possivelmente o nome pré-romano de *Chretina* (MANTAS; 2002), e poderia ser, já na Idade do Ferro, um aglomerado urbano de alguma importância; é o que nos indicam os vestígios aí encontrados. Assim, realça-se que a forma de implantação deste itinerário não teve como prioridade servir esta povoação, passando o seu traçado a cerca de 3 quilómetros da actual cidade. A prioridade foi outra: a ligação entre Óbidos e Lisboa, pelo trajecto mais directo possível, sem grandes desvios. Provavelmente, haveria uma ligação entre a antiga Torres Vedras e este itinerário, um *deverticulum* que sairia de Torres Vedras e passaria a norte dos Cucos em direcção a Ordasqueira (materializado na actual E.N. 9).

Este itinerário acompanha a via-férrea do oeste numa grande parte do seu percurso; há uma certa coincidência entre os locais preferenciais onde passa a via-férrea e os do itinerário antigo. Apesar de o itinerário apresentar várias ramificações, há determinados locais por onde a sua passagem é determinada pelas condicionantes geográficas, como é o caso específico da passagem do vale do rio Sizandro entre o Barrigudo e a Maravilha, que é um local óptimo de passagem, como se constata pela passagem da via-férrea, do itinerário antigo, e das estradas que estão activas actualmente.

Que podemos inferir em relação a esta organização viária? O itinerário é pré-romano? O itinerário é romano, mas aquando da sua construção preferiram uma ligação mais rápida entre Lisboa e Óbidos, a desviar o traçado para Torres Vedras, deixando a actual cidade à margem deste? O itinerário é pós-romano? Todas estas hipóteses são de considerar. Mas esta última hipótese proposta é a menos aceitável. A ligação Lisboa-Óbidos pelo caminho mais directo possível, evitando Torres Vedras, não deverá ser uma proposta aceitável para um imenso itinerário, cheio de ramificações (que atestam a sua antiguidade), construído num período em que talvez Torres Vedras já fosse um imenso burgo.

Há a referir, mais uma vez, que esta lógica de deslocação de pessoas e bens, ou fluxos - como lhe deveremos chamar, entre Óbidos e Lisboa deveria existir, pelo menos, desde a Idade do Ferro. A menos que sejamos partidários de uma autarcia plena destas sociedades pré-romanas, e neste caso negaríamos a existência de fluxos entre os *oppida*. Não parece razoável defender esta hipótese porque não defendemos a possibilidade de estas sociedades terem funcionado em autarcia. Apesar da desigualdade da ocupação do espaço ibérico na Idade do Ferro, e da provável pouca urbanidade dos aglomerados populacionais, haveria certamente algum comércio entre os sítios de habitat: assim mesmo deveria acontecer nos *oppida* a norte do Tejo (que poderiam ser de origem

túrdula). Para uma realidade geográfica não muito distante (o Alentejo), e baseado nas opiniões de A. Arribas e J. Alarcão, V. Mantas defende a hipótese que “parece seguro que as referidas cidades funcionaram como entrepostos comerciais em contacto directo com o mundo mediterrânico orientalizante ou ibero-púnico” (MANTAS; 1987b); nesta perspectiva, não vemos porque os *oppida* a norte do Tejo não beneficiassem, da mesma forma, das trocas comerciais à distância ou com as cidades que lhe estavam próximas. Consideramos portanto como perfeitamente possível, e até provável, que os fluxos tenham uma origem pré-romana, e que em período romano tenham tido um incremento sob a acção política dos povos latinos.

9.4.3. Itinerário 2.

O itinerário 2 passa no actual território do Concelho de Alenquer, e pelo facto de este ser o nosso território de estudo temos mais dados disponíveis em comparação com o itinerário anterior. Este itinerário foi subdividido em dois: o primeiro dirige-se em direcção a Óbidos, e foi designado itinerário 2a; o segundo, que vai em direcção a Santarém foi designado itinerário 2b.

9.4.3.1. Itinerário 2a.

Como já referimos anteriormente, também este itinerário tem a sua origem na cidade de Lisboa. Já descrevemos o seu trajecto até à sua entrada no concelho de Alenquer, por isso, iremos pormenorizá-lo no território deste concelho. No início do concelho, e a sul deste, o itinerário é uma imensa trama de traçados paralelos, que nos leva, por isso mesmo, a inferir a sua antiguidade. Observam-se várias ramificações mais ou menos paralelas. A multiplicação de traçados dificulta uma aproximação mais detalhada dos traçados mais plausíveis para determinados períodos históricos, como é fácil de perceber, mas esta não é uma questão essencial neste trabalho porque, essencialmente, o que nos importa são os processos pelos quais as redes se formam.

Pela análise morfológica podemos observar que as ramificações da trama viária passam nas proximidades das localidades de Valverde e Bomvizinho; estas são centros de escala local que parecem ter prosperado pela passagem deste importante itinerário nas suas imediações. O trajecto do itinerário continua para norte e passa pela aldeia de Pereiro de Palhacana; esta localidade aparece referida nas fontes dos inícios da Época Moderna (ver **quadro 10**). Estas são as localidades que assinalam a entrada deste itinerário no concelho de Alenquer.

O itinerário continua por Aldeia Galega da Merceana, localidade onde foram encontrados três machados de pedra polida (LUCAS; 1994), atribuídos ao período Calcolítico (ver **quadro 2**);

infelizmente não podemos precisar o local onde estes foram encontrados. Conhecer a sua localização poderia ser útil para nos informar se esta sede de um concelho medieval já tinha ocupação humana no III milénio a.C., ou se os vestígios são provenientes dos arredores. Mas os dados concretos sobre esta localidade indicam-nos que esta teria já uma grande importância regional nos alvares da monarquia cristã, tendo-lhe sido dada carta de foral pelo Rei D. Dinis no ano de 1318.

Seguindo o itinerário para norte encontramos a localidade da Merceana onde também apareceram instrumentos pré-históricos atribuídos ao período Calcolítico (*Id.*), e onde há igualmente registo de vestígios de período romano (BARBOSA; 1970: 27-33), mas ambos de localização imprecisa. Este local já se afigura com bastante importância no início do período moderno (ver **quadro 10**) e terá uma fundação anterior!

O percurso do itinerário para norte passa pelas localidades de Freixial do Meio e Freixial de Cima, aldeias que só aparecem referidas nas fontes do final da Época Moderna.

A norte está Vila Verde dos Francos, que é uma antiga sede de concelho medieval à semelhança de Aldeia Galega da Merceana: Nesta última foram encontrados artefactos pré-históricos de cronologia provável do Calcolítico (PEREIRA; 1970b), mas também, e infelizmente, de localização indeterminada. Este local é normalmente referido como sendo uma fundação do Século XII (ver **quadro 7**) dos soldados francos que auxiliaram D. Afonso Henriques na sua cruzada contra a civilização muçulmana - que então dominava o actual território português; a sua carta de foral foi dada pelo Rei D. Afonso II, no ano de 1217 (RIBEIRO; 1936: 105-107). Uma análise morfológica desta antiga vila permite-nos observar na sua actual malha urbana uma planificação (ver **mapa 38**) que pode estar associada à ocupação franca. Há a possibilidade desta forma planificada ser de cronologia medieval, associada ao estabelecimento dos cruzados.

Seguindo o itinerário para norte de Vila Verde dos Francos encontramos o Convento da Nossa Senhora da Visitação, que é uma fundação de Época Moderna (ver **quadro 10**), e Rabissaca, que aparece nas fontes do Século XVIII. Continua o seu trajecto para norte, passando por Vilar, Martins Joanes, Bombarral ou Cadaval, seguindo em direcção a Óbidos.

Este itinerário também faz uma ligação de grande percurso entre Lisboa e Óbidos. Alguns dos povoados que se encontram no seu percurso teriam já grande importância nos alvares da conquista cristã, como são os casos de Vila Verde dos Francos (uma planificação deste período) e Aldeia Galega da Merceana (sede de concelho, que teria uma origem mais antiga). Mas a maior parte das localidades que encontramos terão tido o seu desenvolvimento na Baixa Idade Média e já em Época Moderna; parece que o povoamento, que se consolidou em torno deste itinerário, surgiu a partir destes períodos porque a maior parte dos povoados que se desenvolveram em conexão com o

itinerário são de período Medieval.

Alguns achados calcolíticos, sem localização precisa, dão-nos poucas informações acerca desta problemática viária e podemos afirmar o mesmo sobre o achado romano de Merceana.

Mas, a fundação neste itinerário da localidade de Vila Verde dos Francos, em pleno Século XII, pelo cruzado francês D. Alardo (MELO *et al.*; 1987, vol. 1: 167), como é habitual afirmar-se; indica que esta já estaria em uso desde tempos anteriores. Assim como a deslocação em círio (ver **quadro 16**) dos habitantes desta localidade (MELO *et al.*; 1987, vol. 1: 163-164) à Nossa Senhora da Misericórdia da Moita, nos arredores de Óbidos, que por certo utilizaria este antigo itinerário, corrobora a antiguidade do mesmo.

Não pensamos estar em presença de centros habitacionais importantes que tenham captado os itinerários; antes pelo contrário, estamos em presença de itinerários antigos que ligam cidades importantes; e estes, ao permitirem as deslocações entre locais distantes e próximos, tornaram-se locais apetecíveis para a implantação humana e seus habitats. A escolha de um local para a fundação de um aglomerado urbano não teria somente em conta as questões de captação de recursos para a sobrevivência das comunidades; teria também em conta questões estratégicas, como o controlo de vias de comunicação e as possibilidades de deslocação para centros urbanos mais importantes. Por isso, é normal que estes povoados medievais tenham sido instalados nas proximidades, ou mesmo nos locais de passagem, dos itinerários de grande percurso.

9.4.3.2. Itinerário 2b.

O itinerário 2b separa-se do itinerário 2a, logo no início do território do actual concelho.

O seu percurso segue por Moinho do Vento, localidade já referenciada na bibliografia do Século XV, seguido depois pelo traçado de via perto do Casal do Vale de Reis - que provavelmente é romano (ver **mapa 48**). Este itinerário segue para a localidade da Pipa, que também está referenciada na bibliografia do Séc. XV, e continua para Silveira do Pinto, que à semelhança das duas aldeias anteriores está referenciada na bibliografia do Séc. XV. Esta localidade apresenta actualmente uma morfologia linear, que presume o seu desenvolvimento ao longo de uma via que passa pelo seu interior. Os aglomerados urbanos que se desenvolvem desta forma, em torno de uma via central que os atravessa, são habitualmente chamadas “aldeias rua” e poderão ter uma cronologia posterior à via a partir da qual de desenvolvem.

O itinerário ultrapassa a Ribeira da Espiçandeira, numa ponte existente antes da aldeia de Azedia. Esta ponte, que apelidamos Ponte de Azedia (nome pela qual é geralmente, conhecida na actualidade), já existia provavelmente em 1747 (CARDOSO; 1747: 240), mas a sua localização é

inferida (ver **quadro 14**) porque não vislumbramos outro local onde se pudesse situar. Assim presumimos que a ponte actual ocupa o mesmo local que a ponte referida pelo padre Luiz Cardoso em 1747. A localidade de Azedia situa-se a poucos metros desta ponte, e apresenta uma forma perfeitamente adossada à via que se estende desde a ponte, a atravessa e continua depois da localidade. Este local já é referido nos textos pelo menos desde o Século XV.

O percurso deste itinerário continua pela localidade de Montegil, local só referenciado na bibliografia do Século XVIII. Poucos metros a norte desta localidade encontra-se a Ribeira das Ceroulas: é difícil perceber o local em que o itinerário passa esta ribeira, mas é possível que contorne por este, para evitar desta forma a sua travessia e assim, fazer somente uma passagem de rio, numa ponte situada mais a norte sobre o Rio de Alenquer. Esta ponte já existia em 1758 (MARTINS; 2008: 99) na Quinta de Francisco *Henriques da Sylva* (conhecida actualmente por Quinta da Boavista), e, nessa altura, era construída em madeira (ver **quadro 14**), conforme se pode ler nas memórias paroquiais de 1758.

O itinerário continua pelos lugares de Olhalvo e Pocariça. É possível verificar ramificações, em forma de traçados, nestas duas localidades. O lugar de Olhalvo aparece referenciado na bibliografia do século XV, mas quanto ao lugar de Pocariça, só temos referências do século XVIII. Esta última aldeia desenvolveu-se, sem dúvida, em torno de uma via central que atravessa esta localidade, sendo mais um caso claro de “aldeia rua”. O trajecto do itinerário continua pelos locais de Surraipas e Estribeiro. Esta última localidade só nos aparece nas fontes do séc. XVIII; em relação à primeira não temos nenhuma informação bibliográfica, nem arqueológica.

O itinerário toma a direcção de Abrigada, localidade com bastante importância na região, e que foi classificado por nós como um centro de escala supra-regional, o que atesta o seu valor estratégico. Nesta localidade foram encontrados vestígios pré-históricos, em relação aos quais também não sabemos a localização precisa do seu achado. Temos referências a esta localidade pelo menos desde o século XV, como se pode verificar no trabalho escrito por João Pedro Ferro (FERRO; 1996).

O percurso do itinerário continua para norte, contorna a Serra do Montejunto pelo sua orla este, passa por São Salvador onde existiu um Castro da Idade do Ferro (PEREIRA; 1970b) e toma, a partir deste local, a orientação este; apresenta-se com várias ramificações, mais ou menos paralelas, em direcção à cidade de Santarém.

A maior parte das localidades que se situam, na actualidade, no trajecto do itinerário, são do início da Idade Moderna mas também neste caso, e devido às condicionantes das fontes existentes, isso pouco nos diz! Algumas das localidades como Silveira do Pinto, Azedia, Montegil, Olhalvo e Pocariça têm o seu desenvolvimento urbanístico relacionado com a passagem de vias que

modelaram a forma urbana destas localidades. Também a existência da ponte da Azedia, que provavelmente é anterior a 1747, leva-nos a inferir que este itinerário já seria utilizado num período anterior às reformas iluministas do Marquês de Pombal e ao grande incremento de construção da rede viária (ou de reconstrução da mesma), que ocorreu no reinado de D. Maria I sob a direcção do conde de Valadares, D. José Luís de Menezes, quando este, a partir de Maio de 1784, se tornou responsável pela “direcção das obras de algumas estradas” (VASCONCELOS; 1970: 35) na província do Ribatejo.

Pode parecer pura especulação pretender inferir sobre as cronologias deste itinerário com os dados que actualmente temos disponíveis. Mas também há determinados dados que não podem ser ignorados porque arriscar-nos-íamos a não colocar a questão de modo conveniente.

Assim temos a liberdade de inferir factos a partir dos dados que são - actualmente - do nosso conhecimento (ALARCÃO; 2000) como é usual fazer-se em arqueologia (ALARCÃO; 1996). Não raciocinando de forma pré-concebida mas sim tendo em conta a documentação disponível, compilando-a e utilizando as metodologias adequadas (CHOUQUER; 2000b), considerando que os factos morfológicos são eles mesmo factos que se bastam só por si (CHOUQUER *et al.*; 2002).

Um dado essencial é a existência junto ao Casal Vale de Reis de um traçado romano (ver **mapa 48**). E neste ponto temos de fazer uma ressalva importante. Inferimos que se trata de um traçado romano, pela observação que fizemos no terreno, ao seguirmos a metodologia proposta por Vasco Mantas (MANTAS; 1996b). Neste traçado existem determinados dados técnicos que são característicos de período romano. São visíveis vários troços de lajeado, num comprimento aproximado de um quilómetro. Também se observa a existência de margens em pedra em várias secções da sua extensão; estas são visíveis dos dois lados da via, mas não há nenhum local onde sejam visíveis simultaneamente dos dois lados, isto é, paralelamente. Nos locais onde estas, provavelmente, ainda se conservam paralelas, a terra cobre uma margem⁶⁸, ou a outra; como tal, para medir com certeza a largura do traçado, só seria possível com uma intervenção arqueológica devidamente autorizada. Numa medição, que já efectuamos (no dia 06/06/2008) apesar das condicionantes referidas anteriormente; ainda assim, não obstou que fosse possível verificar que a via pode ter uma largura de cerca de 4, 73 metros aproximadamente (COSTA; 2008b); uma medida que é muito próxima aos 16 pés romanos. Estes factores são importantes; a origem da via pode ser romana; a existência de margens em pedra e uma largura idêntica à medida padrão romana indicam-nos uma metodologia construtiva habitual da romanização. Será normal a via ter reparações ao longo do tempo, é normal; e assim sendo, os arranjos permitiram que esta continuasse a ser um local de passagem e também uma forma activa na paisagem. Mas todos os arranjos de que

68 *Margine*: na língua latina.

potencialmente foi alvo não foram suficientes para alterar as suas características construtivas de base, padronizadas em determinado tempo histórico - habitualmente o da presença romana.

Também temos de ter em conta, sem dúvida nenhuma, que há a possibilidade desta construção de características de base romanas, ter sido construída num período posterior. Não podemos afastar esta hipótese. É perfeitamente possível que os métodos construtivos romanos e as suas medidas padrão tenham continuado na memória dos povos, e a ser utilizados, mesmo depois do ocaso do império.

Mas, outra hipótese se afigura possível. O itinerário pode ser anterior ao traçado. Nesta perspectiva, o itinerário já seria utilizado quando foi decidido construir (ou reconstruir) este traçado. Devido à importância que o itinerário já teria para a circulação de pessoas e bens, teria havido necessidade de construir um traçado viário, para facilitar o trânsito neste itinerário. Neste sentido, a intenção de melhorar as condições em que se circulava neste itinerário, teria de partir de alguma forma de poder instituído, com a autoridade e capacidade política para o fazer. Não sabemos se o itinerário se desenvolveu de forma auto-organizada, ou a partir de uma planificação proveniente de uma decisão política. Mas é perfeitamente plausível que uma decisão política de melhoramento de um troço de estrada, pode acontecer sobre uma estrutura viária pertencente a um itinerário anterior.

Este traçado também pode estar incluído num itinerário diferente. Como se pode ver no **mapa 72** este traçado pode pertencer à rede viária de período romano, que tem como centro o aglomerado urbano de Paredes, ou de Villa Vedra como é referido nas memórias paroquiais de 1758 [Pedro da Sylveira *in* (MARTINS; 2008: 42)]. Na localidade de Paredes são visíveis actualmente quatro grandes vias com origem neste local, que nos leva a supor uma organização viária antiga, ortogonal, usual nos aglomerados urbanos de período romano (MÜLLER *et al.*; 1984-1985).

Pelos dados que temos sobre este itinerário podemos inferir que este se poderia encontrar activo em período romano. Mas há a possibilidade de este estar já em actividade desde tempos anteriores - pré-romanos; como se verifica também com os itinerários descritos acima ao fazer igualmente a ligação entre dois *oppida* importantes.

A existência no seu percurso de um traçado provavelmente romano não nos leva a datar o itinerário deste período. Porque o que nos interessa, fundamentalmente, é perceber a rede em que se insere o traçado, e não os segmentos dessa própria rede (VION; 1989: 69). Importa-nos aplicar como metodologia, o estudo do geral - a rede, sobre o particular - o traçado.

9.4.4. Itinerário 3.

A análise deste itinerário não nos oferece grande complexidade desde Lisboa até à

localidade de Castanheira do Ribatejo; este itinerário faz parte do grande itinerário que é proposto para a ligação entre as cidades romanas de *Olisipo* (Lisboa) e *Bracara Augusta* (Braga); que passa por *Scallabis* (Santarém). Mas o seu estudo é mais complexo que os anteriores - a partir da localidade de Castanheira do Ribatejo, desde logo porque este se divide em dois e volta a separar-se em dois itinerários diferentes a seguir ao Carregado.

Há a assinalar que este itinerário podia entroncar com outro itinerário em Alverca do Ribatejo. Este último faria uma ligação idêntica (desde Lisboa), mas pelo interior, por Vialonga; era utilizado, provavelmente, nos períodos em que o nível das águas do Tejo estava mais elevado e impossibilitava a circulação pelo itinerário mais directo - junto às margens deste rio.

A impossibilidade temporária de circulação em determinados traçados é uma questão importante e haveria troços intransitáveis a partir de determinados níveis das cheias do Tejo, por isso, seriam necessários traçados pelo interior, que fariam uma ligação mais extensa que o traçado pela margem do rio, mas estariam transitáveis mesmo com condições climatéricas mais adversas.

Os fluxos não se fariam unicamente pelas vias terrestres, mas, da mesma forma, pela grande via fluvial que é o rio Tejo. Na Época Romana havia o aproveitamento simultâneo do transporte terrestre e fluvial. Este último é mais rápido, mais barato, e tem uma maior capacidade de carga (MANTAS; 1999: 283). O transporte fluvial entre Lisboa e Santarém seria já utilizado há bastante tempo, provavelmente desde tempos pré-romanos.

9.4.4.1. Itinerário 3a.

Podemos acompanhar este itinerário a partir da Castanheira do Ribatejo, segue em direcção ao Carregado e passa pela Ponte da Couraça (que já existia em 1758); faz uma inflexão no seu trajecto para nordeste durante 1 600 metros para de seguida retomar a direcção norte; neste local podemos ver o marco de sinalização rodoviária chamado marco do Casal Pinheiro. Este tem as seguintes inscrições: “Estrada que vem das Caldas da Rainha” e “Estrada que se dirige a Santarém, ano 1788”. Estes marcos representam a primeira sinalização rodoviária em Portugal (PATO; 1999: 66), que pretendia informar os viandantes sobre as milhas percorridas e os vários cruzamentos existentes. Este marco representa o cruzamento de uma estrada que se dirige a Santarém com uma estrada que se dirige a Caldas da Rainha (ver **mapa 70**). Pela inscrição inferimos a sua colocação em 1788.

Este traçado continua para Norte⁶⁹, e a cerca de 2 320 metros (em linha recta) existe outro

69 Neste trajecto do itinerário, podemos definir o seu traçado, que ainda é utilizado actualmente!

marco de sinalização rodoviária, que tem uma inscrição mais pormenorizada que o marco anterior⁷⁰, que podemos resumir como uma marcação da VII légua (contada a partir de Lisboa) e uma exaltação do reino, da rainha, e do Conde de Valladares - responsável por algumas obras que se fizeram nesta região, bastante devastada pelas cheias neste período (VASCONCELOS; 1970). O itinerário continua o seu traçado com o sentido norte, passa a Ponte do Moinho Novo, que já existia no ano de 1747, passa pela Bemposta, local também referenciado no século XVIII, e segue em direcção ao Casal do Alvarinho, onde existe outro marco de sinalização rodoviária. Este marco dista do anterior cerca de 2 570 metros (em linha recta), e tem uma inscrição mais simples: “Estrada que vem das Caldas da Rainha, anno 1788” e “Estrada que se dirige a Leiria” e representa uma bifurcação pré-existente à sua colocação. A anterioridade das pontes não nos deixa dúvidas. Esta bifurcação está representada na morfologia com os itinerários definidos como 3a e 3b que já iremos descrever.

Foi encontrado um tesouro de período romano nas proximidades deste local que foi denominado: tesouro do Pinhal do Alvarinho (RUIVO; 1985). Mas não temos uma localização muito precisa do local onde foi encontrado (ver **quadro 4**).

O itinerário 3a continua pela Quinta do Casal do Vale e para norte desta quinta, por um sítio denominado Vale Carro; topónimo bastante sugestivo da passagem do traçado, e onde existe outro marco de sinalização rodoviária: este encontra-se a cerca de 3 380 metros do marco anterior e está tapado pela areia local, só se conseguindo ler, no seu topo “Nº VIII Legoa”; no estado actual do marco, não se pode efectuar outro tipo de leitura. Mas sem dúvida que este marco assinala a oitava légua a partir da cidade capital.

O itinerário segue para norte, passa o Rio da Ota na Ponte da Estrada Real (MARTINS; 2008: 104), que já existia em 1758 e também o pequeno ribeiro que lhe segue, e que dista deste cerca de 125 metros para norte, na Ponte da Quinta de Ota (*Id.*), que também já existia na mesma data da ponte anterior. A partir desta última ponte o itinerário continua o seu trajecto para norte.

Antes da localidade de Ota, existe outro marco que está fora do traçado do itinerário proposto (ver **mapa 71**). Este marco é denominado Marco de Vale Carlos, localiza-se a cerca de 800 metros para Noroeste do marco precedente, e tem a seguinte inscrição: “Estrada que vem de Alenquer e Santa Quitéria” e “A august.ma Rainha D. Maria I. N. Sra.a mandou fazer sendo inspector do terro. De Lxa. E estradas publicas o Ill.mo e Ex.mo Conde de Valladares no anno de

70 A inscrição é a seguinte: “N. VII Legoa, D. Maria I, Rainha fidelissima de Portugal, Nossa Senhora, P/A justa e memorável, para utilidade pública, mandou demarcar com este padrão, as léguas da cidade de Lisboa capital, do reino para as provincias com a, distancia de tres mil oitocentos e, quatro passos geométricos, sendo inspector geral das estradas, reais e obras públicas de Ribatejo, D. Joze Luis de Menezes Conde de, Valladares, no anno de M.DCC.LXXX.VIII., undecimo deste felicissimo, reinado”. As vírgulas que empregámos, inexistentes no documento original, representam a mudança de linha na epígrafe.

1788”. Da inscrição presente neste marco podemos retirar informações preciosas. Neste local e nesta data (1788) havia um cruzamento com uma estrada vinda de Santa Quitéria de Meca e de Alenquer (uma ligação local). Também podemos inferir que em 1788, a mando da rainha, o conde de Valladares mandou construir algo, que desconhecemos, mas em relação ao qual podemos especular. Como o itinerário passa pelas pontes que foram referidas anteriormente e que já existiam em 1758, este traçado era anterior à data de 1788. Mas em 1788 foi construída alguma coisa, fora do traçado utilizado, porque o marco se situa fora do seu percurso. A construção efectuada a mando da Rainha, como indica a inscrição, não foi o traçado completo deste itinerário, que como já vimos era mais antigo, como se verifica pela maior antiguidade das pontes. O que se construiu em 1788, e há que notar que este é o único marco onde está escrito: “mandou construir”, foi um desvio do traçado por dentro da localidade de Ota. Com a construção (ou reconstrução) de um traçado viário e também de uma ponte. E este percurso é diferente do traçado anterior, que fazia outro percurso por oriente de Ota. Um caso típico de um fluxo que foi captado pela importância de um aglomerado urbano - Ota, neste caso específico, que ao localizar-se muito próximo, fez concorrência ao traçado anterior, e originou a construção de um novo traçado em 1788. Uma situação semelhante à descrita por E. Vion como “deslocamento de um itinerário” (VION; 1989: 72).

Tendo em conta estes factores, rejeitamos completamente a hipótese, levantada por alguns autores⁷¹, de que este traçado teria sido uma fundação de raiz em 1788, sobre a direcção política da Rainha D. Maria I, decerto que neste período houve um arranjo do traçado, foram colocados marcos de sinalização rodoviária, mas ao contrário do que se pensava, a estrada é anterior, como prova a anterioridade das pontes; só em Ota, no marco de Vale Carlos, está escrito que se mandou construir; e essa construção foi um desvio do itinerário, que causou um novo traçado, e uma nova ponte, que fez a ligação do traçado com a localidade de Ota.

O aglomerado urbano de Ota já era conhecido nas fontes, pelo menos, desde o século XV. No entanto no castro existente nas suas imediações, foram encontrados vestígios de período islâmico que nos indicam uma presença humana da Alta Idade Média.

O itinerário continua em direcção a norte, contorna o Monte Redondo por oeste, passa na Quinta da Venda, Quinta da Vala Nova (ver **mapa 42**) e no sítio chamado Vassala e segue pela Quinta do Vale Trabum, passa nas imediações do Cabeço da Raposa, continua pela Espinheira (povoação de beira de estrada, que parece ter prosperado com a construção da estrada nacional n.º 1, já em pleno século XIX), continua por Tagarro, povoação que apresenta uma forma planificada, Abuxanas, Casais da Atalaia, Alto da Serra, passando a oeste da Serra dos Candeeiros, por Casal da

71 A este propósito está escrito na obra: *O Concelho de Alenquer 2* (MELO, GUAPO, MARTINS; 1987: 154), na nota 1, o seguinte: “Esta estrada foi construída no reinado de D. Maria I, entre Lisboa e Coimbra...”. Dado o exposto anteriormente, consideramos um erro a informação produzida.

Fisga, Venda das Raparigas, continua para norte, em direcção a *Collipo* (cidade romana) ou Leiria. Esta é uma descrição geral dos locais de passagem deste itinerário, porque, os vários traçados ramificados que sugere abarcam uma área extensa.

Não temos uma proposta cronológica para o estabelecimento deste itinerário, mas sem dúvida que a sua construção não poderá ser de 1788; a existência das pontes, pelo menos desde 1758, dão uma datação *ante quem* para o traçado. O facto de partir de Lisboa e se dirigir, provavelmente, em direcção a *Collipo*, poderá estar relacionado com estas duas cidades de período romano, podendo, por isso, ser um itinerário activo neste período. É uma hipótese a considerar.

9.4.4.2. Itinerário 3b.

A este do itinerário anterior e a partir do Casal do Alvarinho desenvolve-se outro itinerário.

Nesta zona a análise morfológica é difícil de efectuar. Os grandes trabalhos de surribo profunda para a plantação de vinhas, que foram efectuados nos anos 80 do século passado, e a extracção de areias que se pratica actualmente com grande intensidade; assim como, a construção da base aérea de Ota - em meados do século passado, nos terrenos próximos do Chão da Torre; alteraram profundamente a morfologia desta zona. Toda esta área está actualmente bastante alterada. O marco que está no Casal do Alvarinho, que indica o cruzamento da estrada para Leiria com a estrada para as Caldas da Rainha, pode já não se encontrar no lugar onde foi colocado originalmente porque há uns anos foi retirado do local de implantação e novamente colocado.

Mesmo com as condicionantes anteriormente descritas, é possível observar com a morfologia dois itinerários diferentes. Esta observação morfológica corrobora os dados revelados pelo marco do Casal do Alvarinho, que nos indica um cruzamento de estradas, uma que se dirige para Caldas da Rainha, e a outra que se dirige para Leiria.

O itinerário 3b contorna a base aérea por leste, e segue em direcção à Ponte da Quinta da Torre, local onde transpõe o Rio da Ota. Esta ponte também já existia em 1758 (MARTINS; 2008: 104): este dado dá-nos uma datação *ante quem* para este itinerário - que é anterior a 1758, assim, também este traçado é anterior ao reinado de D. Maria I.

O seu trajecto continua por Chã do Chiqueiro, Salgueiral, e Nossa Senhora da Ameixoeira, um santuário que poderá ter uma fundação do Século VIII d.C. (MELO, *et al.*; 1987, vol 2: 165-166), Alcoentre, Asseiceira e Rio Maior; a partir desta última localidade continua para norte, provavelmente em direcção a *Collipo* e Leiria, juntando-se, assim, ao itinerário que designámos por 3a.

Este itinerário não se distingue, de forma clara, do itinerário 3a. Aliás, a sua origem é

semelhante - a cidade de Lisboa, como também o seu destino pode ser análogo - ambos podem dirigir-se para *Collipo* e/ou Leiria. Quando observamos estes dois itinerários, numa escala mais reduzida, confirmamos essa opinião: afinal são um único grande itinerário, que apresenta várias ramificações paralelas e estas duas ramificações correspondem a dois traçados distintos, incluídos num grande itinerário. A extensa faixa que o itinerário ocupa levou-nos a confundi-los no momento em que fizemos a sua cartografia morfológica, e foram cartografados dois itinerários diferentes.

Em Época Moderna houve a materialização no terreno de dois traçados diferentes como nos indica o marco de sinalização rodoviária do Casal do Alvarinho. Um traçado segue a direcção de Caldas da Rainha (utiliza parte do itinerário 4, como veremos adiante), e o outro em direcção a Leiria. Assim, inferimos que este itinerário partilha com o **itinerário 3a** a ligação entre Lisboa e *Collipo* (e/ou Leiria).

9.4.4.3. Itinerário 3c.

O itinerário 3c faz a ligação entre as cidades de Lisboa e Santarém, de maneira bastante directa; isto é, pelo trajecto mais curto - quase sempre próximo ao rio Tejo.

Na opinião do Doutor Vasco Mantas, o traçado entre estas duas cidades faria parte de um longo itinerário, formado por vários troços, que ligaria as cidades de *Olisipo* e *Bracara Augusta* (MANTAS; 1996a: 743). Na perspectiva deste autor, não existiria um traçado único entre estas duas grandes cidades, hipótese que também partilhamos; deveriam existir vários traçados, que eram utilizados em ocasiões diferentes ou simultâneas.

O itinerário 3 até Castanheira do Ribatejo, e a partir desta localidade o itinerário 3c, podiam fazer parte do grande itinerário romano entre *Olisipo* e *Bracara Augusta*.

Referimos, novamente, a opinião de Vasco Mantas: “ a estrada entre Lisboa e Braga era, na realidade, um grande itinerário, constituído por vários troços com características pouco uniformes e que tinham como ponto inicial as várias *mansiones* correspondentes a cidades com estatuto romano e jurisdição territorial.” Realçamos, desta afirmação, as características pouco uniformes dos vários troços deste itinerário que são caracterizados pela diversidade.

Este itinerário, que nomeámos 3c a seguir a Castanheira do Ribatejo, passa pela Ponte da Marinha, uma ponte que segundo Jorge de Alarcão (ALARCÃO; 1988: 118) deverá ter uma origem romana (ver **quadro 4**). Sobre esta não encontramos nenhuma referência nas fontes escritas que estudámos de Época Medieval ou Moderna, e V. Mantas tem uma opinião diferente sobre a origem desta ponte, que está referida na crónica de Fernão Lopes. Para ele “nunca foi romana” (MANTAS; 1996a: 756).

Este itinerário continua por Casal do Mouchão (ALARCÃO; 1988: 118), um local onde existe uma grande dispersão de materiais romanos, e Aposento (BARBOSA; 1970: 27-33) onde também se verifica uma situação semelhante.

Este itinerário segue por um traçado sobrelevado em relação ao solo circundante, uma estrutura em *agger*⁷² conhecida na gíria local como “carril”, e continua para Vila Nova da Rainha.

Antes desta última localidade existe uma ponte que é designada de forma genérica por Ponte de Villa Nova (ver **quadro 14**); esta já existia em 1747 (CARDOSO; 1747: 240). O itinerário passa a este de Vila Nova da Rainha - pela Quinta do Queimado, local onde segundo H. Cabaço (CABAÇO; 1960) existe uma grande dispersão de materiais de período romano - mosaicos e restos de construções, a partir daí prossegue para Norte, pela Ponte da Asseca em direcção a Santarém.

Este itinerário apresenta características particulares. As informações sobre a Ponte da Marinha são esparsas e contraditórias, entre J. Alarcão e V. Mantas; não existem nenhuns vestígios, mesmo ténues, no leito do Rio Grande da Pipa ou Vala do Carregado (nome pela qual passa a ser conhecido este rio a partir de determinado sítio do seu percurso); existe somente a ponte actual que tem características construtivas do século XX, e que está incluída neste itinerário antigo. Mas neste local ou nas proximidades havia uma ponte anterior, de cronologia romana (ALARCÃO; 1988: 118) na opinião do Doutor J. Alarcão; ou pós-romana, segundo V. Mantas. Esta ponte já existia em finais do século XIV [Fernão Lopes *in* (MANTAS; 1996a: 756)], como nos informa a crónica de D. João I, e assim, temos uma datação *ante quem* para esta ponte. No actual trajecto deste itinerário existem três locais com vestígios arqueológicos à superfície - indubitavelmente de período romano: o Casal do Mouchão, o Aposento, e junto ao apeadeiro de Vila Nova da Rainha - na Quinta do Queimado (ver **mapa 56**). Este itinerário faz a ligação mais directa entre as duas grandes cidades de período romano da região, que são *Olisipo* e *Scallabis*. A seguir à ponte de Vila Nova da Rainha existe uma grande área de dispersão de vestígios de período romano - junto ao apeadeiro dos comboios desta localidade. O traçado entre a Ponte da Marinha e a Ponte de Vila Nova da Rainha é construído em *agger*, técnica que consiste em sobrelevar a via em relação ao terreno circundante. Esta técnica permite evitar as frequentes inundações desta área à beira rio e é conhecida na Península Ibérica desde a romanização. A conjugação destes factores, nos poderá levar a atribuir uma cronologia de período romano a este traçado. Mas esta não é uma opinião consensual!

O Doutor V. Mantas, grande estudioso das vias romanas em Portugal, sustenta que este traçado não deveria corresponder à via romana, porque, ainda que antigo, “não corresponde à directriz da estrada nem à técnica que caracteriza o seu trajecto, sempre que possível afastado da margem do Tejo” (*Id.*).

72 Estrutura sobrelevada em período romano.

Este traçado seria facilmente inundável pelas águas do Rio Tejo, em anos de maior pluviosidade e assim sendo, os construtores romanos, pragmáticos na sua forma de construir, não iriam implantar uma via num sítio inundável, que estaria intransitável de tempos a tempos por causa da subida frequente das águas do Tejo. Esta é uma opinião, e não contestamos este facto inquestionável, pois no período em que estamos a escrever este texto, houve uma inundaçãõ, e todo esta estrada ficou submersa e intransitável. A estrada entre Vila Nova da Rainha e o Casal do Mouchão, apesar de sobrelevada em relação ao solo circundante, ficou inundada, e inutilizada, neste ano de grande pluviosidade. É uma situação normal e lógica à altitude que a actual estrada está construída. Esta via, no seu topo, está a cotas actuais que variam entre os 2 e os 3 metros de altitude. E este argumento parece ser decisivo para eliminar a possibilidade deste traçado ser de origem romana.

Mas o argumento técnico está agora posto em causa. Porque desde logo, na opinião do Doutor V. Mantas, a via romana entre Alverca e Alhandra passaria junto à Quinta da Gadelha, “desenvolvendo agora o seu percurso por uma estreita faixa de terra quase plana, entre a borda do Tejo e a linha de alturas que a dominavam, com cotas muito baixas, oscilando entre os 3 e 4 metros” (*Ibid.* 755); como a via romana foi implantada a estas cotas, o risco de inundaçãõ deste traçado está patente, e não foi um impedimento à sua construção pelos romanos. Mas o que dizer do facto do troço de via romana, encontrado durante as escavações para a construção do Museu do Neo-Realismo, em Vila Franca de Xira, ter sido construído a cotas entre os 2 e os 2,5 metros⁷³ (PIMENTA *et al.*; 2007)? São as mesmas cotas que encontramos no traçado entre o Casal do Mouchão e Vila Nova da Rainha. Aqui, o argumento técnico foi decisivo, não para a construção da via romana noutro local, mas sim para a construção da via romana neste local a cotas semelhantes, e com as mesmas possibilidades de inundaçãõ do troço de via romana existente em Vila Franca de Xira que pertence ao mesmo itinerário - entre *Olisipo* e *Scallabis*, ou para ser mais preciso - entre *Olisipo* e *Bracara Augusta*. Temos de admitir que esta é uma hipótese plausível, e que há a forte possibilidade deste traçado (mesmo tendo em conta as opiniões contrárias) ter sido, efectivamente, construído em período romano. Independentemente da sua utilização poder já ser anterior, possivelmente desde a Idade do Ferro.

Outra informação importante concerne à utilização deste traçado na primeira metade do Séc. XVI pelo espanhol Pedro Juan Villuga. Este viandante fez uma viagem entre as cidades de Lisboa e Salamanca, e publicou em 1546 um mapa com os itinerários percorridos⁷⁴. Em relação a este

73 Foi a conclusão a que chegámos, depois da observação detalhada dos desenhos de campo, nomeadamente da figura 10.

74 Pedro Juan Villuga, 1546, *Reportorio de todos los caminos de Espanã, hasta ahora nunca visto, en el que hallará cualquier viaje que quiera andar muy provechoso para todos los caminantes*,

itinerário, P. J. Villuga percorreu um trajecto com saída de Lisboa, e passou pelas localidades de Vila Franca de Xira, Povos, Castanheira, Vila Nova da Rainha, Azambuja, Cartaxo e Santarém. Importa referir que este viajante não passou por Alenquer, porque fez um traçado com passagem directa de Castanheira do Ribatejo para Vila Nova da Rainha; utilizou o traçado 3c, que já estava activo em 1546, a data da sua viagem.

O itinerário de Antonino é um dos documentos principais que sustenta a tese que este traçado não seria romano, mas sim posterior. Esta questão tem a ver com outra mais complexa - a localização de *Ierabriga*. Na opinião dos Doutores V. Mantas e J. Alarcão, este aglomerado urbano seria nas imediações de Alenquer, mais precisamente entre Paredes e Quinta do Bravo; pelo contrário, o Doutor Amílcar Guerra tem uma opinião diferente, e coloca *Ierabriga* em Povos, Vila Franca de Xira (GUERRA; 1995-1997). Independentemente das diferenças de opinião, importa ressaltar que, no itinerário de Antonino o percurso da via romana entre *Olisipo* e *Bracara Augusta* passa por *Scallabis* e também por *Ierabriga*. Ora, sendo *Ierabriga* nas imediações de Alenquer, como defendem os referidos investigadores, e como este itinerário passa nesta localidade romana; este itinerário não poderia ser romano. Mas, na nossa opinião, esta questão não é determinante, porque o traçado proposto por V. Mantas, com passagem pelo Carregado, Paredes - Alenquer, Pontes de São Bartolomeu, Pontével e Santarém existe, é facilmente observável na morfologia, e pode perfeitamente ser de período romano; não temos argumentos para contradizer esta opinião, até porque também a partilhámos; mas a sua existência não impede que haja um traçado mais directo entre *Olisipo* e *Scallabis*; e este itinerário poderia ter um *deverticulum* que servisse o aglomerado urbano de período romano que existe em Paredes - Alenquer⁷⁵. Entre Paredes e Vila Nova da Rainha existe, ainda, um traçado bastante antigo que pode corresponder a um *deverticulum* de Época Romana (ver **mapa 32**), e que faria uma ligação mais directa ao itinerário 3c.

9.4.5. Itinerário 4.

O itinerário 4 foi identificado por nós como itinerário de grande percurso, porque à semelhança dos anteriores, tem uma implantação no terreno que não se coaduna com a lógica regional, ou supra-regional. Apesar deste itinerário utilizar vias actuais, com alguma importância num quadro regional.

Este é facilmente perceptível; faz uma ligação entre o Rio Tejo, e a cidade de Óbidos. São visíveis no terreno inúmeras ramificações mais ou menos paralelas. Junto ao rio Tejo temos vários

[[www.traianus.net/villuga/\(30/04/2010 20h05m\)](http://www.traianus.net/villuga/(30/04/2010%20h05m))].

75 Independentemente do seu nome em período romano, questão controversa e ainda não esclarecida.

traçados paralelos, desde Valada até ao Alqueidão: nesta zona são visíveis vários parcelários fluviais, que têm a mesma orientação (isóclina) que estes vários traçados viários mais ou menos paralelos. Apesar da proliferação de traçados, podemos dizer que o percurso deste itinerário passa sensivelmente por Quinta da Guarita, Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima, Alcoentre e Cercal, contorna a Serra do Montejunto por norte, e prossegue para Quinta de Santo António, Palhoça, Barrocalva, Salgueiro, Usseira, e daí até Óbidos.

Não podemos identificar este itinerário com nenhum período cronológico, mas é possível associar a uma lógica viária antiga, a ligação entre a cidade de Óbidos e o rio Tejo. Esta ligação pode, por sua vez (e estamos a especular), fazer parte de um itinerário mais vasto. Na opinião de V. Mantas (MANTAS; 1996a: 769), a localidade de Escaroupim, na margem esquerda do rio Tejo, estaria incluída na grande via romana entre *Olisipo* e *Emerita Augusta* (Mérida); assim, e a haver uma ligação fluvial entre as duas margens; o itinerário 4 - ao ligar Óbidos ao Rio Tejo - poderia fazer parte de uma grande via romana entre *Eburobrittium* e *Emerita Augusta*.

9.5. Conclusão sobre as redes viárias.

As várias escalas a que analisámos a rede viária foi uma maneira de as perceber no seu contexto espacial, porque o seu uso distingue-se pelo seu carácter funcional em escalas diversas. Mas a sua utilização é efectuada de forma indistinta pelos seus actores, dependendo das distâncias que estes pretendem percorrer.

A utilização dos itinerários antigos insere-se numa evolução da rede viária na longa duração, de desenvolvimentos diversos, com actores diferentes, e o seu estágio de desenvolvimento actual é aquele que podemos observar numa fotografia aérea actual. A interacção entre os traçados viários de escalas diferentes mostra-nos o seu carácter complexo.

A análise regressiva foi efectuada a partir do estado actual da rede viária (**mapa 26**), com as metodologias propostas por E. Vion e a arqueogeografia, estas permitiram inferir fluxos que teriam ocorrido em determinadas ocasiões. Os fluxos (**mapa 49**) representam movimentos concretos, mas neste trabalho só lhes podemos atribuir acções teóricas, visto não termos conhecido a sua amplitude, os seus trajectos, e os seus momentos de ocorrência, etc. Para fazermos uma abordagem concreta teremos de nos basear nos traçados ainda visíveis.

Em vários mapas fizemos a comparação entre os fluxos existentes em vários períodos históricos, que se materializaram como itinerários (**quadros 15 e 16**), com os traçados ainda existentes utilizados (**mapa 20 e 44**). E os traçados viários permitiriam a efectivação desses fluxos. É uma redundância porque a rede actual corresponde a materialização dos fluxos que se efectuam

desde há longo tempo; mas também representa que a sua origem proveio de fluxos bastante antigos, e assim a rede viária tem de ter uma origem bastante antiga.

A construção das pontes (**mapa 62**) tem de ser entendida de duas formas. Como uma acção política planificada que constrói um novo traçado, ou como a acção planificada, de carácter político ou não, com vista ao estabelecimento, ou restabelecimento, da circulação por sobre um rio, de um traçado já existente.

A evolução da rede viária tem de ser entendida como um longo processo de auto-organização, mesclado com algumas fases planificadas (por acção política), as acções sobre a rede viária são assim provenientes mais de actividades humanas e elementos naturais não planificados, do que acções políticas planificadas durante longos períodos. As planificações foram circunscritas a espaços e a tempos determinados; estas geralmente constituem uma fase de um processo mais lato que tem uma dinâmica auto-organizada. Após o projecto do modelo a implantar no terreno, a forma entra num processo real que não pode ser outra coisa que o processo auto-organizado. Porque quem desenhar o projecto pode decidir a sua forma, mas não o seu processo de realização, este está dependente do modo de uso do solo, da agricultura, das vias de comunicação, do habitat, das heranças, etc. Como dizem S. Robert e N. Verdier: a herança é importante, e a interacção entre os diferentes níveis de actores já não permite escrever a evolução da rede viária de grande percurso unicamente em função da acção dos poderes públicos, susceptíveis de a planear e de a manter no tempo. O papel dos períodos proto-históricos e medievais, tradicionalmente considerados como fases pobres ou de ruptura na constituição de redes viárias, faltos da existência de um poder centralizado forte, deve ser reavaliado. (ROBERT *et al.*; 2009).

10. Estudo do espaço geográfico

10.1. Villa Vedra um povoado romano.

A localização de *Ierabriga* é polémica, há autores que a propõem em Povos e outros em Paredes. Abstemo-nos de opinar sobre este assunto enquanto não houver mais dados disponíveis que o possam esclarecer. Mas os testemunhos arqueológicos em Paredes e nos seus arredores indicam que aqui existiu uma aglomeração urbana de Época Romana com alguma importância. Um mapa inédito de Hipólito Cabaço, ao qual tivemos agora acesso, informa-nos que a realidade funerária romana em Paredes seria mais vasta do que poderíamos imaginar. A juntar às conhecidas necrópoles da Quinta das Sete Pedras (ALARCÃO; 1988: 118) e da Quinta do Bravo (CABAÇO, JALHAY: 1934) localizámos a necrópole do Casal de Santo António (ver **mapa 34**).

Identificámos na Rua das Fontes uma estrutura que pode corresponder à “muralha” descrita pelo padre Pedro da Silveira nas *memórias paroquiais de 1758* (AZEVEDO, 1896: 180). Pela sua metrologia, materiais de construção utilizados e técnica construtiva estamos indubitavelmente na presença de uma estrutura de período romano, é possivelmente o paredão de uma pequena barragem (COSTA; 2008b).

Detectámos no Casal do Reguengo uma estrutura fósil (ver **quadro 17**) que pode corresponder a um circo de período romano (*Id.*). Pela sua morfologia, metrologia e orientação sustentamos esta hipótese, até ao momento em que uma escavação arqueológica a confirme ou elimine. Esta forma apresenta características morfológicas idênticas a outros circos do actual território português, como é o caso de Miróbriga (ALMEIDA; 1964).

Também são visíveis outras estruturas arqueológicas fósseis (como se pode observar no **mapa 35**) que se detectam de maneira fácil na foto-interpretação, mas que são de difícil interpretação. Assim, não sabemos se estas estão relacionadas com o povoado romano de Paredes.

Estes dados novos vêm apoiar a possibilidade da existência de um grande aglomerado urbano nesta área. E um povoado romano com pouca capacidade financeira não teria possibilidades de construir estruturas de grandes dimensões como as que aqui existem.

10.2. Vila Verde dos Francos uma fundação de raiz?

Como se pode observar no **mapa 64** a morfologia ao redor de Vila Verde dos Francos é complexa. Mas tem formas regulares muito interessantes que nos dão dados sobre este sítio.

Existem diversos parcelários. Podemos observar um grande parcelário em bandas,

parcelários radiais, e dentro da localidade três tramas bastante regulares. Alguma destas últimas podem corresponder a uma **planificação** medieval de origem franca. Não temos muitos elementos sobre estes parcelários. O **parcelário em bandas** ocupa uma área muito extensa. Os **parcelários radiais** estão implantados em várias áreas do concelho (como se pode ver no **mapa 65** e no **quadro 26**), e será necessário investigar as suas origens.

As três **tramas regulares** (**mapa 38**) orientam uma parte da forma urbana actual do povoado, que se desenvolveram a partir destas (apresentam no mapa as cores roxo, verde e vermelho). Na área do concelho existem outras planificações (**quadro 27** e **mapa 37**) mas as suas formas são diferentes. No actual núcleo urbano e contíguo a este estão dois recintos, um é semi-retangular e o outro poligonal (possivelmente com 6 lados). O denominado **recinto de Vila Verde** parece provir de um núcleo urbano primitivo, e o **recinto poligonal** foi materializado numa zona rural. Os recintos poligonais estão presentes em várias áreas do concelho (**quadro 28**), e surgem algumas vezes associados aos parcelários radiais como no Casal das Cancelas (ver **mapa 40**), no Álamo e Parateiro (**mapa 67**), assim como em Vila Verde dos Francos. Seria de todo o interesse perceber esta aparente associação entre recintos poligonais e parcelários radiais contíguos, que podem ser ou não contemporâneos.

As tramas regulares podem ou não contemporâneas, se forem contemporâneas houve uma planificação com três orientações diferentes. Se não forem contemporâneas, que é a hipótese mais provável, quando da sua materialização no terreno não houve modificação evidente do parcelário rural anterior. Na possibilidade de alguns destes parcelários corresponder a uma planificação da época dos francos, podemos então pensar que houve um intercâmbio de campos entre os autóctenes e os colonos, sem uma nova divisão dos campos.

As formas planimétricas presentes são diversas e de várias épocas – certamente. Se admitirmos uma fundação de raiz na Baixa Idade Média para esta localidade, teremos de considerar todas estas estruturas como posteriores à invasão franca; hipótese que não parece provável. Assim, pensamos que a presença franca foi materializada com uma planificação parcelária rural e com o castelo medieval (hoje em ruínas). As outras estruturas planimétricas serão umas anteriores, e outras posteriores à chegada de D. Alardo.

A fundação por D. Alardo de uma planificação e de um castelo senhorial em Vila Verde dos Francos não condiciona uma hipótese provável de ocupação humana anterior. Assim, não sabemos se estes espaços eram ou não habitados nesse período, o que conhecemos é a materialização no solo de planimetrias várias, que podem ser anteriores ou posteriores à chegada dos cavaleiros franceses.

10.3 Planimetria de Berbelita

A Berbelita (**quadro 3**) aparece referenciada na bibliografia como “cemitério de incineração da Idade do Ferro” (MELO *et al*; vol. 1, 1987: 119). Durante uma surribe os camponeses encontraram alguns potes com cinzas, dos quais não há hoje notícia. O professor António Guapo mostrou-nos três contas em pasta vítrea de cor azul (**figura 10**) e um pendente (**figura 11**), que conseguiu salvar do espólio agora desaparecido. Estas contas podem ter uma cronologia da Idade do Ferro, mas necessitam de um estudo tipológico que o confirme. Estes são os dados disponíveis sobre uma possível necrópole da Idade do Ferro na Berbelita.

As metodologias da arqueogeografia permitiram adicionar mais dados a esta zona rural. Observamos um recinto que se materializou no solo, que foi parcialmente coberto por um parcelário posterior.

Uma via atravessa esse recinto (**mapa 31**). Esta está materializada de diversas maneiras: como limites parcelários, vias, como marcas no solo só visíveis em foto-interpretação, etc. Esta forma isoaxial antiga transmitiu a sua potencialidade às formas actuais, mantendo a sua função original, ou transformando-se adquirindo nova função. Esta forma (que tem uma longa extensão) transmitiu a sua função e transformou-se (adquirindo novas funções). Os vários troços que a compõem actualmente têm o seu próprio tempo morfológico interno, distinto dos demais.

A partir da foto-interpretação em SIG (**mapa 30**) podemos observar a norte do recinto uma planimetria fóssil. Esta deverá ser composta por recintos, parcelários e ligações entre estes elementos antrópicos. Da maneira como os recintos estão colocados só se realça a sua forma desordenada, mas também podemos observar formas paralelas e isóclinas que devem corresponder ao antigo parcelário rural. A morfologia dinâmica permite-nos perceber que o parcelário rural (actual) se desenvolve em relação isóclina com o parcelário fóssil (antigo). O parcelário em bandas (**mapa 64**) prolongasse até esta zona, e está materializado na actual estrada de asfalto.

As formas ainda activas e as formas fósseis fazem parte de um longo processo de ocupação desta área, que a ter em conta as poucas informações arqueológicas, atravessou a Idade do Ferro.

11. Conclusão.

As metodologias utilizadas neste trabalho permitiram uma verdadeira mudança da visão que nós tínhamos sobre este território. A ligação e comparação entre os diversos documentos disponíveis demonstraram ser os métodos eficazes para o estudo do espaço.

A revelação das formas não seria possível sem a utilização destas metodologias. A quantidade de formas arqueológicas, assim como os inúmeros traçados e itinerários viários encontrados, possibilitou-nos outro entendimento sobre a amplitude espacial das redes viárias na longa duração.

As redes viárias foram analisadas em várias escalas, e este estudo possibilitou o entendimento sobre as suas ligações. Observámos diversos itinerários que fazem as ligações viárias entre os vários locais. Foi possível corrigir alguns erros cronológicos, como o mito da construção da estrada real a mando de D. Maria I. E colocar questões pertinentes, como por exemplo, a possibilidade do traçado entre Vila Nova da Rainha e Castanheira do Ribatejo ser de período romano.

As formas arqueológicas detectadas permitiram juntar dados aos já existentes, e ter entendimentos diferentes sobre os assentamentos arqueológicos. Neste âmbito, a revelação das formas fósseis de Berbelita, só possível pelos meios tecnológicos agora existentes, com destaque para o SIG; ao permitir cartografar a planimetria fósil deste assentamento arqueológico, revelou um recinto maior e vários recintos de dimensões inferiores, uma via, parcelários fósseis, assim como um parcelário activo isóclino com estes. Uma informação genérica sobre achados prováveis da Idade do Ferro, insuficientemente localizados; foi ligada e comparada com a informação planimétrica, e possibilitou outro entendimento acerca deste assentamento arqueológico. Um ponto num mapa arqueológico pode ser revelado de uma maneira absolutamente irreversível. Agora sabemos que não terá sido somente um local de enterramento, mas também, possivelmente, um local de habitat, um local de passagem e um local de trabalho rural. A arqueogeografia também permite inferir, à semelhança de outras disciplinas, sobre a forma como o Homem vivia, não sendo assim uma metodologia sem resultados; pelo contrário, a arqueogeografia é uma disciplina que junta aos resultados das outras disciplinas os seus próprios documentos, e faz uma ligação comparativa e crítica de todos os documentos disponíveis. Obtendo assim os seus próprios resultados, que serão de novo equacionados quando houver um novo documento que o justifique.

Neste trabalho houve uma compilação de documentos históricos e arqueológicos, adicionados aos documentos que a arqueogeografia utiliza, que permitiu a localização georeferenciada dos documentos. Assim, não é só um estudo das redes viárias na longa duração; mas também uma compilação de dados, como se apresentam tradicionalmente as “cartas arqueológicas” - sob a forma

dos quadros presentes nos anexos. Mas também é uma enorme base de dados digitais georeferenciados, sob a forma de ficheiros do *ArcMap*, que se forem disponibilizados, permitem fazer diversos trabalhos futuros sobre este território.

A análise efectuada não se pode restringir à periodização estreita e compartimentada das outras disciplinas científicas, porque esta é dogmática quando pretende separar o tempo em “gatevas”. Esta compartimentação disciplinar é o resultado de um modo moderno de pensar, que não se adequa ao estudo das formas na longa duração. Porque as formas arqueológicas não estão sujeitas a essa divisão em períodos históricos pré-determinados, elas evoluem de maneira independente com o seu próprio tempo morfológico interno.

O trabalho de compilação de dados nunca está completo, sendo necessário adicionar os que se conhecerem no futuro. Mas o trabalho de foto-interpretação carece de um estudo conveniente, visto estar somente numa fase inicial. Mas, de uma forma geral a investigação do território concelhio está toda ainda numa fase bastante debutante; ao contrário do que por vezes julga. O carácter precoce das investigações arqueológicas neste concelho, por parte de Carlos Ribeiro e depois por Hipólito Cabaço, dá a muitos espíritos menos esclarecidos a ideia paradoxal que a investigação está concluída; quando na realidade está numa fase ainda inicial. Assim mesmo, o caminho é continuar a investigar utilizando todos os documentos que vierem de futuro para que possamos conhecer o território cada vez melhor.

Bibliografia

Arqueogeografia:

- CHOUQUER, Gérard (1993), *Manuel d'analyse des formes historiques des paysages*, Centre National de la Recherche Scientifique, Tours.
- CHOUQUER, Gérard (2000), *L'étude des Paysages – Essais sur leurs formes et leur histoire*, Editions Errance, Paris, ISBN: 2-87772-191-4.
- CHOUQUER, Gérard (2005), “L'émergence de la planimétrie agraire à l'Âge du Fer”, *Études rurales*, Juillet-Décembre 2005, 175-176, pp. 29-52.
- CHOUQUER, Gérard (2006), “Les centuriations: topographie et morphologie, reconstitution et mémoire des formes”, *Aaerea*, pp. 65-82.
- CHOUQUER, Gérard (2007), *Quels scénarios pour l'histoire du paysage? - Orientations de recherche pour l'archéogéographie*, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Coimbra – Porto, ISBN: 978-972-9004-21-6.
- CHOUQUER, Gérard (2008), *Traité d'Archéogéographie. La crise des récits géohistoriques*, Editions Errance, Paris.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François (1991), *Les paysages de l'antiquité, Terres et cadastres de l'Occident romain (IVe s. avant J.-C./IIIe s. après J.-C.)*, Editions Errance, Paris, ISBN: 2-87772-028-4.
- CHOUQUER, Gérard; FAVORY, François (2001), *L'arpentage romain. Histoire des textes - Droit - Techniques*, Editions Errance, Paris, ISBN: 2-87772-216-3.
- CHOUQUER, Gérard; LOPES, Maria da Conceição (2002), “La “délibération” des faits et la “vérité” en histoire des formes du paysage”, *Revista de História das Ideias*, vol. 23, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 255-284.
- LAVIGNE, Cédric (2006), *Espaço das Sociedades Antigas: Dinâmica das Paisagens da Região de Pax Iulia (Beja)*, Rapport intermédiaire d'étude, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (documento de trabalho do Programa Europeu POCI/HAR/60842/2004 dirigido por Maria da Conceição Lopes).
- LOPES, Maria da Conceição (2003), “Réflexions sur le modèle de la cité antique: l'exemple de Pax Iulia (Beja, Portugal)”, *Études rurales*, 3-4, n.º 167-167, Éditions de l'HESS, ISBN: 2-7132-1898-X.
- MARCHAND, Claire (2000), *Recherches sur les réseaux de formes; Processus dynamiques de paysages du Senonais Ccidental*, These pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Tours.
- OLIVIER, Laurent (2008), *Le sombre abîme du temps, Mémoire et archéologie*, Editions du Seuil, Paris.
- ROBERT, Sandrine (2003a), *L'analyse morphologique des paysages entre archéologie urbanisme et aménagement du territoire – Exemples d'études de formes urbaines et rurales dans le Val-d'Oise*, Thèse pour obtenir le grade de Docteur de le Université de Paris, Université Paris I – Panthéon - Sorbonne.
- ROBERT, Sandrine (2003b), “Archéologie préventive et morphologie: deux points de vue scientifiques différents”, *Actes du colloque AGER V*, Presses Universitaires Francomtoises, Besançon, pp. 53-63.
- ROBERT, Sandrine; VERDIER, N. (2009), “Pour une recherche sur les routes, voies, réseaux...”, *Nouvelles de l'archéologie*, 115, 5 – 8, 53 -56.
- WATTEAUX, Magali (2009), *La dynamique de la planimétrie parcellaire et des réseaux routiers en Vendée méridionale – Études historiographiques et recherches archéogéographiques*, These pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris.

Desenvolvimento sustentável:

VVAA (2010), *Livro verde. Realizar o potencial das indústrias culturais e criativas*, Comissão Europeia, Bruxelas.

Economia:

SMITH, Adam (1989), *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*, 2.^a Ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

VAZQUEZ DE PRADA, Valentin (1986), *História Económica Mundial 1-Das origens à revolução industrial*, Livraria Civilização Editora, Porto.

Epistemologia:

ALARCÃO, Jorge de (1982), *Introdução ao estudo da história e do património locais*, Institutos de Arqueologia e de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

ALARCÃO, Jorge de (1996), *Para uma conciliação das arqueologias*, Edições Afrontamento, Porto, ISBN: 972-36-0404-3.

ALARCÃO, Jorge de (2000), *A Escrita do Tempo e a sua Verdade (Ensaio de Epistemologia da Arqueologia)*, Quarteto Editora, Coimbra, ISBN: 972-8535-46-5.

AUGÉ, Marc (1994), *Não-Lugares Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Bertrand Editora, Venda Nova, ISBN: 972-25-0580-7.

JORGE, Vítor Oliveira (2003b), *Olhar o Mundo como Arqueólogo*, Quarteto, Coimbra, ISBN: 972-8717-78-4.

LATOUR, Bruno (1999), *Politiques de la nature. Comment faire entrer les sciences en démocratie*, Éditions La Découverte, Paris, ISBN: 2-7071-3078-8.

MORIN, Edgar, (1997), *O Método 1. A natureza da Natureza*, Publicações Europa-América, Mem Martins, ISBN: 972-1-01428-1.

Estudos cartográficos e viários:

ANDRADE, Amélia Aguiar (coord.) (2002), *As estradas de Portugal – Memória e História*, 3 volumes, Centro Rodoviário Português, ISBN: 972-98649-4-2.

DIAS, Maria Helena (coord.) (2005), *Cartas, plantas, esboços e projectos: cartografia militar portuguesa dos séculos XVIII-XIX*, Comando da Zona Militar dos Açores, Angra do Heroísmo, ISBN: 972-647-197-4.

DIAS, Maria Helena (2006), *Portugaliae Descriptio*, Instituto Geográfico do Exército.

DIAS, Maria Helena (Coord.) (2007), *Portugal em vésperas das invasões francesas Conhecimento Geográfico & Configurações*, Exposição comemorativa, Instituto Geográfico do Exército, ISBN: 978-989-21-0086-9.

FERREIRA, Godofredo (1940), *A mala-posta em Portugal*, Separata do “Guia oficial dos CTT”, Lisboa.

FERREIRA, Alves; MORAIS, Custódio; SILVEIRA, Joaquim da; GIRÃO, Amorim (1956), “O mais antigo mapa de Portugal: 1561”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 12/13, Anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 1-66.

FREIRE, António de Oliveira (1755), *Descripçam Corographica do Reyno de Portugal*, Officina de Bernardo Anton. De Oliveira, Lisboa.

PATO, António Vaz (1999), “A primeira sinalização Moderna em Portugal: as marcas do Conde de Valadares (1788). Um património a preservar”, *1.º encontro de estradas e arqueologia – actas*, Junta Autónoma de Estradas, ISBN: 972-8498-05-5, pp. 63-76.

SANTA-RITA, António José (2006), *As estradas de Portugal da monarquia ao Estado-Novo (1900-*

1947), Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa, ISBN: 972-8881-33-9.

VVAA (1959), *Estradas Municipais Classificadas pelo Decreto-lei N.º 42 271*, Ministério das Obras Públicas.

Estudos de paisagens:

CLAVEL-LEVÊQUE, Monique; VIGNOT, Anne (1997), *Cité Et Territoire II*, Colloque Européen, Béziers, Presses Universitaires Franc-Comtoises, Paris, ISBN: 2-913322-07-7.

MASCARENHAS, José Manuel (1984), “Évora: arqueologia et conservation du paysage environnant”, *Cité et Territoire*, Ier Colloque Européen, Béziers, pp. 227-230, ISBN: 2.251.60565.7.

PLANA-MALLART, Rosa (1994), “EBORA et son territoire”, *Cité et Territoire*, Ier Colloque Européen, Béziers, pp. 231-242, ISBN: 2.251.60565.7.

Foto-interpretação, detecção automática, e metodologias:

BARISANO, Emilio (Resp.) (1988), *Télé-détection et Cartographie Thématique en Archéologie*, CNRS, Paris, ISBN: 2-222-03684-4.

PICARRETA, Fabio; CERAUDO, Giuseppe (2000), *Manuale di aerofotografia archeologica. Metodologia, tecniche e applicazioni*, Ed. Edipuglia, Bari, ISBN: 88-7728-268-3.

RUA, Helena (2007), “Detecção Automática de *Villae* em Meio Rural no Portugal Romano”, *al-madan*, IIª Série, número 15, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 21- 27, ISSN: 0871-066X.

SILLIÈRES, Pierre (1987), “La búsqueda de las calzadas romanas: desde la foto-interpretacion hasta el sondeo”, *Simposio la red viaria en la Hispania Romana*, Centro de Estudios Turiasonenses, Tarazona.

SILVA, António Marques da; LOPES, Maria da Conceição (2007), "La contribution de la prospection géomagnétique pour la compréhension de la paléforme de Matabodes (Beja, Portugal)", Communication présentée au 1.º Colloque d'Archéogéographie (6 a 8 Septembre à Paris), <http://ia.regiaocentro.net>.

VION, Eric (1989), “L'analyse archéologique des réseaux routiers: une rupture méthodologique, des réponses nouvelles”, *Paysages Découverts*, n.º 1, GREAT, Lausanne, pp. 67-99.

VVAA (1998a), *The use of Geographic Information Systems in the study of ancient landscapes and features related to ancient land use*, Cost Action G2 Paysages antiques et structures rurales, European Commission, Luxembourg, ISBN: 92-828-3784-X.

Geografia e Geologia:

BREUIL, Abbé H.; ZBYSZEWSKI, Georges (1942), *Comunicação dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo XXIII, Lisboa.

CARDOSO, P. Luiz (1747), *Diccionario Geografico ou noticia histórica de todas as Cidades, Villas, lugares, e aldeas, Rios, Ribeiros, e Serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigos, como modernos*, II tomos, Regia officina Sylvano, Lisboa.

CASTRO, João Baptista de (1758), *Mappa de Portugal*, quinta parte, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa.

DAVEAU, Suzanne (1980), “Espace e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos”, *Clio*, volume 2: Centro de História da Universidade de Lisboa, pp. 13-37.

FREITAS, Conceição; ANDRADE, César (1998), "Evolução do litoral português nos últimos 5000 anos", *al-madan*, II Série, n.º 7, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 64-70.

READ, H. H. (1976), *Geologia. Uma Introdução à História da Terra*, Europa-América, Mem

Martins.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann (1991), *Geografia de Portugal*, 4 volumes, Edições João Sá da Costa, Lisboa, ISBN: 972-9230-18-8.

SILBERT, Albert (1978), *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime*, 3 volumes, INIC, Lisboa.

ZBYSZEWSKI, G. (1965), *Carta Geológica de Portugal na escala 1/50 000 – notícia explicativa da folha 30-D – Alenquer*, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.

História e arqueologia geral.

ALARCÃO, Jorge de (1973), *Portugal Romano*, Editorial Verbo, Lisboa.

ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, Volume II, Fascicule 2, Aris & Phillips, Warminster.

ALARCÃO, Jorge de (1998), “A paisagem Rural Romana e Alto-Medieval em Portugal”, *Conimbriga*, 37, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

ALMEIDA, D. Fernando de (1964), *Ruínas de Miróbriga dos Célticos (Santiago do Cacém)*, Edição da Junta Distrital de Setúbal.

CAMACHO, Clara; CALAIS, Cristina; NUNES, Graça (1996), “A Presença Romana no Concelho de Vila Franca de Xira: Investigar, Divulgar e Animar”, *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 179-191, ISBN: 972-20-1260-6.

CARDOSO, João Luís (1999), "Manifestações funerárias da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze e da Idade do Ferro (II e I Milénios A. C.): breve síntese", *Actas do 3º Congresso de arqueologia peninsular (Vila Real)*, Porto, 5. pp. 61-99.

CARDOSO, João Luís (1999/2000), “Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, volume 8, Câmara Municipal de Oeiras, pp.355-413.

CARDOSO, João Luís (2004), “A Baixa Estremadura dos finais do IV Milénio A.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, volume 12, Câmara Municipal de Oeiras, ISSN: 0872-6086.

COFFYN, André (1985), *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Diffusion de Boccard, Paris.

FARIA, A. Marques (1987), "Guerras e conflitos no vale do Tejo na antiguidade: o testemunho dos tesouros monetários", *Arqueologia no vale do Tejo*, Catalogo da exposição, Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural, pp. 60-61.

GUERRA, Amílcar (1995-1997), “A respeito do nome de Vila Franca de Xira”, *Boletim Cultural CIRA*, volume 7, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Vila Franca de Xira, ISBN: 972-8241-12-7, pp. 155-167.

HARRIS, Edward C. (1991), *Principios de Estratigrafía Arqueológica*, Editorial Crítica, Barcelona, ISBN: 84-7423-514-6.

HIPÓLITO, Mário de Castro (1960-61), “Dos Tesouros de Moedas Romanas em Portugal”, *Conimbriga*, III, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 81-82.

JORGE, Susana Oliveira (1999), *Domesticar a terra*, Gradiva, Lisboa, ISBN: 972-662-686-2.

JORGE, Susana Oliveira (2003a), “Pensar o espaço da Pré-História Recente: A propósito dos recintos murados de Península Ibérica”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Mesa-redonda Internacional, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, Coimbra-Porto, ISBN: 972-9350-82-5.

KALB, Philine (1980) - "Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal", *Germania*, nº 58, pp. 49-50.

LUCAS, Maria Miguel (1994), *As regiões de “Torres” e “Alenquer” no contexto do Calcolítico da estremadura portuguesa*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MAALOUF, Amin (2006), *As cruzadas vistas pelos Árabes*, Difel, Miraflores, ISBN: 972-29-0821-

- MACWHITE, E. (1951) - *Estudios sobre las relaciones Atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*, Publicaciones del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, Madrid, pp. 71.
- MANTAS, Vasco Gil (1982), “Inscrições romanas do Museu Municipal de Torres Vedras”, *Conimbriga*, Volume XXI, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 5-99.
- MANTAS, Vasco Gil (1987a), “A rede viária do convento escalabitano”, *Simposio la red viaria en la Hispania Romana*, Centro de Estudios Turiasonenses, Tarazona.
- MANTAS, Vasco Gil (1987b), *As primitivas formas de povoamento urbano em Portugal*, CEPCEP, Lisboa.
- MANTAS, Vasco Gil (1996a), *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 2 volumes, Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MANTAS, Vasco Gil (1996b), “In memoriam Félix Alves Pereira Arqueologia e teledetecção”, *al-madan*, II^a série, n.º 5, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, pp. 62-69.
- MANTAS, Vasco Gil (1996c), “Comércio Marítimo e Sociedade nos Portos Romanos do Tejo e Sado”, *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, pp. 343-370, ISBN: 972-20-1260-6.
- MANTAS, Vasco Gil (1999), “Cidades e História Económica na área de influência da estrada *Olisipo-Bracara*”, *AespA*, Anexos, XX, Centro de Estudios Históricos, Madrid, pp. 279-298.
- MANTAS, Vasco Gil (2002), “A população da Região de Torres Vedras na Época Romana”, *Turres Veteras IV: Actas de Pré-história e História Antiga*, Câmara Municipal de Torres Vedras.
- MARQUES, Gustavo; ANDRADE, Gil Miguéis (1974), “Aspectos da Proto-História do Território Português 1-Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)”, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia (Porto, 1973)*, Porto, pp. 125-140.
- MARTINS, Conceição Andrade (1991), “A filoxera na viticultura nacional”, *Análise Social*, vol. XXVI (112-113) 3.º-4.º, pp. 653-688.
- MATTOSO, José (Coord.) (1992), *História de Portugal. Antes de Portugal*, Volume 1, Círculo de Leitores, ISBN: 972-42-0589-8.
- MATTOSO, José (2001), *Identificação de um país. Oposição*, Círculo de Leitores, Rio de Mouro, ISBN: 972-42-2398-1.
- MEDINA, João (Direc.) (2004), *História de Portugal. 1. Portugal na Pré-História*, volume 1, Ediclube, Amadora, ISBN: 972-719-296-6.
- MONTEAGUDO, Luis (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, C.H. Beck'sche verlagbuchhandlung. München.
- MÜLLER, Werner; VOGEL, Gunter (1984-1985), *Atlas de arquitectura 1. Generalidades. De Mesopotamia a Bizancio*, Alianza Editorial, Madrid.
- OLIVEIRA, César (Direc.) (1996), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Círculo de Leitores, ISBN: 972-42-1300-5.
- PIMENTA, João; MENDES, Henrique (2007), “A escavação de um troço da via romana “*Olisipo-Scallabis*” (em Vila Franca de Xira)”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 2, Igespar, Lisboa, pp. 171-210.
- PIMENTA, João; MENDES, Henrique; NORTON, José (2008), “O povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira”, *Al-madan*, II série, 16, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 26-37.
- PONTE, Salete da (1982), “Uma Coleção de Fíbulas da Estremadura”, *Boletim cultural da assembleia distrital de Lisboa*, III série, n.º 88, 1º Tomo, Lisboa, pp. 3-11.
- QUINTELA, António de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel (1986), *Aproveitamentos hidráulicos romanos a Sul do Tejo. Contribuição para a sua inventariação e caracterização*, Direcção-Geral dos Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos.
- RENFREW, Colin; BAHN, Paul (1998), *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*, Ediciones Akal, Madrid, ISBN: 84-460-0234-5.

- RIBEIRO, Carlos (1866), *Descrição do solo Quaternário das Bacias Hydrographicas do Tejo e Sado*, Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa.
- RUIVO, José da Silva (1985), *Circulação monetária na estremadura portuguesa até aos inícios do século III*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- SAA, Mario (1960), *As grandes vias da Lusitania*, Tomo III, Lisboa.
- SCHUBART, Hermanfrid (1969), "Las fortificaciones Eneolíticas de Zambujal Y Pedra do Ouro, en Portugal", *In Congreso Nacional de arqueologia, 10 Mahon, Zaragoza*. pp. 197-204.
- SCHUBART, Hermanfrid (1971), "Acerca de la ceramica del Bronce Tardio en el Sur y Oeste Peninsular", *Trabajos de Prehistoria*, Volumen 28 (nueva serie), Madrid, p. 161.
- SILLIÈRES, Pierre (1990), *Las voies de communication de l'Hispanie Méridionale*, Diffusion de Boccard, Paris.
- SILVA, Joaquim Possidónio da (1880), "Machados de bronze achados em Portugal", *Congrès Internationale d'Antropologie et d'Archéologie Préhistoriques*.
- SILVA, Joaquim Possidónio da (1883), "Notice sur les Haches de Bronze Préhistoriques trouvées en Portugal", *Extrait du Bulletin des Architectes et Archéologues Portugais*, n. ° 1, tome IV, 2ª série. pp. 1-7.
- SPINDLER, K. (1981), *Cova da Moura*, Mainz am Rhein: Verlag Philipp Von Zabern.
- TEIXEIRA, F. A. Garcêz, SOUSA, J. M. Cordeiro (1927-28), "Inscrições Romanas do Museu do Carmo", *Arqueologia e História*, volume VI, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa pp. 18.
- VASCONCELOS, José Leite (1898), "Aquisições do Museu Ethnográfico Português", *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, n.º 4, Lisboa, pp. 241-245.
- VASCONCELOS, Luís Walter de (1970), *Aspectos do Fomento no Reinado de D. Maria I – Obras do Ribatejo e de estradas que correram pelo terreno público em Lisboa, Parte I – As obras do Ribatejo*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- VILAÇA, Raquel (2003), "Acerca da existência de ponderais em contextos do Bronze Final / Ferro Inicial no território português", *O Arqueólogo Português*, Série 4, vol. 21, Lisboa, pp. 245-288.
- VILAÇA, Raquel (2007), *Depósitos de Bronze do Território Português. Um debate em aberto*, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, ISBN: 978-972-9004-22-3.
- VVAA (1998b), *Boletim Cultural CIRA*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ISBN: 972-8241-12-7.
- VVAA (1999), *Arqueologia e História*, volume 51, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, ISSN: 972/9451-39-7.
- VVAA (2007), *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira - Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, ISBN: 978-972-8241-49-0.
- VVAA (2008), *Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga – A Rede Viária romana no Vale do Tejo*, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Actas no prelo.

História e arqueologia locais.

- ALMEIDA, Justino Mendes (1968), "Antiguidades Várias", *O Arqueólogo Português*, Série III, Volume II, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, pp. 107-108.
- ANDRADE, Gil Miguéis (1963), "Castro do Amaral", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 81ª n.º 7-9 e 10-12 Julho – Set. e Out. – Dez. Lisboa: SGL. p. 236.
- ANDRADE, Gil Miguéis (1973), "Estações arqueológicas do Amaral ou das Curvaceiras (Alenquer) – II", *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Série 91ª n.º 1-3 e 4-6 Janeiro – Março e Abril – Junho. Lisboa: SGL. p. 10.
- ATHAYDE, Alfredo (1933), "Ossadas pré-históricas da gruta dos refugidos", *Homenagem a*

- Martins Sarmiento, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, pp. 31-36.
- AZEVEDO, Pedro A. (1896), “Extractos archeologicos das “Memórias Paroquiais de 1758””, *O Archeologo Português*, Volume II, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 179-180.
- BARBOSA, Ernâni (1955), *Alenquer nas épocas Pré e Proto-históricas*, Monografia arqueológica apresentada como tese de dissertação para a licenciatura em ciências Históricas e Filosóficas, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- BARBOSA, Ernâni (1956a), "O Castro da Pedra de Ouro (Alenquer) ", *O Arqueólogo Português*, n.º 3, Nova Série. pp. 75-85.
- BARBOSA, Ernâni (1956b), “O Castro de Ota (Alenquer) ”, *O Arqueólogo Português*, nº3, Nova série, pp. 117-124.
- BARBOSA, Ernâni (1970), “Notícias de alguns achados romanos no concelho de Alenquer”, *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia Lisboa 1958*, volume II, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, pp. 27-33.
- BRANCO, Maria G. Azinheira (2001), *O Povoamento do Calcolítico ao Bronze Pleno na actual Bacia Hidrográfica do Rio Alenquer*, IPA (documento de consulta).
- BRANCO, Maria G. Azinheira (2007), *A Pedra de Ouro (Alenquer): uma leitura actual da Colecção Hipólito Cabaço*, Trabalhos de Arqueologia 49, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, ISBN: 978-972-8662-31-8.
- CABAÇO, Hipólito (1960), “Azambuja nos tempos e na vida - Breves apontamentos sobre pré-história”, entrevista a:, *Correio do Ribatejo*, 19 de Março, Santarém.
- CABAÇO, Hipólito; JALHAY, Eugénio (1934), “Estela Funerária de Alenquer”, *Revista de Arqueologia*, Tomo II, Fasc. IV, Lisboa, pp. 110-113.
- CORREIA, A. M. (1925), “A sepultura neolítica do Vale das Lajes e os eólitos da Ota”, *Bulleti de la Assoc. Catalana d’Antrop. Etnolog. i Prehistoria*, vol. III, Barcelona, pp. 117-146.
- COSTA, Miguel Cipriano (2006), *Presença humana no actual território do Concelho de Alenquer, no II Milénio a.C.*, Tese de Licenciatura apresentada ao Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- COSTA, Miguel Cipriano (2007), “Ainda haverá uma muralha do período Romano “nas Paredes?””, *Nova Verdade*, n.º 755, p. 7, 15 de Outubro de 2007, Alenquer.
- COSTA, Miguel Cipriano (2008a), “Há 2000 anos já se faziam corridas de carros em Alenquer?””, *Nova Verdade*, n.º 761, p. 10, 15 de Janeiro de 2008, Alenquer.
- COSTA, Miguel Cipriano (2008b), “Apontamentos sobre a presença romana no Concelho de Alenquer”, Mesa Redonda de *Olisipo a Ierabriga*, A rede Viária romana no Vale do Tejo, Vila Franca de Xira, 31 de Outubro de 2008, Actas no prelo.
- DELGADO, Joaquim Nery (1889), “Les silex tertiaires d’Otta”, *Congres International d’Antropologie et d’Archeologie Préhistoriques 10.º Paris 1889*, Ernest Leroux, Paris, pp. 247-249.
- DIAS, Maria M. A. (Coord.), (2001), *Epigrafia Latina do Museu Municipal Hipólito Cabaço (Alenquer)*, Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras de Lisboa, ISBN: 972-9376-03-4.
- DOMINGOS, José B. Barreto; GOMES, João J. Fernandes (1994), “Objectos Histórico-Arqueológicos de Alenquer no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 229-237.
- DUARTE, Cidália (1998), “Necrópole Neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1: 2, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, pp. 107-118.
- ENGERRAND, G. (1909), “A propos des silex d’Otta”, *Comunicações da Direcção dos Serviços Geológicos de Portugal*, 7, Lisboa, pp. 80-84.
- FERRO, João Pedro (1996), *Alenquer Medieval (Séculos XII-XV) – Subsídios para o seu estudo*, Patrimónia, Cascais, ISBN: 972-744-015-0.
- FIGUEIREDO, A. Mesquita de (1895), “Informações archeologicas colhidas no “Diccionario Geographico” de Cardoso”, *O Archeologo Português*, Volume I, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 157-

- GOMES, João J. Fernandes (1978a), "Um vaso campaniforme de Alenquer", *Setúbal arqueológica*, volume IV: Assembleia Distrital de Setúbal. pp. 61-66.
- GOMES, João J. Fernandes (1978b), "Loiças ante-campaniformes do Museu Municipal de Hipólito Cabaço – Alenquer", *Actas das III jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa. pp. 115-124.
- GOMES, João J. Fernandes (1987) – “Pulseira de cobre de Ota (?) do Museu Municipal de Alenquer”, *Arqueologia*, 16, Porto, pp. 56-57.
- GOMES, João J. Fernandes (1989), "*Museu Municipal "Hipólito Cabaço" Alenquer – VIII Feira da Ascensão de 3 a 7 de Maio de 1989 - metalurgia*", CMA/MMHC, Alenquer.
- GOMES, João J. Fernandes; DOMINGOS, José B. Barreto (1983) - "A Xorca da Serra de Ripas (Alenquer)", *O arqueólogo Português*, Série IV, 1º, Lisboa, pp. 287-300.
- GOMES, João J. Fernandes; DOMINGOS, José B. Barreto (1994), “Sítios arqueológicos representados no Museu Municipal de Hipólito Cabaço (Alenquer) 2. Complexo arqueológico de Ota”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 7-15.
- GOMES, João J. Fernandes; PONTE, Salette da (1984), “Três Bronzes Romanos da Região de Alenquer”, *Conimbriga*, Vol. 23, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 97-101.
- HENRIQUES, Guilherme João Carlos (1873), *Alenquer e o seu Concelho*, Typographia Universal, Lisboa.
- HENRIQUES, Guilherme João Carlos (1902), *A Vila de Alenquer*, fac-simile da edição de 1902, Arruda Editora, Arruda dos Vinhos.
- JALHAY, Eugénio (1943-44), “A espada de bronze do Moinho do Raposo (Alenquer)”, *Boletim de la Comission de Monumentos Historicos y Artisticos de Orense*, 14, Orense.
- LEISNER, Vera; SCHUBART, Hermanfrid (1966), "Die Kupferzeitliche befestigung von Pedra do Ouro", *Madriider Mittheilungen*, 7, pp. 9-60.
- MARTINS, Padre José Eduardo Ferreira (2008), *Alenquer 1758 – O Actual Concelho nas Memórias Paroquiais*, Arruda Editora, Arruda dos Vinhos, ISBN: 978-972-97540-8-1.
- MELO, António de Oliveira; GUAPO, António Rodrigues; MARTINS, José Eduardo (1987), *O Concelho de Alenquer. Subsídios para um roteiro de Arte e Etnografia*, 4 volumes, Câmara Municipal de Alenquer e Associação para o Estudo e Defesa do Património de Alenquer, Alenquer.
- PAÇO, Afonso do (1940), "Figurinha de barro da Pedra de Ouro", *Congresso do Mundo Português*, 1º volume, Lisboa, pp. 219-232.
- PAÇO, Afonso do (1966), “Castelo da Pedra de Ouro”, *Anais da Academia Portuguesa de História*, série II, Vol. 16, Lisboa, pp. 117-171.
- PAULO, L. (1940) “Restos humanos pré-históricos do Monte do Pedrogal”, *Congresso do Mundo Português*, 1º volume, Lisboa, pp. 653-665.
- PEREIRA, F. Alves (1934-36), “Excursão a Alenquer”, *Revista de Arqueologia*, Tomo II, Lisboa, pp. 129-135.
- PEREIRA, Maria A. Horta (1969), "6 machados do Castelo da Ota e 1 lâmina de punhal de S. João de Abrantes ou as Culturas do Cobre e do Bronze na bacia do Tejo", *Actas das I Jornadas Arqueológicas*, Lisboa. pp. 239-270.
- PEREIRA, Maria A. Horta (1970a), “O Dolium Cinerário, com Skypos vidrado a verde, da necrópole de Paredes (Alenquer)”, *Conimbriga*, IX, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 45-74.
- PEREIRA, Maria A. Horta (1970b) - “Hipólito Cabaço”, *Arqueologia e História*, 9ª Série, Vol. II, Lisboa, pp. 7-26.
- RIBEIRO, Luciano (1936), *Alenquer. Subsídios para a sua história*, Texto em fac-símile da edição de 1936, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer, ISBN: 972-98432-0-1.
- ROGEIRO, Filipe Soares (2002), *Alenquer Desaparecida – fotografias das décadas de trinta e*

quarenta da colecção de Graciano Troni, Arruda Editora, Arruda dos Vinhos, ISBN: 972-97540-5-5.

ROGEIRO, Filipe Soares (2005), *Alenquer; Presépio de Portugal*, Ferraz & Azevedo, Mem Martins, ISBN: 972-95824-9-1.

SANTOS, Manuel Farinha dos; ROLÃO, José Manuel (1994), “Paleolítico Superior Tardio da jazida do Camarnal (Alenquer)”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 25-26.

VASCONCELOS, José Leite (1917), “Antas em Alemquer”, *O Archeólogo Português*, XXII, p. 121.

VIEGAS, João Rosa; PARREIRA, Rui (1984), “Der schatzfund von Santana da Carnota (Alenquer/Portugal)”, *Madri der Mitteilungen*, 25, Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein, pp. 79-91.

VVAA (1997), *Estudos de Alenquer*, n.º 1, Cooperativa “Estudos Alenquerenses”, Alenquer, ISSN: 0873-7576.

Anexos

Suporte Informático:

ArchéoGéographie: <http://www.archeogeographie.org>

Biblioteca Nacional de Portugal: <http://www.bnportugal.pt>

Biblioteca Nacional Digital: <http://purl.pt>

Bing Maps

Google Earth

Google Maps: <http://maps.google.pt>

IGESPAR: <http://www.ipa.min-cultura.pt>

Instituto do Ambiente: <http://www.iambiente.pt>

Instituto Geográfico do Exército: <http://www.igeoe.pt>

Instituto Geográfico Português: <http://www.igeo.pt>

Museu Nacional de Arqueologia: <http://www.mnarqueologia-ipmuseus.pt>

O país visto do céu: <http://ortos.igeo.pt/ortofotos/>

<http://e-geo.ineti.pt>

<http://www.traianus.net/villuga/>

<http://cabanasdotorres.blogspot.com>

Suporte cartográfico:

1- Autor: João Silvério Carpinetti (1740-1800).

Data: 1762

Descrição: Província da Estremadura [Material cartográfico]

Escala: [ca. 1:1300000]

Edição: [Imp. Francisco Manuel] – Lisboa

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

2 - Autor: Lourenço Homem da Cunha de Eca (1767?-1833)

Data: 1808

Descrição: “Carta militar das principaes estradas de Portugal” [Material cartográfico]

Escala: [ca. 1:470000]

Edição: grav. Romão Eloy Almeida - Lisboa

Fonte: Biblioteca Nacional Digital

3 – Atlas do ambiente digital- Agência Portuguesa do Ambiente.

4 – *Carta Geológica de Portugal*, Direcção geral de minas e serviços geológicos, escala 1/50 000, folha 30D.

5 – *Carta agrícola e florestal de Portugal*, Secretaria de estado da agricultura, escala 1/25 0000, folhas 362, 363, 375, 376, 389, 390.

6 – *Carta Litológica de Portugal*, Direcção geral de serviços agrícolas, escala 1/1 000 000.

7 – *Carta Hidrogeológica de Portugal*, Direcção geral de minas e serviços geológicos, escala 1/1 000 000.

8 – *Carta Mineira de Portugal*, Serviços geológicos de Portugal, escala 1/500 000.

9 – *Carta Militar de Portugal*, Serviço cartográfico do exército, escala 1/25 000, folhas: 297, 306, 306B, 316, 317, 326, 338, 339, 342, 349, 350, 351, 352, 353, 361, 362, 363, 364, 374, 375, 376, 377, 388, 389, 390, 391, 403, 404, 417.

10 - *Shaded relief*, continente, modelo 100 (Fonte: <http://www.igeo.pt/atlas/Mapas.html>).

11 - *Carta Militar Itinerária de Portugal Continental*, escala 1/500 000, Instituto Geográfico do Exército.

Índice das figuras:

Figura 1: Locais referenciados em: “O mais antigo mapa de Portugal: 1561”, Fonte: (FERREIRA, MORAIS, SILVEIRA, GIRÃO; 1956: 54-61)	121
Figura 2: Os três níveis de forma das redes viárias, modelados por Sandrine Robert. Fonte: ROBERT; 2003a: 438	122
Figura 3: As diferentes formas de evolução da via antiga na paisagem actual. Dependem da implantação topográfica da via. Fonte: ROBERT; 2003: 435	123
Figura 4: A “linguagem” dos traços em foto-interpretação. O aparecimento dos traços à superfície do solo em fotografia aérea é antes de tudo o resultado de reacções físico-químicas. Fonte: [DELÉTANG; 1998: 94 <i>in</i> (ROBERT; 2003: 297)]	123
Figura 5: Gráfico dos períodos históricos representados nos centros de escala supra-regional, regional, e local. Valores em percentagem. Fonte: Quadros: 22, 24, 26	124
Figura 6: Transmissão e transformação isotópica. (Esquema retirado de Jean-François BERGER e Cécile JUNG <i>in</i> CHOUQUER; 2007: 62)	124
Figura 7: Proposição de G. Chouquer para a articulação das diferentes aproximações sistémicas. Fonte: (CHOUQUER; 2000: 112)	125
Figura 8: As diferentes concepções do tempo. Fonte: ROBERT; 2003: 496	125
Figura 9: Variação da ocupação do solo em três “janelas” microregionais ou locais em Champagne (França), a partir das observações da arqueologia preventiva (CHOUQUER; 2007: 332)	126
Figura 10: Contas de Berbelita	127
Figura 11: Pendente de Berbelita	127

Índice dos quadros:

Quadro 1: Locais referenciados da Pré-História	129
Quadro 2: Locais de ocupação da Pré-História Recente	131
Quadro 3: Locais de ocupação Proto-histórica	133
Quadro 4: Vestígios de período romano	134
Quadro 5: Locais no séc. VI/VII	139
Quadro 6: Locais referenciados no Séc. VIII	140
Quadro 7: Locais referenciados do Séc. XII	140
Quadro 8: Locais no Séc. XIII	140
Quadro 9: Locais referenciados do Séc. XIV	141
Quadro 10: Locais referenciados no Séc. XV/XVI	141
Quadro 11: Locais referenciados do Séc. XVII	148
Quadro 12: Locais referenciados do Séc. XVIII	149
Quadro 13: Locais do Séc. XIX/XX	151
Quadro 14: Pontes existentes no Séc. XVIII	151
Quadro 15: Traçados	153
Quadro 16: Itinerários	155
Quadro 17: Estruturas visíveis por foto-interpretação	157
Quadro 18: Alenquer e o seu termo em 1497 e 1527	158
Quadro 19: Resumo das diferentes espaço-temporalidades das redes viárias (ROBERT, 2003a: 461)	161
Quadro 20: Centros de escala supra-regional	161
Quadro 21: Períodos históricos representados no total dos centros de escala supra-regional	161
Quadro 22: Centros de escala regional	161
Quadro 23: Períodos históricos representados no total dos centros de escala regional	162
Quadro 24: Centros de escala local	162
Quadro 25: Períodos históricos representados no total dos centros de escala local	164
Quadro 26: Parcelário radial	165
Quadro 27: Planificações	165
Quadro 28: Recintos poligonais	166

Índice dos mapas:

Mapa 1: Localização do Concelho de Alenquer	Suporte digital
Mapa 2: Vestígios da Pré-História	Suporte digital
Mapa 3: Ocupação da Pré-História Recente	Suporte digital
Mapa 4: Ocupação da Proto-História	Suporte digital
Mapa 5: Ocupação Romana	Suporte digital
Mapa 6: Ocupação da Alta Idade Média	Suporte digital
Mapa 7: Ocupação do Séc. XII	Suporte digital
Mapa 8: Ocupação do Séc. XIII	Suporte digital
Mapa 9: Ocupação do Séc. XIV	Suporte digital
Mapa 10: Locais no Séc. XV/XVI	Suporte digital
Mapa 11: Locais no Séc. XV/XVI	Suporte digital
Mapa 12: Locais no Séc. XVII	Suporte digital
Mapa 13: Locais no Séc. XVIII	Suporte digital
Mapa 14: Locais no Séc. XIX	Suporte digital
Mapa 15: Ligações entre centros de escala supra-regional	Suporte digital
Mapa 16: Ligações entre centros de escala regional	Suporte digital
Mapa 17: Centros de escala local	Suporte digital
Mapa 18: Triagem numérica	Suporte digital
Mapa 19: Carta Militar Itinerária de Portugal Continental, escala 1/500 000 (Fonte: Instituto Geográfico do Exército)	Suporte digital
Mapa 20: Comparação dos dados morfológicos com a carta 1, 1762	168
Mapa 21: Ligações entre centros de escala local	Suporte digital
Mapa 22: Formações radio-concêntricas	168
Mapa 23: Ligações entre locais pré-romanos	169
Mapa 24: Rede viária contemporânea	Suporte digital
Mapa 25: Rede viária contemporânea	Suporte digital
Mapa 26: Rede viária actual	169
Mapa 27: Rede viária actual e fluxos pré-romanos	Suporte digital
Mapa 28: Itinerários de grande percurso	Suporte digital
Mapa 29: Itinerários de grande percurso	Suporte digital
Mapa 30: Recinto da Berbelita	170
Mapa 31: Caminho da Berbelita	170

Mapa 32: Itinerários romanos de Paredes	171
Mapa 33: Foto-interpretação do Casal do Reguengo	171
Mapa 34: <i>Villa Vedra</i> : um povoado romano	172
Mapa 35: Estruturas indeterminadas	Suporte digital
Mapa 36: Estrutura dos Pardieiros 2	Suporte digital
Mapa 37: Planificações	Suporte digital
Mapa 38: Vila Verde dos Francos: uma fundação medieval?	172
Mapa 39: A Planificação da Quinta do Roberto	Suporte digital
Mapa40: Recinto e parcelário radial do Casal das Cancelas	Suporte digital
Mapa 41: Recinto do Bairro	Suporte digital
Mapa 42: Quinta da Vala Nova, Vassala, e Ajoujo	Suporte digital
Mapa 43: Itinerários romanos	Suporte digital
Mapa 44: Itinerários romanos e de grande percurso	173
Mapa 45: Itinerários medievais	Suporte digital
Mapa 46: Itinerários modernos	Suporte digital
Mapa 47: Itinerários antigos	Suporte digital
Mapa 48: Via do Casal Vale de Reis	173
Mapa 49: Fluxos	Suporte digital
Mapa 50: Comparação entre itinerários de grande percurso e fluxos	Suporte digital
Mapa 51: Ligações entre centros, e fluxos	Suporte digital
Mapa 52: Itinerários romanos e ligações	Suporte digital
Mapa 53: Itinerários de grande percurso e ligações	Suporte digital
Mapa 54: Locais pré-romanos na rede viária	Suporte digital
Mapa 55: Vestígios de período romano na rede viária	Suporte digital
Mapa 56: Vestígios de período romano na rede viária	174
Mapa 57: Vias e ocupação medieval	Suporte digital
Mapa 58: Vias e ocupação dos Séc. XV/XVI	Suporte digital
Mapa 59: Vias e ocupação do Séc. XVII	Suporte digital
Mapa 60: Vias e ocupação do Séc. XVIII	Suporte digital
Mapa 61: Pontes no Séc. XVIII	174
Mapa 62: Pontes no Séc. XVIII	Suporte digital
Mapa 63: Vestígios romanos e pontes no Séc. XVIII	Suporte digital
Mapa 64: Parcelários	175
Mapa 65: Parcelários radiais	Suporte digital

Mapa 66: Dois tipos de parcelários	Suporte digital
Mapa 67: Recintos poligonais	175
Mapa 68: Vias divergentes	176
Mapa 69: Comparação dos dados morfológicos com a carta 2 (1808)	Suporte digital
Mapa 70: Marcos da estrada real	176
Mapa 71: Traçado por Ota em 1788	177
Mapa 72: Itinerário 2b, e itinerários romanos de Paredes	177
Mapa 73: Rede viária actual	Suporte digital
Mapa 74: Redes viárias antigas	178
Mapa 75: Ocupação Humana junto às ligações supra-regionais	Suporte digital
Mapa 76: Ocupação Humana junto às ligações regionais	Suporte digital
Mapa 77: Ocupação Humana junto às ligações locais	Suporte digital
Mapa 78: Ligações entre centros de escala supra-regional	Suporte digital
Mapa 79: ligações supra-regionais e ligações entre locais pré-romanos	178

Figuras

54			55		
136 Capinha	Capinha	Fundão	33 Casteloio (Castelão)	Casteljo	Fundão
137 Belmonte (Belmote)	Belmonte	Belmonte	34 Freixial	Freixial	Castelo Branco
138 Salgueiro	Salgueiro	Fundão	35 Pesoleim (Peso da-Iera)		
139 Escarigo	Escarigo	Penamacor	36 Caldas de baixo	Pesinho (Alcaria)	Fundão
140 Caria	Caria	Belmonte	37 Caldas de cima	Escalvos de Baixo	Castelo Branco
141 Meimosa	Meimosa	Penamacor	38 Lardosa	Escalvos de Cima	>
142 Meimão	Meimão	>	39 Alcagosta (Alcagosta)	Lardosa	>
ZONA XI			40 Aldea nova	Alcagosta	Fundão
1 Punkete	Constância	Constância	41 Aldea de iouane	Aldeia Nova do Cabo	>
2 Abrantes	Abrantes	Abrantes	42 Majorfe	Aldeia de Joanes	Castelo Branco
3 Aljertre	Aljertre (Abrantes)	>	43 S. Miguel	Monforte da Beira	Idanha-a-Nova
4 Sarãoal	Sarãoal	>	44 Os pedregãos	S. Miguel de Acha	Pedregão
5 V. de Rei	Vila de Rei	Vila de Rei	45 Aldea das donas	Donas	Fundão
6 Amendoa	Amendoa	>	46 Otudão (O Tudaão)	Aldeia Nova do Cabo	>
7 Beber	Beber	>	47 Aldea do alcaide	Alcaide	>
8 Ha panascosho	Penhascoso	Mação	48 Fatela	Fatela	>
9 Amacão (Amacão)	Mação	>	49 As marinhas	Rosmanhal	Idanha-a-Nova
10 Os cardinas	Cardigos	>	50 Azeuqueira	Zebreira	>
11 A de y' diz	Monte de João Dias (Mação)	>	51 Idanha nova	Idanha-a-Nova	>
12 A sertam	Sertã	Sertã	52 Idanha-a-Velha	Idanha-a-Velha	>
13 A cortiçada	Cortiçada	Proença-a-Nova	53 Proença	Proença-a-Velha	Penamacor
14 Proença nova	Proença-a-Nova	>	54 Penamacor	Penamacor	Idanha-a-Nova
15 Bôlardim	Bôlardim	>	55 Medelim	Medelim	>
16 Pedregão pequeno	Pedregão Pequeno	Olisios	56 Monsanto	Monsanto	>
17 Nova senhora da Luz	Nossa Senhora da Luz	Sertã	57 Segura	Segura	>
18 Vilar da Lapa (Enven-doa)	Vilar da Lapa (Enven-doa)	Pedregão Grande	58 Salvaterra	Salvaterra do Extremo	>
19 Foz da barquea	?	Mação	59 Penagaricia	Penha Garcia	>
20 Sautreira formosa	Sobeira Formosa	Vila Velha de Ródão	ZONA XII		
21 Ineira de serra	Jacinto de Cima	Proença-a-Nova	1 Arelho	Arelho (Obidos)	Obidos
22 Perdigão	Perdigão	Fundão	2 Sali	Salir do Porto	Caldas da Rainha
23 V. velha	Vila Velha de Ródão	Vila Velha de Ródão	3 Cerada	Tornada?	Alcobaça
24 Assarzedas	Sarmadas	>	4 Ascelas	Cela	>
25 Castelbravo	Castelo Branco	Castelo Branco	5 A dos ruias	A dos Riuos (Carvalhal)	Bombarral
26 Assarzedas	Sarzedas	Castelo Branco	6 As caldas	Caldas da Rainha	Caldas da Rainha
27 Alvarozes	Barroca	>	7 S. Gregório	S. Gregório da Fanadia	>
28 Sylvaes	Silvaes	Fundão	8 Gosteira	Vestaria	Alcobaça
29 Lauacelhas	Lauacelhas	>	9 Alfeizem	Alfeizem	Nazaré
30 A pouosa	Póvoa de Rio de Mo-nhos	>	10 Pedreiros	Pedreiros	Alcobaça
31 O sesto davasa	Souto da Casa	Castelo Branco	11 Altabata (Alcobaça)	Alcobaça	Rio Maior
32 S. y da beira (S. V. da beira)	S. Vicente da Beira	Fundão	12 Ceira	Assiceira (Rio Maior)	Caldas da Rainha
		Castelo Branco	13 Landal	Landal	>
			14 S. Cita	Santa Catarina	>

56			57		
15 Truquel	Turquel	Alcobaça	56 Azoia de cima	Azoia de Cima	Santarém
16 Aljubarrota	Aljubarrota	>	57 Azeira	Arneiro das Milharias	>
17 S. Pedro	S. Pedro de Muel	Caldas da Rainha	58 Pernes	Pernes	>
18 Pedris	Alpedris	Marinha Grande	59 A dos ilhos	Filhões (Bugalhos)	Alcanena
19 Passagem	Passagem (Vieira)	Azambuja	60 Mótella	Montelo (Fátima)	Vila Nova de Ourém
20 V. nova	Vila Nova da Rainha	Azambuja	61 Rexede	Rachida (Cortes)	Leiria
21 Acabua (Acabua)	Azambuja	Alenquer	62 Vidigal	Vidigal (Pousos)	>
22 Olla	Ota	>	63 Atmel (Atmel)	?	>
23 Alcoentre (Alcoentre)	Alcoentre	Azambuja	64 Alustrel	Aljustrel (Fátima)	Vila Nova de Ourém
24 Tagara (Tagara)	Tagarro (Cadaval)	Cadaval	65 Pedromé	Pedromen (S.ª Catarina da Serra)	Leiria
25 R. maior	Rio Maior	Rio Maior	66 Caldeia (Caldelas)	Caldelas (Caranguejeira)	>
26 Picaminho	Picamilo (Juncal)	Porto de Mós	67 Alqueidão	Alqueidão da Serra	Torres Novas
27 Patinas	Patinas	Alcobaça	68 Ourem	Ourem	Vila Nova de Ourém
28 As urtadas (As urtadas)	Virtudes (Aveiras de Baixo)	Azambuja	69 Atougua	Atougua (Ourem)	>
29 Aveiras de cima	Aveiras de Cima	>	70 Valtronoso	Vale Travesso	>
30 Pontével	Pontével	Cartaxo	71 Ceia	Seica	>
31 S. Pão	Quinta de S. Pão? (Vale da Pinha)	>	72 Somio	Súmio (Sabacheira)	Tomar
32 Alneter (Alnister)	Almoster	Santarém	73 Sítarem	Santarém	Santarém
33 Amarela	Marmeleira	Rio Maior	74 Azoio (Azoia)	Azoia de Baixo	>
34 Ceija	Cercal	Cadaval	75 Torre do bpo	Torre do Bispo (S. Vicente de Paul)	>
35 S. Y. (S. J.)	S. João da Ribeira?	Rio Maior	76 Riba de baixo	?	>
36 As brigadas	As Bairradas (Rio Maior)	>	77 R. de cima	?	>
37 Alcanede	Alcanede	Santarém	78 Azinhaga	Azinhaga	Golegã
38 Tremes	?	>	79 Golegara (Golegam)	Golegã	>
39 Rimal	Arimal	Porto de Mós	80 Torres novas	Torres Novas	Torres Novas
40 Mediga (Mediga)	Mendiga	>	81 Almourol	Castelo de Almourol	Barquinha
41 Porto de moos	Porto de Mós	>	82 Tancos	Tancos	>
42 Batalha (Batalha)	Batalha	Batalha	83 Atalaia	Atalaia (Barquinha)	>
43 Melva	Melva (Maccera)	Leiria	84 Marmeleiro	Marmeleiro (Madalena)	Tomar
44 Maccera (Maccera)	Maccera	>	85 Carvalhal	Carvalhal (Madalena)	>
45 Porquarias	Porcarica	>	86 Sçoldos	Cem Soldos (Madalena)	>
46 Arande	Carvide	>	87 Nuntada	Anunciada Velha (Obidos)	>
47 Milercal	Monte Real	>	88 Ceiceira	Assiceira	Obidos
48 Amor	Amor	>	89 Amora	Amoreira de obidos	Obidos
49 Mugen	Porto de Muge (Valada)	>	90 Pai de pele	Paio de Pele (Praia do Ribatejo)	Barquinha
50 Cartaxo	Cartaxo	Cartaxo	91 Obidos	Obidos	Obidos
51 Lourica (Lourica)	Louriceira (Almoster)	Santarém	92 Aldeia gavinha	Aldeia Gavinha	Alenquer
52 Pouqua	Póvoa da Isenta? (Almoster)	>	93 Bobarra	Bombarral	Bombarral
53 As fragoas	Fráguas (S. João da Ribeira)	>	94 Atalia	Atalia (Ventosa)	Alenquer
54 Tremes	Tremes?	Rio Maior	95 Labrusa	Labrugeira (Ventosa)	>
55 Cabanas	Quilheiro da Cabana (Romeira)	Santarém			

60			61				
4	Moinhos de R ^e	?	Almeirim	47	Talosa	Talosa	Nisa
5	Pacos daserra	Paços (Raposa)	>	48	Aires	Arés	>
6	Almeirim	Almeirim	>	49	Amieira	Amieira (Vila Flor)	>
7	Coruche	Coruche	Coruche	50	V ^o frol	Vila Flor	>
8	A era	Erra	>	51	Borba (Borba)	Borba	Borba
9	Chouto	Chouto	Chamusca	52	Landroal	Alandroal	Alandroal
10	V ^o de rei	Vila de Rei (Vale de Cavalos)	>	53	Ferreira	Aldeia de Ferreira (Carpelins)	>
11	Ulme	Ulme	>	54	V ^o uicosa	Vila Viçosa	Vila Viçosa
12	Chamusca	Chamusca	>	55	V ^o fernado	Vila Fernando	Elvas
13	Pinheiro	Pinheiro Grande	>	56	Borbacem (Borbacem)	Barbacena	>
14	Arraiolos	Arraiolos	Arraiolos	57	Monforte	Monforte	Monforte
15	Asagucens	As Aguias ou Brolins (Mora)	Mora	58	C. Portalegre	Portalegre	Portalegre
16	Amora	Mora	>	59	Alpalhao	Alpalhao	Nisa
17	Cabeção	Cabeção	>	60	Auisa	Nisa	>
18	Mátargil	Montargil	Ponte de Sor	61	Geramenha (Geramenha)	Juromenha	Alandroal
19	Euora môte (Euora monte)	Evora Monte	Estremoz	62	V ^o boim	Vila Boim	Elvas
20	Vimieiro	Vimieiro	Arraiolos	63	C. Elvas	Elvas	>
21	Pavia	Pavia	Mora	64	Campo maior	Campo Maior	Campo Maior
22	S. Marão (S. Maranhão)	Maranhão	Avis	65	Ougela (Ougela)	Ouguela	>
23	Campo de benavide	Campo de Benavila	>	66	Aronches	Arronches	Arronches
24	Anis	Avis	>	67	Asumar	Acumar	Monforte
25	Ponte do Soro	Ponte de Sor	Ponte de Sor	68	Alegrete	Alegrete	Portalegre
26	Canos	Canos	Sousel	69	S. Antão (S. António)	Convento de S. António (Ribeira de Nisa)	>
27	Ervedal	Ervedal	Avis	70	Marvão	Marvão	Marvão
28	Benavila	Benavila	>	71	Castel da uide	Castelo de Vide	Castelo de Vide
29	Seda	Seda	Alter do Chão	72	As meadas	Meadas	>
30	Lagomei	Longomel (Margem)	Gavião	73	A pouoa	Póvoa das Meadas	>
31	V ^o fermosa	Vila Formosa (Seda)	Alter do Chão	74	Montalvão	Montalvão	Nisa
32	Margem (Margem)	Margem	Gavião				
33	Gavião	Gavião	>				
34	Oz arcos	Arcos	Estremoz				
35	Estremos (Estremoz)	Estremoz	>				
36	Veiras	Veiras	>				
37	Sousel	Sousel	Sousel				
38	Fronteira	Fronteira	Fronteira				
39	Cabeça de uide (Cabeça de uide)	Cabeço de Vide	>				
40	Alter pedroso	Alter Pedroso	Alter do Chão				
41	Alter do chaon	Alter do Chão	>				
42	Crato	Crato	Crato				
43	Monte do chamiço	Monte do Chamiço (Monte da Pedra)	>				
44	Aldea da mata	Aldeia da Mata	>				
45	Sourinho (Sourinho)	?	>				
46	Gáfete	Gáfete	Crato				

Figura 1: Locais referenciados em: “O mais antigo mapa de Portugal: 1561”, Fonte: (FERREIRA, MORAIS, SILVEIRA, GIRÃO; 1956: 54-61).

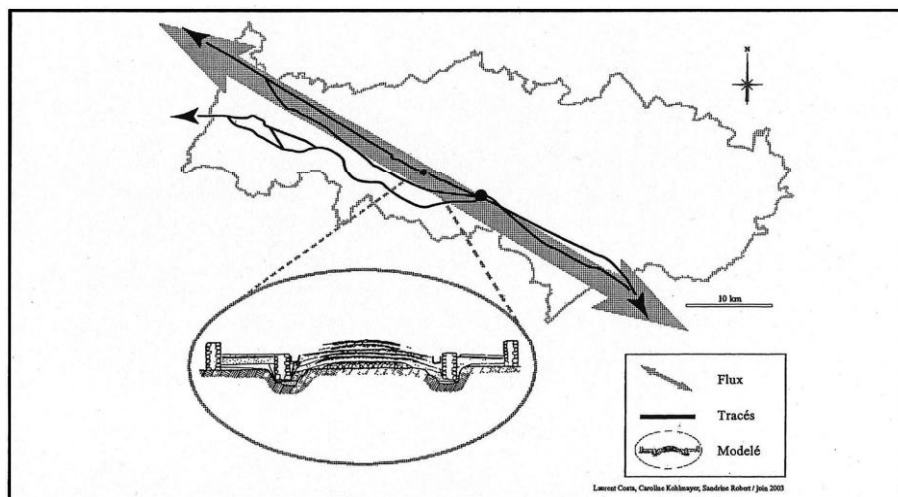


Figura 2: Os três níveis de forma das redes viárias, modelados por Sandrine Robert. Fonte : ROBERT; 2003a: 438.

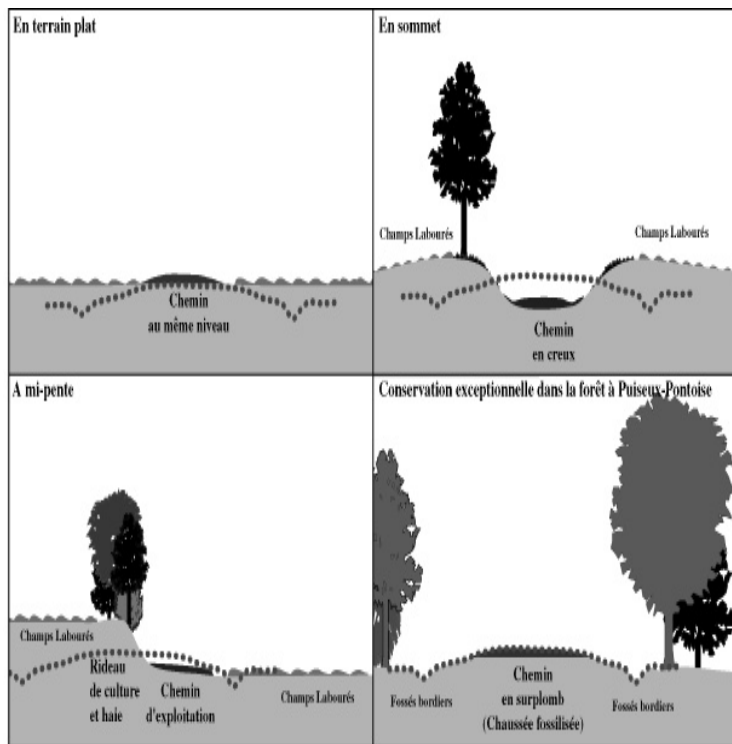


Figura 3: As diferentes formas de evolução da via antiga na paisagem actual. Dependem da implantação topográfica da via. Fonte: ROBERT; 2003: 435.

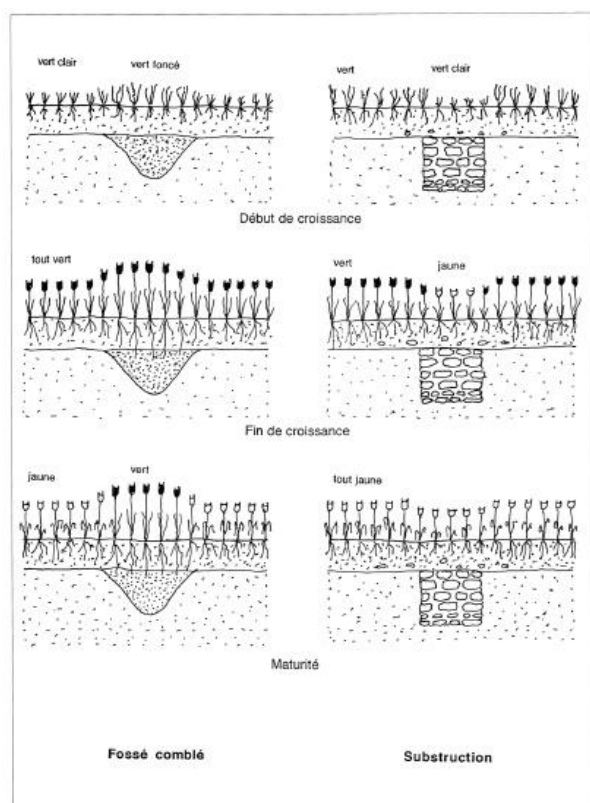


Figura 4: A “linguagem” dos traços em foto-interpretação. O aparecimento dos traços à superfície do solo em fotografia aérea é antes de tudo o resultado de reacções físico-químicas. Fonte: [DELÉTANG; 1998: 94 in (ROBERT; 2003: 297)].

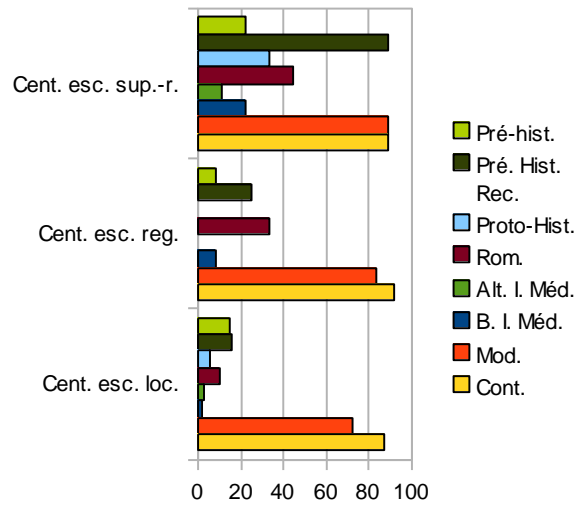


Figura 5: Gráfico dos períodos históricos representados nos centros de escala supra-regional, regional, e local. Valores em porcentagem. Fonte: Quadros: 22, 24, 26.

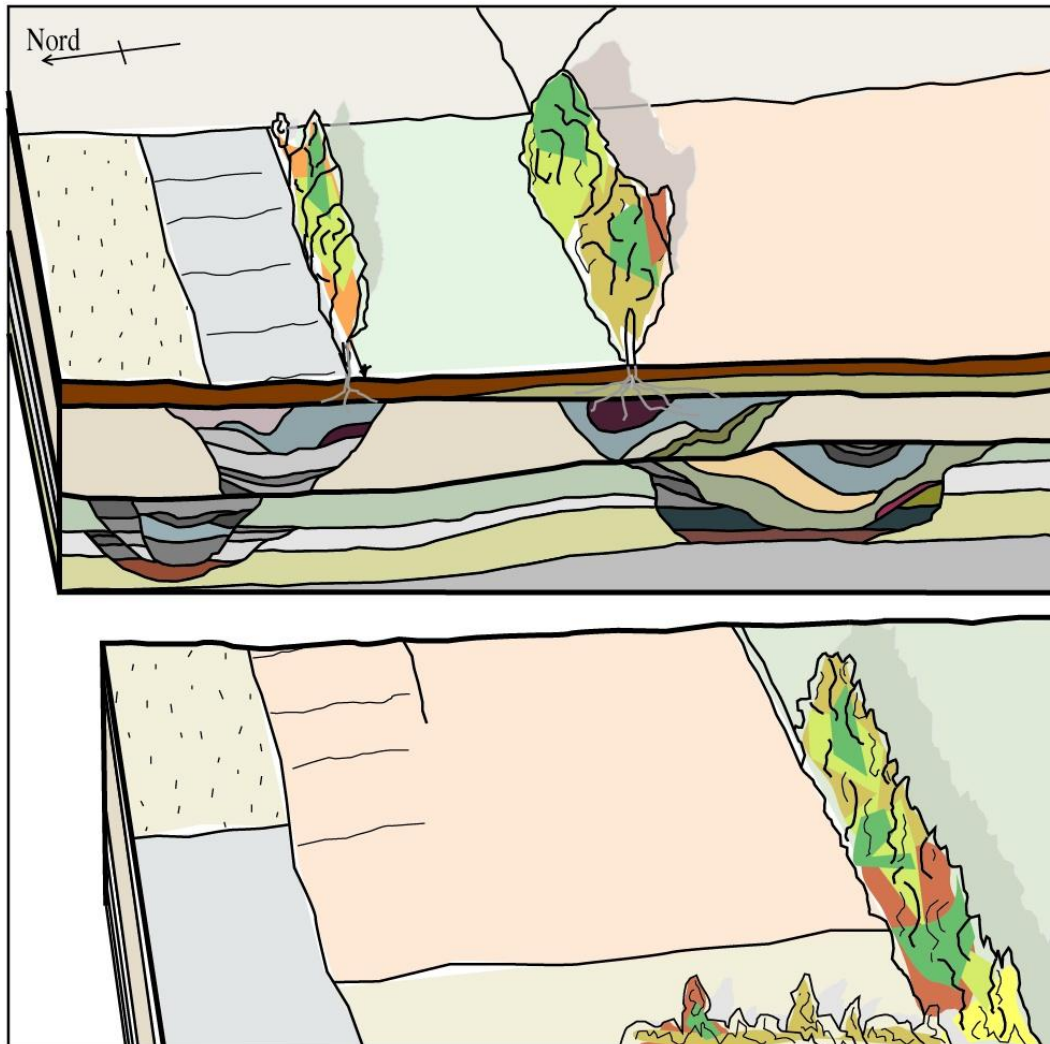


Figura 6: Transmissão e transformação isotópica. (Esquema retirado de Jean-François BERGER e Cécile JUNG in CHOUQUER; 2007: 62).

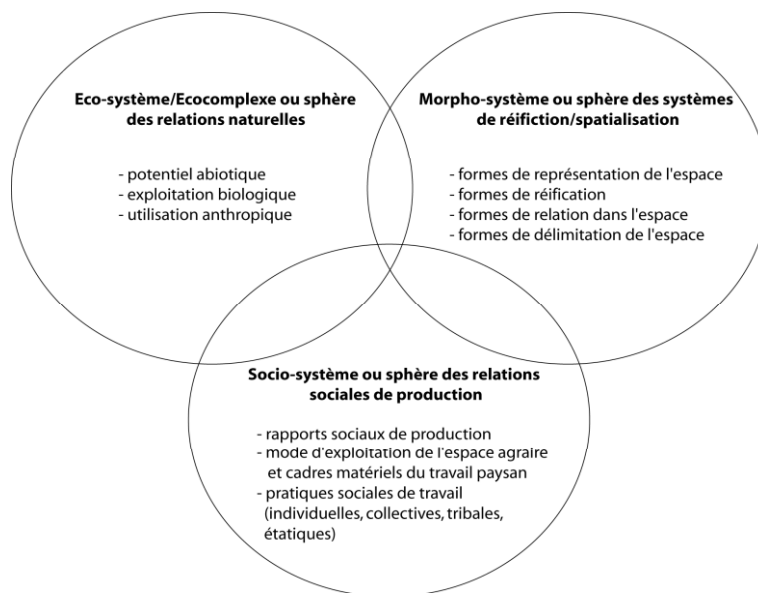


Figura 7: Proposição de G. Chouquer para a articulação das diferentes aproximações sistémicas. Fonte: (CHOUQUER; 2000: 112).

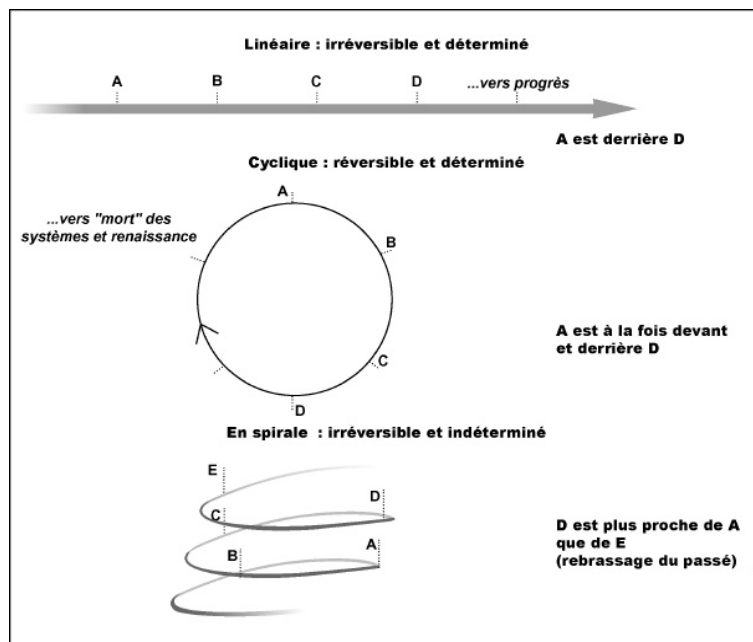


Figura 8: As diferentes concepções do tempo. Fonte: ROBERT; 2003: 496.

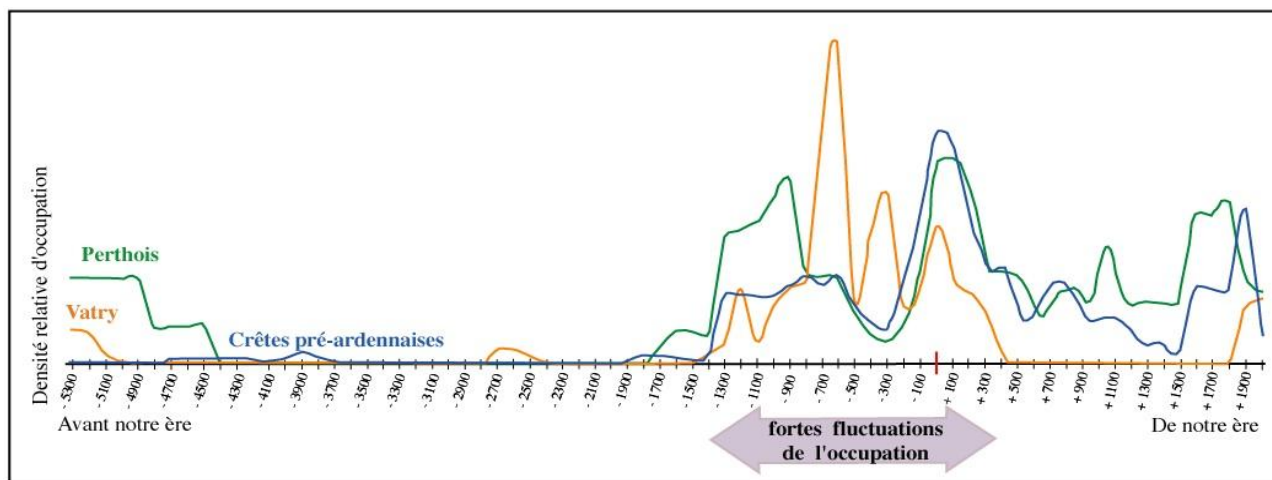


Figura 9: Variação da ocupação do solo em três “janelas” microregionais ou locais em Champagne (França), a partir das observações da arqueologia preventiva (CHOUQUER; 2007: 332).



Figura 10: Contas de Berbelita.



Figura 11: Pendente de Berbelita.

Quadros

Quadro 1: Locais referenciados da Pré-história:

Designação	Localização*	Cronologia	Bibliografia	Observações
Abrigada	123.387,999 242.303,924 metros ²	Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 22. GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Águas Espalhadas – Abrigada	³	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Algar do Bom Santo	122.308,361 245.512,759 metros ²	Neolítico	DUARTE; 1998: 107-118	
Alvarinho	127.317,225 234.012,049 metros ²	Paleolítico Superior. Mesolítico.	PEREIRA; 1970b. SANTOS, ROLÃO; 1984: 25-26.	
Atouguia das Cabras	124.071,869 240.383,217 metros ²	Indeterminada	VASCONCELLOS; 1898: 241-245.	
Barreira Vermelha	122.759,214 246.787,769 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Bemposta	127.820,081 232.507,068 metros ²	Paleolítico. Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 22.	
Cadafais	124.556,480 226.690,274 metros ²	Neolítico	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 12.	
Camarnal	126.518,222 232.867,760 metros ²	Paleolítico Superior. Mesolítico.	PEREIRA; 1970b.	
Cano da Moita	125.598,118 235.784,683 metros	Indeterminado		Vestígios de sílex talhado.
Carregado	126.918,867 228.538,279 metros ²	Paleolítico. Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Casais da Marmeleira	125.520,889 228.612,582 metros ¹	Indeterminado		Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Casal da Prata	126.770,471 232.913,480 metros ²	Mesolítico	SANTOS, ROLÃO; 1984: 25-26.	
Casal do Alvito (Ota)	³	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Casal do Archino	129.011,362 239.022,249 metros ²	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Casal do Concelho	126.664,158 233.632,359 metros ²	Mesolítico	SANTOS, ROLÃO; 1984: 25-26.	
Casal do Minhoto	125.056,135 229.093,052 metros ¹	Paleolítico Superior.		Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Vale de Junco	123.941,149 234.047,207 metros	Indeterminado		Vestígios de sílex talhado.
Caverna da Moura	125.059,944 239.035,212 metros ²	Paleolítico Superior.	RIBEIRO; 1866. PEREIRA; 1970b.	
Cercal	125.170,726 252.129,100 metros ²	Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 12.	
Chão da Torre	127.496,710 236.144,672 metros ²	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Espinhaço de Cão	124.845,754 246.901,959 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Lagoa da Serra da Neve	120.391,766 246.157,715 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	

Monte Redondo	127.055,759 241.015,975 metros ²	Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 12. GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Murganheira	126.532,532 234.265,176 metros ²	Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 26. GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Norte do Archino	129.872,021 240.126,408 metros ²	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Ota	125.766,062 238.483,153 metros ²	Paleolítico Superior.	DELGADO; 1889. ENGERRAND; 1909. PEREIRA; 1970b. ARNAUD <i>in</i> VVAA; 1999: 31-36.	
Portela de Baixo (Abrigada)	³	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Quinta da Moita	125.178,532 235.791,155 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b. GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Quinta da Torre	128.479,015 237.751,523 metros ²	Paleolítico Superior.	BREUIL, ZBYSZEWSKI; 1942: 22.	
Quinta do César	125.682,537 228.795,666 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Quinta do Chacão	126.377,528 230.751,155 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Quinta do Vale das Lajes	Não localizado	Paleolítico Superior. Mesolítico.	PEREIRA; 1970b. GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Refugidos	123.046,417 229.081,872 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Ribeira de Ota	³	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Ribeiro do Adro	125.829,314 235.152,737 metros	Indeterminado		Presença de blocos de debitage, em sílex.
Quinta do Espírito Santo	125.409,855 236.505,397 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Serra de Ota	124.623,421 239.020,292 metros ²	Paleolítico Superior.	GOMES, DOMINGOS; 1994.	
Vale do Trabum	125.858,427 246.721,564 metros ²	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	
Vale da Golfa	Não localizado	Paleolítico Superior.	PEREIRA; 1970b.	

* Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

¹ Localização aproximada.

² Localização do topónimo.

³Localização desconhecida.

Quadro 2: Locais de ocupação da Pré-História Recente:

Designação	Cronologia	Localização [⌘]	Bibliografia	Observações
Abrigada	Calcolítico	123.375,468 242.290,487 metros ²	LUCAS; 1994.	3 enxós, 1 machado.
Achada	Calcolítico	122.008,711 247.936,710 metros ²	CARDOSO; 1999/2000.	
Águas	Calcolítico / Bronze Inicial	123.584,723 232.772,926 metros ²	PAÇO; 1966: 119-120.	
Aldeia Galega da Merceana	Calcolítico	115.254,752 235.364,188 metros ²	LUCAS; 1994.	3 machados
Aldeia Gavinha	Calcolítico	116.653,406 235.585,558 metros ²	LUCAS; 1994.	1 enxó, 1 machado.
Alto da Peça	Calcolítico	124.614,827 227.517,831 metros	BARBOSA; 1955. PAÇO; 1966.	
Alto do Pedregal	Calcolítico	124.419,472 233.024,378 metros ²	PAULO; 1940. PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	Necrópole. Líticos e cerâmica pré-histórica.
Antas	Calcolítico / Bronze Inicial	120.488,452 231.131,822 metros ²	PAÇO; 1966: 119-120.	Necrópole?
Arneiro	Calcolítico	114.045,980 237.331,975 metros ²	LUCAS; 1994.	4 machados.
Bairro	Calcolítico	123.303,128 238.787,191 metros ²	LUCAS; 1994.	3 machados.
Cabanas do Chão	Calcolítico	120.961,479 241.988,415 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	1 enxó, 2 machados.
Cabanas de Torres	Calcolítico	119.191,161 243.385,520 metros ¹	VASCONCELLOS; 1917: 121. PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	Topónimo Vinha Velha, referido por Leite de Vasconcellos. Machado.
Cabeço das Quebradas	Calcolítico	129.805,546 252.501,829 metros	CABAÇO; 1960.	2 machados.
Camarnal	Calcolítico	126.518,222 232.867,760 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Canados	Calcolítico	122.789,163 236.383,483 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Carregado	Calcolítico	126.918,867 228.538,279 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Casal do Monte dos Bois – Merceana	Calcolítico	Localização indeterminada	PEREIRA; 1970b.	
Castelo de Alenquer	Calcolítico	124.222,891 232.495,270 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	1 enxó, 1 machado.
Castro da Pedra de Ouro	Calcolítico	121.766,673 230.101,510 metros	PAÇO, 1940. BARBOSA; 1956a. LEISNER, SCHUBART; 1966. SCHUBART; 1969	Povoado fortificado

Castro das Curvaceiras/Amaral	Calcolítico	122.023,839 229.013,442 metros	ANDRADE; 1963. ANDRADE; 1973	
Castro de Ota	Calcolítico	124.978,426 238.728,959 metros	BARBOSA; 1955. BARBOSA; 1956b. GOMES 1978b	Povoado fortificado
Castro de Pragança	Calcolítico	120.013,462 248.179,522 metros	PEREIRA; 1969	
Caverna da Moura	Calcolítico	125.059,944 239.035,212 metros ¹	PEREIRA; 1970b.	Necrópole. Localização inferida
Cruz do Bufo	Calcolítico / Bronze Inicial	122.921,814 232.489,977 metros	PAÇO; 1966: 119-120.	Necrópole?
Gruta de Refugidos	Calcolítico	123.414,125 228.929,182 metros ¹	ATHAYDE, 1933. SPINDLER, 1981.	Necrópole. Localização aproximada. Cerâmica campaniforme.
Merceana	Calcolítico	115.274,877 236.702,468 metros ²	LUCAS; 1994.	1 enxó, 2 machados.
Ota	Calcolítico	125.766,062 238.483,153 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Paio	Calcolítico	113.212,115 236.772,904 metros ²	LUCAS; 1994.	Necrópole? Enxó.
Paredes	Calcolítico	124.582,943 231.509,110 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	3 machados
Porta da Conceição	Calcolítico	124.259,984 232.597,275 metros	GOMES; 1978a. LUCAS; 1994.	Cerâmica campaniforme
Quinta da Boavista	Calcolítico	124.718,005 233.101,872 metros ²	LUCAS; 1994.	2 machados.
Quinta da Granja	Calcolítico	123.677,276 225.986,486 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Quinta da Moita	Calcolítico	125.178,532 235.791,155 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Quinta do Bravo	Calcolítico	125.090,944 231.548,187 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	1 machado.
Quinta do Chacão	Calcolítico	126.341,408 230.727,570 metros ¹	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	Localização aproximada. 2 Enxós, 1 percutor
Quinta do Espírito Santo	Calcolítico	125.409,855 236.505,397 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	3 enxós, 2 machados, 1 percutor
Santana da Carnota	Calcolítico	119.114,740 230.423,413 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Serra de Ota	Calcolítico	123.471,755 239.715,537 metros	PEREIRA; 1970b.	Localização inferida. Possivelmente refere-se ao sítio identificado por Mário Monteiro como: Outeiro do Seio. Igespar CNS 22073 e CNS 22074.

Vale das Lajes	Calcolítico	128.386,537 238.434,213 metros ³	CORREIA; 1925. LUCAS; 1994.	Localização inferida
Vale de Junco	Calcolítico?	124.723,642 233.200,030 metros		Vestígios de sílex talhado.
Vale do Trabum	Calcolítico	125.858,427 246.721,564 metros ²	PEREIRA; 1970b.	
Vila Nova de São Pedro	Calcolítico	138.463,857 250.162,509 metros ¹	CARDOSO; 2004.	
Vila Verde dos Francos	Calcolítico	115.369,040 243.452,474 metros ²	PEREIRA; 1970b. LUCAS; 1994.	Enxó, 2 machados, 2 lâminas.

⌘ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

¹ Localização aproximada

² Localização do topónimo.

³Localização desconhecida.

Quadro 3: Locais de ocupação Proto-histórica:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Águas	Calcolítico / Bronze Inicial	123.584,723 232.772,926 metros ³	PAÇO; 1966: 119-120.	
Alto da Peça	Idade do Bronze	124.614,827 227.517,831 metros	PAÇO; 1966. BRANCO, 2001.	Os materiais observados suscitam algumas reservas, para a cronologia apresentada.
Antas	Calcolítico / Bronze Inicial	120.488,452 231.131,822 metros ³	PAÇO; 1966: 119-120.	
Berbelita	Idade do Ferro	117.866,727 238.535,381 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; vol. 1, 1987: 119.	Cronologia provável; inferida pela observação de alguns materiais que estão em posse do professor António Rodrigues Guapo.
Casais da Marmeleira	II Idade do Ferro?	125.747,426 228.238,070 metros ²		Informação do achado de uma cabeça de estatueta, possivelmente em bronze.
Cabeço da Raposa	Calcolítico Final / Bronze Inicial	125.933,920 248.781,909 metros ²	BARBOSA; 1955. PEREIRA; 1970b.	Concelho de Azambuja. Localização aproximada.
Casais das Pedreiras	Bronze Final	121.677,870 244.744,487 metros ³	MACWHITE; 1951	Achado isolado, 2 machados em bronze.
Castelo do Salvador	Idade do Bronze. Idade do Ferro.	125.039,107 249.860,461 metros	PEREIRA; 1970b	

Castro da Pedra de Ouro	Bronze Médio, Idade do Ferro	121.766,673 230.101,510 metros	SCHUBART; 1971. CARDOSO; 1999: 63	Povoado fortificado.
Castro de Ota	Bronze Final. Idade do Ferro.	124.978,426 238.728,959 metros	PEREIRA; 1969. COFFYN; 1985: 136. PEREIRA; 1970b. GOMES; 1987.	Povoado fortificado.
Castro de Pragança	Bronze Final, Idade do Ferro	120.013,462 248.179,522 metros	COFFYN; 1985: 49. PONTE; 1982.	Bainha de punhal. Colecção de Fíbulas.
Cruz do Bufo	Calcolítico / Bronze Inicial	122.921,814 232.489,977 metros	PAÇO; 1966: 119-120.	
Curvaceiras / Amaral	Bronze Pleno, Bronze Final, Idade do Ferro, Último quartel do século III a.C.	122.023,839 229.013,442 metros	KALB; 1980: FARIA; 1987. ANDRADE; 1973. MARQUES, ANDRADE; 1974. COSTA; 2006.	Machado plano. Conteira. Moeda Hispano-Cartaginesa.
Gruta de Refugidos	Idade do Bronze	123.414,125 228.929,182 metros ²	ATHAYDE, 1933. SPINDLER, 1981.	Localização aproximada. Cerâmica campaniforme.
Moinho do Raposo	Bronze Final	123.913,731 235.534,873 metros	JALHAY; 1943-44.	Achado isolado, 1 punhal em bronze.
Porta da Conceição – Alenquer	Bronze Inicial	124.259,984 232.597,275 metros	GOMES; 1978 a.	Cerâmica campaniforme
Quinta da Escota	Bronze Final	122.955,505 240.698,645 metros ³	SILVA; 1880. SILVA; 1883. MONTEAGUDO; 1977. DOMINGOS, GOMES; 1994.	Achado isolado, 1 machado em bronze.
Serra de Ripas	Idade do Ferro	117.335,454 229.070,703 metros	GOMES, DOMINGOS; 1983. GOMES, 1989.	A localização foi possível graças à colaboração do Senhor Carriço, da localidade das Eiras.
Vale de Santa Sofia	Bronze Final / Ferro Inicial.	125.260,543 221.227,485 metros	MENDES; PIMENTA <i>in</i> VVAA; 2007: 145-151.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

²Localização aproximada.

³Localização do topónimo.

Quadro 4: Vestígios de período romano:

Designação	Cronologia	Localização*	Bibliografia	Observações
Aldeia Gavinha		116.668,784 235.565,486 metros ²	SAA; 1960. BARBOSA; 1970: 27-33	Possivelmente será o achado identificado como Quinta do Caracol.
Alenquer		124.148,725 232.368,760 metros	ROGEIRO; 2005	Vários achados na parte alta de vila.
Alto do Mosqueiro		³	SAA; 1960.	
Aposento		128.572,114 227.807,102 metros	BARBOSA; 1970: 27-33	Villa.

Azenha de Cabanas de Torres		119.363,448 242.752,575 metros	[cabanas de torres.blogspot.com (01/05/2010 16h42m)]. Informação gentilmente cedida pelo Dr. Jorge Nunes.	Epitáfio romano, de possível cronologia do séc I d. C. Com dois antropónimos tipicamente lusitanos: Tancino e Melão.
Cabanas de Chão		121.121,756 241.956,626 metros ²	ALARCÃO; 1988: 117	Habitat.
Cabanas de Torres		Sem informação	ALARCÃO; 1988: 117	Habitat.
Cadafais		124.544,865 226.684,927 metros	SAA; 1960.	O autor pode estar a referir-se aos vestígios da Igreja de Cadafais, distante da localidade de Cadafais em cerca de 400 metros.
Canados		122.771,705 236.380,040 metros	SAA; 1960: 94.	
Casal da Corujeira		121.033,296 230.626,533 metros		Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Casal da Telhada		128.050,483 230.196,542 metros	ROGEIRO; 2005	Material de construção romano.
Casal de Santo António		124.912,794 231.019,592 metros ¹		Necrópole. Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Casal do Amaral		121.726,329 229.666,987 metros	DIAS; 2001: 22-23	
Casal do Mouchão		128.210,701 227.588,935 metros	ALARCÃO; 1988: 118	Habitat.
Casal do Reguengo		125.748,761 231.816,858 metros; 125.830,338 231.620,846 metros	COSTA, 2008a.	Foto-interpretação. Trata-se, provavelmente, de um circo de período romano.
Casal dos Cabeços	Século II / I a.C.	121.407,673 230.995,622 metros	VIEGAS, PARREIRA; 1984. RUIVO; 1985. FARIA; 1987. ALARCÃO; 1988. e Sítios no Museu Nacional de Arqueologia.	Tesouro.
Casal do Tufo		124.672,857 229.423,681 metros	ALARCÃO; 1988: 117-118.	Habitat.
Castanheira do Ribatejo		²	MONTEIRO <i>et al.</i> in VVAA; 2007: 153-162.	
Castro de Ota	Romano	124.984,099 238.909,892 metros	PEREIRA; 1970b.	<i>Terra sigillata</i>
Dois Portos		²	Igespar CNS 31375.	Necrópole e inscrição.
Escaroupim		146.028,253 233.383,203 metros	MANTAS; 1996a.	

Ermida da Serra de São Julião		³	MANTAS; 1982: 5-99.	
Fonte de Abril		124.643,801 229.061,599 metros		Villa. Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Forno romano da Pipa		³	VVAA; 2008.	
Guizandaria		126.294,485 228.855,168 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 224.	Elemento arquitectónico do cruzeiro.
Igreja de Triana		124.378,134 232.301,314 metros	FIGUEIREDO; 1895. ALMEIDA; 1968.	
Igreja dos Cadafais		124.908,388 226.850,056 metros	AZEVEDO; 1896. SAA; 1960.	
Letrado		120.706,368 227.250,153 metros		Villa. Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Meca		121.975,348 235.382,883 metros	SAA; 1960: 94.	
Merceana		115.291,229 236.693,483 metros ²	BARBOSA; 1970: 27-33.	
Monte da Igreja Velha – Cachoeiras		³	CAMACHO <i>et al.</i> ; 1996. Igespar CNS 30407.	
Monte dos Alforjes		122.094,657 230.932,780 metros ¹		Necrópole de inumação. Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Monte dos Castelinhos	Séc. I a.C./ I d.C.	127.154,145 227.483,929 metros	GOMES, PONTE; 1984. CAMACHO <i>et al.</i> ; 1996. PIMENTA <i>et al.</i> ; 2008: 26-37.	
Mossorovia		117.843,215 235.639,261 metros	SAA; 1960.	Topónimo Massarovia, utilizado por Mário Saa.
Pancas	154 a.C.	122.005,927 232.621,708 metros	Sítios no Museu Nacional de Arqueologia.	Moeda em prata. Possivelmente refere-se ao tesouro achado no Casal dos Cabeços.
Pardieiros – Pousoa		118.893,112 237.982,075 metros		Moedas romanas, material de construção romano. Informação oral, gentilmente facultada pelo Sr. Pedro João Tordo.
Penafirme		119.759,086 236.198,109 metros	SAA; 1960: 94.	

Pinhal do Alvarinho – Camarnal	Século II / I a.C. ?	127.002,023 233.495,601 metros ¹	Livro de Actas da Câmara Municipal de Alenquer; livro 29, pp. 130V ^o – 131v ^o , 4 de Maio de 1881. SAA; 1960: 95. HIPÓLITO; 1960-61: 81-82. RUIVO; 1985: 26.	A 700 metros da povoação do Camarnal. Tesouro em prata que continha uma taça com a seguinte inscrição: SVCMMN-ASIIDI-V. Segundo José Ruivo trata-se de um tesouro de período republicano, com a seguinte inscrição: Sucnin(us) Asedi f(iilius); informação retirada de CIL II 6249 (1892).
Ponte da Marinha		128.252,136 227.404,071 metros	ALARCÃO; 1988: 118	Ponte.
Ponte da Pousoa		118.916,937 237.663,689 metros		Estrutura construída em pedra e <i>opus caementicium</i> , com estacas em ferro; apoiada sobre estacas de madeira. Destruída nos inícios do século XXI, ainda são visíveis grandes silhares na muralha que delimita o leito da Ribeira da Prezada. Informação gentilmente cedida pelo Sr. Pedro João Tordo.
Ponte do Casal da Ponte		125.621,302 226.568,680 metros		Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Pontes de São Bartolomeu		130.398,125 236.775,481 metros	MANTAS; 1996a: 758.	Traçado da via romana.
Pousoa		118.686,316 237.834,331 metros ²	MELO <i>et alli</i> ; 1987, vol. 1: 119.	Fragmento de coluna de mármore. Este achado poderá ser originário dos Pardieiros, devido à proximidade geográfica de ambos.
Povos		126.204,716 222.642,488 metros ²	CAMACHO <i>et al. in</i> VVAA; 2007:179-188. VVAA; 1998b.	Villa.
Praia de Santa Cruz		92.051,410 241.486,226 metros ²	MANTAS; 1982: 10.	
Quinta da Amoreira		121.930,135 227.160,392 metros	SAA; 1960: 94.	
Quinta da Barradinha		127.263,018 231.319,304 metros	BARBOSA; 1970: 27-33 ALARCÃO; 1988: 118	
Quinta da Boavista		118.951,818 236.393,344 metros	SAA; 1960: 94.	
Quinta da Carnota de Baixo		124.184,860 227.785,680 metros	BARBOSA; 1970: 27-33 e SAA; 1960	

Quinta da Condessa – Carregado		127.204,773 228.452,688 metros ²	ALARCÃO; 1988: 118	Habitat.
Quinta da Granja		123.437,920 226.344,297 metros ¹	SAA; 1960. VVAA; 2008.	Localização retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Quinta da Macheia		105.106,074 235.943,524 metros ²	MANTAS; 1982: 5-99.	
Quinta da Margem da Arada -Olhalvo		118.708,940 236.416,260 metros	TEIRXEIRA, SOUSA; 1927/28. BARBOSA; 1970: 27-33ALARCÃO; 1988: 117	
Quinta da Marinha		128.168,185 228.348,010 metros	ALARCÃO; 1988: 118	Habitat.
Quinta da Marquesa		127.415,959 227.385,715 metros ²	BARBOSA; 1970: 27-33	Necrópole.
Quinta da Ponte		125.128,928 226.254,907 metros ¹	SAA; 1960: 94.	Localização retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Quinta da Portuqueira		106.224,683 235.414,372 metros ²	MANTAS; 1982: 5-99.	
Quinta das Sete Pedras		125.798,645 231.020,242 metros	ALARCÃO; 1988: 118	Necrópole de inumação. A localização foi feita a partir de documentação inédita, proveniente do espólio pessoal de Hipólito Cabaço.
Quinta de Meca		125.441,452 226.821,640 metros	SAA; 1960: 94.	
Quinta de Santa Teresa		125.102,794 230.901,978 metros	ROGEIRO; 2005	Relógio de sol e fragmentos de coluna.
Quinta de Santo António		126.935,964 228.270,149 metros ²	VVAA; 2008	
Quinta do Bravo		125.160,489 231.604,376 metros	CABAÇO, JALHAY; 1934. PEREIRA; 1934-36. PEREIRA; 1970a. ALARCÃO; 1973. DIAS; 2001.	
Quinta do Caracol		116.909,067 235.977,883 metros ²	MANTAS; 1982: 5-99.	Inscrição funerária. Localização aproximada.
Quinta do Juncal		106.700,719 236.253,327 metros ²	MANTAS; 1982: 5-99.	
Torres Vedras		102.415,926 236.891,446 metros ²	MANTAS; 2002.	
Trajana		122.664,867 229.767,683 metros	BARBOSA; 1970: 27-33.	Actual Casal das Trajanas.
Vale de Santa Sofia	Séculos I / II d.C.	125.260,543 221.227,485 metros ¹	MENDES; PIMENTA <i>in</i> VVAA; 2007: 145-151.	

Venda		122.795,975 230.613,274 metros		Pesos de tear expostos no Museu Hipólito Cabaço.
Via do Casal Vale de Reis		117.623,750 231.383,854 metros; 117.336,089 231.012,262 metros	COSTA, 2008b.	Coordenadas de início, e de fim, do traçado actualmente visível.
Vila Franca de Xira		125.815,112 221.194,597 metros	PIMENTA, MENDES; 2007.	Via. A cota de implantação do nível romano situa entre os 2 e os 2,5 metros.
Vila Nova da Rainha e Quinta do Queimado		130.863,467 230.328,960 metros	CABAÇO; 1960. Igespar CNS 20656 e CNS 6711	Mosaicos e restos de construções.
Villa Vedra		124.638,911 231.321,236 metros	[Prior Pedro da Silveira <i>in</i> : (MARTINS; 2008: 42)]. COSTA; 2007.	Podemos observar o paredão de uma antiga barragem de período romano, na actual Rua das Fontes em Paredes.

* Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

¹ Localização aproximada.

² Localização do topónimo.

³Localização desconhecida.

Quadro 5: Locais no séc. VI/VII:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Observações
Quinta do Falcão	Visigótico?	118.382,099 229.345,631 metros ²	"Pova visigótica"? Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

² Localização aproximada.

Quadro 6: Locais referenciados nos Séc. VIII/XI.

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Nossa Senhora da Ameixoeira	Século VIII d.C.	128.522,197 245.083,358 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol 2: 165-166.	"...a planta do pé (de Nossa Senhora) estampada em uma pedra." Esta transcrição do "Santuário Mariano", leva-nos a presumir a existência de um culto pré-cristão; normalmente associado a arte rupestre.
Mossorovia	Islâmico?	117.843,215 235.639,261 metros		Topónimo relativo à presença Moçárabe?
Igreja de Santo Estêvão	Islâmico?	124.170,627 232.432,142 metros	HENRIQUES, 1902: 87	Construída sobre uma mesquita.
Castro de Ota	Islâmico	124.984,099 238.909,892 metros	BARBOSA; 1956b.	Moedas de período islâmico.
Castelo de Alenquer	Islâmico	124.091,996 232.471,493 metros		Cerâmica decorada a verde e manganês. Número 1713 no inventário do Museu Municipal de Alenquer "Hipólito Cabaço".

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.

Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 7: Locais referenciados do Séc. XII:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Castelo de Vila Verde dos Francos	Século XII	115.225,920 242.927,543 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 167	Cronologia inferida.

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.

Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 8: Locais no Séc. XIII:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Ermida de Santa Catarina	1216	124.741,121 231.795,599 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 11-29	Instalação dos Franciscanos em Alenquer.
Convento de São Francisco	1222	123.901,898 232.094,891 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 11-29	
Capela da Senhora das Neves	Anterior a 1217	119.851,206 245.548,870 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 42	Convento de Montejunto.

Recolhimento de Nossa Senhora da Redonda	Século XIII	124.088,577 232.659,974 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 47-48	
Vila Verde dos Francos	1217	115.182,634 243.484,739 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 321-323	Carta de foral.
Alenquer	1212	124.089,565 232.485,702 metros	MELO GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4:309-313	Carta de foral.
Quinta de São Brás	Século XIII	122.167,831 235.891,144 metros	VVAA; 1997: 82-89.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 9: Locais referenciados do Séc. XIV:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Albergaria do Espírito Santo	Século XIV	124.159,090 232.026,654 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 187-188.	
Aldeia Galega da Merceana	Século XIV	115.228,723 235.360,307 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 33.	Primeiro foral.
Alto da Chanerquinha	Anterior a 1385	115.853,618 236.992,566 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 30-31.	Ritual dos quatro caminhos no Alto da Charnequinha, por ocasião do dia da bela cruz.
Azambuja	1374	136.279,859 233.742,788 metros	FERRO; 1996.	
Igreja da Senhora da Graça	Século XIV	123.318,756 241.314,034 metros	MELO, GUAPO, MARTINS, 1987, vol. 2: 30-31.	Tradição oral.
Muge	1376	149.671,409 237.580,624 metros	FERRO; 1996.	
Ponte da Marinha (ou Meirinha)	Século XIV	128.252,136 227.404,071 metros	MANTAS; 1996a: 756.	Refere-se à: <i>Crónica de D. João I</i> , de Fernão Lopes.
Salvaterra de Magos	1374	142.926,825 229.282,006 metros	FERRO; 1996.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 10: Locais referenciados no Séc. XV/XVI:

Designação ²	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Abrigada	1497	123.461,221 242.219,730 metros	FERRO; 1996.	

Álamo	1497	117.403,692 230.691,196 metros	FERRO; 1996.	
Alcoentre	1561	128.649,163 249.359,140 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Aldeia Gavinha	1497	116.660,677 235.567,14 metros	FERRO; 1996.	
Alenquer	1497	124.423,996 232.561,657 metros	FERRO; 1996.	
Amoreira	1497	121.922,537 227.158,273 metros	FERRO; 1996.	
Antas	1497	119.928,244 231.000,341 metros	FERRO; 1996.	
Apaul	1497	119.165,214 242.590,411 metros	FERRO; 1996.	
Areal	1497	124.483,660 232.540,729 metros	FERRO; 1996.	
Arneiro	1497	114.038,953 237.333,372 metros	FERRO; 1996.	
Arruda dos Vinhos	1561	118.267,711 224.563,016 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Asseiceira	1561	130.805,047 258.837,069 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Atalaia	1497	117.013,696 239.325,662 metros	FERRO; 1996.	
Atouguia das Cabras	1497	124.072,720 240.382,054 metros	FERRO; 1996.	
Azedia	1497	118.979,263 234.652,606 metros	FERRO; 1996.	
Azenhas do Chão (Alenquer)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Aveiras	1497	133.756,058 241.364,951 metros	FERRO; 1996.	
A da Machoa	1497	119.806,191 232.630,618 metros	FERRO; 1996.	
A do Esteiro	1497	121.958,777 240.490,908 metros	FERRO; 1996.	
A do Olhalvo	1497	119.326,084 237.228,651 metros	FERRO; 1996.	
A dos Canados	1497	122.765,584 236.384,273 metros	FERRO; 1996.	

A dos Carneiros	1497	118.278,460 234.720,383 metros	FERRO; 1996.	
A dos Quentes	1497	117.368,448 239.544,535 metros	FERRO; 1996.	
A dos Ruivos	1561	115.088,117 257.375,314 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Bairro	1497	123.306,451 238.853,807 metros	FERRO; 1996.	
Barbas de Porco	1497	113.702,766 235.927,441 metros	FERRO; 1996.	
Boca da Mata (Bairro)	1497	123.474,254 239.716,153 metros	FERRO; 1996.	Provavelmente refere-se ao local actualmente conhecido por Outeiro do Seixo.
Bofoaria	1527	117.448,756 230.088,894 metros	FERRO; 1996.	
Bombarral	1561	111.511,348 256.072,709 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Boneiro (Cachoeiras)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Burço	1497	123.854,269 230.345,306 metros	FERRO; 1996.	
Cabanas da Torre	1497	119.317,111 243.524,492 metros	FERRO; 1996.	
Cabanas do Chão	1497	123.854,269 230.345,306 metros	FERRO; 1996.	
Cabeça dos Alvos	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Cachoeiras	1497	123.249,250 224.427,528 metros	FERRO; 1996.	
Cadafais	1497	124.551,556 226.700,853 metros	FERRO; 1996.	
Camarnal	1497	126.540,568 232.867,563 metros	FERRO; 1996.	
Caneiro (Alenquer)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Capela da Senhora dos Remédios	1410	119.444,531 234.357,101 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 104-105.	Início da devoção.
Canhestro	1497	120.801,088 230.686,438 metros	FERRO; 1996.	
Carapinha	1497	120.801,088 230.686,438 metros	FERRO; 1996.	
Carnota	1497	119.109,110 230.412,180 metros	FERRO; 1996.	

Carregado	1497	126.932,891 228.572,371 metros	FERRO; 1996.	
Cartaxo	1561	143.335,015 244.001,170 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Carvalho	1497	121.713,684 234.719,421 metros	FERRO; 1996.	
Casais	1497	125.582,908 228.359,949 metros	FERRO; 1996.	
Casais do Cabeço	Época Moderna?	115.904,690 229.476,353 metros		Marco de delimitação de Reguengo, provavelmente de Arruda.
Casal da Cabreira	1546	123.045,002 230.323,253 metros	VVAA; 1997: 13.	Referenciado na cartografia como: Venda.
Casal do Camões.	Indeterminado.	125.055,012 228.943,747 metros		Informação inédita retirada do espólio documental de Hipólito Cabaço.
Chamelaria (Cadafais ou Cachoeiras)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Convento da Carnota	1408	124.187,294 227.714,006 metros	MARTINS; 2008.	
Convento de Nossa Senhora da Visitação	1540	115.425,393 244.731,314 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 103-108.	
Convento de Santa Catarina da Carnota	Inícios do século XV	123.053,717 229.453,648 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 59-74.	Ocupou um antiga ermida.
Convento de São Jerónimo do Mato	Inícios do século XV	117.697,712 233.739,180 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 51.	
Convento de São Julião	1441	124.658,086 234.123,089 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 99.	Convento dos Paulistas.
Coreçaria	1497	120.039,994 233.797,083 metros	FERRO; 1996.	
Corvaceira	1497	121.766,160 228.955,604 metros	FERRO; 1996.	
Cortegana	1527	116.725,489 238.761,772 metros	FERRO; 1996.	
Enxara do Bispo	1561	104.038,999 225.492,098 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Espisandeira	1497	120.856,240 234.543,309 metros	FERRO; 1996.	
Figueiras	1497	126.112,439 233.476,233 metros	FERRO; 1996.	
Folhandal	1497	122.863,788 235.820,651 metros	FERRO; 1996.	

Formigal	1561	92.731,753 235.007,654 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Fornos	1497	124.349,477 232.322,945 metros	Ferro; 1996 e VVAA; 1997: 73.	
Freiria	1497	113.941,613 229.931,344 metros	FERRO; 1996.	
Gataria	1527	117.939,572 229.227,690 metros	FERRO; 1996.	
Gavinheira	1497	118.383,371 231.215,184 metros	FERRO; 1996.	
Granja	1497	123.748,304 225.990,095 metros	FERRO; 1996.	
Granja	1561	115.466,103 210.446,571 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Granja Velha (Pereiro)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Guisandaria	1497	126.353,956 228.816,605 metros	FERRO; 1996.	
Igreja do Bom Santo	Medieval /Moderno?	122.375,404 244.904,035 metros ³	HENRIQUES; 1873: 298-299.	
Labrugeira	1497	118.545,968 239.541,072 metros	FERRO; 1996.	
Lombo (Pereiro de Palhacana)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Maças (Cachoeiras)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Marinha	1497	128.021,650 228.387,837 metros	FERRO; 1996.	
Mata	1497	114.039,638 231.084,938 metros	FERRO; 1996.	Pereiro
Mato	1497	117.409,590 233.754,842 metros	FERRO; 1996.	Azedia
Meca	1497	121.964,972 235.406,584 metros	FERRO; 1996.	
Merceana	Inícios do século XVI	115.294,235 236.703,309 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 36-39.	Data de construção da igreja.
Moinhos do Vento	1497	116.690,820 229.984,131 metros	FERRO; 1996.	
Mosteiro das Virtudes	1487	138.787,229 236.715,536 metros	FERRO; 1996.	
Mosteiro de Nossa Sr. ^a da Conceição	1553	124.019,816 232.101,682 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 115-118.	

Mouraes	1497	119.625,740 230.485,957 metros	FERRO; 1996.	
Ota	1497	125.766,062 238.483,153 metros	FERRO; 1996.	
Outeiro	1497	118.630,637 232.018,279 metros	FERRO; 1996.	
Palaios	1497	116.308,493 232.185,042 metros	FERRO; 1996.	
Palhacana	1497	114.114,540 231.804,517 metros	FERRO; 1996.	
Pancas	1497	122.029,142 232.631,392 metros	FERRO; 1996.	
Parateiro	1497	117.918,516 230.520,690 metros	FERRO; 1996.	Actual Quinta da Prata.
Paul de Ota	1527	130.485,818 236.794,791 metros	FERRO; 1996.	Localização aproximada
Pedra de Ouro	1497	121.824,504 230.093,871 metros	FERRO; 1996.	
Pedrunho	1497	121.511,663 232.319,616 metros	FERRO; 1996.	
Pegas (Santo Estevão)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Pereiro	1497	115.369,321 231.073,918 metros	FERRO; 1996.	
Perrotes	1497	122.683,733 231.382,688 metros	FERRO; 1996.	
Pinheiro (Santo Estevão)	1497	122.366,746 231.228,174 metros	FERRO; 1996.	
Pinheiro (Carnota)	1497	122.366,746 231.228,174 metros	FERRO; 1996.	
Pipa	1497	118.699,529 231.888,590 metros	FERRO; 1996.	
Pisandaria	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Pitiçaria	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Poço	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Pontével	1561	138.972,751 242.831,276 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Porcariça	1497	119.678,603 238.428,760 metros	FERRO; 1996.	
Portela	1497	116.132,262 241.852,775 metros	FERRO; 1996.	

Porto	1527	122.407,840 233.025,083 metros	FERRO; 1996.	
Porto de Muge	1561	147.628,030 237.920,655 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Povoa de Santa Iria	1561	119.165,563 210.782,881 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Quinta da Cidade	Século XVI	117.480,923 235.455,695 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 93.	Capela.
Quinta da Cortezia	Anterior a 1585	117.563,341 234.790,978 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 94.	Fonte escrita.
Quinta de Ota	Anterior a 1499	126.378,379 238.189,991 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161-162.	Fonte escrita.
Quinta de São João	Finais do século XV/ Inícios do século XVI	113.574,751 237.200,881 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 74.	Baixo-relevo no retábulo da capela.
Quinta do Amaral	1553	121.719,344 229.649,000 metros	VVAA; 1997: 13.	
Quinta do Bairro	1.ª metade do século XVI	123.029,685 238.782,506 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 59.	
Quinta do Bravo	Anterior a 1516	125.267,068 231.624,434 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 168-170; vol. 2: 168-169.	
Quinta do Porto da Luz	Finais do século XV	122.439,240 232.958,709 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 194.	Painéis da capela com pinturas características, dos finais do séc. XV.
Quintã do Rei (Alenquer)	1497	Sem informação	FERRO; 1996.	
Quinta do Rocío	Século XVI ?	116.459,299 238.715,552 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 211-216	
Refugidos	1497	123.049,039 229.053,944 metros	FERRO; 1996.	
Ribafria	1497	116.771,120 233.182,150 metros	FERRO; 1996.	
Ribeira de Cadafais	1527	Sem informação	FERRO; 1996.	
Ruberte	1497	122.989,569 235.803,430 metros	FERRO; 1996.	
Runa	1561	106.978,720 233.688,216 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Santa Catarina	1497	124.738,521 231.796,845 metros	FERRO; 1996.	
São Pedro da Cadeira	1561	92.813,257 234.349,991 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Serra	1497	119.592,736 228.844,501 metros	FERRO; 1996.	

Silveira do Pinto	1497	119.086,021 233.896,993 metros	FERRO; 1996.	
Sopo	1497	120.193,505 229.428,014 metros	FERRO; 1996.	
Tagarro	1561	126.466,179 251.695,546 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Telhada	1497	128.050,543 230.336,760 metros	FERRO; 1996.	
Tojal	1497	118.024,294 236.148,858 metros	FERRO; 1996.	
Torre Derribada	1497	127.739,637 229.897,607 metros	FERRO; 1996.	
Valada	1561	145.912,021 235.183,619 metros	FERREIRA <i>et al.</i> ; 1956.	
Vale de Figueira	1497	122.309,127 233.738,375 metros	FERRO; 1996.	
Vale de Ossa	1497	121.061,248 236.629,880 metros	FERRO; 1996.	
Vila Nova	1497	130.613,481 230.179,143 metros	FERRO; 1996.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

² Os Topónimos estão transcritos como nos documentos originais.

³ Localização inferida.

Quadro 11: Locais referenciados do Séc. XVII:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Capela de São Jorge	Século XVII	119.661,711 240.922,619 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 93-94.	
Capela de São Luís	1608	116.075,787 237.396,842 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 61.	
Convento de Nossa Senhora da Encarnação	Posterior a 1646	119.414,647 237.112,520 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 3: 157-167.	
Convento de Santo António de Charnais	Século XVII	114.810,517 237.304,215 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 39-40.	
Monte Redondo	1670	127.073,271 241.278,763 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161.	
Quinta da Abrigada	Desde 1614	123.235,697 242.679,025 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 57.	

Quinta da Condessa	Anterior a 1669	127.235,348 228.379,609 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 126-127.	Inscrição na capela.
Quinta da Corujeira	Desde 1684	114.310,752 233.984,484 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 70.	Existência de um portal Barroco.
Quinta da Ponte	Anterior a 1623	125.570,581 226.739,242 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 105.	Fonte escrita.
Quinta de D. Carlos	Século XVII	121.304,378 234.022,544 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 143-144.	Capela.
Quinta de Pancas	Anterior a 1661	122.148,070 232.484,389 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 170-171.	
Quinta de Santo António	Século XVII	127.067,030 228.344,001 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 93-94.	Estilo arquitectónico.
Quinta de São Bartolomeu	Século XVII	121.291,663 233.307,248 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 143-144.	
Quinta de São José da Laje	Século XVII	120.084,441 236.275,229 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 155-156.	Características do arquitectónicas do Século XVII.
Quinta do Campo	Anterior a 1707	129.066,752 228.863,901 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 111.	Fonte escrita.
Quinta do Chafariz	1674	119.033,275 232.015,578 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 111.	Inscrição na capela.
Quinta do Coelho	Anterior a 1648	118.364,041 239.806,926 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 208-210.	Constituição de um morgadio.
Quinta do Roberto	1649	122.988,483 235.805,145 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 195.	Instituição de um morgadio.
Quinta dos Cónegos	Século XVII	127.317,258 229.969,357 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 127-129.	Capela.
Quinta dos Plátanos	Anterior a 1648	116.110,181 236.511,585 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 70.	Capela.

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 12: Locais referenciados do Séc. XVIII:

Descrição	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Bonvizinho	Anterior a 1758		MARTINS; 2008: 107.	
Capela de São Sebastião	Século XVIII	116.864,925 235.512,849 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 60.	
Casais Galegos	Anterior a 1758		MARTINS; 2008: 122.	
Casal do Canha	1788	128.039,830 231.872,110 metros	PATO: 1999: 63-76.	Marco de sinalização rodoviária.

Catém	Anterior a 1747	121.677,297 235.581,831 metros	CARDOSO: 1747.	
Freixial de Baixo	Anterior a 1758	Localização desconhecida.	MARTINS; 2008: 20.	Poder-se-ia localizar na actual Mossorovia?
Freixial de Cima	Anterior a 1758	115.701,733 238.215,727 metros	MARTINS; 2008: 20.	
Freixial do Meio	Anterior a 1758	116.176,776 237.502,380 metros	MARTINS; 2008: 20.	
Lapaduços	Anterior a 1758	113.278,275 242.308,320 metros	MARTINS; 2008: 122.	
Marco da estrada de Vale de Carro	1788	126.406,382 237.550,918 metros	PATO: 1999: 63-76.	Marco de sinalização rodoviária.
Marco de estrada de Vale Carlos	1788	125.813,696 238.085,043 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 133.	Marco de sinalização rodoviária.
Marco de estrada do Alvarinho	1788	127.694,515 234.415,015 metros	PATO: 1999: 63-76.	Marco de sinalização rodoviária.
Marco de estrada do Casal Pinheiro	1788	128.211,501 229.560,975 metros	PATO: 1999: 63-76.	Marco de sinalização rodoviária.
Mata de Palhacana	Anterior a 1758	114.045,451 231.075,580 metros	MARTINS; 2008: 107.	
Montegil	Anterior a 1758	118.884,669 235.782,268 metros	MARTINS; 2008: 97.	
Mossorovia	Anterior a 1747	117.827,044 235.634,253 metros	CARDOSO: 1747.	
Nossa Senhora da Ameixoeira	Anterior a 1758	129.693,756 245.683,424 metros	MARTINS; 2008: 73.	Santuário.
Paio	Anterior a 1758	113.210,521 236.755,891 metros	MARTINS; 2008: 20.	
Paula	Anterior a 1758	119.161,399 242.579,699 metros	MARTINS; 2008: 77.	
Penafirme	Anterior a 1758	117.120,344 241.079,370 metros	MARTINS; 2008: 117.	
Penafirme da Mata	Anterior a 1758	119.743,095 236.143,813 metros	MARTINS; 2008: 97.	
Penedos	Anterior a 1758	117.983,236 241.219,528 metros	MARTINS; 2008: 117.	
Penuzinhos	Anterior a 1758	116.684,662 238.308,038 metros	MARTINS; 2008: 117.	
Porto de Vila Nova da Rainha	Anterior a 1758	Localização desconhecida.	MARTINS; 2008: 55.	
Pousoa	Anterior a 1758	118.924,784 237.664,282 metros	MARTINS; 2008: 99.	

Quinta da Aldeia de Ota	1769	127.419,319 238.173,750 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161.	
Quinta da Bemposta	Século XVIII	127.809,246 232.541,391 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 193-194.	Arquitectura do edifício.
Quinta das Antas	Inícios do século XVIII	119.906,831 230.839,511 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 112-114.	
Quinta das Varandas	Anterior a 1767	124.831,949 230.533,567 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 167-168.	Laje tumular.
Quinta do Brandão	1750	124.197,569 231.280,979 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 167-168.	Painel de azulejos.
Quinta do Riacho	Anterior a 1761	119.386,263 240.464,606 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 67.	
Quintas	Anterior a 1747	126.790,623 226.980,316 metros	CARDOSO: 1747.	
Rabissaca	Anterior a 1758	115.195,545 245.365,613 metros	MARTINS; 2008: 122.	
Santana da Carnota	Anterior a 1758	119.112,919 230.423,056 metros	MARTINS; 2008: 85.	
São Brás	Anterior a 1758	122.166,211 235.893,617 metros	MARTINS; 2008: 123.	
Sobreiros	Anterior a 1758	116.782,163 234.199,759 metros	MARTINS; 2008: 107.	
Soeiro Cunhado	Anterior a 1758	114.440,143 232.872,834 metros	MARTINS; 2008: 108.	
Vale Benfeito	Anterior a 1758	113.635,692 238.558,675 metros	MARTINS; 2008: 20.	
Vale do Chiqueiro	1753	128.209,295 240.048,803 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161.	
Vale das Pedras	1760	128.006,981 238.512,774 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161.	
Valverde	Anterior a 1758	115.645,057 230.274,609 metros	MARTINS; 2008: 107.	
Ventosa	Anterior a 1758	117.725,856 240.324,091 metros	MARTINS; 2008: 77.	
Vidigueira	1709	128.264,650 242.051,624 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 161.	
Vila Chã	Anterior a 1758	114.532,401 239.667,704 metros	MARTINS; 2008: 118.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 13: Locais do Séc. XIX/XX:

Designação	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Cheganças	Posterior a 1854	125.739,756 235.070,813 metros		Aglomerado populacional que se desenvolveu junto da E.N.1.
Quinta da Bichinha	Anterior a 1873	114.969,401 239.066,688 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 207-208.	
Quinta da Grila	Desde o Século XIX	113.565,272 239.283,394 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 72.	
Quinta das Sete Pedras	Inícios do Século XIX	125.778,348 231.268,252 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 173.	
Quinta de Chocapalhas	Anterior a 1855	115.744,217 234.712,997 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 4: 69.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 14: Pontes existentes no Séc. XVIII:

Designação ²	Cronologia	Localização ¹	Bibliografia	Observações
Ponte da Azedia?	Anterior a 1747	118.998,772 234.556,858 metros ³	CARDOSO; 1747: 240.	"Ponte que fica mais para cima, do lugar da Espiçandeira".
Ponte da Barnabé.	Anterior a 1747	123.935,411 232.522,984 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte da Couraça	Anterior a 1758	127.285,695 227.824,417 metros	MARTINS; 2008: 82.	Na actual Freguesia do Carregado.
Ponte da Couraça	Anterior a 1747	124.350,325 232.673,296 metros	CARDOSO; 1747: 240.	Na actual Freguesia de Santo Estevão.
Ponte da Espiçandeira	Anterior a 1747	120.925,560 234.483,997 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte da Estrada Real	Anterior a 1758	126.336,157 238.039,407 metros	MARTINS; 2008: 104.	
Ponte da <i>Lamaroza</i>	Anterior a 1758	118.948,021 236.364,340 metros	MARTINS; 2008: 99.	
Ponte da <i>Pouzoa</i>	Anterior a 1758	118.913,263 237.661,275 metros	MARTINS; 2008: 99.	Destruída nos alvares do século XXI.
Ponte da Quinta da Torre	Anterior a 1758	128.147,574 237.831,007 metros	MARTINS; 2008: 104.	Na actual Freguesia de Ota.
Ponte da Quinta de Francisco <i>Henriques da Sylva</i>	Anterior a 1758	119.148,252 236.536,205 metros	MARTINS; 2008: 99.	"Ponte de pau".

Ponte da Quinta de Ota	Anterior a 1758	126.375,394 238.154,250 metros	MARTINS; 2008: 104.	Optámos por este nome por falta de designação conhecida.
Ponte de Ota	1788	125.854,014 238.160,326 metros	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 133.	Inscrição no marco de estrada.
Ponte de Pancas	Anterior a 1747	122.317,514 232.943,740 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte de Santa <i>Caterina</i>	Anterior a 1747	124.669,005 231.831,259 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte de <i>Trianna</i>	Anterior a 1747	124.317,442 232.370,772 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte de Villa Nova	Anterior a 1747	130.523,409 230.024,287 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte de Vila Nova 2	Anterior a 1784	130.498,027 230.104,651 metros	VASCONCELOS; 1970: 130.	
Ponte do Espírito Santo	Anterior a 1747	124.215,205 231.983,947 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte do Moinho Novo	Anterior a 1747	128.051,329 232.049,469 metros	CARDOSO; 1747: 240.	
Ponte do Reguengo	Anterior a 1784	137.766,383 236.268,549 metros ³	VASCONCELOS; 1970.	

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

² Os Topónimos estão transcritos como nos documentos originais.

³ Localização inferida.

Quadro 15: Traçados

Designação	Cronologia	Traçado	Bibliografia	Observações
Estrada Alenquer-Vila Nova da Rainha.	Anterior a 1758	Por Quinta do Bravo e Casal do Pinho.	MARTINS; 2008: 55.	
Estrada Lisboa-Porto por Moinho Novo-Quinta de Ota.	Anterior a 1747	Junto ao Casal Pinheiro, Moinho Novo, Alvarinho, Vale de Carro, Quinta de Ota.	PATO; 1999: 63-76. ANDRADE; 2002: 145.	Pela Ponte da Estrada Real e Ponte da Quinta de Ota.
Estrada Lisboa-Porto por Ameixoeira	Anterior a 1758	Carregado, Ponte da Aldeia, Ameixoeira.	ANDRADE; 2002: 144.	Pela Ponte da Aldeia.
Estrada Meca-Ota	Anterior a 1788	Por Serra de Ota.	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 133..	Inscrição no marco de estrada no Casal do Vale Carlos.
Estrada Casal Pinheiro-Santarém	Anterior a 1784	Por Vila Nova da Rainha	VASCONCELOS; 1970: 130. PATO: 1999: 63-76.	Inscrição no marco de estrada do Casal Pinheiro.

Estrada Lisboa-Porto por Moinho Novo-Ota.	1788	Junto ao Casal Pinheiro, Moinho Novo, Alvarinho, Vale de Carro, Casal do Vale Carlos, Ota.	CARDOSO; 1747: 240. MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 133. PATO; 1999: 63-76. ANDRADE; 2002: 145.	Pela Ponte de Ota.
Estrada Lisboa-Porto por Vila Nova da Rainha	Anterior a 1784	Castanheira, Carregado, Vila Nova da Rainha, Barracas (Azambuja).	ANDRADE; 2002: 122 e 144 e 146.	
Vila Nova da Rainha-Caldas da Rainha	1826-27		FERREIRA; 1940: 67-77.	Estabelecimento de uma carreira de diligências.
Estrada Lisboa-Porto por Aveiras de Baixo	Século XIX	Aveiras de Baixo, Canto do Muro (Azambuja)	ANDRADE; 2002: 145-146.	
Estrada Lisboa-Porto	1854	Carregado-Alenquer-Ota	ANDRADE; 2002: 128.	1
Estrada Ponte da Couraça-Vala do Carregado	1854	Ponte da Couraça-Vala do Carregado	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 154.	1 – 3
Estrada Alenquer-Merceana	1865	Por Estalagem e Mata	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 154.	9
Estrada Quinta da Boavista-Olhalvo	1873	Quinta da Boavista-Olhalvo	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 154.	365
Estrada de Merceana-Sobral	1865	Por Corujeira	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 154.	115
Estrada Carregado – Sobral de Monte Agraço	Posterior a 1898	Por Cadafais e Santana da Carnota	ANDRADE; 2002: 243.	115 – 3
Estrada Azédia-Sobral	Posterior a 1890	Por São Miguel	ANDRADE; 2002: 231.	Data dos estudos. 9 – 3
Estrada Bairro-Quinta da Boavista	Posterior a 1886	Por Bugarreus e Carapinha	ANDRADE; 2002: 217.	Data dos estudos. 518
Estrada Canados-E.N. 9	Anterior a 1959	Por Meca	VVAA; 1959.	Data da classificação. 518 – 2
Fiandal-E.N. 9	Anterior a 1959	Por Vale de Figueira	VVAA; 1959.	Data da classificação. 518 – 1
E.N.365-1-Pocariça	Anterior a 1959		VVAA; 1959.	Data da classificação. 519
Estrada Bairro-Abriçada	Posterior a 1959	Por Senhora da Graça	VVAA; 1959.	Data da classificação. Projectada por construir em 1959. 518
Estrada Ventosa-Atalaia	Anterior a 1959	Por Quentes	VVAA; 1959.	Data da classificação. 520
Estrada Vila Verde dos Francos-Freixial de Cima	Anterior a 1959	Por Vila Chã	VVAA; 1959.	Data da classificação. Não foi construída entre Lapaduços e Casais Galegos, apesar de estar projectada. 521
Estrada Alenquer-E.N.3	Anterior a 1959	Por Camarnal, Quinta da Bemposta, Ponte do Moinho Novo, e Obras Novas	VVAA; 1959.	Data da classificação. 522

Estrada Queimada-E.N.1	Anterior a 1959	Por Passinha e Quinta da Barradinha	VVAA; 1959.	Data da classificação. 522 – 1
Estrada Alenquer-Santana da Carnota	Anterior a 1959	Por Antas	VVAA; 1959.	Data da classificação. 523
Estrada Alenquer-E.N.9	Anterior a 1959	Por Vila Alta	VVAA; 1959.	Data da classificação. 523
Estrada Cadafais-Cachoeiras	Posterior a 1959		VVAA; 1959.	Data da classificação.
Estrada E.N. 115-4 a Castanheira do Ribatejo	Posterior a 1959	Por Casal do Bandarra, Quinta Nova da Portela	VVAA; 1959.	Data da classificação. 524 – 1
Estrada Ribafria-E.N.248	Anterior a 1959	Por Palaaios, Pereiro, Calçada e Fetais de Nossa Senhora, Chã.	VVAA; 1959.	Data da classificação. Por construir entre Palaaios e Pereiro. 534
Estrada Ramalhal-Arneiro	Anterior a 1959		VVAA; 1959.	Data da classificação. Construída entre Arneiro e Vale Benfeito. 558
Estrada Paiol-Aldeia Galega	Anterior a 1959	Por Quinta da Azenha	VVAA; 1959.	Data da classificação. 557
Estrada Merceana-Torres Vedras	Anterior a 1959	Por Cucos	VVAA; 1959.	9
Estrada Olhalvo-Vilar	Anterior a 1959	Por Atalaia e Vila Verde dos Francos	VVAA; 1959.	115
Estrada E.N.1-E.M. 365-1	Anterior a 1959	Por Labrugeira, Penedos de Alenquer, Paula, Cabanas do Chão e Nossa Senhora da Graça.	VVAA; 1959.	1 – 4
Estrada Azedia-Estalagem	Anterior a 1959	Por Espiçandeira	VVAA; 1959.	9 – 3
Estrada Cadafais-Arruda dos Vinhos	Anterior a 1959	Por Casais da Granja	VVAA; 1959.	115 – 4
Estrada Olhalvo-Aveiras de Cima	Posterior a 1959	Por Bairro e Ota	VVAA; 1959.	Actualmente estão construídos os troços entre Olhalvo e a seguir às Surraipas, assim como, o troço Alto da Serra de Ota e Aveiras de Cima. 1130, 513 – 1

Quadro 16: Itinerários:

Itinerário	Cronologia	Trajecto	Bibliografia	Observações
Lisboa-Alenquer	Romano		MANTAS; 1987a.	Via romana.
Alenquer-Santarém	Romano	Por pontes de São Bartolomeu.	MANTAS; 1996a.	Via romana.
Alenquer-Sobral	Romano		MANTAS; 1996a: 537.	Conhecida por via galega.

Alenquer-Torres Vedras	Romano	Por Aldeia Gavinha.	MANTAS; 1996a: 482. MANTAS; 2002.	“Por onde foi transportada a artilharia em pleno Inverno”, no tempo de D. João I. Via romana.
Alenquer-Escaroupim	Romano	Travessia de barco pelo rio Tejo.	MANTAS; 1996a: 769-777.	Via Romana.
<i>Olisipo-Bracara Augusta</i>	Romano		MANTAS; 1996a: 452.	Grande itinerário romano.
Santarém-Torres Vedras	Romano			Inferido.
Óbidos-Santarém	Romano			Inferido.
Óbidos-Lisboa	Romano			Inferido.
Óbidos-Alenquer	Romano			Inferido.
Óbidos-Torres Vedras	Romano			Inferido.
Torres Vedras-Lisboa	Romano			Inferido.
Azambuja-Alenquer	1374		FERRO; 1996.	
Alenquer-Salvaterra	1375		FERRO; 1996.	
Alenquer-Leiria	1376		FERRO; 1996.	
Muge-Alenquer	1376		FERRO; 1996.	
Alenquer-Vila Nova da Rainha.	Século XIV	Por Quinta do Bravo e Casal do Pinho.	MARTINS; 2008: 53.	
Aldeia Galega da Merceana-Alenquer	1435		FERRO; 1996.	
Alenquer-Alcobaça	1435		FERRO; 1996.	
Alenquer-Arruda	1435		FERRO; 1996.	
Mosteiro das Virtudes-Alenquer	1487		FERRO; 1996.	
Labrugeira-São Jorge	Desde o século XVII	Por Quinta do Riacho	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Alenquer-Ulme	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115.	Sede de Comarca.
Alenquer-Caldas da Rainha	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115. FERREIRA; 1946.	Sede de Comarca.
Alenquer-Chamusca	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115.	Sede de Comarca.
Alenquer-Sintra	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115.	Sede de Comarca.
Alenquer-Óbidos	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115.	Sede de Comarca.
Alenquer-Salir do Porto	Anterior a 1755		FREIRE; 1955: 114-115.	Sede de Comarca.
Olhalvo-Nossa Senhora da Nazaré.	Antigo	Por Caldas da Rainha, São Mamede de Óbidos, Óbidos.	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Geraldes-Senhora da Piedade da Merceana.	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Vila Chã-Senhora de Misericórdia de Moita de Ferreiros	Antigo	Por Aldeia Grande	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Casais Galegos-Senhora de Misericórdia de Moita de Ferreiros	Antigo	Por Aldeia Grande	MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.

Curvel-Nossa Senhora da Ameixoeira	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Carreiras-Santa Quitéria de Meca	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Guizanderia-Santa Quitéria de Meca	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Alenquer-Santa Quitéria de Meca	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Lourinhã-Santa Quitéria de Meca	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Santarém-Senhora da Piedade da Merceana.	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Alhandra-Senhora da Piedade da Merceana.	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Casais Brancos-Senhora dos Remédios de Peniche.	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Vale Benfeito-Senhora dos Remédios de Peniche.	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 2: 64-69.	Círio.
Vila Verde dos Francos – Moita (Óbidos).	Antigo		MELO, GUAPO, MARTINS; 1987, vol. 1: 163-164.	Círio.

Quadro 17: Estruturas visíveis por foto-interpretação:

Designação	Localização ¹	Descrição	Observações
Ajoujo	126.687,545 243.308,091 metros	Estrutura sub-elipsoidal.	Mapa 42.
Bairro	123.708,146 238.798,174 metros	Estrutura trapezoidal, com cerca de 70 metros nas laterais; cerca de 68 metros no seu lado NNO, e cerca de 84 metros do seu lado SSE.	Mapa 41.
Berbelita	117.886,981 238.532,990 metros	Recinto semi-circular atravessado por via.	Mapa 30.
Casal das Cancelas	120.357,702 232.132,792 metros	Recinto semi-circular, associado a parcelário radial.	Mapa 40.
Casal do Reguengo	125.789,409 231.705,945 metros		Circo romano? Mapa 33.

Pardieiros 2	118.924,791 238.300,963 metros	Estrutura visível por fotografia aérea (Google Earth; 2010), de formato rectangular, com as medidas aproximadas: 32x16 metros.	Provavelmente associada ao local de ocupação romana, designado por Pardieiros. Mapa 36.
Quinta da Vala Nova	125.922,309 245.044,871 metros	Estrutura sub-triangular.	Mapa 42.
Quinta do Lagar Novo	126.164,482 231.642,338 metros	Estrutura semi-circular interrompida, diâmetro aproximado: 50 metros.	Mapa 35.
Quinta dos Quartos	127.196,594 231.694,652 metros	Várias estruturas indeterminadas.	Mapa 35.
Vassala	125.610,883 245.666,727 metros	Estrutura sub-elipsoidal.	Mapa 42.

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 18: Alenquer e o seu termo em 1497 e 1527 (FERRO; 1996: 30-35)

N.º	1527	1497	Actual	Freguesia	Vintena
1	-	A do Esteiro	-	-	Pé da Serra
2	-	A da Machoa	-	-	Azedia
3	-	A do Martinho	-	-	Cachoeiras
4	-	A dos Palaios	-	-	Pereiro
5	Abrigada	Abrigada	Abrigada	Abrigada	Pé da Serra
6	Álamo	Álamo	Álamo	Carnota	Pipa
7	Aldeia Gavinha	Aldeia Gavinha	Aldeia Gavinha	Aldeia Gavinha	Aldeia Gavinha
8	Alenquer	Alenquer	Alenquer	Santo Estêvão	-
9	Amoreira	Amoreira	Casal (is) da Amoreira	Cadafais	Carnota
10	Antas	Antas	Antas	Carnota	Loureira
11	Apaul	Apaul	Paula	Cabanas	Pé da Serra de Torres
12	-	Areal	Areal	Santo Estêvão	Alenquer
13	Arneiro	Arneiro	Arneiro	Aldeia Galega da Merceana	Aldeia Gavinha
14	Atalaia	Atalaia	Atalaia	Ventosa	Olhalvo
15	Atouguia das Cabras	Atouguia	Atouguia das Cabras	Abrigada	Bairro
16	-	Aveiras	-	-	-
17	Azedia	Azedia	Azedia de Palhacana	Pereira	Azedia
18	-	Azenha do Chão	-	-	Alenquer
19	Bairro	Bairro	Bairro	Abrigada	Bairro
20	Barbas de Porco	Barbas de Porco	Barbas	Aldeia Galega da Merceana	Aldeia Gavinha
21	-	Boca da Mata	-	-	Bairro
22	Bofoaria	-	Bofoaria ou Boa Faria	Carnota	-
23	-	Boneiro	-	-	Cachoeiras

24	Burceiro	Burço	Casal do Burço	Santo Estêvão	Carnota
25	-	Cabanas	-	-	Pé da Serra
26	Cabanas do chão	Cabanas do chão	Cabanas do chão	Abrigada	Pé da Serra
27	Cabanas da Torre	Cabanas da Torre	Cabanas da Torre	Cabanas da Torre	Pé da Serra
28	-	Cabeça dos Alvos	Casal do Cabeço?	Carnota	Alenquer
29	Cachoeiras	Cachoeiras de Cima	Cachoeiras	Cachoeiras (Conc. V. F. Xira)	Cachoeiras
30	Cadafais	Cadafais	Cadafais	Cadafais	Cachoeiras
31	Camarnal	Camarnal	Camarnal	Triana	Alenquer
32	Canaldos	A dos Canados	Canados	Canados	Meca
33	-	Caneiro	-	-	Alenquer
34	Canhestro	Canhestro	Canhestro	Carnota	Carnota
35	-	Carapinha	Casais da Carapinha	Triana	Cachoeiras
36	Carneiros	A dos Carneiros	A dos Carneiros	Pereiro de Palhacana	Azedia
37	Carnota	Carnota	Santana da Carnota	Carnota	Carnota
38	Carregado	Carregado	Carregado	Santo Estêvão / Triana	Alenquer
39	-	Carvalho	Casal Novo do Carvalho	Meca	Meca
40	Casais	Casais	Casais da Marmeleira	Cadafais	Cachoeiras
41	Chamelaria	Chamelaria	Chamalaria	Cadafais	Cachoeiras
42	Coreçaria	Coreçaria	Cossoaria	Meca	Azedia
43	-	Corvaceira	Curvaceira	Cadafais	Carnota
44	Cortegana	-	Cortegana	Ventosa	-
45	Espisandeira	Espisandeira	Espiçandeira	Meca	Azedia
46	Estribeiro	-	Estribeiro	Abrigada	-
47	-	Figueiras	Figueiras	Triana	Alenquer
48	Folhandal (Casal do)	Folhandal	Fiandal	Meca	Meca
49	Fornos	Fornos	Val Forno?	Santo Estêvão	Alenquer
50	Freiria	Freiria	-	-	Alenquer
51	Gataria	-	Gataria	Carnota	-
52	Gavinheira	Gavinheira	Gavinheira	Carnota	Carnota
53	Granja	Granja	Quinta da Granja	Cadafais	Cachoeiras
54	-	Granja Velha	-	-	Pereiro
55	Guisandaria	Guisandaria	Guizandaria	Cadafais	Alenquer
56	Labrugeira	Labrugeira	Labrugeira	Ventosa	Olhalvo
57	Lombo	Lombo	Casal Lerego?	Pereiro de Palhacana	-
58	-	Maças	-	-	Cachoeiras
59	-	Marinha	Marinha ou Meirinha	Santo Estêvão	Alenquer
60	Moita	Moita	Quinta da Moita	Meca	Meca
61	Mata	Mata	Entre Matos?	Pereiro de Palhacana	Azedia
62	Mata	-	Casais da Mata ?	Pereiro de Palhacana	-
63	Mato	Mato	Mato de Palhacana	Pereiro	Pereiro
64	Meca	Meca	Meca	Meca	Meca
65	Moinho do Vento	Moinhos do Vento	Moinho do Vento	Carnota	Loureira
66	-	Montachor	Montacho	Carnota	Carnota
67	Mourões	Mouraes	Mourões	Carnota	Loureira
68	-	Monte de Lóis	Casal do Monte do Loiros	Santo Estêvão	-
69	Olhalvo	A do Olhalvo	Olhalvo	Olhalvo	Olhalvo
70	Ota e Paul	Ota	Ota	Bairro	Bairro
71	Outeiro do Melo	-	Outeiro	Santo Estêvão	-
72	Outeiro de Vinagre	Outeiro	Casais de Outeiro	Carnota	Pipa

73	Palaios	Palaios	Palaios de Palhacana	Pereiro	Pereiro
74	Palhacana	Palhacana	Palhacana de Palhacana	Pereiro	Pereiro
75	Pancas	Pancas	Pancas Triana	Santo Estêvão	Pancas
76	Parateiro	Parateiro	Quinta da Prata ?	Carnota	Pipa
77	Pedra de Ouro	Pedra de Ouro	Pedra de Ouro	Santo Estêvão	Carnota
78	Pedrunho	Pedrunho	Pedrunho	Santo Estêvão	Pancas
79	Pegas	Pegas	Pega	Santo Estêvão	Alenquer
80	Pereiro	Pereiro	Pereiro de Palhacana	Pereiro	Pereiro
81	Perrotes	Perrotes	Perrotes	Santo Estêvão	Pancas
82	-	Pinheiro	Pinheiro	Santo Estêvão	Alenquer
83	-	Pinheiro	Quinta do Pinheiro	Carnota	Carnota
84	Pipa	Pipa	Pipa	Carnota	Pipa
85	-	Pisandaria	-	-	-
86	Pitiçaria	Pitiçaria	-	-	-
87	-	Poço	Casal do Poço	Cadafais ou Carnota	-
88	Porcariça	Porcariça	Pocariça	Olhalvo	Olhalvo
89	-	Portela	Portela	Vila Verde dos Francos	Alenquer
90	Porto	-	Porto da Luz	Triana	-
91	Quentes	A dos Quentes	Quentes	Ventosa	Olhalvo
92	-	Quintã do Rei	-	-	Alenquer
93	-	Refugidos	Refugidos	Cadafais	Carnota
94	Ribafria	Ribafria	Ribafria	Pereiro de Palhacana	Pereiro
95	Ribas de Alenquer	Ribas de Alenquer	Cachoeiras de Baixo	Cachoeiras (Conc. V. F. Xira)	Cachoeiras
96	Ribeira de Cadafais	-	-	-	-
97	-	Ruberte	Quinta do Roberto	Meca	Meca
98	Santana	Santana	Santana da Carnota	Carnota	Loureira
99	-	Santa Catarina	Santa Catarina	Santo Estêvão	Alenquer
100	Serra	Serra	Lugar da Serra	Carnota	Loureira
101	Silveira da Machoa	Silveira da Machoa	Silveira da Machoa	Carnota	Azedia
102	Silveira do Pinto	Silveira	Silveira do Pinto	Pereiro de Palhacana	Azedia
103	Sopo (<i>çopo</i>)	Sopo (<i>sepo</i>)	Soupo	Carnota	Carnota
104	Telhada (Quintas da)	Telhada	Telhada ou Casais da Telhada	Santo Estêvão	Alenquer
105	Tojal	Tojal	Tojal	Aldeia Gavinha	Olhalvo
106		Torre		-	Pipa
107	Torre Derrubada	Torre Derrubada	Torre ?	Triana	Alenquer
108	Triana	Triana	Triana	Triana	Alenquer
109	Vale de Figueira	Vale de Figueira	Vale de Figueira	Triana	Meca
110	Vale do Sá [sic]	Vale de Ossa	Vale de Ossa	Meca	-
111	Vila Nova	Vila Nova da Rainha	Vila Nova da Rainha (Conc. Azambuja)	Vila Nova	Alenquer

Fonte: (FERRO; 1996: 30-35).

Quadro 19:

Resumo das diferentes espaço-temporalidades das redes viárias.

	Espaço	Tempo	Tipo de tempo
Itinerário	Global	Longo	Complexo
Fluxo	Local	Curto	Físico
Traçado	Local	Longo	Complexo
Modelado	Local	Curto	Físico

Fonte: (ROBERT, 2003a: 461).

Quadro 20: Centros de escala supra-regional

Designação	Pré-hist.	Pré. Hist. Rec.	Proto-Hist.	Rom.	Alt. I. Méd.	B. I. Méd.	Mod.	Cont.
Abrigada	x	x					x	x
Alenquer		x	x	x	x	x	x	x
Cabanas de Torres		x		x			x	x
Carregado	x	x		x			x	x
Castro da Pedra de Ouro		x	x					
Castro do Amaral / Curvaceiras		x	x				x	x
Labrugeira							x	x
Paredes		x		x			x	x
Vila Verde dos Francos		x				x	x	x

x – Presença de artefactos ou de estruturas antrópicas.

Quadro 21: Períodos históricos representados no total dos centros de escala supra-regional:

Período histórico	Centros sup.-Reg. (Total=9)
Pré-hist.	2
Pré. Hist. Rec.	8
Proto-Hist.	3
Rom.	4
Alt. I. Méd.	1
B. I. Méd.	2
Mod.	8
Cont.	8

Quadro 22: Centros de escala regional

Designação	Pré-hist.	Pré. Hist. Rec.	Proto-hist.	Rom.	Alt. I. Méd.	B. I. Méd.	Mod.	Cont.
Aldeia Galega da Merceana		x				x	x	x
Atalaia							x	x
Atouguia das Cabras	x						x	x
Casais Brancos								x
Merceana		x		x			x	x

Olhalvo				x			x	x
Paio		x					x	x
Pedrunho							x	x
Pereiro de Palhacana							x	x
Pousoa				x			x	x
Quinta das Pressas								x
Venda				x			x	

x – Presença de artefactos ou de estruturas antrópicos.

Quadro 23: Períodos históricos representados no total dos centros de escala regional:

Período histórico	Centros esc. Reg. (Total=12)
Pré-hist.	1
Pré. Hist. Rec.	3
Proto-Hist.	0
Rom.	4
Alt. I. Méd.	0
B. I. Méd.	1
Mod.	10
Cont.	11

Quadro 24: Centros de escala local

Designação	Pré-hist.	Pré. Hist. Rec.	Proto-hist.	Rom.	Alt. I. Méd.	B. I. Méd.	Mod.	Cont.
Achada		x						
Aldeia							x	x
Aldeia Gavinha		x		x			x	x
Algar do Bom Santo	x							
Alto da Peça		x	x					
Vale de Junco	i	i	i					x
Amoreira Velha							x	x
Antas		x	x				x	x
Arneiro		x					x	x
Azedia							x	x
Bairro		x					x	x
Barbas							x	x
Barreira Vermelha	x							
Bemposta	x						x	x
Boafaria							x	x
Bonvizinho							x	x
Bugarréus								x
C. de Lafões								x
Cabanas do Chão		x		x			x	x
Cabeços				x				x
Cadafais	x			x			x	x
Camarnal	x	x		x			x	x
Canados		x		x			x	x

Canhestro							x	x
Carapinha							x	x
Carneiros							x	x
Carvalhal							x	x
Casais da Cruz do Vento							x	x
Casais da Fonte da Pipa								x
Casais da Marmeleira	x		x				x	x
Casais das Pedreiras			x					x
Casais Galegos							x	x
Casais Novos								x
Casal do Amaral				x			x	x
Casal do Ramalhal								x
Casal do Monteiro								x
Castro de Ota		x	x	x	x			
Catém							x	x
Cheganças								x
Convento da Visitação							x	
Cortegana							x	x
Cossoaria							x	x
Eiras							x	x
Espiçandeira							x	x
Espinhaço de Cão	x							
Espinheira								x
Estribeiro							x	x
Fiandal							x	x
Freixial de Cima							x	x
Freixial do Meio							x	x
Gataria							x	x
Gavinheira							x	x
Igreja do Bom Santo						i	i	
Lagoa da Serra da Neve	x							x
Lapaduços							x	x
Malhada Velha								
Mata							x	x
Mata de Palhacana							x	x
Mato							x	x
Monte Redondo	x						x	
Montegil							x	x
N. S.ª da Ameixoeira					x	x	x	
Norte do Archino	x							
Obras Novas								x
Ota	x	x					x	x
Palaios							x	x
Palhacana							x	x
Parateiro							x	x
Passinha								x
Paula							x	x
Pedra de Ouro							x	x
Penafirme				x			x	x
Penafirme da Mata							x	x
Penedos de Alenquer							x	x
Penuzinhos							x	x
Pipa							x	x

Paul de Ota – Pontes de São Bartolomeu				x				x	
Portela								x	x
Porto da Luz								x	x
Quinta do Casal do Vale									x
Quinta de Santo António da Boavista									x
Quentes								x	x
Quinta da Escota			x						x
Quinta da Moita	x	x							x
Quinta do Álamo								x	x
Quinta do Espírito Santo	x	x							x
Quinta do Outeiro									x
Rabissaca								x	x
Refugidos	x							x	x
Ribafria								x	x
Roberto								x	x
Santana da Carnota		x						x	x
São Brás					x			x	x
São Salvador									x
Serra								x	x
Serra de Ota ou Outeiro do Seixo	x	x						x	
Silveira da Machoa								x	x
Silveira do Pinto								x	x
Sobreiros								x	x
Soeiro Cunhado								x	x
Soupo								x	x
Surraipas									x
Vila Nova da Rainha				x				x	x
Vale Benfeito								x	x
Vale Trabum	x	x							
Valverde								x	x
Ventosa								x	x
Vila Chã								x	x

x – Presença de artefactos ou de estruturas antrópicas.

i – Vestígios indeterminados

Quadro 25: Períodos históricos representados no total dos centros de escala local:

Período histórico	Centros esc. Loc. (Total=107)
Pré-hist.	16
Pré. Hist. Rec.	17
Proto-Hist.	6
Rom.	11
Alt. I. Méd.	3
B. I. Méd.	2
Mod.	77
Cont.	93

Quadro 26: Parcelário radial

Designação	Localização ¹
Adega Cooperativa da Labrugeira	118.091,238 238.955,300 metros
Albarrois	122.938,314 233.933,660 metros
Beira	111.845,040 235.466,524 metros
Cabeço de Santa Quitéria de Meca	121.865,056 236.303,110 metros
Casal da Raposa	122.495,022 237.755,340 metros
Casal da Rocha	122.632,178 227.189,783 metros
Casal das Cancelas	120.311,664 232.162,068 metros
Casal do Caracol	117.448,327 235.880,229 metros
Casal do Rendeiro	116.266,227 238.060,307 metros
C. Remaltieira	112.011,678 237.203,641 metros
Madalena	118.262,404 236.771,154 metros
Moinhos do Casal Nordeste	117.274,618 243.371,796 metros
Quinta da Prata	117.889,791 230.543,635 metros
Quinta da Granja	123.742,921 225.994,444 metros
Quinta do Álamo	117.421,562 230.703,146 metros
Vila Verde dos Francos	114.953,920 243.661,216 metros

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 27: Planificações

Designação	Localização ¹
Casal da Coxa	123.478,888 222.376,782 metros
Quinta da Corujeira	114.208,459 234.039,854 metros
Quinta do Roberto	122.814,670 235.122,331 metros
Vila Verde dos Francos	115.181,044 243.397,747 metros

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Quadro 28: Recintos poligonais

Designação	Localização ¹
Arrifana	134.612,950 253.097,679 metros
Bairro	123.304,953 238.751,207 metros
Castanheira do Ribatejo	127.186,581 225.364,188 metros
Eiras	117.044,221 229.687,004 metros
Ota	125.791,879 238.502,816 metros
Quinta da Prata	117.864,300 230.530,690 metros
Quinta do Álamo	117.340,135 230.627,134 metros
Vila Nova da Rainha	130.625,935 230.163,864 metros
Vila Verde dos Francos	114.941,209 243.670,746 metros

¹ Sistema de coordenadas projectadas métricas: Lisboa_Hayford_Gauss_IgeoE.
Datum: D_Datum_Lisboa_Hayford.

Mapas

